



Criado pela Lei nº 1.552, de 21/08/1959.

Versão digital instituída pelo Decreto nº 3.987, de 14/08/2013.

Sr(s) Usuário(s),

Com o propósito de ampliar o acesso ao Diário e conferir praticidade e economicidade aos meios de sua produção, a Prefeitura de Goiânia coloca à disposição de todos os interessados o Diário Oficial do Município – Eletrônico (DOM-e).

Esta versão está assinada digitalmente, conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP – Brasil).

A publicação eletrônica substitui qualquer outro meio de publicação oficial e produz todos os efeitos legais pertinentes.

Para consultar os documentos publicados em cada edição, utilize os marcadores/bookmarks disponíveis do lado esquerdo desta página, ou utilize o comando de atalho do teclado ctrl+f.

A validação da Assinatura Digital poderá ser realizada conforme informativo disponível na página da Chefia da Casa Civil, no ícone Diário Oficial – Sobre.

**PREFEITURA DE GOIÂNIA**

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

**RAYSSA DE SOUZA MELO**  
Chefe da Casa Civil

**VALTER FERRAZ SANCHES**  
Subchefe da Casa Civil

**KENIA HABERL DE LIMA**  
Gerente de Imprensa Oficial

**CHEFIA DA CASA CIVIL**

**Endereço:** Av. do Cerrado, 999, Parque Lozandes  
Goiânia – GO, CEP: 74.805-010

**Fone:** (62) 3524-1094

**Atendimento:** das 08:00 às 12:00 horas  
das 14:00 às 18:00 horas

**E-mail contato:** [diariooficial@casacivil.goiania.go.gov.br](mailto:diariooficial@casacivil.goiania.go.gov.br)



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 11.065, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Casa do Bem.

**O PREFEITO DE GOIÂNIA,** Faço saber que a Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Casa do Bem, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 19.876.568.0001-07, com duração por prazo indeterminado, com sede e foro no município de Goiânia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Projeto de lei de autoria do Vereador Henrique Alves.

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003056-0

SEI Nº 2721969v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**MENSAGEM Nº 94/2023**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com fundamento no § 2º do art. 94 da Lei Orgânica do Município de Goiânia, restituo a essa Casa de Leis, **vetado integralmente**, o incluso Autógrafo de Lei nº 178, de 19 de setembro de 2023, de autoria do Vereador Joãozinho Guimarães, que "Cria o Vale-Transporte do Desempregado no âmbito municipal e dá outras providências."

**RAZÕES DO VETO**

A Procuradoria-Geral do Município, por meio do Parecer Jurídico nº 2432/2023, manifestou-se pelo veto integral da propositura em razão dos vícios de inconstitucionalidade, com base nos seguintes fundamentos:

.....

No caso do Município de Goiânia, de acordo com o art. 177 da Lei Orgânica, *os serviços públicos de transporte coletivos de passageiros, de competência do Município de Goiânia, para todos os fins e efeitos, **integrarão a Rede Metropolitana de Transporte Coletivos – RMTC**, e terá sua organização, coordenação e fiscalização exercida pelo Município de Goiânia, por meio da Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia e Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos.*

Nesse sentido, considerando que a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos abarca não só o Município de Goiânia, como também outros 18 municípios integrados (Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Cadalzinha, Bela Vista de Goiás, Hidrolândia, Aragoiânia, Abadia de Goiás, Guaporé, Bonfinópolis, Goianápolis, Terezópolis, Nerópolis, Santo Antônio, Nova Veneza, Brazabrantes, Goianira, Caturai e Trindade), é de se ressaltar que não pode uma lei municipal, como é o caso em análise, versar sobre toda a rede integrada, considerando que abarca outros municípios.

.....

O Supremo Tribunal Federal possui entendimento de que o estabelecimento de região metropolitana não significa simples transferência de competências para o estado. Segundo a Suprema Corte, o interesse comum é muito mais que a soma de cada interesse local envolvido, pois a má condução do serviço público eleito para ser exercido na região metropolitana por apenas um município pode colocar em risco todo o esforço do conjunto.

De sorte que não pode o Município de Goiânia editar lei que valerá em toda a região metropolitana (que inclui outros 18 municípios integrados), haja vista não dispor de competência para tanto.

A Lei Complementar do Estado de Goiás n. 169, de 29 de dezembro de 2021 é clara ao dispor que, em atenção à unidade sistêmica metropolitana, o Estado de Goiás e todos os Municípios integrantes da rede metropolitana de transporte coletivo, exercerão, direta ou indiretamente, seus poderes, seus direitos, suas prerrogativas e suas obrigações inerentes ao serviço público de transporte coletivo **exclusivamente na Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos**.

Outrossim, dispõe o art. 3º da referida lei complementar estadual que a outorga de concessões e permissões dos serviços públicos de transportes coletivos se dará com abrangência territorial de todos os municípios abrangidos, inclusive de todas as linhas e serviços, **sem a possibilidade de fracionamentos territoriais**. Assim sendo, não seria possível ao Município dispor apenas com relação aos ônibus que circulem na Capital, considerando não ser possível fracionar o serviço público de transporte coletivo da região metropolitana apenas com relação aos ônibus de Goiânia.

A LC 169/2021, ainda, dispõe que é de competência da Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo – CDTC disciplinar sobre a tipologia e requisitos da frota posta em operação na Rede Metropolitana de Transporte Coletivo da Grande Goiânia, de acordo com os serviços prestados, para assegurar a atualidade e a qualidade dos serviços, sempre preservado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e a sustentabilidade das contas públicas dos entes federativos da referida rede.

De sorte que entendemos que a matéria disciplinada no presente autógrafo de lei não é de competência do Município de Goiânia, eis que há outros entes que integram a rede metropolitana de transportes coletivos, sendo tal competência delegada à Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo – CDTC, que possui conselheiros indicados pelo Estado de Goiás, pelo Município de Goiânia e pelos Municípios de Aparecida de Goiânia e Senador Canedo.

.....

Salienta-se que a Constituição Federal garante a preservação da equação econômico-financeira dos contratos administrativos, ao prever a expressão “mantidas as condições efetivas da proposta” no inciso XXI do art. 37.

.....

Nesse sentido, ao prever a concessão de 2 (duas) passagens por dia, no prazo de 30 (trinta) dias, aos usuários desempregados, o autógrafo de lei está interferindo no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que ensejará à empresa o direito de reequilibrar o contrato. Referido reequilíbrio poderá trazer encargos adicionais ao Poder Público concedente, bem como alterar o valor da tarifa a ser paga pelos usuários não beneficiados do serviço, podendo ir de encontro ao princípio da modicidade das tarifas.

Quanto ao tema é forçoso reconhecer que o Supremo Tribunal Federal possui precedentes no sentido de **ser inconstitucional lei de iniciativa do poder legislativo que afete o equilíbrio econômico financeiro de contrato de concessão**, haja vista que afronta o princípio da harmonia entre os poderes. Isso porque, estaria o legislativo substituindo o executivo na gestão dos contratos administrativos celebrados, o que não seria juridicamente possível. Senão vejamos os seguintes acórdãos:

.....

Por outro lado, temos que o autógrafo de lei em comento cria para o Município de Goiânia a obrigação de conceder transporte público gratuito a desempregados, o que pode gerar gastos públicos adicionais, caso o valor do benefício seja arcado pelo ente público.

Destaca-se que não foi realizado no processo legislativo (n. 00000.001597.2021-42) nenhum tipo de estudo acerca da quantidade de passagens que serão ofertadas, a quantidade de trabalhadores desempregados que possam fazer jus ao recebimento do benefício, ou seja, não se tem um estudo acerca do impacto financeiro que tal medida poderá gerar ao poder público, nem tampouco o atesto de que há compatibilidade orçamentária e financeira com o PPA, LDO e LOA.

Há de se ressaltar que o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) assim dispõe, *in verbis*:

**Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.**

.....

### III. Conclusão

Ante todo o exposto, bem como considerando os aspectos formais e materiais da matéria, **opina-se, sob o ponto de vista jurídico, que:**

a) O Município de Goiânia não detém de competência para dispor acerca de normas a serem aplicadas na Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – RMTC, haja vista se tratar de uma rede que integra não apenas o Município de Goiânia, como também o Estado de Goiás e outros 18 municípios pertencentes à Região Metropolitana de Goiânia. Nesse sentido, há de se reconhecer a **inconstitucionalidade formal** do autógrafo de lei em testilha, considerando que a competência para dispor sobre a matéria é afeta à Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo, instituída pela Lei Complementar Estadual n. 169/2021;



b) O legislativo não pode dispor acerca de obrigação a ser assumida por concessionária de serviço público que possa afetar, direta ou indiretamente, no equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo de concessão, considerando que tal disposição se traduz em indevida ingerência do legislativo sobre o executivo, o que atenta contra os princípios da independência e harmonia entre os poderes. Nesse sentido, forçoso reconhecer a inconstitucionalidade formal da disposição que à concessão de passagens gratuitas a desempregados pelo prazo de 30 (trinta) dias, pelo vício de iniciativa, eis que, conforme o STF, **disposições que afetam no equilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos são de iniciativa privativa do Chefe do Executivo;**

c) Não foi realizado no processo legislativo correspondente o estudo de impacto orçamentário e financeiro para o caso de o Município de Goiânia arcar integralmente com os valores das passagens, o que consiste em afronta ao art. 113 do ADCT;

d) O legislativo não pode impor prazo para que o Executivo regulamente a lei, sob pena de haver ingerência indevida.

.....

A Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos, por meio do Parecer Jurídico nº 33/2023, emitido pela Chefia da Advocacia Setorial, também recomendou o veto integral da proposição legislativa em virtude da sua inconstitucionalidade, devido à contrariedade ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão, bem como às normas que instituem a Rede Metropolitana de Transporte Coletivo – RMTC, que tem abrangência metropolitana, cabendo transcrever aqui as razões:

.....

A Câmara Municipal de Goiânia, ao propor leis para o sistema metropolitano, **não está considerando que usurpa a competência constitucional de todos os entes federativos reunidos na RMTC**, eis que o serviço de transporte coletivo metropolitano é prestado na forma de unidade sistêmica que ultrapassa a fronteira municipal, sem olvidar que mais de 75% de suas linhas encontram-se dentro dos limites municipais de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo.

Sem olvidar que a competência para legislar sobre transporte coletivo urbano de passageiros, por disposição constitucional, é dos Municípios, em decorrência do disposto no art. 30, inciso V da CF/1988.

**Registre-se que os próprios Municípios, delegaram referida competência para a CDTC em razão do modelo de governança adotado na RMTC, resolvendo as questões do transporte coletivo metropolitano neste colegiado.**

Portanto, a iniciativa de lei, **exclusivamente pela Câmara Municipal de Goiânia**, viola os termos da Lei Complementar 169/2021 e de consequência, via reflexa, o disposto no art. 25, § 3º da Constituição Federal, tornando-se inequivocamente inconstitucional.

Não suficiente, referido autógrafo de lei, caso abarcasse, desafia ainda a legalidade ao não estabelecer recursos para cobrir os custos decorrentes da implementação de seu objeto, uma vez que isso ensejaria dispêndios financeiros.

Isso porque a criação do vale-transporte do desempregado como pretendido depende de estudos e análises de viabilidade, visto que sua implantação interferiria no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, o que ensejaria à empresa o direito ao reequilíbrio contratual e possivelmente oneraria o preço da tarifa paga pelo usuário, bem como geraria subsídio público ao sistema.

.....

Portanto, viola os termos da Lei nº 8.987/95, em seu art. 9º, § 4º o estabelecimento de obrigações contratuais que afetem o equilíbrio do contrato de concessão, sem a correspondente contrapartida do Poder Concedente de restabelecê-lo concomitantemente

.....

Isso posto, entende Advocacia Setorial que o Autógrafo de Lei em epígrafe, inicialmente, contrapõe-se às normas que instituem a Rede Metropolitana de Transporte Coletivo – RMTC, atingindo seu caráter metropolitano, em flagrante inconstitucionalidade, sem olvidar a ilegalidade da propositura que estabelece desequilíbrio à concessão sem concomitantemente restabelecê-lo, razões pelas quais opinamos pelo veto na integralidade.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, acatando o pronunciamento da Procuradoria-Geral do Município e da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos, apresento as razões do **veto integral** ao presente autógrafo de lei, confiante em sua manutenção.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

ROGÉRIO CRUZ  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003048-9

SEI Nº 2721968v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.737, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

**EXONERAR**

ADRIANA ALVES FERREIRA GODINHO, matrícula nº 396, CPF nº 548.022.531-68, do cargo, em comissão, de Diretora Técnica do Museu Frei Confaloni, símbolo CDI-1, da Secretaria Municipal de Cultura, a partir da data da publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003243-0

SEI Nº 2721858v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.738, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 607, de 25 de janeiro de 2021, resolve:

**NOMEAR**

FLÁVIA ROBERTA DE OLIVEIRA, CPF nº 020.385.051-36, para exercer o cargo, em comissão, de Diretora Técnica do Museu Frei Confaloni, símbolo CDI-1, da Secretaria Municipal de Cultura, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003243-0

SEI Nº 2721865v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 4.739, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 446, de 21 de janeiro de 2021, resolve:

**NOMEAR**

WAUDREY JAMES NASCIMENTO CAMPOS, matrícula nº 1002422, CPF nº 973.597.501-72, para exercer o cargo, em comissão, de Gerente de Convênios e Contratos, símbolo CDI-1, da Secretaria Municipal de Relações Institucionais, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003244-9

SEI Nº 2721874v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.740, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

**EXONERAR**

SÉRGIO AUGUSTO ALMEIDA GUALBERTO, matrícula nº 1516540, CPF nº 018.836.881-75, do cargo, em comissão, de Gerente de Cadastros e Informações Sociais, símbolo CDI-1, da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária, a partir da data da publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003276-7

SEI Nº 2721875v1





**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 4.741, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 4.294, de 3 de novembro de 2022, resolve:

**NOMEAR**

GISLENE DE SOUSA E COSTA, matrícula nº 1318713, CPF nº 905.808.851-00, para exercer o cargo, em comissão, de Gerente de Cadastros e Informações Sociais, símbolo CDI-1, da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003276-7

SEI Nº 2721877v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.742, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

**EXONERAR**

JULIANA DOS SANTOS CARVALHO, matrícula nº 1530046, CPF nº 704.317.621-20, do cargo, em comissão, de Assessora Especial Técnica II, símbolo AET-2, com lotação na Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003270-8

SEI Nº 2721880v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.743, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, resolve:

**NOMEAR**

JOSÉ AUGUSTO NETO, CPF nº 038.054.361-30, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Especial Técnico II, símbolo AET-2, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003270-8

SEI Nº 2721882v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.744, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

**EXONERAR**

CLAUDIA KARINE ALVES ESPOSITO CARDOSO, matrícula nº 1516884, CPF nº 829.382.881-15, do cargo, em comissão, de Gerente de Relações Intersetoriais, símbolo CDI-1, da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, a partir da data da publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003277-5

SEI Nº 2721883v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.745, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 608, de 25 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Exonerar ELIANA VELOSO DANTAS, matrícula nº 1538110, CPF nº 648.455.591-53, do cargo, em comissão, de Coordenadora Administrativa do Centro de Referência da Mulher Cora Coralina, símbolo CDI-3, da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres.

Art. 2º Nomear a servidora acima mencionada para exercer o cargo, em comissão, de Gerente de Relações Intersetoriais, símbolo CDI-1, da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003277-5

SEI Nº 2721885v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.746, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 608, de 25 de janeiro de 2021, resolve:

**NOMEAR**

FERNANDA ALBINO NASCIMENTO, CPF nº 061.650.721-60, para exercer o cargo, em comissão, de Coordenadora Administrativa do Centro de Referência da Mulher Cora Coralina, símbolo CDI-3, da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003277-5

SEI Nº 2721888v1





**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.747, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 359, de 20 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Exonerar HOSANA DAS GRAÇAS BATISTA ARANTES, matrícula nº 791032, CPF nº 978.370.591-15, do cargo, em comissão, de Gerente de Planejamento e Operação Fiscal, símbolo CDI-1, da Agência Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2º Nomear a servidora acima mencionada para exercer o cargo, em comissão, de Diretora de Fiscalização Ambiental, símbolo CDS-4, da Agência Municipal do Meio Ambiente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003273-2

SEI Nº 2721893v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.748, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 359, de 20 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Exonerar RENATO SILVA MEDEIROS, matrícula nº 478539, CPF nº 798.060.071-15, do cargo, em comissão, de Diretor de Fiscalização Ambiental, símbolo CDS-4, da Agência Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2º Nomear o servidor acima mencionado para exercer o cargo, em comissão, de Gerente de Planejamento e Operação Fiscal, símbolo CDI-1, da Agência Municipal do Meio Ambiente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003273-2

SEI Nº 2721894v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.749, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 245, de 15 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Exonerar NATASHA PALMA GARCIA, matrícula nº 1334352, CPF nº 704.868.911-00, do cargo, em comissão, de Chefe de Gabinete, símbolo CDS-7, da Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º Nomear a servidora acima mencionada para exercer o cargo, em comissão, de Procuradora-Geral Adjunta, símbolo CDS-7, da Procuradoria Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.6.000014685-8

SEI Nº 2721896v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.750, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 245, de 15 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Exonerar VINICIUS GOMES DE RESENDE, matrícula nº 1344692, CPF nº 032.728.371-83, do cargo, em comissão, de Procurador-Geral Adjunto, símbolo CDS-7, da Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º Nomear o servidor acima mencionado para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Executivo, símbolo CDS-8, da Procuradoria Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.6.000014685-8

SEI Nº 2721898v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 4.751, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 245, de 15 de janeiro de 2021, resolve:

NOMEAR

SÉRGIO RICARDO DA SILVA NASCIMENTO, CPF nº 912.416.342-20, para exercer o cargo, em comissão, de Chefe de Gabinete, símbolo CDS-7, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

ROGÉRIO CRUZ  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.6.000014685-8

SEI Nº 2721902v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.752, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

**EXONERAR**

LUDIMILA SOUZA DE OLIVEIRA, matrícula nº 1554891, CPF nº 729.665.131-87, do cargo, em comissão, de Assessora de Projetos de Bem-Estar Animal, símbolo CDI-1, da Agência Municipal do Meio Ambiente, surtindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2023.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.17.000010504-2

SEI Nº 2721908v1





**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.753, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 359, de 20 de janeiro de 2021, resolve:

**NOMEAR**

CAROLINA FERREIRA DE CARVALHO, CPF nº 704.725.411-02, para exercer o cargo, em comissão, de Assessora de Projetos de Bem-Estar Animal, símbolo CDI-1, da Agência Municipal do Meio Ambiente, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.17.000010504-2

SEI Nº 2721916v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.754, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

**EXONERAR**

VINICIUS LÁZARO PEREGRINO DE OLIVEIRA, matrícula nº 1524267, CPF nº 049.395.171-79, do cargo, em comissão, de Gerente do Contencioso Fiscal, símbolo CDI-1, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, a partir da data da publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003278-3

SEI Nº 2721921v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.755, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 522, de 15 de fevereiro de 2022, resolve:

**NOMEAR**

GUSTAVO HENRIQUE DE FARIA MOTA, CPF nº 007.260.341-00, para exercer o cargo, em comissão, de Gerente do Contencioso Fiscal, símbolo CDI-1, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003278-3

SEI Nº 2721923v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.756, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

**EXONERAR**

LUIZ CARLOS RODRIGUES GALVÃO FILHO, matrícula nº 1315820, CPF nº 036.262.251-51, do cargo, em comissão, de Gerente do Fundo Municipal de Capacitação e Desenvolvimento do Servidor Público Municipal, símbolo CDI-1, da Secretaria Municipal de Administração, a partir da data da publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003279-1

SEI Nº 2721929v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.757, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, resolve:

**NOMEAR**

CELINA MARIA DA CUNHA MELO BONFIM, matrícula nº 1133179, CPF nº 617.019.203-87, para exercer o cargo, em comissão, de Gerente do Fundo Municipal de Capacitação e Desenvolvimento do Servidor Público Municipal, símbolo CDI-1, da Secretaria Municipal de Administração, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003279-1

SEI Nº 2721930v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 4.758, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

EXONERAR

FERNANDO DE SOUSA, matrícula nº 1515837, CPF nº 062.944.931-70, do cargo, em comissão, de Assessor Especial, símbolo AE, com lotação no Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia, a partir da data da publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

ROGÉRIO CRUZ  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003172-8

SEI Nº 2721939v1





**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 4.759, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, resolve:

**NOMEAR**

FLÁVIA MACEDO DA SILVA JACINO, CPF nº 009.498.111-65, para exercer o cargo, em comissão, de Assessora Especial, símbolo AE, com lotação na Secretaria Municipal de Governo, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003172-8

SEI Nº 2721940v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.760, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 4.264, de 11 de setembro de 2023, que nomeou MARCOS PAULO DOS SANTOS VIEIRA, matrícula nº 1517007, CPF nº 035.926.011-05, para exercer o cargo, em comissão, de Gerente de Avaliação de Políticas Públicas, símbolo CDI-1, do Escritório de Prioridades Estratégicas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003282-1

SEI Nº 2721944v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 4.761, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 181, de 14 de janeiro de 2021, resolve:

NOMEAR

FLÁVIA MODESTO DA SILVA SERQUEIRA, matrícula nº 654027, CPF nº 833.769.841-15, para exercer o cargo, em comissão, de Gerente de Avaliação de Políticas Públicas, símbolo CDI-1, do Escritório de Prioridades Estratégicas, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

ROGÉRIO CRUZ  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003282-1

SEI Nº 2721946v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.762, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Goiânia e com fulcro no art. 53, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e à vista do contido no Processo SEI nº 23.1.000003282-1, resolve:

Art. 1º Ceder a servidora FLÁVIA MODESTO DA SILVA SERQUEIRA, matrícula nº 654027-03, CPF nº 833.769.841-15, lotada na Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, ao Escritório de Prioridades Estratégicas, onde exercerá o cargo, em comissão, de Gerente de Avaliação de Políticas Públicas, símbolo CDI-1, a partir da data da publicação até 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão cessionário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003282-1

SEI Nº 2721948v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 4.763, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

EXONERAR

ALINE TELES DOS SANTOS REIS, matrícula nº 884413, CPF nº 001.078.491-86, do cargo, em comissão, de Assessora Especial, símbolo AE, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

ROGÉRIO CRUZ  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003151-5

SEI Nº 2721949v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 4.764, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, resolve:

**NOMEAR**

PLAUTILDES APARECIDA DE MELO, CPF nº 010.985.261-39, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Especial, símbolo AE, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003151-5

SEI Nº 2721950v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.765, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

**EXONERAR**

ALEPH SILVA DE JESUS, matrícula nº 1545060, CPF nº 700.611.161-73, do cargo, em comissão, de Superintendente de Tecnologia da Informação, símbolo CDS-6, da Secretaria Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia, a partir da data da publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003151-5

SEI Nº 2721951v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.766, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 265, de 18 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Exonerar WESLEY BATISTA DA SILVA, matrícula nº 944653, CPF nº 796.537.581-87, do cargo, em comissão, de Chefe de Gabinete, símbolo CDS-7, da Secretaria Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º Nomear o servidor acima mencionado para exercer o cargo, em comissão, de Superintendente de Tecnologia da Informação, símbolo CDS-6, da Secretaria Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003151-5

SEI Nº 2721952v1





**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.767, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 265, de 18 de janeiro de 2021, resolve:

**NOMEAR**

ARTUR DE CASTRO VIEIRA DE FREITAS, matrícula nº 1178067, CPF nº 051.487.421-00, para exercer o cargo, em comissão, de Chefe de Gabinete, símbolo CDS-7, da Secretaria Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003151-5

SEI Nº 2721954v1



**Prefeitura de Goiânia**

Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.768, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

**EXONERAR**

ALEXANDRE VIDAL FEITOZA, matrícula nº 1545426, CPF nº 807.307.441-91, do cargo, em comissão, de Assessor de Comunicação, símbolo CDS-3, da Secretaria Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia, a partir da data da publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

**ROGÉRIO CRUZ**

Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.1.000003151-5

SEI Nº 2721957v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 4.769, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e o Decreto nº 265, de 18 de janeiro de 2021, resolve:

NOMEAR

CARLA DANIELE DA SILVA, CPF nº 754.027.931-15, para exercer o cargo, em comissão, de Assessora de Comunicação, símbolo CDS-3, da Secretaria Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

ROGÉRIO CRUZ  
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.1.000003151-5

SEI Nº 2721959v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 4.770, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**

Dispõe sobre as medidas de execução orçamentária, financeira e contábil para o encerramento do exercício financeiro de 2023.

**O PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II, IV e VIII, da Lei Orgânica do Município Goiânia; tendo em vista o disposto na Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000; na Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; no Decreto nº 152, de 17 de janeiro de 2023; e o contido no Processo SEI nº 23.27.000004680-8,

**DECRETA:**

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as medidas de execução orçamentária, financeira e contábil para o encerramento do exercício financeiro de 2023, a serem cumpridas pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta e Fundos Especiais do Poder Executivo do Município de Goiânia, nos termos das normas orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis vigentes.

Art. 2º Ficam suspensas, a partir de 20 de outubro de 2023, as emissões de novos empenhos para o exercício de 2023.

§ 1º Excluem-se do prazo previsto no **caput** deste artigo, as seguintes despesas:

I - de pessoal e encargos sociais;

II - decorrentes de juros, encargos e amortização da dívida pública;

III - de sentenças judiciais transitadas em julgado;

IV - de tributos;

V - cujos percentuais de aplicação são definidos constitucionalmente ou por meio de lei específica, como em saúde e educação, observados os limites mínimos;

VI - custeadas com recursos efetivamente recebidos de convênios, de transferências federais de fundo a fundo, de acordos e ajustes, e das respectivas contrapartidas;

VII - custeadas com recursos de operações de créditos; e

VIII - provenientes de emendas impositivas.

§ 2º Em casos justificados como excepcionais, caberá ao titular do órgão ou entidade interessada encaminhar, por meio de ofício, a justificativa da necessidade e imprescindibilidade, com a indicação de anulação de saldos de empenhos na mesma Unidade Orçamentária e Fonte de Recursos, de valor igual ou superior ao novo empenho.

§ 3º Poderá ser autorizada a emissão de novos empenhos nos casos previstos no § 2º deste artigo, após análise da documentação, mediante autorização da Superintendência de Planejamento, Orçamento e Tesouro e deliberação do titular do órgão municipal de finanças.

§ 4º Compete à Superintendência de Planejamento, Orçamento e Tesouro após deliberação do titular do órgão municipal de finanças, autorizar, extraordinariamente, outras exceções de interesse da administração pública municipal.

§ 5º As autorizações previstas nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo serão emitidas por meio do Sistema de Solicitação Financeira - SISOL, em que constará a situação "Autorizada".

Art. 3º Os saldos de empenhos não liquidados ou excedentes do Poder Executivo municipal, referentes ao exercício financeiro de 2023, deverão ser anulados até dia 20 de outubro de 2023, pelo respectivo ordenador de despesa, sob pena de responsabilidade administrativa.

§ 1º Excluem-se do prazo previsto no **caput** deste artigo as seguintes despesas:

I - de pessoal e encargos sociais;

II - decorrentes de juros, encargos e amortização da dívida pública;

III - de sentenças judiciais transitadas em julgado;

IV - de tributos;

V - cujos percentuais de aplicação são definidos constitucionalmente ou por meio de lei específica, como em saúde e educação, observados os limites mínimos;

VI - custeadas com recursos efetivamente recebidos de convênios, de transferências federais de fundo a fundo, de acordos e ajustes, e das respectivas contrapartidas;

VII - custeadas com recursos de operações de créditos; e

VIII - provenientes de emendas impositivas.

§ 2º O ordenador de despesas do órgão ou entidade da administração pública municipal poderá solicitar formalmente ao órgão municipal de finanças, outras exceções, desde que devidamente justificadas.

§ 3º Para cumprimento do disposto neste artigo:

I - serão utilizados os recursos do orçamento vigente somente no montante das parcelas integralmente executadas e liquidadas dentro do exercício corrente;

II - as parcelas que serão executadas nos exercícios financeiros futuros correrão à conta dos respectivos orçamentos; e

III - serão inscritas em restos a pagar não processados somente as despesas não liquidadas, cujo serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontrem, em 31 de dezembro do exercício corrente, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor, conforme previsto na 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Art. 4º Compete à Superintendência de Planejamento, Orçamento e Tesouro, do órgão municipal de finanças:

I - coordenar e avaliar processos de anulação de empenhos não liquidados ou excedentes, com base nos valores lançados no orçamento para 2023;

II - proceder o lançamento das anulações para garantir o equilíbrio orçamentário e financeiro, se necessário;

III - orientar as unidades gestoras acerca do cumprimento deste Decreto; e

IV - emitir atos complementares a este Decreto.

§ 1º Fica a Superintendência de Planejamento, Orçamento e Tesouro, do órgão municipal de finanças, autorizada a consultar saldos e extratos bancários de todas as contas dos órgãos da administração direta, indireta, do Poder Executivo municipal, para cumprimento do disposto nos arts. 6º e 7º da Lei Complementar nº 271, de 22 de dezembro de 2014.

§ 2º Nos casos previstos no § 1º deste artigo as instituições bancárias deverão encaminhar ao órgão municipal de finanças, por meio magnético, os arquivos das movimentações bancárias.

Art. 5º O fluxo financeiro de pagamentos para o exercício de 2023 será encerrado no dia 8 de dezembro de 2023.

Parágrafo único. Excluem-se do prazo previsto no **caput** deste artigo os seguintes pagamentos:

I - folha de pagamento dos servidores;

II - consignações;

III - sentenças judiciais;

IV - provenientes de emendas impositivas; e

V - autorizados pelo titular do órgão municipal de finanças.

Art. 6º Após o término do prazo disposto no art. 3º deste Decreto, os saldos de empenhos não liquidados ou excedentes do exercício de 2023 deverão ser anulados até 16 de dezembro de 2023, pelo órgão municipal de finanças.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

ROGÉRIO CRUZ  
Prefeito de Goiânia

VINÍCIUS HENRIQUE PIRES ALVES  
Secretário Municipal de Finanças

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.27.000004680-8

SEI Nº 2721962v1

**Prefeitura de Goiânia**

Exposição de Motivos nº 4.770/2023

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

- 1 Submeto à consideração de Vossa Excelência a proposta de decreto para dispor sobre a adoção de medidas de execução orçamentária, financeira e contábil para o encerramento do exercício de 2023, do Poder Executivo municipal
- 2 O objetivo da proposta é definir os procedimentos para o encerramento adequado das contas públicas municipais em 2023, conforme as normas vigentes, e garantir o equilíbrio fiscal e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.
- 3 A proposta prevê a suspensão da emissão de novos empenhos para 2023, a partir da data de publicação do decreto, exceto para as despesas essenciais, como as de pessoal, dívida pública, sentenças judiciais, tributos, saúde e educação, entre outras. O decreto também determina que os saldos de empenhos não liquidados ou excedentes sejam anulados até o dia 20 de outubro de 2023, pelo respectivo ordenador de despesa, sob pena de responsabilização administrativa. Ademais, a proposta estipula as condições em que poderá ser autorizada a emissão de novos empenhos ou a manutenção dos saldos existentes, mediante justificativa e autorização do órgão municipal de finanças.
- 4 É fundamental que a administração pública municipal direta e indireta tome ciência dos prazos fixados na proposta de decreto e coordene, planeje e verifique a real necessidade das suas despesas e se elas serão realizadas dentro do exercício atual, considerando o princípio da anualidade e o regime de competência previstos na legislação.
- 5 As medidas propostas também se justificam pela necessidade da Superintendência Central de Contabilidade promover o fechamento do exercício financeiro e cumprir com a legislação vigente, bem como deixar o sistema apto para o próximo exercício, em 2 de janeiro de 2024.
- 6 A proposição está fundamentada nos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade e da transparência na administração pública municipal, e está em consonância com as disposições da Lei Orgânica do Município de Goiânia, da Lei Complementar federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da Lei federal nº 4.320, de 1964 (Lei das Normas Gerais de Direito Financeiro), e o Decreto nº 152, de 2023, que fixou as normas referentes à execução orçamentária e financeira do Poder Executivo do Município de Goiânia para o exercício de 2023.
- 7 Assim, a edição do decreto representa uma medida importante para o Município de Goiânia, pois atende aos ditames das legislações vigentes, incluindo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e preserva o equilíbrio orçamentário e financeiro.
- 8 Por todo exposto, reforço a necessidade de edição de decreto pelo Chefe do Poder Executivo para zelar pela gestão econômica financeira no âmbito do Poder Executivo municipal.

Respeitosamente,

VINÍCIUS HENRIQUE PIRES ALVES  
Secretário Municipal de Finanças

Avenida do Cerrado, 999 -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 1343, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.20.000002524-3.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **MÔNICA RIBEIRO COSTA**, matrícula nº 597031-02, ocupante do cargo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 05 de outubro de 2022, até a idade limite para a aposentadoria compulsória.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 09:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **1394297** e o código CRC **3D934631**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO





**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 1345, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.24.000001580-8.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **MAFALDA DE CÁCIA LUIZ DA SILVA**, matrícula nº 187771-01, ocupante do cargo de Profissional de Educação, lotada à época na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2022, até a data de sua aposentadoria.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 09:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **1394436** e o código CRC **A737BA93**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 1364, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.20.000001016-0.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **DILZA CARMEL TEIXEIRA TOLEDO**, matrícula nº 321826-02, ocupante do cargo de Profissional de Educação, lotada à época Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2023, até data de sua aposentadoria.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 09:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **1406112** e o código CRC **0D6982FE**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 1452, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 23.20.000001113-2.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **FRANCISCA MARIA LOPES**, matrícula nº 200921-01, ocupante do cargo de Agente de Apoio Educacional, lotada à época na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2023, até a data de sua aposentadoria.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 09:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **1456430** e o código CRC **E9527772**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 1454, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.20.000003376-9.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **DELMA MARIA DA SILVA**, matrícula nº 89320-01, ocupante do cargo de Técnico em Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 25 de novembro de 2022, até a idade limite para a aposentadoria compulsória.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva**, **Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 09:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior**, **Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **1457397** e o código CRC **73038854**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 1463, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.24.000010698-6.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** ao servidor **RONAN DOS SANTOS QUEIROZ**, matrícula nº 184500-01, ocupante do cargo de Profissional de Educação, lotado na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 25 de outubro de 2022, até a idade limite para a aposentadoria compulsória.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **1461927** e o código CRC **A5E89E0A**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 1721, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.20.000001415-2.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **MARIA DIVINA DE SANTANA CARVALHO**, matrícula nº 572179-02, ocupante do cargo de Profissional da Educação, lotada à época Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2022, até a data de sua aposentadoria.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 09:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **1610016** e o código CRC **D74EEEA5**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2200, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.20.000001314-8.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** ao servidor **JOSÉ MARIA BURJACK DIAS**, matrícula nº 571717-01, ocupante do cargo de Agente de Apoio Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 27 de maio de 2022, até a idade limite para a aposentadoria compulsória.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva**, **Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 08:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior**, **Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **1797617** e o código CRC **DC50CB43**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2032, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.24.000002134-4.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **GISELLA DE SOUZA ALMEIDA**, matrícula nº 210188-02, ocupante do cargo de Profissional de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 14 de julho de 2022, até a idade limite para a aposentadoria compulsória.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 09:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **1751103** e o código CRC **83FE573E**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO





**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2282, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 23.20.000002320-3.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **ANA MARIA SILVA DOS SANTOS**, matrícula nº 287288-01, ocupante do cargo de Profissional de Educação, lotada à época na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 20 de março de 2023, até a data de sua aposentadoria.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva**, **Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 08:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior**, **Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **1826058** e o código CRC **C10CD1CE**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2391, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.24.000015999-0.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** ao servidor **NÍVIO ALMEIDA MACEDO**, matrícula nº 45586-01, ocupante do cargo de Agente de Apoio Educacional, lotado à época na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 26 de dezembro de 2022, até a data de sua aposentadoria.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 08:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **1857087** e o código CRC **D7A67626**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2422, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.20.000003350-5.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **ANA MARIA SILVA GUIMARÃES**, matrícula nº 472034-01, ocupante do cargo de Agente de Apoio Educacional, lotada à época na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 25 de novembro de 2022, até a data de sua aposentadoria.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **1867410** e o código CRC **F58E0C7B**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2427, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.20.000003297-5.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** ao servidor **JOAQUIM DE AZEVEDO MACHADO**, matrícula nº 229075-02, ocupante do cargo de Profissional de Educação, lotado à época na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 22 de novembro de 2022, até a data de sua aposentadoria.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 08:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **1868631** e o código CRC **FD65663B**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2996, 21 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.20.000000876-0.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **ELIZABETH MIRANDA BARRETO**, matrícula nº 476560-01, ocupante do cargo de Agente Municipal de Trânsito, lotada na Secretaria Municipal de Mobilidade, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 06 de fevereiro de 2023, até a idade limite para a aposentadoria compulsória.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 21 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 08:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2014701** e o código CRC **7D2ECF46**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 3005, 28 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 23.20.000002829-9.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **MARIA APARECIDA MACHADO ANTONELE**, matrícula nº 224979-01, ocupante do cargo de Agente de Apoio Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 14 de abril de 2023, até a idade limite para a aposentadoria compulsória.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 28 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva**, **Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 08:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior**, **Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2021152** e o código CRC **C381C57E**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 3007, 28 DE SETEMBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 23.20.000000049-1.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** ao servidor **ALAN BRASIL DA SILVA**, matrícula nº 403385-02, ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Posturas, lotado na Agência Municipal do Meio Ambiente, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de janeiro de 2023, até a idade limite para a aposentadoria compulsória.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 28 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 05/10/2023, às 08:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2021635** e o código CRC **3CDF8562**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 3009, 04 DE OUTUBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 23.20.000000112-9.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **DENISE CARNEIRO BRAGA**, matrícula nº 465143-01, ocupante do cargo de Profissional de Educação, lotada à época na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2022, até a data de sua aposentadoria.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 04 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 04/10/2023, às 17:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2022356** e o código CRC **FBD39A07**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO





**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 3010, 04 DE OUTUBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.20.000001006-8.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **VERA LUCIA SOARES**, matrícula nº 669903-06, ocupante do cargo de Profissional de Educação, lotada à época na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04 de agosto de 2022, até a data de sua aposentadoria.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 04 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 04/10/2023, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2022689** e o código CRC **A782DAAE**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 3011, 04 DE OUTUBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 22.20.000000447-5.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **ELIZABETH ALVES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 92509-05, ocupante do cargo de Profissional de Educação, lotada à época na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10 de junho de 2022, até a data de sua aposentadoria.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 04 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 04/10/2023, às 17:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2023156** e o código CRC **6C786E3F**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 3062, 04 DE OUTUBRO DE 2023

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o disposto no artigo 40, § 1º e § 19 da Constituição Federal de 1988, e conforme o contido no Processo SEI nº 23.20.000002476-5.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** à servidora **DOMINGAS RODRIGUES RIBEIRO**, matrícula nº 226157-01, ocupante do cargo de Agente de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **Abono de Permanência**, no valor correspondente à sua contribuição previdenciária, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 27 de março de 2023, até a idade limite para a aposentadoria compulsória.

**Publique-se.**

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

Goiânia, 04 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Flavia Pereira Pires Neiva, Superintendente de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento**, em 04/10/2023, às 17:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 09/10/2023, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2053481** e o código CRC **4DE6DEB6**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 4312/2023

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, inciso XX do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o §1º do artigo 119, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, e conforme o contido no Processo SEI nº 23.5.000055498-3,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder** ao servidor **RICARDO PEREIRA BORGES**, matrícula funcional nº 850047-01, ocupante do cargo de Assistente Tecnológico, 02 (dois) anos de Licença para Tratar de Interesse Particular, no período de **20 de outubro de 2023 a 19 de outubro de 2025**.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
**Publique-se.**

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Mendes dos Santos, Chefe da Advocacia Setorial**, em 16/10/2023, às 22:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior, Secretário Municipal de Administração**, em 16/10/2023, às 22:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2721972** e o código CRC **E871B5EE**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gerência de Gestão de Contratos e Convênios

**EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 050/2023.**

**PROCESSO:** 23.5.000026378-4

**CONSIGNANTE:** MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**.

**CONSIGNATÁRIA:** BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

**OBJETO:** Concessão pela **CONSIGNATÁRIA**, dentro das normas e condições vigentes do Sistema Financeiro Nacional, de possibilitar a aprovação e concessão de crédito na forma de empréstimo pessoal e de cartão de crédito aos servidores ativos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e dos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Município de Goiânia, a ser formalizado por meio de contratos firmados exclusivamente entre a **CONSIGNATÁRIA** e o **CONSIGNADO**, sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Goiânia, em consonância com os termos, normas e procedimentos do Decreto Municipal nº 1587 de 19 de junho de 2019, Portaria nº 343/2017–SEMAD e suas alterações.

Averbação de consignação em folha de pagamento por parte da **CONSIGNANTE** dos valores para amortização mensal de débitos decorrentes das obrigações assumidas pelos servidores e/ou empregados do Município de Goiânia junto **CONSIGNATÁRIA**, em consonância com os termos, normas e procedimentos do Decreto Municipal nº 1587 de 19 de junho de 2019, e Portaria nº 343/2017–SEMAD e suas alterações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aos termos dos parágrafos primeiro e terceiro do artigo 59, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, do Decreto nº 1587, de 19 de junho de 2019 e suas alterações posteriores, bem como a Portaria nº 0343/2017 SEMAD e suas alterações, e de acordo com as normas do Sistema Financeiro Nacional e regido pelas cláusulas e condições que seguem.

**VIGÊNCIA:** A vigência do presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO** será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial.

**VALDERY JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Valdery José da Silva Júnior**, **Secretário Municipal de Administração**, em 06/10/2023, às 16:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2627878** e o código CRC **79EB5DF3**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Administração  
Gerência de Cadastro Geral de Fornecedores da Administração Municipal e Publicação

**AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023-EPE**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023 - EPE**

Regido pela Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e suas alterações, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 920, de 23 de fevereiro de 2021, ou a que vier substituí-la, e ainda no Decreto nº 1.285, de 07 de julho de 2020, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

**PROCESSO ELETRÔNICO SEI Nº 23.25.000000370-5**

**OBJETO:** Seleção de uma Empresa de Serviços de Conservação de Energia - ESCO (Energy Services Company), ou empresa de engenharia habilitada para, mediante doação, elaboração de Diagnóstico Energético, Medição e Verificação (M&V), Proposta de Projeto, bem como a realização e eventuais implementações de projetos executivos integrais de eficiência energética e execução de todas as atividades necessárias a viabilizar a participação da Prefeitura de Goiânia como beneficiária nos Programas de Eficiência Energética (PEE) perante a concessionária Equatorial Energia Goiás (Equatorial-GO), conforme editais de Chamada Pública de Projetos da Equatorial-GO, a serem publicados nos anos de 2023 e 2024.

**SESSÃO DE ABERTURA:** 31 de outubro de 2023, às 09h00.

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Sala de licitação da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD da Prefeitura de Goiânia, no endereço Palácio das Campinas - Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) Avenida do Cerrado nº 999, Bloco B, Térreo. Park Lozandes – Goiânia - GO - CEP: 74884-900 Fone: (62) 3524-4048, e-mail: [comissaosemad@goiania.go.gov.br](mailto:comissaosemad@goiania.go.gov.br).

**INTERESSADO:** Escritório de Prioridades Estratégicas – EPE

**OBSERVAÇÃO:** O edital ficará disponível aos interessados para retirada e acompanhamento no site [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br). Maiores esclarecimentos no fone: (62) 3524-4048 e e-mail: [comissaosemad@goiania.go.gov.br](mailto:comissaosemad@goiania.go.gov.br).

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

**MICHEL AFIF MAGUL**

Secretário do Escritório de Prioridades Estratégicas



Documento assinado eletronicamente por **Michel Afif Magul, Secretário do Escritório de Prioridades Estratégicas**, em 11/10/2023, às 12:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2691391** e o código CRC **1016DA5F**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Controladoria Geral do Município  
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 496/2023 - GAB/CGM

**Prorrogação de prazo**

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992 combinado com o Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** a Portaria – CGM n.º 002/2021 de 27 de janeiro de 2021 que designa servidoras para comporem a Comissão Especial de Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica – CESPAP bem como Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD 02;

**Considerando** a Portaria nº 392/2023 - GAB/CGM, que designa a supracitada CESPAD/02 para apurar possíveis irregularidades referentes aos fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar n.º 23.7.000002844-5 e, ainda,

**Considerando** o Memorando nº 171/2023, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo e Disciplinar – CESPAD-02, no processo SEI nº 23.7.000004991-4, o qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar que se encontra tramitando junto à referida Comissão, em razão do prazo legal que deve ser observado, bem como da necessidade de maiores apurações no processo administrativo a que se refere;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Prorrogar** o prazo da Portaria-CGM n.º 392/2023, referente ao Processo SEI n.º 23.7.000002844-5, por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 10/10/2023, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 10/10/2023.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município de Goiânia, na data da última assinatura eletrônica.

**Marcel Limongi Batista Pereira**

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 323/2023](#)



Documento assinado eletronicamente por **Erika Mara da Costa Barros, Assistente Administrativa**, em 10/10/2023, às 14:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Limongi Batista Pereira, Chefe de Gabinete**, em 10/10/2023, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2695255** e o código CRC **E55F7241**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Controladoria Geral do Município  
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 497/2023-GAB/CGM

*Recondução da Comissão Especial de Processo  
Administrativo Disciplinar - CESPAD-02*

**O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos da Lei Complementar n.º 335, de 01 janeiro de 2021 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 36, inciso VII, art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** que o processo disciplinar será conduzido por comissão, permanente ou especial, designadas pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/1992;

**Considerando** a finalização do prazo da Portaria-CGM n.º 274/2023, prorrogada pela Portaria-CGM n.º 409/2023;

**Considerando** o Memorando n.º 166/2023, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – 02 da Corregedoria-Geral do Município no processo SEI n.º 23.7.000003819-0;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Reconduzir** os trabalhos à Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-02, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para dar continuidade a apuração de que trata o **Processo Administrativo Disciplinar n.º 23.7.000002561-6**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos, a partir do dia 10/10/2023.

**Art. 2º** - A Comissão, em conformidade com a Portaria – CGM nº 002, de 27 de janeiro de 2021, será composta pelos seguintes membros:

Maylla Ferreira da Silva Vieira :	Mat. 1312057-01	Presidente
Tatiane Barros Trindade :	Mat. 1313959-01	Vogal
Adriana Maria da Silva :	Mat. 1311859-01	Secretária

**Art. 3º** - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração, conforme art. 170, da Lei Complementar n.º 011/92, bem como assegurado a ampla defesa e o contraditório.

**Art. 4º** - A Comissão deverá elaborar e apresentar relatório minucioso e conclusivo, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas, em que se baseou para formar sua convicção.

**Art. 5º** - O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado por escrito.

**Art. 6º** - Os trabalhos iniciados já realizados pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar serão recepcionados para a conclusão da apuração.



**Art. 7º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, **surtindo efeitos a partir de 10/10/2023.**

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

**Marcel Limongi Batista Pereira**

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 323/2023](#)



Documento assinado eletronicamente por **Erika Mara da Costa Barros, Assistente Administrativa**, em 10/10/2023, às 13:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Limongi Batista Pereira, Chefe de Gabinete**, em 10/10/2023, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2695365** e o código CRC **567EC418**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.7.000003819-0

SEI Nº 2695365v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Controladoria Geral do Município  
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 498/2023-GAB/CGM

**Prorrogação de prazo**

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992 combinado com o Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** a Portaria – CGM n.º 002/2021 de 27 de janeiro de 2021 que designa servidoras para comporem a Comissão Especial de Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica – CESPAP bem como Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD 02;

**Considerando** a Portaria nº 416/2023-GAB/CGM, que reconduziu os trabalhos à Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar - CESPAD-02 para apurar possíveis irregularidades referentes aos fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar nº 23.7.000001658-7 e, ainda,

**Considerando** o [Memorando 172/2023](#), emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo e Disciplinar – CESPAD-02, no processo SEI nº 23.7.000002669-8, o qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar que se encontra tramitando junto à referida Comissão, em razão do prazo legal que deve ser observado, bem como da necessidade de maiores apurações nos processos administrativos a que se refere.;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Prorrogar o prazo da **Portaria-CGM n.º 416/2023**, referente ao **Processo SEI n.º 23.7.000001658-5**, por mais 60 (sessenta) dias, **a partir de 11/10/2023**, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica..

**Marcel Limongi Batista Pereira**

Chefe de Gabinete

[Portaria n.º 323/2023](#)



Documento assinado eletronicamente por **Erika Mara da Costa Barros, Assistente Administrativa**, em 10/10/2023, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Limongi Batista Pereira, Chefe de Gabinete**, em 10/10/2023, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2696400** e o código CRC **1890000E**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Controladoria Geral do Município  
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 499/2023-GAB/CGM

Prorrogação de prazo

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992 combinado com o Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** a Portaria – CGM n.º 002/2021 de 27 de janeiro de 2021 que designa servidoras para comporem a Comissão Especial de Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica – CESPAP bem como Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD 02:

**Considerando** a Portaria nº 395/2023-GAB/CGM, que designa a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar - CESPAD 02 para apurar possíveis irregularidades referentes aos fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar nº 23.7.000003070-9 e, ainda,

**Considerando** o [Memorando n.º 162/2023](#) da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD 02, constante no Processo SEI n.º 23.7.000004813-6, o qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar que se encontra tramitando junto à referida Comissão, em razão do prazo legal que deve ser observado, bem como da necessidade de maiores apurações nos processos administrativos a que se refere.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Prorrogar o prazo da **Portaria-CGM n.º 395/2023**, referente ao **Processo SEI n.º 23.7.000003070-9**, por mais 60 (sessenta) dias, **a partir de 10/10/2023**, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo efeitos a partir de 10/10/2023.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

**Marcel Limongi Batista Pereira**  
Chefe de Gabinete  
[Portaria n.º 323/2023](#)



Documento assinado eletronicamente por **Erika Mara da Costa Barros, Assistente Administrativa**, em 10/10/2023, às 14:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Limongi Batista Pereira, Chefe de Gabinete**, em 10/10/2023, às 14:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2696624** e o código CRC **74BBE930**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Controladoria Geral do Município  
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 500/2023-GAB/CGM

*Recondução da Comissão Especial de Processo Administrativo  
Disciplinar - CESPAD-01*

**O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos da Lei Complementar n.º 335, de 01 janeiro de 2021 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 36, inciso VII, art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** que o processo disciplinar será conduzido por comissão permanente ou especial, designadas pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/92;

**Considerando** a Portaria n.º 266/2023, que designa a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 01/CESPAD-01 para apurar possíveis irregularidades referentes aos fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar nº 23.7.000000632-8, prorrogada pela Portaria n.º 401/2023;

**Considerando** a finalização do prazo estabelecido nas Portarias supracitadas;

**Considerando** o Memorando n.º 143/2023, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 01/CESPAD-01 da Corregedoria-Geral do Município, no processo SEI n.º 23.7.000004976-0;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Reconduzir** os trabalhos à Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-01, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para dar continuidade a apuração de que trata o **Processo Administrativo Disciplinar** n.º 23.7.000000632-8, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º - A Comissão**, em conformidade com a Portaria-CGM nº 126/2022, de 11 de maio de 2022, será composta pelos seguintes membros:

Janaine Borges da Silva Santos	matrícula nº 634492-01	Presidente
Fernanda Xavier de Almeida Barros	matrícula nº 594407-01	Vogal
Sandra Rafaela Coimbra Martins	matrícula nº 1010557-01	Secretária

**Art. 3º - A Comissão** exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração, conforme art. 170, da Lei Complementar n.º 011/92, bem como assegurado a ampla defesa e o contraditório.

**Art. 4º - A Comissão** deverá elaborar e apresentar relatório minucioso e conclusivo, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas, em que se baseou para formar sua convicção.

**Art. 5º - O prazo** para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado por escrito.

**Art. 6º - Os trabalhos** iniciados já realizados pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar serão recepcionados para a conclusão da apuração.

**Art. 7º - Esta Portaria** entrará em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

**Marcel Limongi Batista Pereira**  
Chefe de Gabinete  
[Portaria n.º 323/2023](#)



Documento assinado eletronicamente por **Erika Mara da Costa Barros, Assistente Administrativa**, em 10/10/2023, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Limongi Batista Pereira, Chefe de Gabinete**, em 10/10/2023, às 14:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2696641** e o código CRC **43825DCF**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.7.000004976-0

SEI Nº 2696641v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Controladoria Geral do Município  
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 502/2023 - GAB/CGM

Designa a Comissão Especial de Processo Administrativo  
Disciplinar – CESPAD-03

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021,e;

**Considerando** o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** que o Processo Administrativo Disciplinar será conduzido por Comissão Permanente ou Especial, designados pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/1992;

**Considerando** a autuação do Processo n.º 23.7.000005038-6, em atenção ao Vistos em Inspeção Final SIND n.º 139/2023, exarado pela Corregedoria-Geral do Município no processo administrativo n.º 23.24.000006037-0;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Designar** a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-03, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 23.7.000005038-6**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º** A Comissão, em conformidade com a Portaria n.º 126, de 20 de maio de 2022, alterada pela Portaria n.º 430, de 20 de dezembro de 2022, será composta pelos seguintes membros:

Evelyn Lelitscewa da Bela Cruz Arantes Matrícula n.º 517771 -03 Presidente

Helenice Cipriano Mota Matrícula n.º 1207245-01 Vogal

Milla Rosa Peixoto Matrícula n.º 738735-01 Secretária

**Art. 3º** A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração, conforme art. 170, da Lei Complementar n.º 011/92, bem como assegurado a ampla defesa e o contraditório.

**Art. 4º** A Comissão deverá elaborar e apresentar relatório minucioso e conclusivo, que resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar sua convicção.

**Art. 5º** O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado por escrito.

**Art. 6º** Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

**Marcel Limongi Batista Pereira**  
Chefe de Gabinete  
[Portaria n.º 323/2023](#)



Documento assinado eletronicamente por **Erika Mara da Costa Barros, Assistente Administrativa**, em 10/10/2023, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Limongi Batista Pereira, Chefe de Gabinete**, em 11/10/2023, às 08:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2697509** e o código CRC **FA8A057F**.

---

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.7.000005038-6

SEI Nº 2697509v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Controladoria Geral do Município  
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 503/2023-GAB/CGM

Designa a Comissão Especial de Processo Administrativo  
Disciplinar – CESPAD-03

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021,e;

**Considerando** o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** que o Processo Administrativo Disciplinar será conduzido por Comissão Permanente ou Especial, designados pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/1992;

**Considerando** a autuação do Processo n.º 23.7.000005040-8, em atenção ao Vistos em Inspeção Final SIND n.º 139/2023, exarado pela Corregedoria-Geral do Município no processo administrativo n.º 23.24.000006037-0;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Designar** a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-03, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 23.7.000005040-8**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º** A Comissão, em conformidade com a Portaria n.º 126, de 20 de maio de 2022, alterada pela Portaria n.º 430, de 20 de dezembro de 2022, será composta pelos seguintes membros:

Evelyn Lelitscewa da Bela Cruz Arantes	Matrícula n.º 517771 -03	Presidente
Helenice Cipriano Mota	Matrícula n.º 1207245-01	Vogal
Milla Rosa Peixoto	Matrícula n.º 738735-01	Secretária

**Art. 3º** A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração, conforme art. 170, da Lei Complementar n.º 011/92, bem como assegurado a ampla defesa e o contraditório.

**Art. 4º** A Comissão deverá elaborar e apresentar relatório minucioso e conclusivo, que resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar sua convicção.

**Art. 5º** O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado por escrito.

**Art. 6º** Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

**Marcel Limongi Batista Pereira**  
Chefe de Gabinete  
[Portaria n.º 323/2023](#)





Documento assinado eletronicamente por **Erika Mara da Costa Barros**, **Assistente Administrativa**, em 10/10/2023, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Limongi Batista Pereira**, **Chefe de Gabinete**, em 11/10/2023, às 08:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2697802** e o código CRC **6430812A**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.7.000005040-8

SEI Nº 2697802v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Controladoria Geral do Município  
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 504/2023 - GAB/CGM

Designa a Comissão Especial de Processo Administrativo  
Disciplinar – CESPAD-03

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021,e;

**Considerando** o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** que o Processo Administrativo Disciplinar será conduzido por Comissão Permanente ou Especial, designados pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/1992;

**Considerando** a autuação do Processo n.º 23.7.000006037-0, em atenção ao Vistos em Inspeção Final SIND n.º 139/2023, exarado pela Corregedoria-Geral do Município no processo administrativo n.º 23.24.000006037-0;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Designar** a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-03, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 23.7.000006037-0**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º** A Comissão, em conformidade com a Portaria n.º 126, de 20 de maio de 2022, alterada pela Portaria n.º 430, de 20 de dezembro de 2022, será composta pelos seguintes membros:

Evelyn Lelitscewa da Bela Cruz Arantes	Matrícula n.º 517771 -03	Presidente
Helenice Cipriano Mota	Matrícula n.º 1207245-01	Vogal
Milla Rosa Peixoto	Matrícula n.º 738735-01	Secretária

**Art. 3º** A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração, conforme art. 170, da Lei Complementar n.º 011/92, bem como assegurado a ampla defesa e o contraditório.

**Art. 4º** A Comissão deverá elaborar e apresentar relatório minucioso e conclusivo, que resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar sua convicção.

**Art. 5º** O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado por escrito.

**Art. 6º** Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

**Marcel Limongi Batista Pereira**  
Chefe de Gabinete  
[Portaria n.º 323/2023](#)



Documento assinado eletronicamente por **Erika Mara da Costa Barros, Assistente Administrativa**, em 10/10/2023, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Limongi Batista Pereira, Chefe de Gabinete**, em 11/10/2023, às 08:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2698111** e o código CRC **749A704B**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.7.000005041-6

SEI Nº 2698111v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Controladoria Geral do Município  
Diretoria Administrativa

### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando a presunção de veracidade dos documentos no processo em análise, que trata da contratação das empresas **LUCIO EMBALAGENS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 12.794.790/0001-03** e **COMERCIAL J. TEODORO LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 03.018.800/0001-28**, para fornecimento de materiais de higiene, limpeza e EPIs, conforme condições e especificações estabelecidas no [Termo de referência](#), a fim de atender as necessidades da Controladoria-Geral do Município de Goiânia.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme a Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021; **AUTORIZA**, na forma da lei, as **DESPESAS** e **DECLARO** que a aquisição dos itens dos autos se ajusta à hipótese de dispensa de licitação em razão do valor de R\$ 16.064,70 (dezesesseis mil e sessenta e quatro reais e setenta centavos) em favor de **LUCIO EMBALAGENS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 12.794.790/0001-03** e R\$ 587,40 (quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos) em favor de **COMERCIAL J. TEODORO LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 03.018.800/0001-28** Fundamentado no artigo 24, inciso II da Lei n.º. 8.666/93, conforme solicitação no Parecer Jurídico 985/2023 (2638774).

Diante o exposto especificado na lei 8666/93;

(...)

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Goiânia, 09 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Marques Teixeira, Assistente Administrativo**, em 09/10/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Ferreira Costa Teles, Diretora Administrativa**, em 10/10/2023, às 08:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Limongi Batista Pereira, Chefe de Gabinete**, em 10/10/2023, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2685740** e o código CRC **B603E210**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral

PORTARIA Nº 46, 10 DE OUTUBRO DE 2023

Designa servidores para o encargo de gestão e fiscalização de contrato de serviços gráficos, para atender a Procuradoria-Geral do Município – PGM.

A PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43 e inciso VI do art. 64, da Lei Complementar nº. 335, de 01 de janeiro de 2021, e inciso XVI do art. 11, do Decreto 245, de 15 de janeiro de 2021, e, atendendo à Instrução Normativa CGM nº. 02/2018, de 06 de fevereiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores LEANDRO BITTENCOURT ROSA E SILVA, matrícula nº 955604-01, CPF 019.263.411-98, como Gestor de Contrato e CLEBER MARCIANO DA SILVA, matrícula nº 962694-01, CPF 905.166.721-34, como Fiscal de Contrato, das despesas decorrentes da contratação da empresa PROT CAR COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.562.858/0001-63, com vistas a contratação de serviços gráficos para atender a demanda da Procuradoria-Geral do Município de Goiânia.

Goiânia, 10 de outubro de 2023.

**JOSÉ CARLOS RIBEIRO ISSY**  
Procurador-Geral do Município



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia, Chefe de Gabinete**, em 10/10/2023, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2699390** e o código CRC **1C4F703B**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral

PORTARIA Nº 47, 10 DE OUTUBRO DE 2023

Designa servidores para o encargo de gestão e fiscalização de contrato para aquisição de material de escritório, para atender a Procuradoria-Geral do Município – PGM.

A PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43 e inciso VI do art. 64, da Lei Complementar nº. 335, de 01 de janeiro de 2021, e inciso XVI do art. 11, do Decreto 245, de 15 de janeiro de 2021, e, atendendo à Instrução Normativa CGM nº. 02/2018, de 06 de fevereiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores LEANDRO BITTENCOURT ROSA E SILVA, matrícula nº 955604-01, CPF 019.263.411-98, como Gestor de Contrato e ELIO RODRIGUES DO NASCIMENTO, matrícula nº 962694-01, CPF 648.222.731-72, como Fiscal de Contrato, das despesas decorrentes da contratação da empresa PIPA DOURADA COMÉRCIO DE PAPEIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.037.395/0001-83, com vistas ao fornecimento de material de escritório e similares para atender a demanda da Procuradoria-Geral do Município de Goiânia.

Goiânia, 10 de outubro de 2023.

**JOSÉ CARLOS RIBEIRO ISSY**  
Procuradoria-Geral do Município



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia, Chefe de Gabinete**, em 10/10/2023, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2699835** e o código CRC **1C5B6904**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Procuradoria Geral do Município  
Gerência de Planejamento

DESPACHO Nº 55/2023

Tendo em vista a necessidade de contratação de empresa para confecção de serviços gráficos como convites, placas adesivas, adesivo citru e certificados de cursos em atendimento da Procuradoria-Geral do Município, conforme justificativa já colacionada aos autos do processo administrativo no Justificativa 4 (2472752), **APROVO** o Termo de Referência deles constante e **AUTORIZO** a presente dispensa de licitação, nos termos do art.24, II, da Lei Federal de nº 8.666/1993, para a contratação da empresa PROT CAR COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, no valor de R\$ 12.210,00 (Doze mil e duzentos e dez reais).

Goiânia, 05 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia, Chefe de Gabinete**, em 03/10/2023, às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2472762** e o código CRC **C736E12C**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.6.000012824-8

SEI Nº 2472762v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Procuradoria Geral do Município  
Gerência de Planejamento

DESPACHO Nº 62/2023

**Assunto: Autorizo de Compra.**

Tendo em vista a necessidade de contratação de empresa para fornecimento de materiais de expediente, escritório e similares, para atender a Procuradoria-Geral do Município, conforme justificativa já colacionada aos autos do processo administrativo [\(2536578\)](#), **APROVO** o Termo de Referência deles constante e **AUTORIZO** a presente dispensa de licitação, nos termos do art.24, II, da Lei Federal de nº 8.666/1993, para a contratação da empresa **PIPA DOURADA COMÉRCIO DE PAPEIS EIRELI**, no valor de R\$ 8.179,20 (oito mil cento e setenta e nove reais e vinte centavos).

Goiânia, 19 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia**, **Chefe de Gabinete**, em 05/10/2023, às 10:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2552492** e o código CRC **CAC10C23**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO





**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana  
Secretaria Geral

**ERRATA DO DESPACHO TITULAR Nº 2513/2023**

**Onde se lê:**

**Autorizo** o pagamento por indenização referente ao Contrato nº 063/2023.

**Leia-se:**

**Autorizo** o pagamento por indenização referente ao Contrato nº 028/2019.

Permanece inalterados os demais termos do Despacho Titular nº 2513/2023.

Goiânia, 10 de outubro de 2023.

**DENES PEREIRA ALVES**  
Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana



Documento assinado eletronicamente por **Denes Pereira Alves**,  
**Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana**, em 10/10/2023, às  
17:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador  
**2699765** e o código CRC **A4143AA1**.

Rua 21, nº 410 -  
- Bairro Vila Santa Helena  
CEP 74555-330 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana  
Coordenação Executiva do Programa de Pavimentação Asfáltica

**7ª ORDEM DE SERVIÇO (ESPECÍFICA) - GRUPO 1**

O **Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana**, no uso de suas atribuições legais, considerando o Contrato nº 069/2023, **AUTORIZA** o **CONSÓRCIO RECAPE GYN**, inscrito no CNPJ: 51.923.686/0001-23, composto pelas empresas **SOBRADO CONSTRUÇÃO LTDA (Líder do Consórcio)**, inscrita CNPJ: 01.419.308/0001-39, **GOIÁS CONSTRUTORA LTDA**, inscrita CNPJ: 02.649.127/0001-61 e **GAE CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA**, inscrita CNPJ: 02.083.764/0001-13, a iniciar a execução dos serviços de execução de manutenção de vias e revitalização de capa asfáltica, incluindo remendo profundo, reciclagem de base, base de solo estabilizado granulometricamente, fresagem, reforço da pavimentação com geogrelha, whitetopping (pavimento de concreto), pintura de ligação, concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ, e microrrevestimento asfáltico GRUPO 1 – (Região Noroeste, Oeste e Sudeste), em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Edital da Concorrência Pública nº 001/2023 - SRP, da Prefeitura de Goiânia, do Processo SEI nº 23.18.000000867-2.

A partir de 07.10.23, iniciar-se-ão os serviços de manutenção de via e revitalização de capa asfáltica, sendo as vias discriminadas no **Quadro 01**, conforme quantidades indicadas no **Quadro 02** abaixo:

**Quadro 01** - Lista de Vias a receberem revitalização da capa asfáltica

Vias	Trecho	Bairro
Avenida Comercial	Rua Irmã Celina / Rua CM-2	Jardim Nova Esperança
Rua Amador Bueno	Avenida Cel. Joaquim Lúcio / Av. Perimetral	Setor Santos Dumont
Rua da Independência	Alça de Ligação Rua da Independência	Setor Capuava
Av. Noel Rosa / GYN 24	Rua RY6 / GYN 24	Parque Eldorado Oeste

**Quadro 02** - Quantitativos dos serviços da Ordem Específica nº 07

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	PREÇO UNITÁRIO C/ BDI	7ª ORDEM DE SERVIÇO	
				QUANT.	VALOR TOTAL
1	REMENDO PROFUNDO (RECONSTRUÇÃO DAS CAMADAS INFERIORES DO PAVIMENTO)	M3	337,70	846,30	285.792,18
2	RECICLAGEM DE BASE (RECONSTRUÇÃO DAS CAMADAS INFERIORES DO PAVIMENTO)	M3	90,72		-
3	BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE COM MISTURA EM USINA (RECONSTRUÇÃO DAS CAMADAS INFERIORES DO PAVIMENTO)	M3	237,68		-
4	FRESAGEM DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO	M2	9,91	36.010,00	356.893,60
5	PAVIMENTAÇÃO COM REFORÇO DE GEOSSINTÉTICOS (GEOGRELHA)	M2	38,75		-
6	WHITETOPPING	M2	119,12		-
7	PINTURA DE LIGAÇÃO	M2	1,97	36.010,00	70.896,34
8	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE	M3	1.679,24	1.080,30	1.814.080,53
9	MICRORREVESTIMENTO	M2	22,18		-
	<b>TOTAL GERAL COM BDI</b>				<b>2.527.662,65</b>

O valor total desta Ordem de Serviço é de R\$ 2.527.662,65 (dois milhões quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), a serem pagos conforme medição e de acordo com os documentos entregues e aceitos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana.

Os serviços deverão ser executados em estrita observância aos padrões de desempenhos e métodos construtivos determinados pelo Projeto Básico.

Ao receber a Ordem de Serviço a contratada deverá apresentar cronograma à fiscalização do contrato para aprovação.

**GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA**, aos 06 dias do mês de outubro de 2023.

**Clayton Alves de Santana**

Matrícula nº 1427830

Portaria nº 155/2023

**Fiscal Contrato nº 069/2023**

**Álex Maycon Izaías**

Matrícula nº 1526065

Portaria nº 155/2023

**Fiscal Contrato nº 069/2023**

**Alexandre Nascimento Silva**

Matrícula nº 391093

Portaria nº 155/2023

**Fiscal Contrato nº 069/2023**

**Leonardo Santos Bandeira**

Matrícula nº 94650

Portaria nº 155/2023

**Contrato nº 069/2023**

**Bruno Rafael de Souza**

Matrícula nº 1430211

Portaria nº 155/2023

**Gestor Administrativo do Contrato nº 069/2023**

**Cristiano Oliveira Calixto**

Matrícula nº 1217356

Portaria nº 155 /2023

**Gestor Administrativo Suplente do Contrato nº 069/2023**

**Denes Pereira Alves**

**Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana**



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Rafael de Souza, Coordenador Executivo do Programa de Pavimentação Asfáltica**, em 06/10/2023, às 18:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Allex Maycon Izaías, Analista em Obras e Urbanismo**, em 06/10/2023, às 18:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Clayton Alves de Santana, Assessor Especial Técnico I**, em 06/10/2023, às 18:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Oliveira Calixto, Diretor de Supervisão de Obras de Infraestrutura Urbana**, em 06/10/2023, às 18:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Denes Pereira Alves, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana**, em 06/10/2023, às 18:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Santos Bandeira, Assistente Técnico Profissional**, em 09/10/2023, às 07:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JADIR MATSUY, Usuário Externo**, em 09/10/2023, às 08:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2679442** e o código CRC **20734D5E**.

Rua 21, nº 410 -  
- Bairro Vila Santa Helena  
CEP 74555-330 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.18.000000867-2

SEI Nº 2679442v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Secretaria Geral

**CERTIDÃO Nº 35186/2023**

**O Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 17, da Lei nº 4.526, de 20 de janeiro de 1972, e Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007 - Plano Diretor de Goiânia, Lei Complementar nº 177, de 19 de janeiro de 2008 e Decreto nº 092, de 16 de janeiro de 2018, bem como considerando o contido no Projeto **35186/2023** de interesse de **Neith Teixeira**;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica aprovado o Remembramento do(s) Lote(s) 14, 16, nº Iptu(s) 35802600630000, 35802601000000, da quadra 20, situados na(s) avenida center, Setor SET ORIENTVILLE, nesta capital, objeto das matrículas nº 382238, 382237, do 35802600630000, com a finalidade de, após aprovado passar a constituir o Lote 14-16 com as seguintes características e confrontações:

**1 - SITUAÇÃO ATUAL DOS LOTES**

**LOTE 14 Área: 377.02 m²**

Frente AVENIDA CENTER: 20,00 m

Fundo LOTE 16 : 21,15 m

Lado direito LOTE 15: 15,41 m

Lado esquerdo LOTE 13: 22,29 m

**LOTE 16 Área: 377.02 m²**

Frente RUA FRANCISCO LUIZ FERREIRA: 20,00 m

Fundo LOTES 14 : 21,15 m

Lado direito LOTES 17: 22,29 m

Lado esquerdo LOTES 15: 15,41 m

**2 - SITUAÇÃO APÓS REMEMBRAMENTO**

**LOTE 14-16 Área: 754.04 m²**

Frente AVENIDA CENTER: 20,00 m

Fundo RUA FRANCISCO LUIZ FERREIRA: 20,00 m

Lado direito LOTE 15: 15,41 M + 15,41 M m

Lado esquerdo LOTE 13 E 17: 22,29 M + 22,29 M m

**Parágrafo único.** A aprovação de que trata o caput deste artigo deverá ser averbada pelo interessado, no Cartório de Registro de Imóveis competente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade, de acordo com o art. 18, da Lei Federal nº 6.766/1979, devendo ser protocolado o documento de averbação junto à Secretaria Municipal de Finanças, com a apresentação dos seguintes documentos:

I - Certidão de Matrícula atualizada, do imóvel desmembrado/remembrado, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;

II - Comprovante de quitação das taxas municipais decorrentes do pedido de desmembramento/remembramento e de inscrições municipais de imóveis;

III - Documentação atualizada de constituição da pessoa jurídica e de sua representação, quando for o caso.

**Art. 2º.** Esta Certidão entrará em vigor na data da sua publicação.

**GABINETE DO SECRETÁRIO**, aos 11 dias do mês de outubro de 2023.

**VALFRAN DE SOUSA RIBEIRO**

Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação



Documento assinado eletronicamente por **Valfran De Sousa Ribeiro, Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação**, em 11/10/2023, às 08:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2700770** e o código CRC **030425A1**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco E, 1º andar -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.28.000005432-8

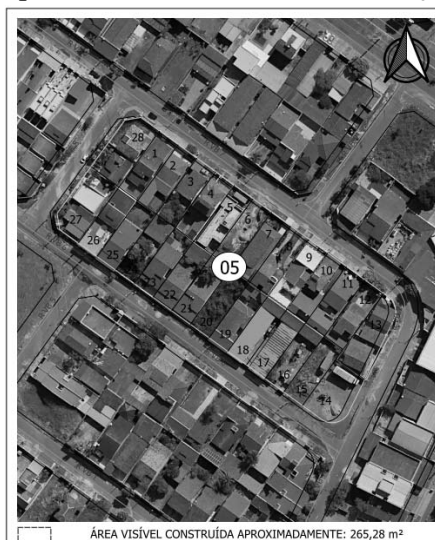
SEI Nº 2700770v1

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Superintendência da Ordem Pública  
Diretoria de Ordenamento Urbano  
Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia

**PROCESSO:** 92059341/2023**INTERESSADO:** CLEBIA ALVES DA COSTA**ASSUNTO:** INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA**DESPACHO:** 112-2023- GERGDCT**CERTIDÃO DE INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA - ORTOFOTO 2016**

Para fins de análise e comprovação, atendendo a Lei Complementar nº 314 de 05 de novembro de 2018, Artigo 2º, VIII, certificamos que após análise da **Ortofoto 2016**, **constatamos a existência de edificação no Lote 09, Quadra 5, na Rua VB-7, no Residencial Veredas dos Buritis**, nesta Capital, com área visível construída de **265,28 m² aproximadamente**, conforme pode verificar no croqui anexo sobreposto à referida imagem, o lote em questão encontra-se situado na **Macrozona Construída**, por força da Lei Complementar N.º 349, de 04 de março de 2022.



**FIG.: 01 - RECORTE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICA DE GOIÂNIA – SIGGO.**

**Gerência de Geoprocessamento, Documentação, Cartografia e Topografia da  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.**

**Goiânia, 29 de setembro de 2023.**

**Carlos Eduardo Meireles Rezende**  
Tecnólogo em Geoprocessamento

**João Paulo de Oliveira Ponce**  
Tecnólogo em Geoprocessamento  
Gerente - GERGDCT

**De acordo:**

**Maria Heloisa Lima de Moraes Morué**  
Diretora de Ordenamento Urbano

**Valfran de Sousa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação





ÁREA VISÍVEL CONSTRUÍDA APROXIMADAMENTE: 265,28 m²

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO

ORTOFOTO 2016 (LEI COMPLEMENTAR n.º 314, 05/11/2018)

Rua VB 7 Quadra 05 Lote 09 Residencial Vereda dos Buritis

Interessado: CLEBIA ALVES DA COSTA

MUNICÍPIO: Goiânia	ESTADO: Goiás	NÚMERO PROCESSO: 92059341/2023	DATA: 29/09/2023	DESENHO: CARLOS E M REZENDE
-----------------------	------------------	-----------------------------------	---------------------	--------------------------------



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Superintendência da Ordem Pública  
Diretoria de Ordenamento Urbano  
Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia

**PROCESSO:** 92077876/2023**INTERESSADO:** FGR INCORPORAÇÕES SA**ASSUNTO:** INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA**DESPACHO:** 105-2023- GERGDCT - CLA

### **CERTIDÃO DE INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA**

De acordo com as informações obtidas no Sistema de Informações Geográficas de Goiânia – SIGGO, figura 01, a GLEBA de terras 02, Remanescente, parte integrante da Fazenda Santa Rita, neste Município, com área total de 397.560,97m<sup>2</sup>, Matrícula n.º 223.302 da 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis, encontra-se situado na Macrozona Rural do Dourados – Outorga Onerosa de Alteração de Uso, por força da Lei Complementar N.º 349, de 04 de março de 2022.



**FIG.: 01 - RECORTE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DE GOIÂNIA – SIGGO.**

GERÊNCIA DE GEOPROCESSAMENTO, DOCUMENTAÇÃO, CARTOGRAFIA E  
TOPOGRAFIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO.  
Goiânia, 25 de setembro de 2023.

**Dirlei Teixeira Santos**  
GERGDCT/SEPLANH

**João Paulo de Oliveira Ponce**  
Tecnólogo em Geoprocessamento  
Gerente – GERGDCT

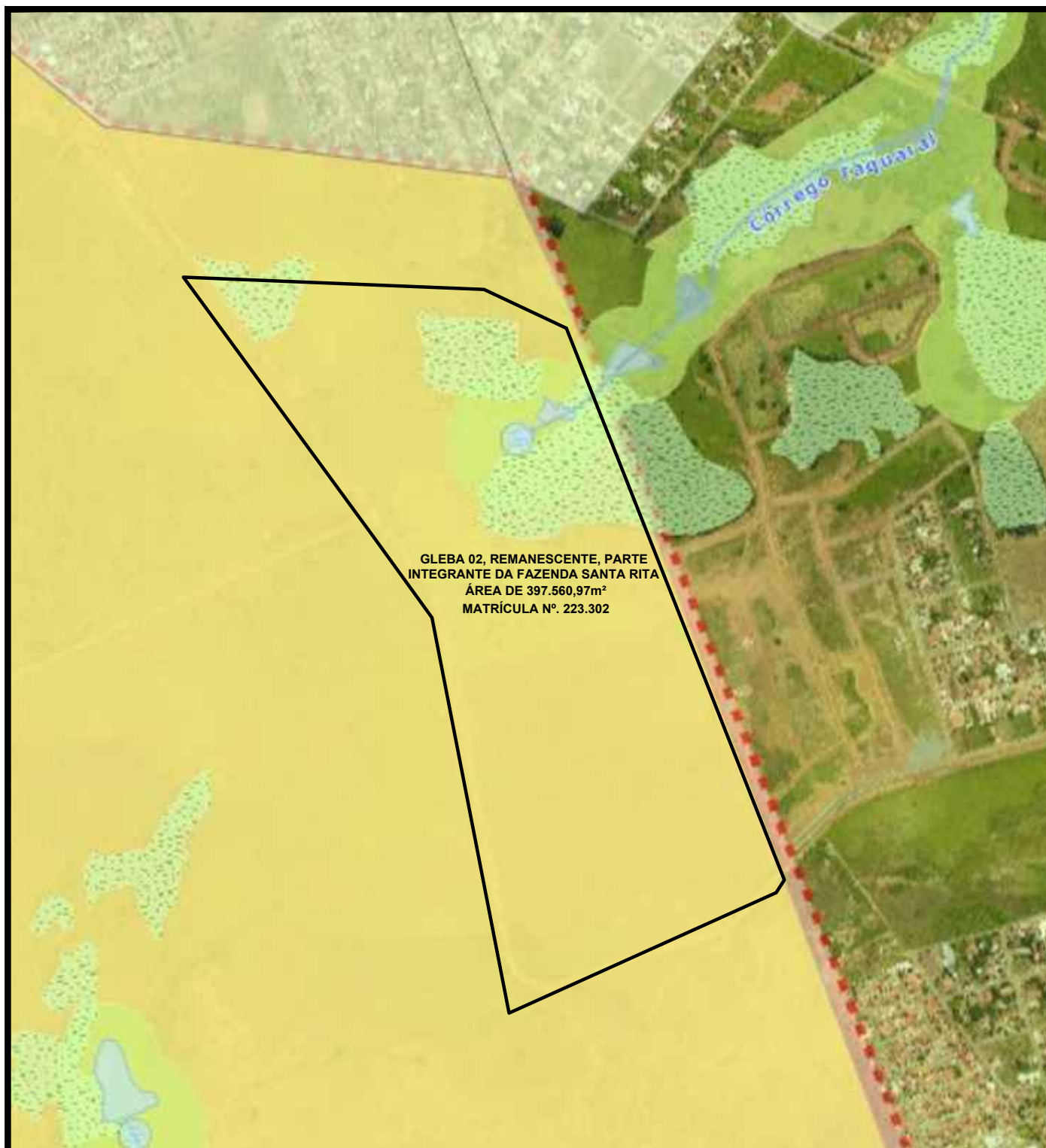
**De acordo:**

**Maria Heloisa Lima de Moraes Moruê**  
Diretora de Ordenamento Urbano

**Valfran de Sousa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

Av. do Cerrado, nº 999, Park Lozandes,  
Paço Municipal, Térreo e 1º andar, Bloco E – Goiânia – GO.  
CEP: 74884-900 – Tel.: 55 62 35246303  
seplanh.gabinete@gmail.com

www.goiania.go.gov.br

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO****CERTIDÃO DE INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA - MACROZONA RURAL DO DOURADOS/OOAU****GLEBA 02, REMANESCENTE, PARTE INTEGRANTE DA FAZENDA SANTA RITA, ÁREA DE 397.560,97M² - MATRÍCULA Nº. 223.302, DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GOIÂNIA****INTERESSADO: FGR INCORPORAÇÕES SA**

MUNICÍPIO:	ESTADO:	NÚMERO DO PROCESSO:	ESCALA:	DATA:	DESENHO FEITO POR:
<b>GOIÂNIA</b>	<b>GOIÁS</b>	<b>92077876/2023</b>	<b>INDICADA</b>	<b>25/09/2023</b>	<b>DIRLEI TEIXEIRA SANTOS</b>

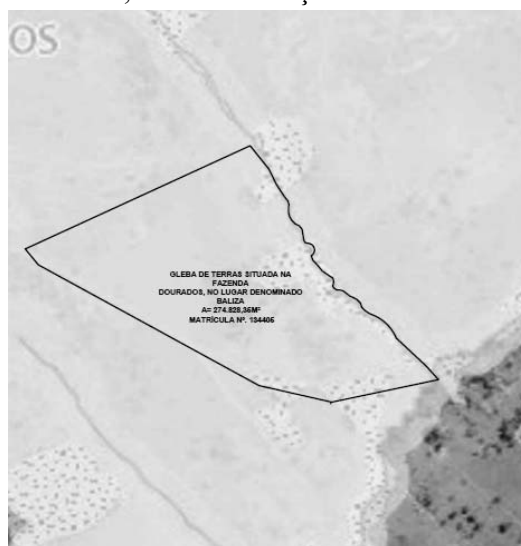
**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

**Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação**  
**Superintendência da Ordem Pública**  
**Diretoria de Ordenamento Urbano**  
**Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia**

**PROCESSO:** 92077899/2023**INTERESSADO:** FGR INCORPORAÇÕES S/A**ASSUNTO:** INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA**DESPACHO:** 109-2023- GERGDCT - CLA

### **CERTIDÃO DE INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA**

De acordo com as informações obtidas no Sistema de Informações Geográficas de Goiânia – SIGGO, figura 01, a GLEBA de terras situada na Fazenda Dourados, no lugar denominado Baliza, neste Município, **com área total de 274.828,35m², Matrícula n.º 134405 da 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis**, dentro da **Macrozona Rural do Dourados – Outorga Onerosa de Alteração de Uso**, por força da Lei Complementar N.º 349, de 04 de março de 2022.



**FIG.: 01 - RECORTE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DE GOIÂNIA – SIGGO.**

GERÊNCIA DE GEOPROCESSAMENTO, DOCUMENTAÇÃO, CARTOGRAFIA E TOPOGRAFIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO.  
**Goiânia, 27 de setembro de 2023.**

**Dirlei Teixeira Santos**  
GERGDCT/SEPLANH

**João Paulo de Oliveira Ponce**  
Tecnólogo em Geoprocessamento  
Gerente – GERGDCT

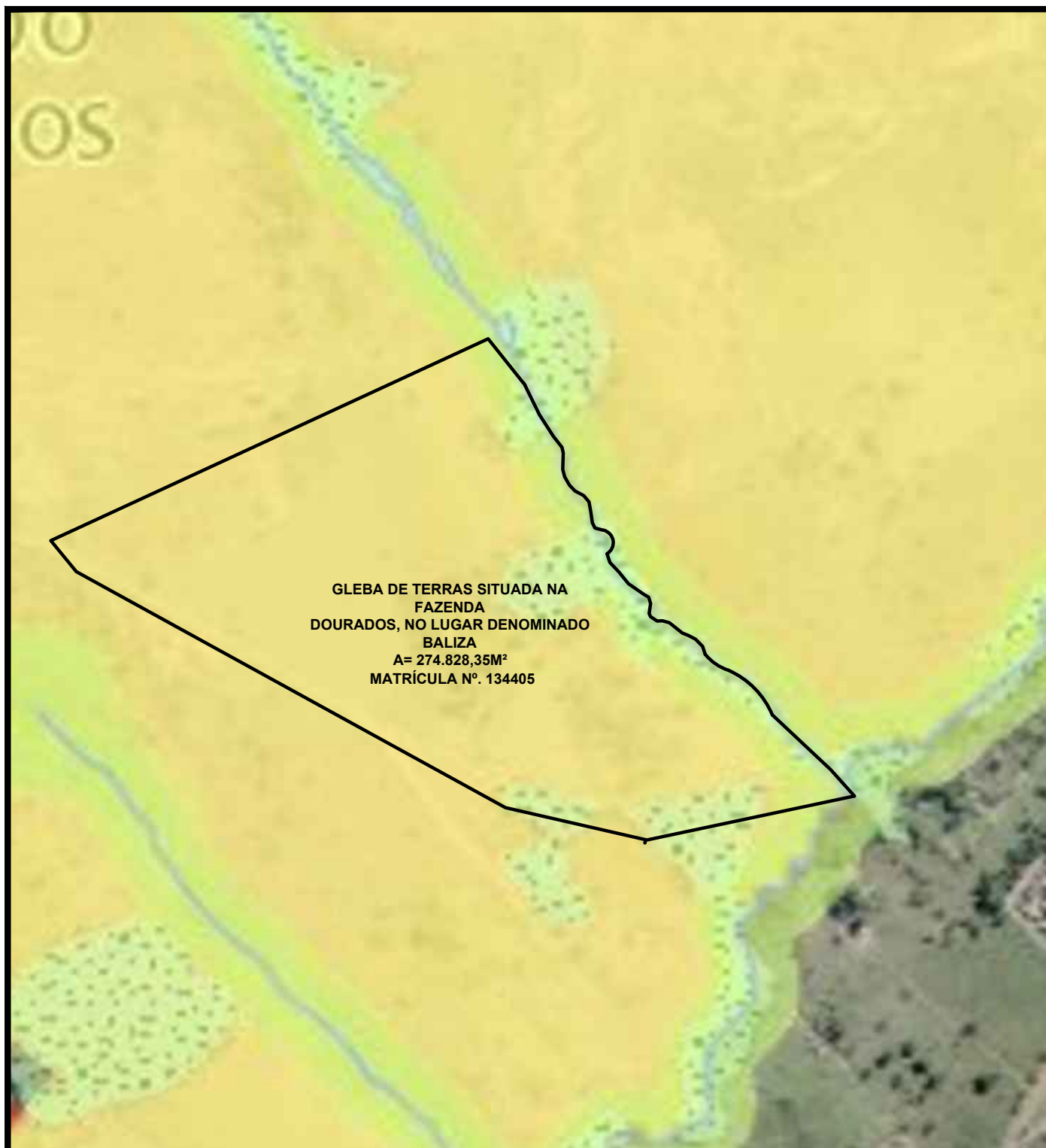
**De acordo:**

**Maria Heloisa Lima de Moraes Moruê**  
Diretora de Ordenamento Urbano

**Valfran de Sousa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

Av. do Cerrado, nº 999, Park Lozandes,  
Paço Municipal, Térreo e 1º andar, Bloco E – Goiânia – GO.  
CEP: 74884-900 – Tel.: 55 62 35246303  
seplanh.gabinete@gmail.com

www.goiania.go.gov.br

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO****CERTIDÃO DE INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA - MACROZONA RURAL DO DOURADOS/OOAU****GLEBA DE TERRAS SITUADA NA FAZENDA DOURADOS, NO LUGAR DENOMINADO BALIZA, COM ÁREA DE 274.828,35M² - MATRÍCULA Nº. 134.405, DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GOIÂNIA****INTERESSADO: FGR INCORPORAÇÕES S/A**

MUNICÍPIO:	ESTADO:	NÚMERO DO PROCESSO:	ESCALA:	DATA:	DESENHO FEITO POR:
<b>GOIÂNIA</b>	<b>GOIÁS</b>	<b>92077899/2023</b>	<b>INDICADA</b>	<b>27/09/2023</b>	<b>DIRLEI TEIXEIRA SANTOS</b>



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

**Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação**  
**Superintendência da Ordem Pública**  
**Diretoria de Ordenamento Urbano**  
**Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia**

**PROCESSO:** 92077904/2023**INTERESSADO:** FGR INCORPORAÇÕES SA**ASSUNTO:** INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA**DESPACHO:** 106-2023- GERGDCT - CLA

### **CERTIDÃO DE INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA**

De acordo com as informações obtidas no Sistema de Informações Geográficas de Goiânia – SIGGO, figura 01, a GLEBA 01, localizada na Fazenda Dourados lugar denominado São José, neste Município, **com área total de 49.767,38m², Matrícula n.º 185.195 da 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis**, encontra-se com A = 19.583,82m², dentro da **Macrozona Construída** e A=30.183,56m² dentro da **Macrozona Rural do Dourados – Outorga Onerosa de Alteração de Uso**, por força da Lei Complementar N.º 349, de 04 de março de 2022.



**FIG.: 01 - RECORTE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DE GOIÂNIA – SIGGO.**

GERÊNCIA DE GEOPROCESSAMENTO, DOCUMENTAÇÃO, CARTOGRAFIA E TOPOGRAFIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO.  
**Goiânia, 27 de setembro de 2023.**

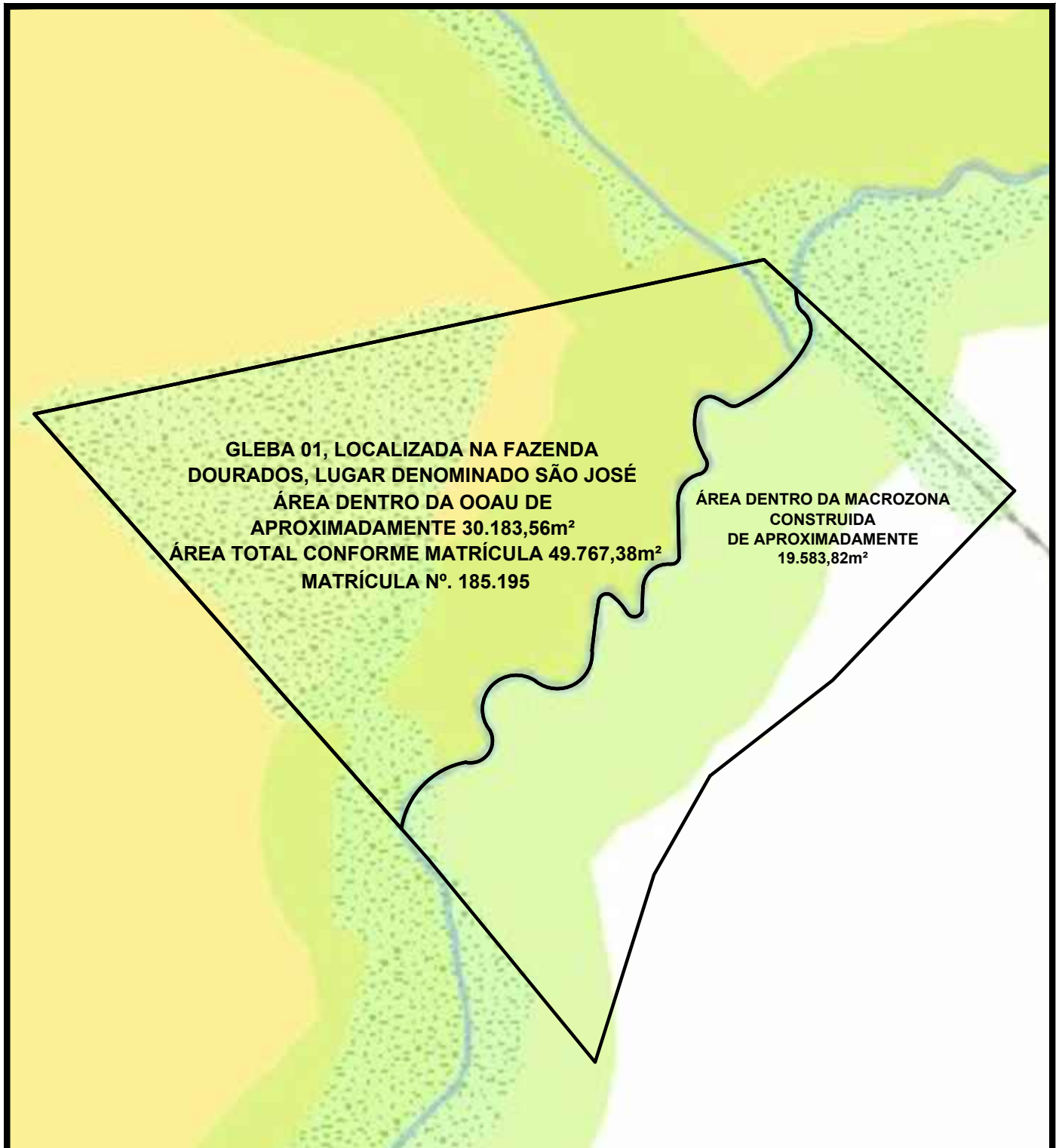
**Dirlei Teixeira Santos**  
GERGDCT/SEPLANH

**João Paulo de Oliveira Ponce**  
Tecnólogo em Geoprocessamento  
Gerente – GERGDCT

**De acordo:**

**Maria Heloisa Lima de Moraes Morué**  
Diretora de Ordenamento Urbano

**Valfran de Sousa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO**

CERTIDÃO DE INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA - ÁREA 19.583,82 APROXIMADAMENTE, DENTRO DA MACROZONA CONSTRUÍDA  
ÁREA DE 30.183,56 APROXIMADAMENTE, DENTRO DA MACROZONA RURAL DO DOURADOS/OOAU

GLEBA 01, LOCALIZADA NA FAZENDA DOURADOS LUGAR DENOMINADO SÃO JOSÉ, ÁREA DE 49.767,38M² - MATRÍCULA Nº. 185195,  
DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GOIÂNIA

**INTERESSADO: FGR INCORPORAÇÕES S/A**

MUNICÍPIO:	ESTADO:	NÚMERO DO PROCESSO:	ESCALA:	DATA:	DESENHO FEITO POR:
<b>GOIÂNIA</b>	<b>GOIÁS</b>	<b>92077904/2023</b>	<b>INDICADA</b>	<b>26/09/2023</b>	<b>DIRLEI TEIXEIRA SANTOS</b>

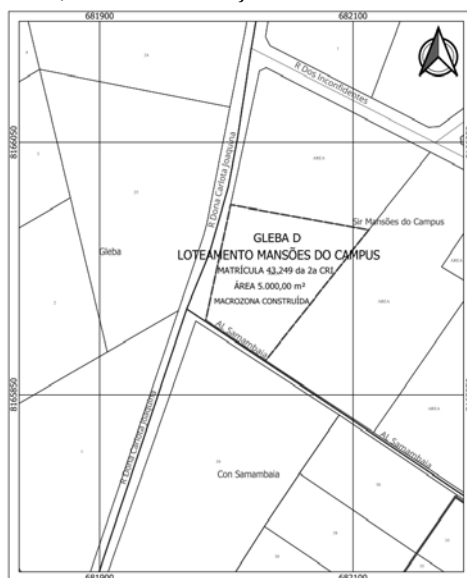
**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Superintendência da Ordem Pública  
Diretoria de Ordenamento Urbano  
Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia

**Processo:** 92079923/2023**Interessado:** AVELAR E BORBA LTDA**Assunto:** INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA**Despacho:** 110-2023-GERGDCT-CLA

### **Certidão De Localização De Área**

De acordo com as informações obtidas no Sistema de Informações Geográficas de Goiânia – SIGGO, figura 01, **Gleba D**, neste Município, **com área total de 5.000,00 m², Matrícula n.º 43.249 da 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis**, encontra-se situado na **Macrozona Construída**, por força da Lei Complementar N.º 349, de 04 de março de 2022.



**FIG.: 01 - Recorte Do Sistema De Informações Geográficas De Goiânia – SIGGO.**

**Gerência de Geoprocessamento, Documentação, Cartografia e Topografia da  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.  
Goiânia, 28 de setembro de 2023.**

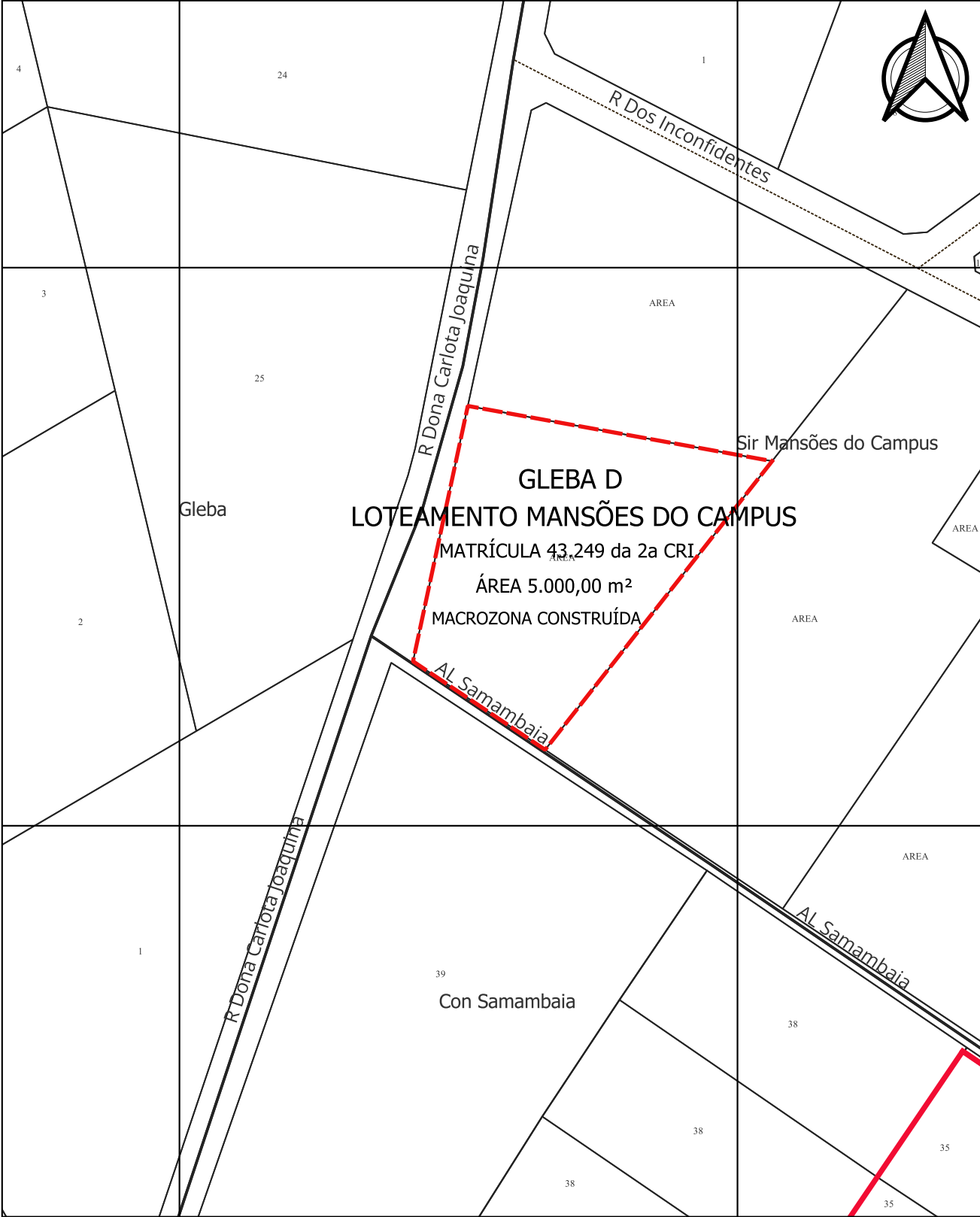
**Carlos Eduardo Meireles Rezende**  
Tecnólogo em Geoprocessamento

**João Paulo de Oliveira Ponce**  
Tecnólogo em Geoprocessamento  
Gerente - GERGDCT

**De acordo:**

**Maria Heloisa Lima de Moraes Moruê**  
Diretora de Ordenamento Urbano

**Valfran de Sousa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

681900		682100	
			
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO			
CERTIDÃO DE INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA			
GLEBA D - LOTEAMENTO MANSÕES DO CAMPUS - MATRÍCULA N.º 43.249 DA 2ª CRI DE GOIÂNIA			
Interessado: AVELAR E BORBA LTDA			
MUNICÍPIO: Goiânia	ESTADO: Goiás	NÚMERO PROCESSO: 92079923/2023	DATA: 27/09/2023
		DESENHO: CARLOS E M REZENDE	





**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

**Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação**  
**Superintendência da Ordem Pública**  
**Diretoria de Ordenamento Urbano**  
**Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia**

**Processo:** 92082846/2023

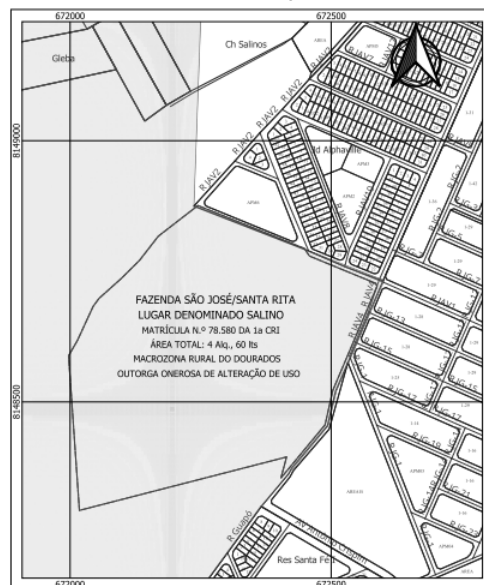
**Interessado:** JULIO CESAR PRATES

**Assunto:** INFORMAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ÁREA

**Despacho:** 111-2023-GERGDCT-CLA

## Certidão De Localização De Área

De acordo com as informações obtidas no Sistema de Informações Geográficas de Goiânia – SIGGO, figura 01, **Fazenda São José/Santa Rita – Lugar denominado Salino**, neste Município, com área total de 4 Alq., 60Lts, Matrícula n.º 78.580 da 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis, encontra-se situado na **Macrozona Rural do Dourados – Outorga Onerosa de Alteração de Uso**, por força da Lei Complementar N.º 349, de 04 de março de 2022.



**FIG.: 01 - Recorte Do Sistema De Informações Geográfica De Goiânia – SIGGO.**

**Gerência de Geoprocessamento, Documentação, Cartografia e Topografia da  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.**

**Goiânia, 28 de setembro de 2023.**

**Carlos Eduardo Meireles Rezende**  
Tecnólogo em Geoprocessamento

**João Paulo de Oliveira Ponce**  
Tecnólogo em Geoprocessamento  
Gerente – GERGDCT

**De acordo:**

**Maria Heloisa Lima de Moraes Moruê**  
Diretora de Ordenamento Urbano

**Valfran de Sousa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

Av. do Cerrado, nº 999, Park Lozandes,  
Paço Municipal, Térreo e 1º andar, Bloco E – Goiânia – GO.  
CEP: 74884-900 – Tel.: 55 62 35246303  
seplanh.gabinete@gmail.com





**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Superintendência da Ordem Pública  
Diretoria de Ordenamento Urbano  
Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia

**PARECER/GERDCT: 1181/2023**

Processo: 92043249/2023  
Interessado: UNIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA  
Assunto: Certidão de Limites, Confrontações s/ Demarcação

**CERTIDÃO DE LIMITES CONFRONTAÇÕES S/ DEMARCAÇÃO**

Atendendo à solicitação da inicial do processo nº 92043249/2023, certifica-se para os devidos fins que o Lote 69 da Quadra 97, situado a Rua Serra Dourada, **Bairro Santa Genoveva** nesta Capital, tem as seguintes dimensões e confrontações:

**Lote: 69 - Área: 560,00 m<sup>2</sup>**

**Frente para a Rua Serra Dourada – 14,00 m**

**Fundo confrontando com o Lote 42-44 – 14,00 m**

**Lado direito confrontando com o Lote 67 – 40,00 m**

**Lado esquerdo confrontando com o Lote 71 – 40,00 m**

**OBS.: A presente Certidão foi elaborada com base nos dados extraídos da Planta Urbanística do Bairro Santa Genoveva, aprovada pelo Decreto de nº 45, de 30/01/1951. Conforme a portaria nº 018/07, de 05/12/2007, Edição Nº 4.258, e Certidão de Registro Matrícula nº 14.385, da 3ª Circunscrição de Goiânia.**

Ressaltamos ainda que a referida certidão não implica em reconhecimento, por parte da Prefeitura, do direito de propriedade do imóvel.

**Esta Certidão anula a anterior emitida em 19/07/2023.**

**GERENCIA DE DOCUMENTAÇÃO, CARTOGRAFIA E TOPOGRAFIA DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO.**

**Goiânia, 26 de Setembro de 2023.**

**Dalton Vieira de Araujo**  
Tecnólogo em Agrimensura  
GERGDCT/SEPLANH

**João Paulo de Oliveira Ponce**  
Tecnólogo em Geoprocessamento  
GERENTE/GERGDCT

**De acordo:**

**Maria Heloisa Lima de Moraes Morué**  
Diretora de Ordenamento Urbano

**Valfran de Sousa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Superintendência da Ordem Pública  
Diretoria de Ordenamento Urbano  
Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia

**Parecer/GERGDCT: 1285/2023**

Processo: 92065788/2023  
Interessado: CRISTINA SOUZA LEANDRO  
Assunto: Certidão de Limites, Confrontações s/ Demarcação

**Certidão de Limites e Confrontações s/ Demarcação**

Atendendo à solicitação da inicial do processo nº **92065788/2023**, certifica-se para os devidos fins que o Lote 12, da Quadra 67-A, situado à Rua Francisca Costa Cunha D. Tita, **Setor Aeroporto**, nesta Capital, tem as seguintes dimensões e confrontações:

**Lote: 12 - Área: 491,50 m<sup>2</sup>**

**Frente para a Rua Francisca da Costa Cunha D. Tita – 12,96 m**

**Fundo confrontando com o Lote 22 - 12,96 m**

**Lado direito confrontando com o Lote 13 – 37,925 m**

**Lado esquerdo confrontando com o Lote 11 – 37,925 m**

**OBS.: A presente certidão foi elaborada com base nos dados extraídos da Planta Urbanística do Setor Aeroporto, aprovada pelo Decreto nº 090-A, de 30/07/1938. Por força da Lei Complementar nº 066, de 26/03/1999, que no artigo primeiro a antiga Vila Cristo Redentor, incorporou ao Setor Aeroporto. A Lei nº 3.729, de 06/10/1967, denomina a antiga Rua 26-A, de Rua Francisca da Costa Cunha D. Tita. Certidão de Registro de Imóveis Matrícula nº 99.242, da 2ª Circunscrição de Goiânia.**

Ressalta-se que esta Certidão não implica em reconhecimento por parte da Prefeitura de Goiânia do direito de propriedade do imóvel.

**Gerência de Geoprocessamento Documentação, Cartografia e Topografia da  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.  
Goiânia, 02 de outubro de 2023.**

**Manoel Dias Miranda**  
Matrícula: 1099230  
GERGDCT/SEPLANH

**Dalton Vieira de Araujo**  
Tecnólogo em Agrimensura  
Gerente Interino/GERGDCT

**De acordo:**

**Maria Heloisa Lima de Moraes Morué**  
Diretora de Ordenamento Urbano

**Valfran de Sousa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

Av.. do Cerrado, nº 999, Park Lozandes,  
Paço Municipal, Térreo e 1º andar, Bloco E – Goiânia – GO.  
CEP: 74884-900 – Tel.: 55 62 35246303  
seplanh.gabinete@gmail.com

www.goiania.go.gov.br

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Superintendência da Ordem Pública  
Diretoria de Ordenamento Urbano  
Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia

**Parecer/GERGDCT: 1.355/2023**

Processo: 92072918/2023  
Interessado: EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO SÃO JOSÉ SPE LTDA  
Assunto: Certidão de Limites, Confrontações s/ Demarcação

**Certidão de Limites e Confrontações s/Demarcação**

Atendendo à solicitação da inicial do processo nº92072918/2023, certifica-se para os devidos fins que uma área de terras, no Loteamento denominado Chácaras de Pompeu, Matrícula nº85.677 **Fazenda São José** situada na Rua Leopoldo Craveiro com Rua Colombino Bastos, nesta Capital, tem as seguintes dimensões e confrontações:

**Área de Terras - Área: 135.694,33 m²**

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **M-30**, de coordenadas **N 8.152.049,011m** e **E 672.195,969m**; situado no eixo do Córrego São José divisa com a Rua Colombino Bastos; deste, segue confrontando com a Rua Colombino Bastos, com os seguintes azimutes e distâncias: 140°22'50" e 128,006 m até o vértice **M-31**, de coordenadas **N 8.151.950,408m** e **E 672.277,597m**; 139°23'26" e 66,394 m até o vértice **M-32**, de coordenadas **N 8.151.900,004m** e **E 672.320,813m**; 140°24'18" e 53,410 m até o vértice **M-33**, de coordenadas **N 8.151.858,848m** e **E 672.354,854m**; 144°48'52" e 88,637 m até o vértice **M-34**, de coordenadas **N 8.151.786,406m** e **E 672.405,929m**; 144°28'07" e 58,204 m até o vértice **M-35**, de coordenadas **N 8.151.739,040m** e **E 672.439,754m**; 145°16'46" e 43,231 m até o vértice **M-36**, de coordenadas **N 8.151.703,507m** e **E 672.464,377m**; situado no cruzamento da Rua Colombino Bastos com a Rua Leopoldo Craveiro; deste, segue confrontando com a Rua Leopoldo Craveiro, com os seguintes azimutes e distâncias: 212°00'26" e 95,520 m até o vértice **M-37**, de coordenadas **N 8.151.622,508m** e **E 672.413,749m**; 212°26'33" e 39,707 m até o vértice **M-38**, de coordenadas **N 8.151.588,998m** e **E 672.392,448m**; 211°48'19" e 105,086 m até o vértice **M-08**, de coordenadas **N 8.151.499,691m** e **E 672.337,064m**; situado na divisa da Rua Leopoldo Craveiro com a Fazenda São José – Matrícula nº 70.055; deste, segue confrontando com a Fazenda São José – Matrícula nº 70.055, com os seguintes azimutes e distâncias: 291°55'32" e 53,082 m até o vértice **M-07**, de coordenadas **N 8.151.519,512m** e **E 672.287,821m**; 292°19'34" e 118,399 m até o vértice **M-06**, de coordenadas **N 8.151.564,489m** e **E 672.178,298m**; 292°25'44" e 71,923 m até o vértice **M-05**, de coordenadas **N 8.151.591,930m** e **E 672.111,816m**; 291°19'52" e 17,080 m até o vértice **M-04**, de coordenadas **N 8.151.598,143m** e **E 672.095,906m**; 292°41'42" e 19,957 m até o vértice **M-03**, de coordenadas **N 8.151.605,843m** e **E 672.077,494m**; 291°57'16" e 25,503 m até o vértice **M-02**, de coordenadas **N 8.151.615,378m** e **E 672.053,840m**; 292°23'41" e 63,307 m até o vértice **M-01**, de coordenadas **N 8.151.639,497m** e **E 671.995,307m**; situado na divisa da Fazenda São José – Matrícula nº 70.055 e na margem do Córrego São José; deste, segue pelo eixo do Córrego São José, a jusante, confrontando com a Fazenda São José – Matrícula nº 101.430, com uma distância em desenvolvimento de 530,13 m até o vértice **M-30**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Superintendência da Ordem Pública  
Diretoria de Ordenamento Urbano  
Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia

**OBS.: A presente certidão foi elaborada com base nos dados extraídos do levantamento topográfico sob responsabilidade do Agrimensor João Carlos de Souza CFT-BR nº63397676134 e TRT OBRA/SERVIÇO Nº BR20211501600 , Certidão de Registro Matrícula nº85.677, da 1ª Circunscrição de Goiânia.**

Ressalta-se que esta Certidão não implica em reconhecimento por parte da Prefeitura de Goiânia do direito de propriedade do imóvel.

**Gerência de Geoprocessamento Documentação, Cartografia e Topografia da  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.  
Goiânia, 29 de setembro de 2023.**

**Dalton Vieira de Araujo**  
Tecnólogo em Agrimensura  
GERGDCT/SEPLANH

**João Paulo de Oliveira Ponce**  
Tecnólogo em Geoprocessamento  
Gerente – GERGDCT

**De acordo:**

**Maria Heloisa Lima de Moraes Moruê**  
Diretora de Ordenamento Urbano

**Valfran de Sousa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Superintendência da Ordem Pública  
Diretoria de Ordenamento Urbano  
Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia

**Parecer/GERGDCT: 1494/2023**

Processo: 92082383/2023  
Interessado: GRW ADMINISTRADORA DE BENS LTDA E OUTRO  
Assunto: Certidão de Limites, Confrontações s/ Demarcação

**Certidão de Limites e Confrontações s/Demarcação**

Atendendo à solicitação da inicial do processo nº 92082383/2023, certifica-se para os devidos fins que o Lote 1, da Quadra 72, situado à Avenida Ademar Vicente Ferreira com a Rua Sianinha Rodrigues, **Residencial Buena Vista III**, nesta Capital, tem as seguintes dimensões e confrontações:

**Lote: 1 – Área: 295,57 m²****Frente para a Avenida Ademar Vicente Ferreira – 9,33 m****Fundo confrontando com o Lote 45 – 14,33 m****Lado direito confrontando com o Lote 2 – 21,50 m****Lado esquerdo confrontando com a Rua Sianinha Rodrigues – 16,50 m****Pela linha de Chanfrado da Av. Ademar Vicente Ferreira com a Rua Sianinha Rodrigues – 7,07 m**

**OBS.: A presente certidão foi elaborada com base nos dados extraídos da Planta Urbanística do Residencial Buena Vista III, aprovada pelo Decreto nº 2.678, de 18/12/2007, e conforme a Certidão de Registro Matrícula nº 225.751, da 1ª Circunscrição de Goiânia.**

Ressalta-se que esta Certidão não implica em reconhecimento por parte da Prefeitura de Goiânia do direito de propriedade do imóvel.

**Gerência de Geoprocessamento Documentação, Cartografia e Topografia da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.  
Goiânia, 03 de outubro de 2023.**

**Manoel Dias Miranda**  
Matrícula: 1099230  
GERGDCT/SEPLANH

**Dalton Vieira de Araujo**  
Tecnólogo em Agrimensura  
Gerente Interino/GERGDCT

**De acordo:**

**Maria Heloisa Lima de Moraes Morué**  
Diretora de Ordenamento Urbano

**Valfran de Sousa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Superintendência da Ordem Pública  
Diretoria de Ordenamento Urbano  
Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia

**Parecer/GERGDCT: 1466/2023**

Processo: 92083468/2023  
Interessado: ESPOLIO DE HELIO JOSÉ MACHADO  
Assunto: Certidão de Limites, Confrontações s/ Demarcação

**Certidão de Limites e Confrontações s/ Demarcação**

Atendendo à solicitação da inicial do processo nº 92083468/2023, certifica-se para os devidos fins que o Lote 19, da Quadra 5-G, situado à Rua Vicente de Paula, **Setor Campinas**, nesta Capital, tem as seguintes dimensões e confrontações:

**Lote: 19 – Área: 247,56 m²**

**Frente para a Rua Vicente de Paula – 10,69 m**  
**Fundo confrontando com o Lote 7 – 10,00 m**  
**Lado direito confrontando com o Lote 20 – 23,83 m**  
**Lado esquerdo confrontando com o Lote 18 – 24,02 m**

**OBS.: A presente certidão foi elaborada com base nos dados extraídos da Planta Urbanística de remanejamento do Setor Campinas, aprovada pelo Decreto nº 1.198, de 13/10/1986, que por força dele, a antiga Qd. G, passou a denominar Qd. 5-G, e o antigo Lote 16, foi configurado em Lotes 19 e 20. Na Av-01-92.242, de 26/02/2009, da Matrícula de nº 92.242, o Sr.: Hélio José Machado tornou-se proprietário de 50% do antigo lote 16 e que hoje corresponde ao atual lote 19 conforme consta da Transcrição nº.: 10.566, Livro 3-G, fls. 47, de 27/11/1973. Transcrição anterior nº 51.804 da 1ª Zona. CRI da 2ª Circunscrição de Goiânia.**

Ressalta-se que esta Certidão não implica em reconhecimento por parte da Prefeitura de Goiânia do direito de propriedade do imóvel.

**Gerência de Geoprocessamento Documentação, Cartografia e Topografia da  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.  
Goiânia, 02 de outubro de 2023.**

**Manoel Dias Miranda**  
Matrícula: 1099230  
GERGDCT/SEPLANH

**Dalton Vieira de Araujo**  
Tecnólogo em Agrimensura  
Gerente interino/ GERGDCT

**De acordo:**

**Maria Heloisa Lima de Moraes Morué**  
Diretora de Ordenamento Urbano

**Valfran de Sousa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

Av.. do Cerrado, nº 999, Park Lozandes,  
Paço Municipal, Térreo e 1º andar, Bloco E – Goiânia – GO.  
CEP: 74884-900 – Tel.: 55 62 35246303  
seplanh.gabinete@gmail.com

www.goiania.go.gov.br



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Superintendência da Ordem Pública  
Diretoria de Ordenamento Urbano  
Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia

**Parecer/GERGDCT: 1484/2023**

Processo: 92084300/2023  
Interessado: NATAN ALVES MACHADO  
Assunto: Certidão de Limites e Confrontações s/ Demarcação

**Certidão de Limites e Confrontações s/ Demarcação**

Atendendo à solicitação da inicial do processo nº 92084300/2023, certifica-se para os devidos fins que a Chácara 104 da Quadra Chácara, situado à Estrada de São Pedro, **Parque Maracanã** nesta Capital, tem as seguintes dimensões e confrontações:

**Chácara: 104 - Área: 3.977,92 m²**

**Frente para a Estrada de São Pedro – 35,00 m**

**Fundo confrontando com o Condomínio Res. Encanto – 36,15 m**

**Lado direito confrontando com a Chácara 103 – 109,14 m**

**Lado esquerdo confrontando com a Chácara 105 – 118,17 m**

**OBS.: A presente Certidão foi elaborada com base nos dados extraídos da Planta Urbanística do Parque Maracanã, aprovada pelo INCRA. Conforme a Lei Complementar nº 158, de 06/08/2006, e a Lei Complementar nº 171, de 29/05/2007, passou a integrar a área de Expansão Urbana. O Terreno descrito é procedente da Transcrição nº 4.744, Livro 3-C, fl. 38v a 40, mencionada na Escritura feita em 14/05/1954 no 2º Tabelionato, Livro nº 00099, fls. 301/304. Negativa de Registro emitida em 25/09/2023 no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição de Goiânia.**

Ressaltamos ainda que a referida certidão não implica em reconhecimento, por parte da Prefeitura, do direito de propriedade do imóvel.

**Gerência de Geoprocessamento Documentação, Cartografia e Topografia da  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.  
Goiânia, 02 de outubro de 2023.**

**Manoel Dias Miranda**  
Matrícula: 1099230  
GERGDCT/SEPLANH

**Dalton Vieira de Araujo**  
Tecnólogo em Agrimensura  
Gerente Interino/GERGDCT

**De acordo:**

**Maria Heloisa Lima de Moraes Morué**  
Diretora de Ordenamento Urbano

**Valfran de Sousa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Superintendência da Ordem Pública  
Diretoria de Ordenamento Urbano  
Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia

**Parecer/GERGDCT: 1496/2023**

Processo: 92086534/2023  
Interessado: JOAQUIM ALVES FERREIRA  
Assunto: Certidão de Limites, Confrontações s/ Demarcação

**Certidão de Limites e Confrontações s/ Demarcação**

Atendendo à solicitação da inicial do processo nº 92086534/2023, certifica-se para os devidos fins que o Lote 15, da Quadra 112-C, situado à Avenida Mato Grosso, **Setor Campinas**, nesta Capital, tem as seguintes dimensões e confrontações:

**Lote: 15 – Área: 187,37 m²****Frente para a Avenida Mato Grosso – 9,70 m****Fundo confrontando com o Lote 8 – 9,52 m****Lado direito confrontando com o Lote 16 – 19,49 m****Lado esquerdo confrontando com o Lote 14 – 19,51 m**

**OBS.: A presente certidão foi elaborada com base nos dados extraídos da Planta Urbanística de Remanejamento do Setor Campinas, aprovada pelo Decreto nº 1.198, de 13/10/1986, que por força dele, o antigo lote 9, passou a denominar lote 15. Certidão de Transcrição nº 56.637, Livro 3-AJ, fl. 196, em 03/11/1969. Transcrição anterior nº 49.682, da 1ª Circunscrição de Goiânia.**

Ressalta-se que esta Certidão não implica em reconhecimento por parte da Prefeitura de Goiânia do direito de propriedade do imóvel.

**Gerência de Geoprocessamento Documentação, Cartografia e Topografia da  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.  
Goiânia, 03 de outubro de 2023.**

**Manoel Dias Miranda**  
Matrícula: 1099230  
GERGDCT/SEPLANH

**Dalton Vieira de Araujo**  
Tecnólogo em Agrimensura  
Gerente Interino/GERGDCT

**De acordo:**

**Maria Heloisa Lima de Moraes Morué**  
Diretora de Ordenamento Urbano

**Valfran de Sousa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

www.goiania.go.gov.br



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Chefia de Gabinete

**NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL N.º 036/2023**

**PROCESSO ELETRÔNICO SEI: 23.28.000002348-1**

**NOTIFICADO: LINDALVA DE OLIVEIRA**

**ENDEREÇO: AV. DOS ALPES, QUADRA 8, LOTE 14, VILA ALPES, GOIÂNIA-GO**

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO – SEPLANH**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.375.243/0001-30, doravante denominado NOTIFICANTE, neste ato representado pelo seu titular, **VALFRAN DE SOUSA RIBEIRO**, com base na Lei nº. 9.861/2016 na LC 177/2008 e regimento interno Decreto nº 522/2022 vem NOTIFICAR via AR (Correios) e via Diário Oficial do Município a **LINDALVA DE OLIVEIRA**, doravante denominado NOTIFICADA, para que compareça no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da ciência da presente notificação via AR e/ou sua publicação, na Avenida Cerrado, nº. 999, Park Lozandes, Paço Municipal, 1º andar, Bloco E, (Horário de funcionamento: 8:00-12:00 / 14:00-18:00, de Segunda a Sexta-Feira) nesta Capital, na sala da **CHEFIA DE ADVOCACIA SETORIAL** para ciência e manifestação quanto ao imóvel não edificado em questão.

**VALFRAN DE SOUSA RIBEIRO**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO**

*Goiânia, na data da assinatura eletrônica.*



Documento assinado eletronicamente por **Valfran De Sousa Ribeiro, Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação**, em 15/10/2023, às 21:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2711639** e o código CRC **73E0B9EE**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco E, 1º andar -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Chefia de Gabinete

**NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 037/2023**

**PROCESSO ELETRÔNICO SEI: 23.28.000002343-0**

**NOTIFICADO: JOVIANO M DA FONSECA**

**ENDEREÇO: RUA C-88, QUADRA 163, LOTE 05, SETOR SUDOESTE, GOIÂNIA-GO**

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO – SEPLANH**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.375.243/0001-30, doravante denominado NOTIFICANTE, neste ato representado pelo seu titular, **VALFRAN DE SOUSA RIBEIRO**, com base na Lei nº. 9.861/2016 na LC 177/2008 e regimento interno Decreto nº 522/2022 vem NOTIFICAR via AR (Correios) e via Diário Oficial do Município ao Sr. **JOVIANO M DA FONSECA**, doravante denominada NOTIFICADA, para que compareça no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da ciência da presente notificação via AR e/ou sua publicação, na Avenida Cerrado, nº. 999, Park Lozandes, Paço Municipal, 1º andar, Bloco E, (Horário de funcionamento: 8:00-12:00 / 14:00-18:00, de Segunda a Sexta-Feira) nesta Capital, na sala da CHEFIA DE ADVOCACIA SETORIAL para ciência e manifestação quanto ao imóvel não edificado em questão.

**VALFRAN DE SOUSA RIBEIRO**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO**

*Goiânia, data da assinatura eletrônica.*



Documento assinado eletronicamente por **Valfran De Sousa Ribeiro, Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação**, em 15/10/2023, às 21:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2711647** e o código CRC **62A9A026**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco E, 1º andar -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Chefia de Gabinete

**NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 038/2023****PROCESSO ELETRÔNICO SEI: 23.28.000002351-1****NOTIFICADO: LINDALVA DE OLIVEIRA****ENDEREÇO: AV. DOS ALPES, QUADRA 08, LOTE 10, VILA ALPES, GOIÂNIA-GO**

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO – SEPLANH**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.375.243/0001-30, doravante denominado NOTIFICANTE, neste ato representado pelo seu titular, VALFRAN DE SOUSA RIBEIRO, com base na Lei nº. 9.861/2016 na LC 177/2008 e regimento interno Decreto nº 522/2022 vem NOTIFICAR via AR (Correios) e via Diário Oficial do Município à LINDALVA DE OLIVEIRA, doravante denominado NOTIFICADA, para que compareça no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da ciência da presente notificação via AR e/ou sua publicação, na Avenida Cerrado, nº. 999, Park Lozandes, Paço Municipal, 1º andar, Bloco E, (Horário de funcionamento: 8:00-12:00 / 14:00-18:00, de Segunda a Sexta-Feira) nesta Capital, na sala da CHEFIA DE ADVOCACIA SETORIAL para ciência e manifestação quanto ao imóvel não edificado em questão.

**VALFRAN DE SOUSA RIBEIRO****SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO**

*Goiânia, na data da assinatura eletrônica.*



Documento assinado eletronicamente por **Valfran De Sousa Ribeiro, Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação**, em 15/10/2023, às 21:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2711652** e o código CRC **5A4CFD2D**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco E, 1º andar -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 64, 11 DE OUTUBRO DE 2023

Indicação Fiscal e Gestor

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SICTEC, nomeado pelo Decreto nº 2.202, de 15 de maio de 2023, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto Municipal nº 265 de 18 de janeiro de 2021, em especial o art. 6º, §º III e VI.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar como Gestor e Fiscal de Contrato, os Servidores abaixo relacionados, para atestarem o recebimento, bem como as despesas referentes a aquisição de 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 30.000 BTUs, incluindo os serviços de instalação e insumos, através da Ata de Registro de Preços nº 027/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2023 - SRP, especificamente da Empresa Elv Manutenção de Máquinas e Equipamentos Ltda.

Gestor: Matheus Tavares Silva, Matrícula 154648-11, CPF nº 701.275.111-80, lotado na Diretoria Administrativa, ocupante do cargo de Diretor Administrativo;

Fiscal: Luciano Nunes Machado, Matrícula 912468, CPF nº 862.167.241.34, lotado na Gerência de Assistência Técnica, ocupante do cargo de Assistente Tecnológico.

Art. 2º. Determinar que os mencionados servidores observem e cumpram as determinações contidas na Instrução Normativa nº 02/2018 da Controladoria Geral do Município de Goiânia e demais normas vigentes e/ou sucedâneas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato, aditivos e de sua garantia quando houver.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE;

Goiânia, 11 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar da Silva, Secretário Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia**, em 11/10/2023, às 08:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2701211** e o código CRC **7DB95AF8**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal dos Esportes  
Secretaria Geral

## **1º TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL AO TERMO DE FOMENTO Nº044/2022 QUE ENTRE SI CELEBRARAM O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DOS ESPORTES E O CLUBE PLANETA RODÃO DE CICLISMO**

Pelo presente termo, fica RERRATIFICADO o Termo de Fomento nº044/2022, referente ao Processo de nº22.26.000000160-7, celebrado entre o Município de Goiânia, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DOS ESPORTES**, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, sito à rua T-53, nº55, Qd. G21, Lt 14, Setor Marista, CEP 74.150-310, Goiânia, Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº40.478.763/0001-67, doravante designada simplesmente **SMESP**, neste ato representada pelo Secretário em exercício no ano de 2022, Sr. ÁLVARO ALEXANDRE CAMARGO DA SILVA, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº6008947, SSP/GO, e inscrito no CPF sob o nº001.886.867-38, residente e domiciliado nesta Capital, e a entidade **CLUBE PLANETA RODÃO DE CICLISMO**, associação privada, inscrita no CNPJ de número 21.828.725/0001-42, com sede na Rua CM2, casa 3, quadra 17, lote 19, Setor Cândida de Moraes, CEP 74.463-160, Goiânia, Goiás, sendo representada por seu presidente LUCAS MARKI MARQUES CAMPOS, brasileiro, portador do RG nº3574904 SESP/GO e CPF nº712.875.231-53, que trata da transferência de recursos financeiros de Emenda Impositiva para custear a realização de duas etapas de ciclismo na cidade de Goiânia.

---

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA**

---

Considerando a publicação do Termo de Fomento nº044/2022 no Diário Oficial do Município de Goiânia nº7925, de 18 de novembro de 2022;

Considerando que após publicação do Termo de Fomento nº044/2022, verificou-se a presença de erro material (de digitação) em sua cláusula 5.1;

Considerando a possibilidade de correção de erros materiais;

Considerando a necessidade de retificação do Termo para que produza seus jurídicos e legais efeitos;

Resolve-se retificar a cláusula 5.1 e ratificar as demais cláusulas do Termo supramencionado.

---

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

---

O erro material é tratado pelo Código de Processo Civil em seu artigo 494, inciso I, dispondo que inexatidões materiais podem ser corrigidas de ofício ou a requerimento da parte. Embora a legislação trate especificamente da sentença proferida pelo magistrado, é possível fazer analogia aos termos processuais de um Termo de Fomento, como é o caso posto à baila.

Insta salientar que o erro material não interfere no resultado do processo. Sobre o tema, Baccin (2021) disciplina que tal falha se define como “um erro que precisa de correção, porém não



interfere no resultado do julgamento e são perceptíveis à primeira vista, como por exemplo um erro de [...] grafia equivocada”.

---

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

---

**Onde se lê:**

O prazo de vigência do presente Termo será de novembro 2022 à dezembro de 2022.

**Leia-se:**

*O prazo de vigência do presente Termo será da data de publicação do mesmo no Diário Oficial do Município a 31/12/2022.*

---

### CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

---

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do Termo de Fomento nº044/2022.

---

### CLÁUSULA QUINTA – AUTORIZAÇÃO

---

Prestadas as necessárias justificativas, AUTORIZO a correção dos dados constantes no Termo de Fomento nº044/2022.

Goiânia, 09 de outubro de 2023.

DANILO VIANA RABELO  
Secretário Municipal dos Esportes



Documento assinado eletronicamente por **Daniilo Viana Rabelo**,  
**Secretário Municipal dos Esportes**, em 11/10/2023, às 11:19, conforme  
art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador  
**2697216** e o código CRC **23A4ECF3**.

Rua T-53, nº 55  
- Bairro Setor Marista  
CEP 74150-310 Goiânia-GO





**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal dos Esportes  
Gerência de Apoio Administrativo e Controle Patrimonial

**AVISO Nº 6/2023**  
**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA**

Torna-se público que o Município de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal dos Esportes do Município de Goiânia, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento de menor preço, na hipótese do art.75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Data da sessão: **13/10/2023**

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Horário da Fase de Lances: 8h às 16h

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1 Contratação de empresa especializada, que possuem capacidade técnica, administrativa e operacional para a disponibilização, montagens e desmontagens de arenas esportivas (piscina – parque aquático), para a execução do evento COPA DE NATAÇÃO, conforme exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 A contratação será por item, conforme tabela constante abaixo.

Item	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço	2	Brigadista e socorrista	**	**
2	Und	350	Cadeiras - cor branca 89cm x 44cm	**	**
3	Und	10	Mesas plásticas 70x70 - cor branca	**	**
4	Und	2	Fita zebrada - fita de sinalização e segurança	**	**
5	Und	10	Toalhas de mesas em tecidos cor azul e branco	**	**
6	Und	4	Tenda Piramidal 8x8 m com calhas	**	**
7	Und	8	Tenda Piramidal 4x4 m com calhas	**	**
8	Serviço		Sonorização com Dj, 2 Microfones sem fio	**	**
9	Und	40	Lanche para equipe. (Sanduiche Presunto, Queijo com salada) 1 Refri ou Suco Lata, Fruta e Biscoito de sal	**	**
10	Und	200	Kits com frutas - contendo 02 frutas maçã e banana, previamente higienizadas e embaladas.	**	**
11	Und	200	Água mineral - copo 200 ml	**	**
12	Und	2	Instalação de lixeiras coletas de lixos descartáveis e limpeza das áreas antes e depois do evento	**	**
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$28.700,00</b>	

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta quanto às especificações do objeto.

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – ComprasNet 4.0, disponível no endereço eletrônico <[https:// www.gov.br/compras/pt-br](https://www.gov.br/compras/pt-br)>.

2.2 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.3 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.3.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3 Que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.3.3.1 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.3.2 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.3.3 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.3.4 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.4 Aplica-se o disposto no 2.3.3.1 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

## 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

- 3.8.1 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.8.2 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.
- 3.8.3 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.8.4 Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.8.5 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;
- 3.8.6 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

#### **4. FASE DE LANCES**

- 4.1 A partir das 8h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.3 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.4 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.4.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.5 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.6 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.7 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.8 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.8.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### **5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

- 5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.3 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.4.1 Contiver vícios insanáveis;
- 5.4.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.4.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.4.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.4.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.5 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.6 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

- 5.6.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.5.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.7 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.9 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

6.2.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.3.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.3.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.4 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação do Agente de Contratação, sob pena de inabilitação.

6.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de

contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. CONTRATAÇÃO**

7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2 O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente será de 15 (quinze) dia, a contar da data do recebimento, prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.2 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8 SANÇÕES**

8.1 O fornecedor que cometer qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, ficará sujeito às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei. Considerando a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto e os danos que dela provierem para a Administração Pública, e observado o disposto no Decreto Municipal nº 966/2022.

## **9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1 O procedimento será divulgado no ComprasNet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

9.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

9.2.3 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso;

9.3 As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente de contratação na respectiva notificação.

9.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação ou de sua desconexão.

9.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília, DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

## **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

### **1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, e junto ao Município de Goiânia, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

### 3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.1 Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Christina Augusta Simiema de Oliveira  
**GERENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO E CONTROLE PATRIMONIAL**

Danilo Rabelo  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DOS ESPORTES**

Goiânia, 10 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Christina Augusta Simiema de Oliveira, Gerente de Apoio Administrativo e Controle Patrimonial**, em 10/10/2023, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Viana Rabelo, Secretário Municipal dos Esportes**, em 10/10/2023, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2696856** e o código CRC **4EEC05E3**.

Rua T-53, nº 55  
- Bairro Setor Marista  
CEP 74150-310 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.26.000000473-3

SEI Nº 2696856v1

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural****EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023**

1

<b>MODALIDADE</b>	A presente Chamada e a consequente contratação serão regidas em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal 12.343/2010 e Lei Municipal nº 9.954/2016, que institui o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o inciso I, II e III do artigo 6º da Lei Federal nº 195/2022, neste instrumento identificada como <b>Lei Paulo Gustavo</b> , o Decreto Federal nº 11.453/2023; Decreto Federal nº 11.525/2023, Decreto Municipal nº 3.137/2023 e Portaria nº 045/2023 da Secretaria Municipal de Cultura.
<b>PERÍODO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÕES</b>	<b>18 de outubro de 2023 a 02 de novembro de 2023.</b>
<b>OBJETO</b>	O objeto deste edital é a seleção de projetos culturais de audiovisual para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no anexo 1, por meio da celebração de termo de execução cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações audiovisuais do município de Goiânia.
<b>INSCRIÇÃO</b>	Pelo endereço eletrônico: <a href="https://mapagoiano.cultura.go.gov.br/">https://mapagoiano.cultura.go.gov.br/</a> -
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	2023.2050.13.392.0074.2746.33504100.178 92 STN: 1715 0000 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual
<b>PROCESSO SEI Nº</b>	23.12.000002223-0
<b>INTERESSADO</b>	<b>Secretaria Municipal de Cultura - SECULT</b>
O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura: <a href="http://www.goiania.go.gov.br">www.goiania.go.gov.br</a> Informações adicionais podem ser obtidas junto à <b>Secretaria Municipal de Cultura</b> , contato pelo telefone nº: (62) 3524-2542/3524-2540 / e-mail: <a href="mailto:secultgoianialei@gmail.com">secultgoianialei@gmail.com</a>	

www.goiania.go.gov.br



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

---

**ÍNDICE**

1- OBJETO	03
2- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	03
3- VALORES	03
4- QUEM PODE SE INSCREVER	03
5- QUEM NÃO PODE SE INSCREVER	04
6- COTAS	04
7- PRAZOS	05
8- COMO SE INSCREVER	06
9- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS	07
10- ACESSIBILIDADE	07
11- CONTRAPARTIDA	08
12- ETAPAS DO EDITAL	08
13- ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS	08
14- REMANEJAMENTO DE VALORES	09
15- ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL	09
16- CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO	10
17- CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOCUMENTAL	13
18- ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS	14
19- DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS	14
20- OBRIGAÇÕES DOS SELECIONADOS	14
21- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA CONTRAPARTIDA	15
22- DISPOSIÇÕES GERAIS	15

---

**ANEXOS AO EDITAL**

O presente Edital contém os Anexos abaixo relacionados, dele fazendo partes integrantes e inseparáveis para todos os efeitos legais

CATEGORIAS DE APOIO - ANEXO 1	17
PLANO DE TRABALHO (Formulário de inscrição) – ANEXO 2	22
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO – ANEXO 3	25
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL – ANEXO 4	26
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL – ANEXO 5	27
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM – ANEXO 6	32
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ANEXO 7	33

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023

O **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, representado pela **Secretaria Municipal de Cultura**, neste denominada **SeCult**, torna público o presente Edital de Chamada Pública para seleção simplificada de projeto cultural de audiovisual nos termos do artigo 6º da LC nº 195/2022, direcionado exclusivamente a agentes culturais do Município de Goiânia, visando garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural, conforme processo SEI nº 23.12.000002223-0.

A presente Chamada e a consequente contratação serão regidas em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal 12.343/2010 e Lei Municipal nº 9.954/2016, que institui o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o inciso I, II e III do artigo 6º da Lei Federal nº 195/2022, neste instrumento identificada como **Lei Paulo Gustavo**, o Decreto Federal nº 11.453/2023; Decreto Federal nº 11.525/2023, Decreto Municipal nº 3.137/2023 e Portaria nº 045/2023 da Secretaria Municipal de Cultura, e em conformidade com as propostas levantadas em fóruns realizados pelo Conselho Municipal de Política Cultural junto à Classe Artística.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

#### 1. OBJETO

- 1.1. O objeto deste edital é a seleção de projetos culturais de audiovisual para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no anexo 1, por meio da celebração de termo de execução cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações audiovisuais do município de Goiânia.

#### 2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1. O presente Edital de Chamada Pública será realizado com recursos financeiros provenientes da Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo, atendendo aos seus incisos I, II e III do art. 6º, visando apoiar de forma exclusiva o segmento Audiovisual no Município.
- 2.2. O presente Edital é norteado pelas Metas do Plano de Ação nº 30882120230002- 008087, aprovado pelo Ministério da Cultura e pelas deliberações emanadas pelas reuniões setoriais, pré-conferências, consultas públicas presenciais, coletas de sugestões através de plataforma virtual, promovidos pelo Conselho Municipal de Cultura – CMC junto à sociedade civil.

#### 3. VALORES

- 3.1. O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$8.621.952,87 (oito milhões, seiscentos e vinte e um mil, novecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos) dividido entre as modalidades de apoio descritas no Anexo I deste edital.
- 3.2. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 2023.2050.13.392.0074.2746.33504100.178 92 STN: 1715 0000 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual
- 3.3. Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.
- 3.4. Do valor total designado para o Art. 6º, Lei nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo, 4% serão destinados à para a operacionalização das ações deste edital, conforme previsto no art. 17, do Decreto de nº 11.525/2023.

#### 4. QUEM PODE SE INSCREVER

- 4.1. Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente no Município de Goiânia há pelo menos 02 anos.
- 4.2. Em regra, o agente cultural pode ser:
  - I. Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
  - II. Pessoa jurídica com fins lucrativos
  - III. Pessoa jurídica sem fins lucrativos
- 4.3. O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.
- 4.4. Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo 2.
- 4.5. O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

## 5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

- 5.1. Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
- I. tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
  - II. sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
  - III. sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
- 5.2. O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.
- 5.3. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no item 5.1
- 5.4. A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 5.1.

## 6. COTAS

- 6.1. Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, de acordo com as proporções de cotas previstas no Decreto 11.525/2023:
- a. no mínimo 20% das vagas para pessoas negras (pretas e pardas); e
  - b. no mínimo 10% das vagas para pessoas indígenas.
- 6.2. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
- 6.3. Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
- 6.4. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
- 6.5. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
- 6.6. Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 6.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
- 6.7. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo 3.
- 6.8. As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
- I. pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
  - II. pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;
  - III. pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e
  - IV. outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
- 6.9. As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.
- 6.10. Caso o proponente pretenda beneficiar-se do disposto no item 6.1. será necessário assinalar a alternativa de autodeclaração de etnia no momento da inscrição do projeto no sistema, assumindo a responsabilidade civil e criminal pela veracidade da declaração, sujeito às sanções administrativas, civis e penais, em caso de comprovação de falsidade, nos termos da lei.


**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura**
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

## 7. PRAZOS

7.1. O Proponente deve atentar-se para o seguinte cronograma:

Prazos	Etapa	Data Estimada
15 dias	Período de Inscrição	18/10 a 02/11
03 (três) úteis dias após a data de abertura do certame	Prazo para impugnação do Edital.	23/10
até 03 (três) dias corridos	Prazo para resposta ao pedido de impugnação do Edital.	26/10
10 dias corridos	Análise de mérito com base nos critérios apresentados neste Edital.	03/11 a 12/11
01 dia útil	Publicação do resultado da Análise de Mérito no endereço: <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	14/11
03 dias após a publicação do resultado	Período de inscrição para o recurso da Análise de Mérito pela Comissão de Seleção.	15/11 a 17/11
05 dias corridos	Análise do recurso pela Comissão de Seleção Suplente	18/11 a 22/11
01 dia útil	Publicação da análise de recurso no endereço <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	24/11
03 dias corridos	Período de entrega dos documentos para fins de habilitação, conforme item 18.	27/11
7 dias corridos	Período de análise documental pela Comissão de Habilitação e Gerência de Projetos Culturais e Planejamento Estratégico.	28/11 a 05/12
01 dia útil	Publicação de Propostas selecionadas <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	07/12
03 dias após a publicação do resultado	Período de inscrição para o recurso da Análise documental pela GerPCPE	07/12 a 11/12
03 dias corridos	Análise do recurso pela Comissão de Seleção	12/12 a 15/12
07 dias úteis	Assinatura do Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV	07/12 a 18/12
01 dia útil	Publicação da análise de recurso no endereço <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	19/12
24 dias corridos	Repasse do pagamento para os projetos aprovados	08/12 a 31/12
Até 31 de outubro de 2024	Realização de Contrapartida	-----
30 dias após a realização da contrapartida	Entrega de Relatório de Execução de Contrapartida	_____

## 8. COMO SE INSCREVER

- 8.1. A inscrição é gratuita e podem inscrever projetos, pessoas físicas e pessoas jurídicas que comprovem: atuação no segmento audiovisual e sede ou domicílio no Município de Goiânia.
- 8.2. O período de inscrições será de 15 de setembro a 15 de outubro de 2023, somente por meio de sistema online no link: <http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo>
- 8.3. Todos os campos obrigatórios da plataforma de inscrição de projeto devem ser devidamente preenchidos e a ausência de informações, irregularidades ou o preenchimento com informações incongruentes, a inscrição será inabilitada.

- 8.4. As informações prestadas no ato da inscrição são de inteira responsabilidade do Proponente, dispondo as comissões responsáveis pela execução deste Edital, o direito de excluir aquele que fornece dados inverídicos, incongruentes ou inadequados.
- 8.5. Cada Proponente poderá inscrever apenas 01 (um) Projeto.
- 8.6. As inscrições não finalizadas ou incompletas após o término do prazo serão canceladas e desclassificadas.
- 8.7. Não serão permitidas alterações no Projeto inscrito após o término do período de inscrição e durante períodos de análise.
- 8.8. A SeCult não se responsabiliza pela falha na inscrição por conta de problemas e/ou lentidão em servidores ou provedores de acesso, na linha de comunicação ou transmissão de dados.
- 8.9. O proponente deve anexar a seguinte documentação no ato da inscrição:
- a. Plano de Trabalho que constitui o formulário de inscrição;
  - b. Currículo do proponente;
  - c. Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
  - d. Mini currículo dos integrantes do projeto;
  - e. Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
  - f. Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
- 8.10. O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
- 8.11. Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior ao prazo determinado por este edital no item 7.

6

## 9. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

- 9.1. O proponente deve preencher a planilha orçamentária, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
- 9.2. A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
- 9.3. A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
- 9.4. A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
- 9.5. Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
- 9.6. Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 7.
- 9.7. O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

## 10. ACESSIBILIDADE

- 10.1. Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
- I. no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
  - II. no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
  - III. no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais.



- 10.2. Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
- adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
  - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
  - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
  - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
  - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
- 10.3. Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
- 10.4. A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 10.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
- for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou
  - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
- 10.5. Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 10.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.
- 10.6. O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

## 11. CONTRAPARTIDA

### 11.1. Contrapartidas obrigatórias:

- Os agentes culturais contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exposições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.
- As salas de cinema que receberem recursos por meio deste Edital estão obrigadas a exibir obras nacionais em número de dias 10% (dez por cento) superior ao estabelecido pela regulamentação referida no art. 55 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.
- Os agentes culturais contemplados, se comprometem a participar, como contrapartida, de ações e programas desta Secretaria, com a atividade cultural viabilizada a partir deste Concurso, caso haja.  
§ Único: A definição dessa participação será feita posteriormente, de acordo com a disponibilidade do proponente e interesse da Secretaria.

### 11.2. Contrapartidas adicionais:

- Medidas que promovam o acesso aos bens, produtos e serviços culturais a camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio e ocupação, visando à formação de público.
- Promoção de ações que facilitem o livre acesso de idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e/ou medidas de acessibilidade comunicacional (de modo a diminuir barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual).

- 11.3. As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e devem ser executadas até a data determinada neste edital no item 7.

## 12. ETAPAS DO EDITAL

### 12.1. A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

- Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto a ser realizada pela Comissão de Seleção, nomeada especificamente para esse fim; e
- Análise Documental: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente, descritos no item 15, a ser realizada pela Comissão de Habilitação e Gerência de Projetos Culturais e Planejamento Estratégico.

## 13. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

- 13.1. Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
- 13.2. Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

- 13.3. A análise dos projetos culturais será realizada pela Comissão de Seleção e Comissão de Seleção Habilitação formadas por pareceristas externos contratados, membros do Conselho Municipal de Cultura e servidores da SeCult.
- 13.4. Os membros da Comissão de Seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
- I. tenham interesse direto na matéria;
  - II. tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
  - III. estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
- 13.5. O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
- 13.6. Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no item 16.
- 13.7. Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado a Comissão de Seleção Suplente.
- 13.8. Os recursos deverão ser apresentados no prazo mínimo de 3 dias úteis, conforme inciso III do art. 16 do decreto 11.453/2023] a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
- 13.9. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
- 13.10. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial do Município e página da SeCult no site da Prefeitura de Goiânia.

#### 14. REMANEJAMENTO DE VALORES

- 14.1. Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, o saldo residual do recurso será remanejado para outra categoria, conforme as seguintes regras:
- a. Categoria com maior número de inscrições;
  - b. Projetos com maior pontuação geral.
- 14.2. Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital de audiovisual.

#### 15. ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL

- 15.1. Após a aprovação pela etapa de análise de mérito cultural, será verificado os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:
- 15.1.1. PESSOA FÍSICA
- a. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
  - b. certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais;
  - c. certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
  - d. comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
- 15.1.2. PESSOA JURÍDICA
- a. inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
  - b. atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
  - c. certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
  - d. certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
  - e. certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
  - f. certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
  - g. certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
- 15.2. A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
- I. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
  - II. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou que se encontrem em situação de rua.





**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura**

**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

## 16. CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO

16.1. Os projetos serão avaliados e classificados em ordem decrescente, somando-se os pontos conforme os **Critérios Gerais de Análise de Mérito do Projeto, Critérios de Análise de Mérito do Proponente, Critérios de Ações Afirmativas**, podendo ser acrescido da pontuação bônus, conforme tabelas a seguir:

a) Critérios Gerais de análise de mérito referentes à qualificação do projeto:

CRITÉRIOS GERAIS DE ANÁLISE DE MÉRITO DO PROJETO			
Nº	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTOS
1	<b>QUALIDADE DO PROJETO - COERÊNCIA DO OBJETO, OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E METAS DO PROJETO</b>	A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	De 0 a 5 pontos.
2	<b>RELEVÂNCIA DA AÇÃO PROPOSTA PARA O CENÁRIO CULTURAL DE GOIÂNIA</b>	A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura de Goiânia.	De 0 a 5 pontos.
3	<b>QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS</b>	Capacidade técnica dos principais profissionais envolvidos	De 0 a 5 pontos.
4	<b>ASPECTOS DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NA AÇÃO PROPOSTA PELO PROJETO.</b>	Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	De 0 a 5 pontos.
5	<b>COERÊNCIA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO ÀS METAS, RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS DO PROJETO PROPOSTO</b>	A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	De 0 a 5 pontos.
6	<b>COERÊNCIA DO PLANO DE DIVULGAÇÃO AO CRONOGRAMA, OBJETIVOS E METAS DO PROJETO PROPOSTO</b>	A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público-alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los	De 0 a 5 pontos.
7	<b>COMPATIBILIDADE DA FICHA TÉCNICA COM AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>	A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	De 0 a 5 pontos.
8	<b>DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO</b>	Participação de artistas ou profissionais do setor audiovisual do Município de Goiânia.	<b>5 pontos:</b> 4 ou mais participante. <b>3 pontos:</b> Até 3 participantes. <b>0 ponto:</b> Não
9	<b>DA LOCALIDADE</b>	Gravação ou realização do projeto no Município de Goiânia, considerando locação para gravação, território em que está inserido, circulação para exibição ou atividade formativa.	<b>5 pontos:</b> Plenamente. <b>3 pontos:</b> Parcialmente.

9

www.goiania.go.gov.br

			<b>0 ponto:</b> Não ou não se aplica.
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>			<b>45 Pontos</b>

b. Critérios de análise de mérito referentes à qualificação do Proponente:

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO DO PROPONENTE			
Nº	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTOS
10	EXPERIÊNCIA	Tempo de atuação profissional	5 pontos: 6 anos ou mais.
			3 pontos: de 2 a 5 anos
			1 pontos: 1 ano ou menos
11	PRODUÇÃO	Quantitativo de obras produzidas	5 pontos: 4 obras ou mais.
			3 pontos: Até 3 obras.
			0 ponto: Não ou não se aplica.
12	PRÊMIOS	Premiado em mostras, festivais, programas de fomento e outras indicações de júri ou menção honrosa.	5 pontos: 4 vezes ou mais.
			3 pontos: Até 3 vezes.
			0 ponto: Não
PONTUAÇÃO TOTAL			15 ontos

c) Critérios De Ações Afirmativas previstas na realização da Contrapartida, conforme art. 16 do Decreto Regulamentador nº 11.525, de 11 de maio de 2023:

CRITÉRIOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS			
Nº	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTOS
13	PÚBLICO-ALVO	O perfil do público a que o projeto é direcionado ou contempla os recortes de vulnerabilidade social e as especificidades territoriais, considerando o acesso e difusão de culturas de comunidades invisibilizadas?	5 pontos: Sim
			3 pontos: parcialmente
			0 ponto: Não ou não se aplica.
14	CONTRAPARTIDA	A contrapartida aborda ou promove linguagens, expressões, manifestações e temáticas ou grupos historicamente vulnerabilizados socialmente?	5 pontos: Sim
			3 pontos: parcialmente
			0 ponto: Não ou não se aplica.
15	ACESSIBILIDADE 1	A projeto prevê instrumentos de acessibilidade tais como intérprete de libras, programas em braile, áudio descrição, locais com rampa e outros que garantam a acessibilidade?	5 pontos: Sim
			0 ponto: Não
16	ACESSIBILIDADE 2	A contrapartida prevê instrumentos de acessibilidade, tais como intérprete de libras, programas em braile, áudio descrição, locais com rampa e outros que garantam a acessibilidade?	5 pontos: Sim
			0 ponto: Não
PONTUAÇÃO TOTAL			20 Pontos

**16.2.** Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:


**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura**
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**
**PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS**

Nº	DESCRIÇÃO	PONTOS
17	Proponentes do gênero feminino	5 pontos
18	Proponentes negros e indígenas	5 pontos
19	Proponentes com deficiência	5 pontos
20	Proponente residente em regiões de menor IDH - Alto do Vale, Anglo, da Vitória, Barravento, Boa Vista, Residencial Brisas da Mata, Setor Cândida de Moraes, Chácaras Maria Dilce, Conjunto Primavera, Empresarial, Setor Estrela D'Alva, Vila Finsocial, Floresta, Fonte das águas, Green Park, Jardim Belvedere, Jardim Camargo, Jardim Colorado, Jardim Curitiba (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X), Jardim das Hortênsias, Jardim das Rosas, Jardim Fonte Nova, Jardim Helou, Jardim Lago Azul, Jardim Liberdade, Jardim Nova Esperança, Jardim Vista Bela, Juscelino Kubitschek (I e II), Malibu, Mansões Paraíso, Mansões Rosas de Ouro, Marabá, Setor Morada do Sol, Setor Novo Planalto, Parque Aeronáutico, Antônio Sebba Filho, Parque Maracanã, Parque Santa Rita, Prive Norte, Residencial Recanto do Bosque, Setor Parque Tremendão (I,II e III), Paulo Pacheco, Recreio Estrela D'Alva, Recreio Panorama, Residencial Fortaleza, Residencial Maringá, Residencial Mirante, São Carlos, São Domingos, Setor Estrela Dalva, São Joaquim, Senador Albino Boaventura, Solange Parque ( I, II e III),Terra Nova, Vila Mutirão, Emílio Póvoa, Vila Lobó, Quebra Caixote e Vila Rocinha.	5 pontos
<b>PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL</b>		<b>20 Pontos</b>

11

**PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS**

Nº	DESCRIÇÃO	PONTOS
21	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5 pontos
22	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5 pontos
23	Pessoas jurídicas sediadas em regiões de menor IDH ou coletivos/grupos pertencentes a regiões de menor - Alto do Vale, Anglo, da Vitória, Barravento, Boa Vista, Residencial Brisas da Mata, Setor Cândida de Moraes, Chácaras Maria Dilce, Conjunto Primavera, Empresarial, Setor Estrela D'Alva, Vila Finsocial, Floresta, Fonte das águas, Green Park, Jardim Belvedere, Jardim Camargo, Jardim Colorado, Jardim Curitiba (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X), Jardim das Hortênsias, Jardim das Rosas, Jardim Fonte Nova, Jardim Helou, Jardim Lago Azul, Jardim Liberdade, Jardim Nova Esperança, Jardim Vista Bela, Juscelino Kubitschek (I e II), Malibu, Mansões Paraíso, Mansões Rosas de Ouro, Marabá, Setor Morada do Sol, Setor Novo Planalto, Parque Aeronáutico, Antônio Sebba Filho, Parque Maracanã, Parque Santa Rita, Prive Norte, Residencial Recanto do Bosque, Setor Parque Tremendão (I,II e III), Paulo Pacheco, Recreio Estrela D'Alva, Recreio Panorama, Residencial Fortaleza, Residencial Maringá, Residencial Mirante, São Carlos, São Domingos, Setor Estrela Dalva, São Joaquim, Senador Albino Boaventura, Solange Parque ( I, II e III),Terra Nova, Vila Mutirão, Emílio Póvoa, Vila Lobó, Quebra Caixote e Vila Rocinha.	5 pontos

www.goiania.go.gov.br

24	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAPN+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5 pontos
<b>PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL</b>		<b>20 Pontos</b>

12

- 16.3. A pontuação final da Análise de Mérito será a somatória geral dos pontos obtidos.
- 16.4. Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
- 16.5. Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.
- 16.6. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida:
- 16.6.a. Maior nota na somatória dos pontos dos Critérios Gerais de Análise de Mérito do Projeto;
  - 16.6.b. Maior nota na somatória dos pontos dos Critérios de Ações Afirmativas.
- 16.7. Permanecendo o empate, a SeCult convocará os Proponentes das propostas empatadas cuja presença será obrigatória e realizará sorteio.
- 16.8. Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 60 pontos.
- 16.9. Serão desclassificados os projetos que:
- 16.9.a. receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
  - 16.9.b. apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 16.10. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.
- 16.11. Conforme previsto no art. 23 do Decreto Regulamentador nº 11.525, de 11 de maio de 2023, a SeCult dará ampla publicidade e transparência à destinação dos recursos de que trata a Lei Paulo Gustavo na página <http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo>.

#### 17. CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOCUMENTAL

- 17.1. Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, serão avaliados a documentação listada no item 15, conforme sua natureza jurídica.
- 17.2. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
- 17.3. Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado Gerência de Projetos Culturais e Planejamento Estratégico.
- 17.4. Os recursos de trata o item 17.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
- 17.5. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
- 17.6. Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

#### 18. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

- 18.1. Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo 4 deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
- 18.2. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela SeCult contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
- 18.3. Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único até 30 dias após a homologação do resultado final.
- 18.4. A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
- 18.5. O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até 7 (sete) dias úteis após a publicação do resultado final sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

## 19. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

- 19.1. O Agente Cultural premiado deverá divulgar o recebimento do apoio emergencial de forma explícita, visível e destacada.
- 19.2. Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e da Prefeitura de Goiânia de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
- 19.3. O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
- 19.4. O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

13

## 20. OBRIGAÇÕES DOS SELECIONADOS

- 20.1. Cabe ao Agente Cultural buscar as informações sobre o andamento de seu processo.
- 20.2. O Agente Cultural que, por algum motivo, desistir de receber a premiação, deverá apresentar justificativa por meio de ofício protocolado na SeCult.
- 20.3. Caberá ao Agente Cultural responder, de forma exclusiva e integral, por eventuais denúncias, reclamações e/ou questionamentos, assegurando à Prefeitura Municipal de Goiânia o pleno ressarcimento por possíveis prejuízos sofridos a esse título.
- 20.4. A SeCult não se responsabilizará, solidária ou subsidiariamente, em hipótese alguma, pelos atos, contratos e compromissos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou outra, bem como pelas respectivas taxas, tributos e/ou encargos deles decorrentes, assumidos pelo Agente Cultural para fins de realização da proposta inscrita, tais como ECAD, Sated, ANCINE, entre outros.
- 20.5. Todos os custos que impliquem na contratação de terceiros, deverão assegurar o recolhimento dos direitos autorais e conexos, bem como das contribuições sociais e dos tributos previstos em lei.
- 20.6. A omissão de quaisquer informações pertinentes a titulares de direitos de autor ou propriedade, responsabilizará quem prestou a informação, de forma exclusiva e integral, por tal conduta.

## 21. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA CONTRAPARTIDA

- 21.1. Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.
- 21.2. Para fins de comprovação da execução de projeto selecionado e contratado, o proponente deverá enviar à Secretaria, conforme cronograma os seguintes documentos:
  - a. Relatório Final, conforme Anexo 7.
  - b. Registro documental da realização das atividades previstas no projeto, tais como vídeos, matérias publicadas, fotos, programas, folders, cartazes e outras mídias, entre outros.
  - c. Notas Fiscais, devem ser apresentadas quando incorrer as seguintes situações:
    - I. Aquisição de equipamentos;
    - II. Quando o valor contemplado seja superior a R\$100.000,00.
  - d. Informativo de despesas, conforme Anexo IV, detalhando os gastos efetuados na execução do projeto.
  - e. Declaração das instituições culturais e/ou dos responsáveis pelos locais onde as atividades previstas no projeto foram realizadas, conforme Anexo V, quando for o caso.
  - f. Declaração de comprometimento em mencionar a Prefeitura de Goiânia e a Secretaria de Cultura nos créditos e em todo material de divulgação da obra (impresso, virtual e audiovisual) e nos créditos, quando for o caso.
  - g. Games: demo jogável do jogo eletrônico e vídeo explicativo.
  - h. Demais produções audiovisuais: link do vídeo do conteúdo do produto cultural.
- 21.3. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
- 21.4. A qualquer momento a SeCult poderá solicitar outros documentos comprobatórios como fotos, vídeos, publicações e outros que demonstrem a execução da contrapartida.
- 21.5. O agente cultural autoriza a SeCult a publicar e divulgar as imagens e as informações contidas na inscrição e se responsabiliza pela veracidade das informações, documentos e materiais apresentados.
- 21.6. O agente cultural, bem como, os demais participantes do projeto inscrito, autorizam a Prefeitura Municipal de Goiânia a utilizar as imagens, áudios, documentos e informações para geração de indicadores, exibição





**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

em mídia impressa e eletrônica, em materiais institucionais e Internet, ou qualquer outro meio, exclusivamente para fins de divulgação e difusão das ações culturais municipais, sem fins lucrativos.

- 21.7. As autorizações aqui descritas não possuem limitação temporal ou numérica e é válida para o Brasil e exterior, sem que seja devida nenhuma remuneração a qualquer título.

## 22. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. O repasse do recurso fica condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira oriunda da Lei Paulo Gustavo.
- 22.2. O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
- 22.3. O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do proponente.
- 22.4. As legislações, informações e resultados a que se trata este Edital estarão disponíveis na página <http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo>.
- 22.5. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
- 22.6. Qualquer alteração no andamento da proposta selecionada deverá ser autorizada previamente pela SeCult que terá 15 (quinze) dias para análise e manifestação.
- 22.7. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Secretaria Municipal de Cultura de qualquer responsabilidade civil ou penal.
- 22.8. A qualquer tempo, este Edital poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, sem que isso implique direito a indenização de qualquer natureza.
- 22.9. Para mais informações referentes à Lei Paulo Gustavo, a SeCult atenderá por telefone no número (62) 3596-6700 e (62) 3596-6283 ramal 26, de segunda a sexta-feira, das 08h30m às 16h30m, e por e-mail: [secultlei@gmail.com](mailto:secultlei@gmail.com)
- 22.10. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
- 22.11. Compõem este Edital os seguintes anexos:
- a. Categorias de apoio - Anexo 1
  - b. Plano de Trabalho (todas as etapas serão inseridas no Formulário de inscrição – Anexo 2
  - c. Declaração de representação de grupo ou coletivo - Anexo 3;
  - d. Declaração étnico-racial - Anexo 4;
  - e. Termo de Execução Cultural - Anexo 5;
  - f. Termo de Autorização de cessão de direito de uso de imagem – Anexo 6
  - g. Relatório de Execução do Objeto - Anexo 7.
- 22.12. O proponente declara conhecimento da incidência sobre os impostos no recebimento de recursos por parte de pessoas físicas e jurídicas no momento da transferência aos beneficiários selecionados;
- 22.13. É vedada a realização de repasses dos recursos deste certame aos beneficiários que usufruam de quaisquer ações emergenciais de que trata a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, caso a previsão de repasses desta Lei Complementar implique duplicidade de ajuda financeira nos mesmos meses de competência.
- 22.14. Os casos omissos ou não previstos nesse edital serão analisados e decididos pela SeCult.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

Zander Fábio Alves da Costa  
Secretário de Cultura

**ANEXO 1**  
**CATEGORIAS DE APOIO - AUDIOVISUAL**

**23. RECURSO DO EDITAL**

- 23.1. O presente edital possui valor total de **R\$8.256.007,27 (oito milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, sete reais e vinte e sete centavos)** distribuídos da seguinte forma:
- Até **R\$6.145.893,85 (seis milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos)** para apoio a produção de obras audiovisuais, de curta-metragem e/ou videoclipe e desenvolvimento de roteiro;
  - Até **R\$1.404.808,88 (um milhão, quatrocentos e quatro mil, oitocentos e oito reais e oitenta e oito centavos)** para apoio à realização de ação de Cinema Itinerante ou Cinema de Rua;
  - Até **R\$705.304,54 (seiscentos e cinco mil, trezentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)** para apoio à realização de ação de Formação Audiovisual e Pesquisa em Audiovisual.
- 23.2. O projeto deverá apresentar valor fixo igual ao determinado para cada um dos módulos, conforme definidos no item 2.
- 23.3. O projeto que apresentar orçamento maior do que o previsto neste Edital deverá obrigatoriamente especificar as fontes complementares de recursos.
- 23.4. O proponente deverá usar os recursos recebidos preferencialmente para custear despesas realizadas no Município de Goiânia, sempre observando os valores praticados no mercado e/ou referências de custos de serviços das suas categorias.
- 23.5. Em caso de compra de equipamento de qualquer natureza, deverá ser expressamente justificado o motivo da compra e o destino do equipamento adquirido após a conclusão do projeto.
- 23.6. O prazo para realização de todas as ações do projeto consiste em 12 (doze) meses a contar da data de depósito do aporte.

**24. DESCRIÇÃO DAS MODALIDADES E DISTRIBUIÇÃO DE VALORES**

- 2.1. **O PROJETO** deve ser enquadrado em uma das seguintes Modalidades:
- PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS – FILMES:** conforme Decreto Regulamentador nº 11.525/2023, inciso III, §2º do art. 3º - produção de curtas e longas-metragens;
  - APOIO A SALAS DE CINEMA:** conforme Decreto Regulamentador nº 11.523/2023, inciso II, §5º do art. 3º – salas de cinema públicas e salas de cinema privadas que não componham redes;
  - MOSTRAS, FESTIVAIS E ATIVIDADES DE FORMAÇÃO:** conforme Decreto Regulamentador nº 11.523/2023, alíneas “a” e “c”, inciso III do art. 3º – realização de capacitação, formação e qualificação em audiovisual e de mostras e festivais para o setor audiovisual.
- 2.2. O Projeto deve ser entregue de acordo com a modalidade, preenchendo o formulário de inscrição devidamente e apresentando o produto cultural, conforme a seguinte descrição:
- 2.2.1. **PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS – FILMES:** O apoio a produções audiovisuais, de forma exclusiva ou em complemento a outras formas de financiamento, inclusive aquelas com origem em recursos públicos ou financiamento estrangeiro. Neste edital destina-se **R\$6.145.893,85 (seis milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos)**, para um total estimado de 66 projetos aproximadamente, podendo ser:
- Obra de Longa-Metragem:** Produção visual feita para o cinema, de ficção ou teor documental, com duração superior a 70 (setenta) minutos, que constitui a peça principal de uma sessão cinematográfica.
  - Obra de Curta-Metragem:** Filmes de pequena duração, podendo apresentar-se como uma produção cinematográfica de cariz estético, recreativo, informativo ou didático, com duração de até 40 minutos incluindo créditos.
  - Finalização de Obra:** projeto de obra cinematográfica brasileira, cuja produção (filmagem) esteja totalmente concluída até a sua inscrição neste Edital, devendo o proponente dispor, portanto, do material bruto da filmagem em formato digital com o último corte ou o corte final.
  - Obra Seriada:** é a série inédita (episódio piloto e roteiro da 1ª temporada, com 18 a 25 minutos)
  - Produção de vídeo universitário:** filme de estudantes de Cinema e Audiovisual. Curta duração.
  - Produção de Games:** compreende as etapas de produção do jogo eletrônico e a entrega de demo jogável.
  - Videoclipe:** Curta metragem que integra Música com imagens e é produzido para fins promocionais





**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

ou artísticos.

- h) **Websérie** (5 a 7 episódios, de 3 a 7 minutos) - Uma websérie ou webshow é uma série de episódios lançados na internet e faz parte de um novo meio de broadcasting chamado de web televisão. Peça visual, dinâmica e digital criada em capítulos, como séries de streaming e TV, mas cuja veiculação é feita exclusivamente na Internet. O conteúdo, portanto, tem episódios que comunicam informações ou contam uma história ao público.
- i) **Video Cast** (10 episódios de 3 a 10 minutos) Videocast ou Vodcast abreviação de “Video-On-Demand-Cast”, ou seja, a versão em vídeo de um Podcast.

16

Produções Audiovisuais – Filmes						
CATEGORIA	Ampla Concorrência	Cotas Pessoas Negras	Cotas Pessoas Indígenas	QT D	V. Unitário	TOTAL
Produção de longas	1	1	0	2	R\$ 1.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
Produção de Série	4	2	1	7	R\$ 120.000,00	R\$ 840.000,00
Produção de curtas	7	2	1	10	R\$ 100.000,00	R\$ 1.000.000,00
Games	1	1	1	3	R\$ 100.297,95	R\$ 300.893,85
Finalização de Longas	3	1	1	5	R\$ 100.000,00	R\$ 500.000,00
Produção de vídeo universitário	4	1	1	6	R\$ 30.000,00	R\$ 180.000,00
Videoclipe	14	4	2	20	R\$ 60.000,00	R\$ 1.200.000,00
Websérie	3	2	1	6	R\$ 15.000,00	R\$ 90.000,00
Video Cast	4	2	1	7	R\$ 5.000,00	R\$ 35.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$6.145.893,85</b>	

**2.2.2. Documentação específica de projeto para Produções Audiovisuais:**

- Apresentação resumida do projeto. (Pode ser acrescida de um vídeo explicativo do projeto).
- Relevância e pertinência;
- Sinopse da obra;
- Perfil de público-alvo e classificação indicativa;
- Cronograma de execução;
- Orçamento detalhado;
- Orçamento, aprovado ou não na ANCINE, em formato pdf, indicando os valores já aportados, eventualmente captados, origem dos recursos, entre outras informações pertinentes.
- Currículo do proponente.
- Currículo do diretor.
- Ficha técnica com a relação dos participantes, incluindo a identificação do CPF e a descrição da função no projeto.
- Breve currículo de até 03 (três) dos principais integrantes do projeto (máximo de 20 linhas para cada currículo), caso haja, além do proponente.
- Detalhamento da proposta de contrapartida.
- Link de acesso ao material filmado.
- Termos de Compromissos assinados pelos principais integrantes do projeto;
- Para produção de vídeo clip apresentar o link de acesso com a música a ser gravada;
- Games, informar as mecânicas de interatividade, jogabilidade e progressão do game, descrição das funções;
- Descrição dos aspectos técnicos: hardware, software, entre outros - no caso de games;
- Informações adicionais, caso haja.



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

**2.2.3. APOIO A SALAS DE CINEMA:** Entende-se por reformas, restauros, manutenção e a funcionamento de salas de cinema, incluída a adequação a protocolos sanitários relativos à pandemia da covid-19, sejam elas públicas ou privadas, bem como de cinemas de rua e de cinemas itinerantes. Neste edital destina-se **R\$1.404.808,88 (um milhão, quatrocentos e quatro mil, oitocentos e oito reais e oitenta e oito centavos)**, para um total estimado de 20 projetos aproximadamente, podendo ser:

- a. **Reforma e restauro** – O termo reforma aqui se entende por mudança introduzida em algo para fins de aprimoramento e obtenção de melhores resultados. E restauro trata-se de reparação ou atuação preventiva de qualquer obra que, devido a sua antiguidade ou estado de conservação, seja necessária uma intervenção para preservar sua integridade física, assim como seu valor artístico, respeitando ao máximo a essência original da obra.
- b. **Adequação** – Adaptação das instalações físicas em atendimento a normas de segurança sanitária.
- c. **Apoio à realização de ação de Cinema de Rua e Cinema Itinerante** - Para este edital, cinema de rua é um serviço de exibição aberta ao público de obras audiovisuais para fruição coletiva em espaços abertos, em locais públicos e em equipamentos móveis, de modo gratuito. E cinema itinerante é uma estratégia de política pública cultural que visa levar a experiência do cinema a comunidades e regiões que possuem acesso limitado a salas de cinema convencionais. Por meio de um cinema móvel, equipado com projeção e som de qualidade, é possível levar filmes de diferentes gêneros e estilos a locais distantes, como áreas rurais, periferias urbanas e comunidades carentes, criando oportunidades para que as pessoas se engajem com a sétima arte.
- d. **Apoio à realização de ação de Cineclubes:** Para este edital, cineclube é uma associação sem fins lucrativos que estimula os seus membros a ver, discutir e refletir sobre o cinema. Tem como objetivo preparar as pessoas para assistir filmes, debatendo sobre eles ao final da exibição, de modo a se criar uma cultura crítica à respeito de como os filmes são feitos bem como sobre seus respectivos conteúdos.

Apoio a Salas de Cinema						
CATEGORIA	Ampla Concorrência	Cotas Pessoas Negras	Cotas Pessoas Indígenas	QTD	V. Unitário	TOTAL
Restauração	1	1	0	2	R\$ 150.000,00	R\$ 300.000,00
Reforma e restauro	3	1	0	4	R\$ 100.000,00	R\$ 400.000,00
Adequação	3	2	1	6	R\$ 60.000,00	R\$ 360.000,00
Cinema de rua e Cinema Itinerante	3	2	1	6	R\$ 43.101,11	R\$ 258.606,66
Cineclube	1	1	0	2	R\$ 43.101,11	R\$ 86.202,22
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 1.404.808,88</b>	

**2.2.4. Documentação específica de projeto para Apoio a Salas de Cinema:**

- a. Apresentação resumida do projeto. (Pode ser acrescida de um vídeo explicativo do projeto).
- b. Relevância e pertinência;
- c. Perfil de público-alvo e classificação indicativa;
- d. Cronograma de execução;
- e. Orçamento detalhado;
- f. Currículo do proponente;
- g. Detalhamento da proposta de contrapartida;
- h. No caso de propostas de itinerância deverá ser apresentada justificativa e previsão dos locais onde ocorrerão as sessões.
- i. Em caso de propostas de manutenção deve ser apresentada comprovação de que o cinema está em atividade há pelo menos três meses, devendo a comprovação ser feita por meio de folders, matérias de jornais, sites, material de divulgação e/ou lista de presença de público e/ou fotos/imagens.
- j. A sala de cinema deve disponibilizar material que comprove sua atuação no município tais como: borderôs, material de imprensa, portfólios e outros de mesmo valor por meio de link ativo e disponível para visualização;



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura**

**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

- k. Para Projeto de Adaptação apresentar fotos de vários ângulos ou link de vídeo simples dos espaços a serem adaptados ou que receberão as melhorias;
- l. As salas de cinema estão obrigadas a exibir obras nacionais em número de dias 10% (dez por cento) superior ao estabelecido pela regulamentação referida no art. 55 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.
- m. Informações adicionais, caso haja.

**2.2.5. MOSTRAS, FESTIVAIS E ATIVIDADES DE FORMAÇÃO:** capacitação, formação e qualificação no audiovisual e à realização de festivais e mostras de produções audiovisuais. Neste edital destina-se **R\$705.304,54 (seiscentos e cinco mil, trezentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)**, para um total estimado de 24 projetos aproximadamente, podendo ser:

- a. **Apoio à realização de ação de Formação Audiovisual** - Neste edital, a Formação Audiovisual refere-se ao apoio concedido para o desenvolvimento de cursos, oficinas, workshop de até 4 horas de duração, podcast de caráter formativo (10 episódios de 3 a 10 minutos), conferências, simpósios e seminários voltados para profissionais, estudantes e interessados na área audiovisual. Esse tipo de fomento tem como objetivo promover o aprimoramento das habilidades técnicas, criativas e gerenciais dos profissionais, bem como estimular a formação de novos talentos.
- b. **Apoio a mostras e festivais** - Neste edital, o apoio a mostras e festivais audiovisuais tem como objetivo exibir uma seleção de produções audiovisuais, como filmes de ficção, documentários ou animações, para um público interessado. Geralmente, uma mostra audiovisual é organizada em torno de um tema específico, estilo cinematográfico ou período de produção, e busca oferecer ao público uma oportunidade de apreciar e refletir sobre obras cinematográficas de qualidade. Mostras audiovisuais devem promover o intercâmbio cultural, estimular a produção audiovisual, a formação de público e proporcionar visibilidade a filmes, documentários, animações e outras produções. É importante valorizar a realidade brasileira, regional e local.

Mostras, Festivais e Atividades de Formação						
CATEGORIA	Ampla Concorrência	Cotas Pessoas Negras	Cotas Pessoas Indígenas	QTD	V. UNIT.	TOTAL
Festivais e Mostras	2	1	0	3	R\$ 100.000,00	R\$ 300.000,00
Conferências, simpósios e seminários	2	1	1	4	R\$ 80.000,00	R\$ 320.000,00
PodCast de caráter formativo	6	2	1	9	R\$ 5.000,00	R\$ 45.000,00
Curso, oficina e Workshop	5	2	1	8	R\$ 5.038,06	R\$ 40.304,48
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 705.304,48</b>

**2.2.6.** Documentação específica de projeto para Apoio a Mostras, Festivais e Atividades de Formação:

- a. Apresentação resumida do projeto. (Pode ser acrescida de um vídeo explicativo do projeto).
- b. Relevância e pertinência.
- c. Perfil de público-alvo e classificação indicativa.
- d. Cronograma de execução.
- e. Orçamento detalhado;
- f. Currículo do proponente.
- g. Ficha técnica com a relação dos participantes, incluindo a identificação do CPF e a descrição da função no projeto.
- h. Breve currículo de até 03 (três) dos principais integrantes do projeto (máximo de 20 linhas para cada currículo), caso haja, além do proponente.
- i. Detalhamento da proposta de contrapartida.
- j. Ações Formativas devem conter: ementa, metodologia, conteúdo programático, carga horária, procedimento de certificação e material didático necessário
- k. As ações de capacitação, de formação e de qualificação devem ser gratuitas a seus participantes.
- l. Especificar a curadoria no caso de Mostra



Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura  
Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural

m. Informações adicionais, caso haja.

---

**ANEXO 2**  
**PLANO DE TRABALHO**  
(Informações a serem inseridas no formulário de inscrição)

19

**DADOS DO PROJETO:**

---

Nome do Projeto: \_\_\_\_\_

Escolha a modalidade e a categoria a que vai concorrer:

**Modalidade 1:**

**( ) PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS – FILMES**

Categorias:

- ( ) Obra de Longa-Metragem
- ( ) Obra de Curta-Metragem
- ( ) Finalização de Obra
- ( ) Obra Seriada
- ( ) Produção de vídeo universitário
- ( ) Produção de Games
- ( ) Videoclipe:
- ( ) Websérie (5 a 7 episódios, de 3 a 7 minutos)
- ( ) Video Cast (10 episódios de 3 a 10 minutos)

**Modalidade 2:**

**( ) APOIO A SALAS DE CINEMA Reforma e restauro**

Categorias:

- ( ) Adequação
- ( ) Apoio à realização de ação de Cinema de Rua e Cinema Itinerante
- ( ) Apoio à realização de ação de

**Modalidade 3:**

**( ) MOSTRAS, FESTIVAIS E ATIVIDADES DE FORMAÇÃO**

Categorias:

- ( ) Apoio à realização de ação de Formação Audiovisual
- ( ) Apoio a mostras e festivais

**Descrição do projeto**

(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

**Objetivos do projeto**

(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

**Metas**

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confeção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

**Perfil do público a ser atingido pelo projeto**

(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

**Qual o perfil do público do seu projeto?** (Ex.: crianças, idosos, jovens, pessoas com deficiência etc.)

20

**Medidas de acessibilidade empregadas no projeto**

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de pessoas com deficiência)

**Acessibilidade arquitetônica:**

- ☐ rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;  
☐ piso tátil;  
☐ rampas;  
☐ elevadores adequados para pessoas com deficiência;  
☐ corrimãos e guarda-corpos;  
☐ banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;  
☐ vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;  
☐ assentos para pessoas obesas;  
☐ iluminação adequada;  
☐ Outra \_\_\_\_\_

**Acessibilidade comunicacional:**

- ☐ a Língua Brasileira de Sinais - Libras;  
☐ o sistema Braille;  
☐ o sistema de sinalização ou comunicação tátil;  
☐ a audiodescrição;  
☐ as legendas;  
☐ a linguagem simples;  
☐ textos adaptados para leitores de tela; e  
☐ Outra \_\_\_\_\_

**Acessibilidade atitudinal:**

- ☐ capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;  
☐ contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;  
☐ formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e  
☐ outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

**Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.**

**Local onde o projeto será executado**

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

**Previsão do período de execução do projeto**

Data de início:

Data final:

**Equipe**

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não



Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura  
Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural

### Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapas	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023

21

### Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

### Contrapartida

Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

### Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoios financeiro tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

### O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas. Deve haver a indicação do parâmetro de preço utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc).

Item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário (R\$)	Quantidade	Valor total (R\$)	Referência de preço
Ex.: Fotografia	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	1.100,00	1	1.100,00	Salicnet – Oficina/workshop/seminário – Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

### ANEXO 3 DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

#### GRUPO ARTÍSTICO:

NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO: \_\_\_\_\_

#### DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE:

IDENTIDADE: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_,

E-MAIL: \_\_\_\_\_ TELEFONE: \_\_\_\_\_

(62) \_\_\_\_\_

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico \_\_\_\_\_, elegem \_\_\_\_\_ como único representante neste edital, outorgando-lhe



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

22

[LOCAL]

[DATA]



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

---

**ANEXO 4  
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, DECLARO para fins de  
participação no Edital 001/2023 de Chamada Pública, que sou  
\_\_\_\_\_ (informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

23

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME:

ASSINATURA DO DECLARANTE:

**ANEXO 5**  
**TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL**

Termo de Execução Cultural nº [indicar número]/[indicar ano] tendo por objeto a concessão de apoio financeiro a ações culturais contempladas pelo edital nº 001/2023 –, nos termos da lei complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), do decreto n. 11.525/2023 (decreto Paulo Gustavo) e do decreto 11.453/2023 (decreto de fomento).

24

**1. PARTES**

- 1.1.** O Município de Goiânia, neste ato representado por Secretário Municipal de Cultura, Senhor(a) Zander Fábio Alves de Costa, e o(a) Agente Cultural, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, expedida em \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_], telefones: (62) \_\_\_\_\_, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

**2. PROCEDIMENTO**

- 2.1.** Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da Lei Complementar Nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), do Decreto N. 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e do Decreto 11.453/2023 (Decreto De Fomento).

**3. OBJETO**

- 3.1.** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

**4. RECURSOS FINANCEIROS**

- 4.1.** Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
- 4.2.** Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

**5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

- 5.1.** Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
- 5.2.** A conta bancária deverá conter funcionalidade de aplicação automática dos valores em modalidades de investimento de baixo risco, a fim de que haja rendimentos financeiros enquanto os recursos não forem utilizados.

**6. OBRIGAÇÕES**

- 6.1.** São obrigações da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de Goiânia:
- I.** transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
  - II.** orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
  - III.** analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
  - IV.** zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
  - V.** adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
  - VI.** monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
- VI.2.** São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
- I.** executar a ação cultural aprovada;
  - II.** aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
  - III.** manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

- IV. facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- V. prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- VI. atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretaria Municipal de Cultura a contar do recebimento da notificação;
- VII. divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
- VIII. não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
- IX. guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
- X. não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
- XI. executar a contrapartida conforme pactuado.

## 7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

- 7.1. A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
  - I. apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
  - II. análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
- 7.2. O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
  - I. comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
  - II. conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
  - III. ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
- 7.2.2. O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
  - I. encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
  - II. recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
- 7.2.3. Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
  - I. determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
  - II. solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
  - III. aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
- 7.3. O relatório de execução financeira será exigido, somente nas seguintes hipóteses:
  - I. quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
  - II. quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
- 7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
- 7.4. O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
  - I. aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
  - II. reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
- 7.5. Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
  - I. devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
  - II. apresentação de plano de ações compensatórias; ou

- III. devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.1. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
- 7.5.2. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.3. Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
- 7.5.4. O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.
- 7.5.5. Aplica-se no que couber as regras de prestação de contas contidas nos artigos artigo 23 a 29 da Lei Complementar nº 195/2022, e ainda nos artigos 29 a 34 do Decreto Federal nº 11.453/2023.

## 8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 8.1. A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
- 8.2. A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- I. prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
- II. alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
- 8.3. Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
- 8.4. As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
- 8.5. A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
- 8.6. Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

## 9. TITULARIDADE DE BENS

- 9.1. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
- 9.2. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural nas hipóteses tratadas no Art. 27 do decreto 11.453/2023.

## 10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 10.1. O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- extinto por decurso de prazo;
- I. extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- II. denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- III. rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
- a. descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b. irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c. violação da legislação aplicável;
- d. cometimento de falhas reiteradas na execução;
- e. má administração de recursos públicos;
- f. constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- g. não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- h. outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- 10.2. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
- 10.3. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- 10.4. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- 10.5. Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural****11. SANÇÕES**

- 11.1. Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
- 11.2. A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
- 11.3. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.
- 11.4. Na hipótese de descumprimento, por parte do(a) PROPONENTE, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em seus aditamentos e na ausência de justificativa, estará sujeita às sanções previstas na Lei Complementar nº 195/2022.

**12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS**

- 12.1. Monitoramento e controle dos resultados será por intermédio de relatório, conforme especificado no edital.

**13. VIGÊNCIA**

- 13.1. A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por 30 dias.

**14. PUBLICAÇÃO**

- 14.1. O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município – DOM.

**15. FORO**

- 15.1. Fica eleito o Foro do Município de Goiânia para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Goiânia, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

---

Pelo órgão: Secretaria Municipal de Cultura  
Zander Fábio Alves da Costa – Secretário de Cultura

---

Pelo Agente Cultural:  
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

---

**ANEXO 6  
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM**

28

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_ abaixo assinado, na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho  
artístico aprovado no Edital 001/2023 - Audiovisual, **declara que:**

1. **Autoriza** a SeCult a publicar e divulgar as imagens e as informações contidas na inscrição e se responsabiliza pela veracidade das informações, documentos e materiais apresentados.
2. Enquanto agente cultural, bem como, os demais participantes do projeto inscrito, **autorizam** a Prefeitura Municipal de Goiânia a utilizar as imagens, áudios, documentos e informações para geração de indicadores, exibição em mídia impressa e eletrônica, em materiais institucionais e Internet, ou qualquer outro meio, exclusivamente para fins de divulgação e difusão das ações culturais municipais, sem fins lucrativos.

As autorizações aqui descritas não possuem limitação temporal ou numérica e é válida para o Brasil e exterior, sem que seja devida nenhuma remuneração a qualquer título.

Goiânia,        de        de 2023.

---

ASSINATURA COM NOME COMPLETO

www.goiania.go.gov.br

**ANEXO 7**  
**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**1. DADOS DO PROJETO**

Nome do projeto:	
Nome do agente cultural proponente:	
Nº do Termo de Execução Cultural	Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:	Data de entrega desse relatório:

29

**2. RESULTADOS DO PROJETO**

**2.1. Resumo:**

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

--

**2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?**

- |   |
|---|
| <input type="checkbox"/> Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.               |
| <input type="checkbox"/> Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações |
| <input type="checkbox"/> Uma parte das ações planejadas não foi feita.                        |
| <input type="checkbox"/> As ações não foram feitas conforme o planejado.                      |

**2.3. Ações desenvolvidas**

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre as eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

--

**2.4. Cumprimento das Metas**

<b>Metas integralmente</b>	META - [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
----------------------------	--




**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura**
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

cumpridas	
	OBSERVAÇÃO: informe como a meta foi cumprida
Metas parcialmente cumpridas (se houver)	META - Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado:
	OBSERVAÇÕES - Informe qual parte da meta foi cumprida:
	JUSTIFICATIVA para o não cumprimento integral - Explique por que parte da meta não foi cumprida:
Metas não cumpridas (se houver)	Meta - Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado:
	JUSTIFICATIVA para o não cumprimento - Explique por que a meta não foi cumprida:

30

### 3. PRODUTOS GERADOS

<b>3.1. A execução do projeto gerou algum produto?</b>	
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

#### 3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.

<input type="checkbox"/> Publicação	<input type="checkbox"/> Jogo
<input type="checkbox"/> Livro	<input type="checkbox"/> Artesanato
<input type="checkbox"/> Catálogo	<input type="checkbox"/> Obras
<input type="checkbox"/> Live (transmissão on-line)	<input type="checkbox"/> Espetáculo
<input type="checkbox"/> Vídeo	<input type="checkbox"/> Show musical
<input type="checkbox"/> Documentário	<input type="checkbox"/> Site
<input type="checkbox"/> Filme	<input type="checkbox"/> Música
<input type="checkbox"/> Relatório de pesquisa	<input type="checkbox"/> Outros: _____
<input type="checkbox"/> Produção musical	

<b>3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?</b> Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

www.goiania.go.gov.br

**3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?** Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

**3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele ...**  
(Você pode marcar mais de uma opção).

- ( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.  
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.  
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.  
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.

- ( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.  
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.  
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.  
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

#### **4. PÚBLICO ALCANÇADO**

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

#### **5. EQUIPE DO PROJETO**

**5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?**

Digite um número exato (exemplo: 23).

**5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?**

( ) Sim

( ) Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

### 5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	00.000.000/0001-00	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

### 6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

#### 6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

☐ 1. Presencial.

☐ 2. Virtual.

☐ 3. Híbrido (presencial e virtual).

#### Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

#### 6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.

☐ Youtube

☐ Instagram / IGTV

☐ Facebook

☐ TikTok

☐ Google Meet, Zoom etc.

☐ Outros: \_\_\_\_\_

#### 6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

#### Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

#### 6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

☐ 1. Fixas, sempre no mesmo local.

☐ 2. Itinerantes, em diferentes locais.

☐ 3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

#### 6.5 Em que município o projeto aconteceu?

#### 6.6 Em que área do município o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

☐ Zona urbana central.

☐ Zona urbana periférica.

☐ Zona rural.

☐ Área de vulnerabilidade social.

☐ Unidades habitacionais.

☐ Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).

☐ Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).

☐ Áreas atingidas por barragem.

☐ Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

	( ) Outros: _____
--	-------------------

**6.7 Onde o projeto foi realizado?** Você pode marcar mais de uma opção.

- ( ) Equipamento cultural público municipal.  
( ) Equipamento cultural público estadual.  
( ) Espaço cultural independente.  
( ) Escola.  
( ) Praça.  
( ) Rua.  
( ) Parque.  
( ) Outro

33

**7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO**

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

--

**8. CONTRAPARTIDA**

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

--

**9. TÓPICOS ADICIONAIS**

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

--

**10. ANEXOS**

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome  
Assinatura do Agente Cultural Proponente

www.goiania.go.gov.br



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural****EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2023**

<b>MODALIDADE</b>	A presente Chamada e a consequente contratação serão regidas em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal 12.343/2010 e Lei Municipal nº 9.954/2016, que institui o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o inciso I do artigo 6º da Lei Federal nº 195/2022, neste instrumento identificada como <b>Lei Paulo Gustavo</b> , o Decreto Federal nº 11.453/2023; Decreto Federal nº 11.525/2023, Decreto Municipal nº 3.137/2023 e Portaria nº 045/2023 da Secretaria Municipal de Cultura.
<b>PERÍODO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÕES</b>	<b>18 de outubro de 2023 a 02 de novembro de 2023.</b>
<b>OBJETO</b>	O objeto deste edital é a seleção de projetos culturais de apoio ao desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária das áreas culturais (exceto audiovisual) desta municipalidade, para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no anexo 1, por meio da celebração de termo de execução cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações audiovisuais do município de Goiânia.
<b>INSCRIÇÃO</b>	Pelo endereço eletrônico: <a href="https://mapagoiano.cultura.go.gov.br/">https://mapagoiano.cultura.go.gov.br/</a> -
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	2023.2050.13.392.0074.2746.33504100.178 93 STN: 1716 0000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura.
<b>PROCESSO SEI Nº</b>	23.12.000002224-8
<b>INTERESSADO</b>	<b>Secretaria Municipal de Cultura - SECULT</b>
O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura: <a href="http://www.goiania.go.gov.br">www.goiania.go.gov.br</a> Informações adicionais podem ser obtidas junto à <b>Secretaria Municipal de Cultura</b> , contato pelo telefone nº: (62) 3524-2542/3524-2540 / e-mail: <a href="mailto:secultgoianialei@gmail.com">secultgoianialei@gmail.com</a>	

1

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

---

**ÍNDICE**

1- OBJETO	03
2- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	03
3- VALORES	03
4- QUEM PODE SE INSCREVER	03
5- QUEM NÃO PODE SE INSCREVER	04
6- COTAS	04
7- PRAZOS	05
8- COMO SE INSCREVER	06
9- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS	07
10- ACESSIBILIDADE	07
11- CONTRAPARTIDA	08
12- ETAPAS DO EDITAL	08
13- ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS	08
14- REMANEJAMENTO DE VALORES	09
15- ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL	09
16- CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO	10
17- CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOCUMENTAL	14
18- ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS	14
19- DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS	14
20- OBRIGAÇÕES DOS SELECIONADOS	15
21- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA CONTRAPARTIDA	15
22- DISPOSIÇÕES GERAIS	16

---

**ANEXOS AO EDITAL**

O presente Edital contém os Anexos abaixo relacionados, dele fazendo partes integrantes e inseparáveis para todos os efeitos legais

CATEGORIAS DE APOIO - ANEXO 1	17
PLANO DE TRABALHO (Formulário de inscrição) – ANEXO 2	19
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO – ANEXO 3	22
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL – ANEXO 4	23
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL – ANEXO 5	24
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM – ANEXO 6	29
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ANEXO 7	30

## EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2023

3

O **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, representado pela **Secretaria Municipal de Cultura**, neste denominada **SeCult**, torna público o presente Edital de Chamada Pública para seleção simplificada de projeto cultural das demais áreas culturais (exceto audiovisual) direcionado exclusivamente a agentes culturais do Município de Goiânia, visando garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural, conforme processo SEI nº 23.12.000002224-8. A presente Chamada e a consequente contratação serão regidas em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal 12.343/2010 e Lei Municipal nº 9.954/2016, que institui o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o inciso I, parágrafo 1º do artigo 8º da Lei Federal nº 195/2022, neste instrumento identificada como **Lei Paulo Gustavo**, o Decreto Federal nº 11.453/2023; Decreto Federal nº 11.525/2023, Decreto Municipal nº 3.137/2023 e Portaria nº 045/2023 da Secretaria Municipal de Cultura, e em conformidade com as propostas levantadas em fóruns realizados pelo Conselho Municipal de Política Cultural junto à Classe Artística.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

### 1. OBJETO

- 1.1. O objeto deste edital é a seleção de projetos culturais de apoio ao desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária das áreas culturais (exceto audiovisual) desta municipalidade, para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no anexo 1, por meio da celebração de termo de execução cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações audiovisuais do município de Goiânia.

### 2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1. O presente Edital de Chamada Pública será realizado com recursos financeiros provenientes da Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo, atendendo ao inciso I, parágrafo 1º do art. 8º, visando apoiar de forma exclusiva às demais áreas culturais (exceto audiovisual) no Município.
- 2.2. O presente Edital é norteado pelas Metas do Plano de Ação nº 30882120230002- 008087, aprovado pelo Ministério da Cultura e pelas deliberações emanadas pelas reuniões setoriais, pré-conferências, consultas públicas presenciais, coletas de sugestões através de plataforma virtual, promovidos pelo Conselho Municipal de Cultura – CMC junto à sociedade civil.

### 3. VALORES

- 3.1. O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$1.114.798,79 (um milhão, cento e quatorze mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos) dividido entre as modalidades de apoio descritas no Anexo I deste edital.
- 3.2. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 2023.2050.13.392.0074.2746.33504100.178 93 STN: 1716 0000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura.
- 3.3. Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.
- 3.4. Do valor total designado para o Art. 8º, Lei nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo, 1% será destinado a para a operacionalização das ações deste edital, conforme previsto no art. 17, do Decreto de nº 11.525/2023.

### 4. QUEM PODE SE INSCREVER

- 4.1. Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente no Município de Goiânia há pelo menos 02 anos.
- 4.2. Em regra, o agente cultural pode ser:
- I. Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
  - II. Pessoa jurídica com fins lucrativos
  - III. Pessoa jurídica sem fins lucrativos



- 4.3. O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.
- 4.4. Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo 2.
- 4.5. O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4

## 5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

- 5.1. Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
- tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
  - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
  - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
- 5.2. O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.
- 5.3. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no item 5.1
- 5.4. A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 5.1.

## 6. COTAS

- 6.1. Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, de acordo com as proporções de cotas previstas no Decreto 11.525/2023:
- no mínimo 20% das vagas para pessoas negras (pretas e pardas); e
  - no mínimo 10% das vagas para pessoas indígenas.
- 6.2. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
- 6.3. Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
- 6.4. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
- 6.5. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
- 6.6. Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 6.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
- 6.7. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo 3.
- 6.8. As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
- pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
  - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;

- III. pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e
- IV. outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
- 6.9. As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.
- 6.10. Caso o proponente pretenda beneficiar-se do disposto no item 6.1. será necessário assinalar a alternativa de autodeclaração de etnia no momento da inscrição do projeto no sistema, assumindo a responsabilidade civil e criminal pela veracidade da declaração, sujeito às sanções administrativas, civis e penais, em caso de comprovação de falsidade, nos termos da lei.

5

## 7. PRAZOS

7.1. O Proponente deve atentar-se para o seguinte cronograma:

Prazos	Etapa	Data Estimada
15 dias	Período de Inscrição	18/10 a 02/11
03 (três) úteis dias após a data de abertura do certame	Prazo para impugnação do Edital.	23/10
até 03 (três) dias corridos	Prazo para resposta ao pedido de impugnação do Edital.	26/10
10 dias corridos	Análise de mérito com base nos critérios apresentados neste Edital.	03/11 a 12/11
01 dia útil	Publicação do resultado da Análise de Mérito no endereço: <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	14/11
03 dias após a publicação do resultado	Período de inscrição para o recurso da Análise de Mérito pela Comissão de Seleção.	15/11 a 17/11
05 dias corridos	Análise do recurso pela Comissão de Seleção Suplente	18/11 a 22/11
01 dia útil	Publicação da análise de recurso no endereço <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	24/11
03 dias corridos	Período de entrega dos documentos para fins de habilitação, conforme item 18.	27/11
7 dias corridos	Período de análise documental pela Comissão de Habilitação e Gerência de Projetos Culturais e Planejamento Estratégico.	28/11 a 05/12
01 dia útil	Publicação de Propostas selecionadas <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	07/12
03 dias após a publicação do resultado	Período de inscrição para o recurso da Análise documental pela GerPCPE	07/12 a 11/12
03 dias corridos	Análise do recurso pela Comissão de Seleção	12/12 a 15/12
07 dias úteis	Assinatura do Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV	07/12 a 18/12
01 dia útil	Publicação da análise de recurso no endereço <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	19/12
24 dias corridos	Repasso do pagamento para os projetos aprovados	08/12 a 31/12
Até 31 de outubro de 2024	Realização de Contrapartida	-----
30 dias após a realização da	Entrega de Relatório de Execução de Contrapartida	-----

contrapartida		
---------------	--	--

## 8. COMO SE INSCREVER

- 8.1. A inscrição é gratuita e podem inscrever projetos, pessoas físicas e pessoas jurídicas que comprovem: atuação no segmento audiovisual e sede ou domicílio no Município de Goiânia.
- 8.2. O período de inscrições será de 15 de setembro a 15 de outubro de 2023, somente por meio de sistema online no link: <http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo>
- 8.3. Todos os campos obrigatórios da plataforma de inscrição de projeto devem ser devidamente preenchidos e a ausência de informações, irregularidades ou o preenchimento com informações incongruentes, a inscrição será inabilitada.
- 8.4. As informações prestadas no ato da inscrição são de inteira responsabilidade do Proponente, dispondo as comissões responsáveis pela execução deste Edital, o direito de excluir aquele que fornece dados inverídicos, incongruentes ou inadequados.
- 8.5. Cada Proponente poderá inscrever apenas 01 (um) Projeto.
- 8.6. As inscrições não finalizadas ou incompletas após o término do prazo serão canceladas e desclassificadas.
- 8.7. Não serão permitidas alterações no Projeto inscrito após o término do período de inscrição e durante períodos de análise.
- 8.8. A SeCult não se responsabiliza pela falha na inscrição por conta de problemas e/ou lentidão em servidores ou provedores de acesso, na linha de comunicação ou transmissão de dados.
- 8.9. O proponente deve anexar a seguinte documentação no ato da inscrição:
  - a. Plano de Trabalho que constitui o formulário de inscrição;
  - b. Currículo do proponente;
  - c. Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
  - d. Mini currículo dos integrantes do projeto;
  - e. Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
  - f. Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
- 8.10. O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
- 8.11. Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior ao prazo determinado por este edital no item 7.

## 9. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

- 9.1. O proponente deve preencher a planilha orçamentária, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
- 9.2. A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
- 9.3. A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
- 9.4. A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
- 9.5. Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
- 9.6. Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 7.
- 9.7. O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

6

www.goiania.go.gov.br

## 10. ACESSIBILIDADE

- 10.1.** Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
- I.** no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
  - II.** no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
  - III.** no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais.
- 10.2.** Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
- a.** adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
  - b.** utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
  - c.** medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
  - d.** contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
  - e.** oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
- 10.3.** Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
- 10.4.** A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 10.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
- I.** for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou
  - II.** quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
- 10.5.** Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 10.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.
- 10.6.** O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

## 11. CONTRAPARTIDA

- 11.1.** Contrapartidas obrigatórias:
- a.** Os agentes culturais contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exposições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.
  - b.** As salas de cinema que receberem recursos por meio deste Edital estão obrigadas a exibir obras nacionais em número de dias 10% (dez por cento) superior ao estabelecido pela regulamentação referida no art. 55 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.
  - c.** Os agentes culturais contemplados, se comprometem a participar, como contrapartida, de ações e programas desta Secretaria, com a atividade cultural viabilizada a partir deste Concurso, caso haja.  
§Único: A definição dessa participação será feita posteriormente, de acordo com a disponibilidade do proponente e interesse da Secretaria.
- 11.2.** Contrapartidas adicionais:
- a.** Medidas que promovam o acesso aos bens, produtos e serviços culturais a camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio e ocupação, visando à formação de público.
  - b.** Promoção de ações que facilitem o livre acesso de idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e/ou medidas de acessibilidade comunicacional (de modo a diminuir barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual).
- 11.3.** As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e devem ser executadas até a data determinada neste edital no item 7.

## 12. ETAPAS DO EDITAL

- 12.1. A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
- I. Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto a ser realizada pela Comissão de Seleção, nomeada especificamente para esse fim; e
  - II. Análise Documental: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente, descritos no item 15, a ser realizada pela Comissão de Habilitação e Gerência de Projetos Culturais e Planejamento Estratégico.

8

## 13. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

- 13.1. Entende-se por “Análise de mérito cultural” a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
- 13.2. Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
- 13.3. A análise dos projetos culturais será realizada pela Comissão de Seleção e Comissão de Seleção Habilitação formadas por pareceristas externos contratados, membros do Conselho Municipal de Cultura e servidores da SeCult.
- 13.4. Os membros da Comissão de Seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
- I. tenham interesse direto na matéria;
  - II. tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
  - III. estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
- 13.5. O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
- 13.6. Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no item 16.
- 13.7. Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado a Comissão de Seleção Suplente.
- 13.8. Os recursos deverão ser apresentados no prazo mínimo de 3 dias úteis, conforme inciso III do art. 16 do decreto 11.453/2023] a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
- 13.9. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
- 13.10. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial do Município e página da SeCult no site da Prefeitura de Goiânia.

## 14. REMANEJAMENTO DE VALORES

- 14.1. Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, o saldo residual do recurso será remanejado para outra categoria, conforme as seguintes regras:
- a. Categoria com maior número de inscrições;
  - b. Projetos com maior pontuação geral.
- 14.2. Na hipótese de não haver quantitativo suficiente de propostas aptas para fazer jus ao montante inicialmente disponibilizado neste Edital, poderá a SECULT realizar o remanejamento dos saldos existentes para contemplação de propostas aptas nos demais editais destinados as ações previstas no Art. 8º da Lei Paulo Gustavo.

## 15. ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL

- 15.1. Após a aprovação pela etapa de análise de mérito cultural, será verificado os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:
- 15.1.1. PESSOA FÍSICA
- a. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
  - b. certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais;
  - c. certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
  - d. comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.



**15.1.2. PESSOA JURÍDICA**

- a. inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- b. atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
- c. certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
- d. certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- e. certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
- f. certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- g. certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

**15.2. A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:**

- I. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
- II. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou que se encontrem em situação de rua.

**16. CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO**

- 16.1. Os projetos serão avaliados e classificados em ordem decrescente, somando-se os pontos conforme os Critérios Gerais de Análise de Mérito do Projeto, Critérios de Análise de Mérito do Proponente, Critérios de Ações Afirmativas, podendo ser acrescido da pontuação bônus, conforme tabelas a seguir:**
- a) Critérios Gerais de análise de mérito referentes à qualificação do projeto:

<b>CRITÉRIOS GERAIS DE ANÁLISE DE MÉRITO DO PROJETO</b>			
<b>Nº</b>	<b>CRITÉRIO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>
<b>1</b>	<b>QUALIDADE DO PROJETO - COERÊNCIA DO OBJETO, OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E METAS DO PROJETO</b>	A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valorização, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	De 0 a 5 pontos.
<b>2</b>	<b>RELEVÂNCIA DA AÇÃO PROPOSTA PARA O CENÁRIO CULTURAL DE GOIÂNIA</b>	A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valorização, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura de Goiânia.	De 0 a 5 pontos.
<b>3</b>	<b>QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS</b>	Capacidade técnica dos principais profissionais envolvidos	De 0 a 5 pontos.
<b>4</b>	<b>ASPECTOS DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NA AÇÃO PROPOSTA PELO PROJETO.</b>	Considera-se, para fins de avaliação e valorização, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	De 0 a 5 pontos.
<b>5</b>	<b>COERÊNCIA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO ÀS METAS, RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS DO PROJETO PROPOSTO</b>	A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	De 0 a 5 pontos.


**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura**
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

10

6	<b>COERÊNCIA DO PLANO DE DIVULGAÇÃO AO CRONOGRAMA, OBJETIVOS E METAS DO PROJETO PROPOSTO</b>	A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público-alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los	De 0 a 5 pontos.
7	<b>COMPATIBILIDADE DA FICHA TÉCNICA COM AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>	A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	De 0 a 5 pontos.
8	<b>DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO</b>	Participação de artistas ou profissionais do setor audiovisual do Município de Goiânia.	<b>5 pontos:</b> 4 ou mais participantes. <b>3 pontos:</b> Até 3 participantes. <b>0 ponto:</b> Não
9	<b>DA LOCALIDADE</b>	Gravação ou realização do projeto no Município de Goiânia, considerando locação para gravação, território em que está inserido, circulação para exibição ou atividade formativa.	<b>5 pontos:</b> Plenamente <b>3 pontos:</b> Parcialmente. <b>0 ponto:</b> Não ou não se aplica.
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>			<b>45 Pontos</b>

**b. Critérios de análise de mérito referentes à qualificação do Proponente:**

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO DO PROPONENTE			
Nº	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTOS
10	EXPERIÊNCIA A	Tempo de atuação profissional	5 pontos: 6 anos ou mais.
			3 pontos: de 2 a 5 anos
			1 pontos: 1 ano ou menos
11	PRODUÇÃO	Quantitativo de obras produzidas	5 pontos: 4 obras ou mais.
			3 pontos: Até 3 obras.
			0 ponto: Não ou não se aplica.
12	PRÊMIOS	Premiado em mostras, festivais, programas de fomento e outras indicações de júri ou menção honrosa.	5 pontos: 4 vezes ou mais.
			3 pontos: Até 3 vezes.
			0 ponto: Não
PONTUAÇÃO TOTAL			15 Pontos

**c) Critérios De Ações Afirmativas previstas na realização da Contrapartida, conforme art. 16 do Decreto Regulamentador nº 11.525, de 11 de maio de 2023:**

<b>CRITÉRIOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS</b>			
<b>Nº</b>	<b>CRITÉRIO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>
13	<b>PÚBLICO-ALVO</b>	O perfil do público a que o projeto é direcionado ou contempla os recortes de vulnerabilidade social e as especificidades territoriais, considerando o acesso e difusão de culturas de comunidades invisibilizadas?	<b>5 pontos:</b> Sim
			<b>3 pontos:</b> parcialmente
			<b>0 ponto:</b> Não ou




**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura**
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

			não se aplica.
14	CONTRAPARTIDA	A contrapartida aborda ou promove linguagens, expressões, manifestações e temáticas ou grupos historicamente vulnerabilizados socialmente?	5 pontos: Sim
			3 pontos: parcialmente
			0 ponto: Não ou não se aplica.
15	ACESSIBILIDADE 1	A projeto prevê instrumentos de acessibilidade tais como intérprete de libras, programas em braile, áudio descrição, locais com rampa e outros que garantam a acessibilidade?	5 pontos: Sim
			0 ponto: Não
16	ACESSIBILIDADE 2	A contrapartida prevê instrumentos de acessibilidade, tais como intérprete de libras, programas em braile, áudio descrição, locais com rampa e outros que garantam a acessibilidade?	5 pontos: Sim
			0 ponto: Não
PONTUAÇÃO TOTAL			20 Pontos

- 16.2. Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

<b>PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS</b>		
<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>
17	Proponentes do gênero feminino	5 pontos
18	Proponentes negros e indígenas	5 pontos
19	Proponentes com deficiência	5 pontos
20	Proponente residente em regiões de menor IDH - Alto do Vale, Anglo, da Vitória, Barravento, Boa Vista, Residencial Brisas da Mata, Setor Cândida de Moraes, Chácaras Maria Dilce, Conjunto Primavera, Empresarial, Setor Estrela D'Alva, Vila Finsocial, Floresta, Fonte das águas, Green Park, Jardim Belvedere, Jardim Camargo, Jardim Colorado, Jardim Curitiba (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X), Jardim das Hortênsias, Jardim das Rosas, Jardim Fonte Nova, Jardim Helou, Jardim Lago Azul, Jardim Liberdade, Jardim Nova Esperança, Jardim Vista Bela, Juscelino Kubitschek (I e II), Malibu, Mansões Paraíso, Mansões Rosas de Ouro, Marabá, Setor Morada do Sol, Setor Novo Planalto, Parque Aeronáutico, Antônio Sebba Filho, Parque Maracanã, Parque Santa Rita, Prive Norte, Residencial Recanto do Bosque, Setor Parque Tremendão (I,II e III), Paulo Pacheco, Recreio Estrela D'Alva, Recreio Panorama, Residencial Fortaleza, Residencial Maringá, Residencial Mirante, São Carlos, São Domingos, Setor Estrela Dalva, São Joaquim, Senador Albino Boaventura, Solange Parque ( I, II e III),Terra Nova, Vila Mutirão, Emílio Póvoa, Vila Lobó, Quebra Caixote e Vila Rocinha.	5 pontos
<b>PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL</b>		<b>20 Pontos</b>

<b>PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS</b>		
<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>
21	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5 pontos

22	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5 pontos
23	Pessoas jurídicas sediadas em regiões de menor IDH ou coletivos/grupos pertencentes a regiões de menor - Alto do Vale, Anglo, da Vitória, Barravento, Boa Vista, Residencial Brisas da Mata, Setor Cândida de Moraes, Chácaras Maria Dilce, Conjunto Primavera, Empresarial, Setor Estrela D'Alva, Vila Finsocial, Floresta, Fonte das águas, Green Park, Jardim Belvedere, Jardim Camargo, Jardim Colorado, Jardim Curitiba (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X), Jardim das Hortênsias, Jardim das Rosas, Jardim Fonte Nova, Jardim Helou, Jardim Lago Azul, Jardim Liberdade, Jardim Nova Esperança, Jardim Vista Bela, Juscelino Kubitschek (I e II), Malibu, Mansões Paraíso, Mansões Rosas de Ouro, Marabá, Setor Morada do Sol, Setor Novo Planalto, Parque Aeronáutico, Antônio Sebba Filho, Parque Maracanã, Parque Santa Rita, Prive Norte, Residencial Recanto do Bosque, Setor Parque Tremendão (I,II e III), Paulo Pacheco, Recreio Estrela D'Alva, Recreio Panorama, Residencial Fortaleza, Residencial Maringá, Residencial Mirante, São Carlos, São Domingos, Setor Estrela Dalva, São Joaquim, Senador Albino Boaventura, Solange Parque ( I, II e III),Terra Nova, Vila Mutirão, Emílio Póvoa, Vila Lobó, Quebra Caixote e Vila Rocinha.	5 pontos
24	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAPN+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5 pontos
<b>PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL</b>		<b>20 Pontos</b>

- 16.3. A pontuação final da Análise de Mérito será a somatória geral dos pontos obtidos.
- 16.4. Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
- 16.5. Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.
- 16.6. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida:
- Maior nota na somatória dos pontos dos Critérios Gerais de Análise de Mérito do Projeto;
  - Maior nota na somatória dos pontos dos Critérios de Ações Afirmativas.
- 16.7. Permanecendo o empate, a SeCult convocará os Proponentes das propostas empatadas cuja presença será obrigatória e realizará sorteio.
- 16.8. Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 60 pontos.
- 16.9. Serão desclassificados os projetos que:
- receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
  - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 16.10. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.
- 16.11. Conforme previsto no art. 23 do Decreto Regulamentador nº 11.525, de 11 de maio de 2023, a SeCult dará ampla publicidade e transparência à destinação dos recursos de que trata a Lei Paulo Gustavo na página <http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo>.

## 17. CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOCUMENTAL

- 17.1. Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, serão avaliados a documentação listada no item 15, conforme sua natureza jurídica.
- 17.2. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
- 17.3. Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado Gerência de Projetos Culturais e Planejamento Estratégico.

- 17.4. Os recursos de trata o item 17.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
- 17.5. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
- 17.6. Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

13

## **18. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS**

- 18.1. Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo 4 deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
- 18.2. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela SeCult contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
- 18.3. Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único até 30 dias após a homologação do resultado final.
- 18.4. A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
- 18.5. O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até 7 (sete) dias úteis após a publicação do resultado final sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

## **19. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS**

- 19.1. O Agente Cultural premiado deverá divulgar o recebimento do apoio emergencial de forma explícita, visível e destacada.
- 19.2. Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e da Prefeitura de Goiânia de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
- 19.3. O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
- 19.4. O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

## **20. OBRIGAÇÕES DOS SELECIONADOS**

- 20.1. Cabe ao Agente Cultural buscar as informações sobre o andamento de seu processo.
- 20.2. O Agente Cultural que, por algum motivo, desistir de receber a premiação, deverá apresentar justificativa por meio de ofício protocolado na SeCult.
- 20.3. Caberá ao Agente Cultural responder, de forma exclusiva e integral, por eventuais denúncias, reclamações e/ou questionamentos, assegurando à Prefeitura Municipal de Goiânia o pleno ressarcimento por possíveis prejuízos sofridos a esse título.
- 20.4. A SeCult não se responsabilizará, solidária ou subsidiariamente, em hipótese alguma, pelos atos, contratos e compromissos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou outra, bem como pelas respectivas taxas, tributos e/ou encargos deles decorrentes, assumidos pelo Agente Cultural para fins de realização da proposta inscrita, tais como ECAD, Sated, ANCINE, entre outros.
- 20.5. Todos os custos que impliquem na contratação de terceiros, deverão assegurar o recolhimento dos direitos autorais e conexos, bem como das contribuições sociais e dos tributos previstos em lei.
- 20.6. A omissão de quaisquer informações pertinentes a titulares de direitos de autor ou propriedade, responsabilizará quem prestou a informação, de forma exclusiva e integral, por tal conduta.

## **21. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA CONTRAPARTIDA**

- 21.1. Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.
- 21.2. Para fins de comprovação da execução de projeto selecionado e contratado, o proponente deverá enviar à Secretaria, conforme cronograma os seguintes documentos:
- a. Relatório Final, conforme Anexo 7.

- b. Registro documental da realização das atividades previstas no projeto, tais como vídeos, matérias publicadas, fotos, programas, folders, cartazes e outras mídias, entre outros.
  - c. Notas Fiscais, devem ser apresentadas quando incorrer as seguintes situações:
    - I. Aquisição de equipamentos;
    - II. Quando o valor contemplado seja superior a R\$100.000,00.
  - d. Informativo de despesas, conforme Anexo IV, detalhando os gastos efetuados na execução do projeto.
  - e. Declaração das instituições culturais e/ou dos responsáveis pelos locais onde as atividades previstas no projeto foram realizadas, conforme Anexo V, quando for o caso.
  - f. Declaração de comprometimento em mencionar a Prefeitura de Goiânia e a Secretaria de Cultura nos créditos e em todo material de divulgação da obra (impresso, virtual e audiovisual) e nos créditos, quando for o caso.
  - g. Games: demo jogável do jogo eletrônico e vídeo explicativo.
  - h. Demais produções audiovisuais: link do vídeo do conteúdo do produto cultural.
- 21.3. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
- 21.4. A qualquer momento a SeCult poderá solicitar outros documentos comprobatórios como fotos, vídeos, publicações e outros que demonstrem a execução da contrapartida.
- 21.5. O agente cultural autoriza a SeCult a publicar e divulgar as imagens e as informações contidas na inscrição e se responsabiliza pela veracidade das informações, documentos e materiais apresentados.
- 21.6. O agente cultural, bem como, os demais participantes do projeto inscrito, autorizam a Prefeitura Municipal de Goiânia a utilizar as imagens, áudios, documentos e informações para geração de indicadores, exibição em mídia impressa e eletrônica, em materiais institucionais e Internet, ou qualquer outro meio, exclusivamente para fins de divulgação e difusão das ações culturais municipais, sem fins lucrativos.
- 21.7. As autorizações aqui descritas não possuem limitação temporal ou numérica e é válida para o Brasil e exterior, sem que seja devida nenhuma remuneração a qualquer título.

## 22. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. O repasse do recurso fica condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira oriunda da Lei Paulo Gustavo.
- 22.2. O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
- 22.3. O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do proponente.
- 22.4. As legislações, informações e resultados a que se trata este Edital estarão disponíveis na página <http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo>.
- 22.5. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
- 22.6. Qualquer alteração no andamento da proposta selecionada deverá ser autorizada previamente pela SeCult que terá 15 (quinze) dias para análise e manifestação.
- 22.7. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Secretaria Municipal de Cultura de qualquer responsabilidade civil ou penal.
- 22.8. A qualquer tempo, este Edital poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, sem que isso implique direito a indenização de qualquer natureza.
- 22.9. Para mais informações referentes à Lei Paulo Gustavo, a SeCult atenderá por telefone no número (62) 3596-6700 e (62) 3596-6283 ramal 26, de segunda a sexta-feira, das 08h30m às 16h30m, e por e-mail: [secultlei@gmail.com](mailto:secultlei@gmail.com)
- 22.10. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
- 22.11. Compõem este Edital os seguintes anexos:
- a. Categorias de apoio - Anexo 1
  - b. Plano de Trabalho (todas as etapas serão inseridas no Formulário de inscrição – Anexo 2
  - c. Declaração de representação de grupo ou coletivo - Anexo 3;
  - d. Declaração étnico-racial - Anexo 4;
  - e. Termo de Execução Cultural - Anexo 5;
  - f. Termo de Autorização de cessão de direito de uso de imagem – Anexo 6
  - g. Relatório de Execução do Objeto - Anexo 7.

- 22.12. O proponente declara conhecimento da incidência sobre os impostos no recebimento de recursos por parte de pessoas físicas e jurídicas no momento da transferência aos beneficiários selecionados;
- 22.13. É vedada a realização de repasses dos recursos deste certame aos beneficiários que usufruam de quaisquer ações emergenciais de que trata a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, caso a previsão de repasses desta Lei Complementar implique duplicidade de ajuda financeira nos mesmos meses de competência.
- 22.14. Os casos omissos ou não previstos nesse edital serão analisados e decididos pela SeCult.

15

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

Zander Fábio Alves da Costa  
Secretário de Cultura

## **ANEXO I**

### **CATEGORIAS DE APOIO – ÁREAS CULTURAIS**

#### **1. RECURSO DO EDITAL**

1. O presente edital possui valor total de **R\$1.114.798,79 (um milhão, cento e quatorze mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos)** destinados para apoio ao desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária;
2. O projeto deverá apresentar valor fixo igual ao determinado para cada uma das modalidades, conforme definidos no item 2.
3. O projeto que apresentar orçamento maior do que o previsto neste Edital deverá obrigatoriamente especificar as fontes complementares de recursos.
4. O proponente deverá usar os recursos recebidos preferencialmente para custear despesas realizadas no Município de Goiânia, sempre observando os valores praticados no mercado e/ou referências de custos de serviços das suas categorias.
5. Em caso de compra de equipamento de qualquer natureza, deverá ser expressamente justificado o motivo da compra e o destino do equipamento adquirido após a conclusão do projeto.
6. O prazo para realização de todas as ações do projeto consiste em 12 (doze) meses a contar da data de depósito do aporte.

#### **2. DESCRIÇÃO DAS MODALIDADES E DISTRIBUIÇÃO DE VALORES**

- 2.1. O PROJETO deve ser enquadrado em uma das seguintes Modalidades:
  - a) **Atividades Culturais Nucleares:** Patrimônio Cultural e Natural, Artes do Espetáculo e Artes Visuais.
  - b) **Indústrias Culturais:** Arte e Mídias interativas, Literatura e mídias impressas, Música e mídias interativas.
  - c) **Criações Funcionais:** Rodadas de negócios em Arte/Cultura.
- 2.1.1. A estimativa é que 72 (setenta e dois) projetos aproximadamente sejam contemplados, podendo ser:




**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura**
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

Apoio ao Desenvolvimento de Atividades de Economia Criativa e de Economia Solidária							
SETORES CRIATIVOS	CATEGORIA	Ampla Concorrência	Cotas Pessoas Negras	Cotas Pessoas Indígenas	QT D	UNIT. R\$	TOTAL R\$
Atividades Culturais Nucleares	Patrimônio Cultural e Natural	3	2	1	6	16.233,23	97.399,38
	Artes do Espetáculo	12	4	2	18	15.000,00	270.000,00
	Artes Visuais	5	2	1	8	15.000,00	120.000,00
Indústrias Culturais	Arte e Mídias interativas	5	2	1	6	15.000,00	90.000,00
	Literatura e mídias impressas	5	2	1	8	15.000,00	120.000,00
	Música e mídias interativas	14	4	2	20	16.000,00	320.000,00
Criações Funcionais	Rodadas de negócios em Arte/Cultura	3	2	1	6	16.233,23	97.399,38
<b>TOTAL</b>						<b>R\$1.114.798,79</b>	

16

**2.1.2. Documentação específica de projeto para Atividades de Economia Criativa e de Economia Solidária:**

- a) Apresentação resumida do projeto. (Pode ser acrescida de um vídeo explicativo do projeto.
- b) Relevância e pertinência;
- c) Sinopse da obra;
- d) Perfil de público-alvo;
- e) Cronograma de execução;
- f) Orçamento detalhado;
- g) Currículo do proponente.
- h) Ficha técnica com a relação dos participantes, incluindo a identificação do CPF e a descrição da função no projeto.
- i) Breve currículo de até 03 (três) dos principais integrantes do projeto (máximo de 20 linhas para cada currículo), caso haja, além do proponente.
- j) Detalhamento da proposta de contrapartida.
- k) Link de acesso ao material.
- l) Termos de Compromissos assinados pelos principais integrantes do projeto;
- m) Informações adicionais, caso haja.



Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura  
Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural

---

**ANEXO 2**  
**PLANO DE TRABALHO**  
(Informações a serem inseridas no formulário de inscrição)

17

**DADOS DO PROJETO:**

---

Nome do Projeto: \_\_\_\_\_

Escolha a modalidade e a categoria a que vai concorrer:

**Modalidade 1:**

☐ **ATIVIDADES CULTURAIS NUCLEARES**

Categorias:

- ☐ Patrimônio Cultural e Natural
- ☐ Artes do Espetáculo
- ☐ Artes Visuais

**Modalidade 2:**

☐ **INDÚSTRIAS CULTURAIS**

Categorias:

- ☐ Arte e Mídias interativas
- ☐ Literatura e mídias impressas
- ☐ Música e mídias interativas



**Modalidade 3:****( ) CRIAÇÕES FUNCIONAIS**

Categoria:

( ) Rodadas de negócios em Arte/Cultura

**Descrição do projeto**

(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

**Objetivos do projeto**

(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

**Metas**

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

**Perfil do público a ser atingido pelo projeto**

(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

**Qual o perfil do público do seu projeto?** (Ex.: crianças, idosos, jovens, pessoas com deficiência etc.)

**Medidas de acessibilidade empregadas no projeto**

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de pessoas com deficiência)

**Acessibilidade arquitetônica:**

- ( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
- ( ) piso tátil;
- ( ) rampas;
- ( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
- ( ) corrimãos e guarda-corpos;
- ( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
- ( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
- ( ) assentos para pessoas obesas;
- ( ) iluminação adequada;
- ( ) Outra \_\_\_\_\_

**Acessibilidade comunicacional:**

- ( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
- ( ) o sistema Braille;
- ( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
- ( ) a audiodescrição;
- ( ) as legendas;
- ( ) a linguagem simples;
- ( ) textos adaptados para leitores de tela; e
- ( ) Outra \_\_\_\_\_

**Acessibilidade atitudinal:**

- ( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;

- ( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;  
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e  
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

**Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.**

19

#### **Local onde o projeto será executado**

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

#### **Previsão do período de execução do projeto**

Data de início:

Data final:

#### **Equipe**

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

#### **Cronograma de Execução**

**Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.**

Atividade Geral	Etapas	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023

#### **Estratégia de divulgação**

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

#### **Contrapartida**

Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

#### **Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?**

(Informe se o projeto prevê apoios financeiro tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

#### **O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?**

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

#### **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:**

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Deve haver a indicação do parâmetro de preço utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc).

Item	Justificativa	Unidade de	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
------	---------------	------------	----------------	------------	-------------	---------------------

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

		medida	(R\$)		(R\$)	
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	1.100,00	1	1.100,00	Salicnet – Oficina/workshop/seminário – Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

20

**ANEXO 3**  
**DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO**

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

**GRUPO ARTÍSTICO:**

\_\_\_\_\_  
**NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO**  
**ARTÍSTICO:** \_\_\_\_\_

**DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE:**

**IDENTIDADE:** \_\_\_\_\_, **CPF:** \_\_\_\_\_,  
**E-MAIL:** \_\_\_\_\_ **TELEFONE:** \_\_\_\_\_  
**(62)** \_\_\_\_\_

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico \_\_\_\_\_, elegem \_\_\_\_\_ como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo.

troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

21

[LOCAL]  
[DATA]

---

**ANEXO 4**  
**DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, DECLARO para fins de  
participação no Edital 001/2023 de Chamada Pública, que sou  
\_\_\_\_\_ (informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME:  
ASSINATURA DO DECLARANTE:

Secretaria Municipal de Cultura  
Avenida Parque Ateneu nº 1.477, Parque Atheneu, Goiânia, CEP 74893-020

www.goiania.go.gov.br

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

---

**ANEXO 5**  
**TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL**

Termo de Execução Cultural nº [indicar número]/[indicar ano] tendo por objeto a concessão de apoio financeiro a ações culturais contempladas pelo edital nº 001/2023 –, nos termos da lei complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), do decreto n. 11.525/2023 (decreto Paulo Gustavo) e do decreto 11.453/2023 (decreto de fomento).

**1. PARTES**

- 1.1.** O Município de Goiânia, neste ato representado por Secretário Municipal de Cultura, Senhor(a) Zander Fábio Alves de Costa, e o(a) Agente Cultural, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, expedida em \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_, residente e \_\_\_\_\_ à \_\_\_\_\_

\_\_, CEP: \_\_\_\_\_], telefones: (62(\_\_\_\_\_, resolvem  
firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

23

## 2. PROCEDIMENTO

- 2.1. Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da Lei Complementar Nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), do Decreto N. 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e do Decreto 11.453/2023 (Decreto De Fomento).

## 3. OBJETO

- 3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

## 4. RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
- 4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

## 5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

- 5.1. Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
- 5.2. A conta bancária deverá conter funcionalidade de aplicação automática dos valores em modalidades de investimento de baixo risco, a fim de que haja rendimentos financeiros enquanto os recursos não forem utilizados.

## 6. OBRIGAÇÕES

- 6.1. São obrigações da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de Goiânia:
- I. transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
  - II. orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
  - III. analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
  - IV. zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
  - V. adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
  - VI. monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
- VI.2. São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
- I. executar a ação cultural aprovada;
  - II. aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
  - III. manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
  - IV. facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
  - V. prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
  - VI. atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura a contar do recebimento da notificação;
  - VII. divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
  - VIII. não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
  - IX. guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
  - X. não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
  - XI. executar a contrapartida conforme pactuado.

## 7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

- 7.1. A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
- I. apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
  - II. análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
- 7.2. O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
- I. comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
  - II. conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
  - III. ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
- 7.2.2. O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
- I. encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
  - II. recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
- 7.2.3. Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- I. determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
  - II. solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
  - III. aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
- 7.3. O relatório de execução financeira será exigido, somente nas seguintes hipóteses:
- I. quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
  - II. quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
- 7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
- 7.4. O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
- I. aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
  - II. reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
- 7.5. Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
- I. devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
  - II. apresentação de plano de ações compensatórias; ou
  - III. devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.1. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
- 7.5.2. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.3. Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
- 7.5.4. O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.
- 7.5.5. Aplica-se no que couber as regras de prestação de contas contidas nos artigos 23 a 29 da Lei Complementar nº 195/2022, e ainda nos artigos 29 a 34 do Decreto Federal nº 11.453/2023.



## 8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 8.1. A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
- 8.2. A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
  - I. prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
  - II. alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
- 8.3. Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
- 8.4. As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
- 8.5. A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
- 8.6. Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

## 9. TITULARIDADE DE BENS

- 9.1. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
- 9.2. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural nas hipóteses tratadas no Art. 27 do decreto 11.453/2023.

## 10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 10.1. O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
  - I. extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
  - II. denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
  - III. rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
    - a. descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
    - b. irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
    - c. violação da legislação aplicável;
    - d. cometimento de falhas reiteradas na execução;
    - e. má administração de recursos públicos;
    - f. constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
    - g. não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
    - h. outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- 10.2. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
- 10.3. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- 10.4. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- 10.5. Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

## 11. SANÇÕES

- 11.1. Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
- 11.2. A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
- 11.3. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

- 11.4. Na hipótese de descumprimento, por parte do(a) PROPONENTE, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em seus aditamentos e na ausência de justificativa, estará sujeita às sanções previstas na Lei Complementar nº 195/2022.

## 12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

- 12.1. Monitoramento e controle dos resultados será por intermédio de relatório, conforme especificado no edital.

26

## 13. VIGÊNCIA

- 13.1. A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por 30 dias.

## 14. PUBLICAÇÃO

- 14.1. O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município – DOM.

## 15. FORO

- 15.1. Fica eleito o Foro do Município de Goiânia para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Goiânia, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

\_\_\_\_\_  
Pelo órgão: Secretaria Municipal de Cultura  
Zander Fábio Alves da Costa – Secretário de Cultura

\_\_\_\_\_  
Pelo Agente Cultural:  
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

---

### ANEXO 6

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM



Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura  
Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural

27

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_ abaixo assinado, na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho  
artístico aprovado no Edital 001/2023 - Audiovisual, **declara que:**

2. **Autoriza** a SeCult a publicar e divulgar as imagens e as informações contidas na inscrição e se responsabiliza pela veracidade das informações, documentos e materiais apresentados.
3. Enquanto agente cultural, bem como, os demais participantes do projeto inscrito, **autorizam** a Prefeitura Municipal de Goiânia a utilizar as imagens, áudios, documentos e informações para geração de indicadores, exibição em mídia impressa e eletrônica, em materiais institucionais e Internet, ou qualquer outro meio, exclusivamente para fins de divulgação e difusão das ações culturais municipais, sem fins lucrativos.

As autorizações aqui descritas não possuem limitação temporal ou numérica e é válida para o Brasil e exterior, sem que seja devida nenhuma remuneração a qualquer título.

Goiânia, de de 2023.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA COM NOME COMPLETO

## ANEXO 7 RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 1. DADOS DO PROJETO

Secretaria Municipal de Cultura  
Avenida Parque Ateneu nº 1.477, Parque Atheneu, Goiânia, CEP 74893-020

Nome do projeto:	
Nome do agente cultural proponente:	
Nº do Termo de Execução Cultural	Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:	Data de entrega desse relatório:

28

## 2. RESULTADOS DO PROJETO

### 2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

Category	Sub-category	Value
A	1	10
	2	20
B	1	30
	2	40
C	1	50
	2	60
D	1	70
	2	80
E	1	90
	2	100

<b>2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?</b>	( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
	( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações
	( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
	( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

### 2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

## 2.4. Cumprimento das Metas

<b>Metas integralmente cumpridas</b>	META - [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
--------------------------------------	--



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

	OBSERVAÇÃO: informe como a meta foi cumprida
<b>Metas parcialmente cumpridas (se houver)</b>	META - Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado:
	OBSERVAÇÕES - Informe qual parte da meta foi cumprida:
	JUSTIFICATIVA para o não cumprimento integral - Explique por que parte da meta não foi cumprida:
<b>Metas não cumpridas (se houver)</b>	Meta - Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado:
	JUSTIFICATIVA para o não cumprimento - Explique por que a meta não foi cumprida:

29

### 3. PRODUTOS GERADOS

<b>3.1. A execução do projeto gerou algum produto?</b> Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

#### 3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.

- ☐ Publicação  
☐ Livro  
☐ Catálogo  
☐ Live (transmissão on-line)  
☐ Vídeo  
☐ Documentário  
☐ Filme  
☐ Relatório de pesquisa  
☐ Produção musical  
☐ Jogo  
☐ Artesanato  
☐ Obras  
☐ Espetáculo  
☐ Show musical  
☐ Site  
☐ Música  
☐ Outros: \_\_\_\_\_

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

**3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?** Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

30

**3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?** Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

**III.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele ...**

(Você pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
- ☐ Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
- ☐ Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
- ☐ Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
- ☐ Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
- ☐ Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
- ☐ Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
- ☐ Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

**4. PÚBLICO ALCANÇADO**

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

www.goiania.go.gov.br

**5. EQUIPE DO PROJETO**

**5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?**


**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

Digite um número exato (exemplo: 23).	
---------------------------------------	--

<b>5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?</b>	( ) Sim	( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.		

31

**5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:**

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	00.000.000/0001-00	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

**6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO**
**6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?**

( ) 1. Presencial.

( ) 2. Virtual.

( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

**Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):**

<b>6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?</b>	Você pode marcar mais de uma opção. ( ) Youtube ( ) Instagram / IGTV ( ) Facebook ( ) TikTok ( ) Google Meet, Zoom etc. ( ) Outros: _____
	<b>6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:</b>

**Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):**
**6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?**

( ) 1. Fixas, sempre no mesmo local.

( ) 2. Itinerantes, em diferentes locais.

( ) 3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

**6.5 Em que município o projeto aconteceu?**
**6.6 Em que área do município o**

( ) Zona urbana central.



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

<b>projeto foi realizado?</b> Você pode marcar mais de uma opção.	<input type="checkbox"/> Zona urbana periférica. <input type="checkbox"/> Zona rural. <input type="checkbox"/> Área de vulnerabilidade social. <input type="checkbox"/> Unidades habitacionais. <input type="checkbox"/> Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação). <input type="checkbox"/> Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares). <input type="checkbox"/> Áreas atingidas por barragem. <input type="checkbox"/> Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.). <input type="checkbox"/> Outros: _____
--	---

32

**6.7 Onde o projeto foi realizado?** Você pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Equipamento cultural público municipal.  
☐ Equipamento cultural público estadual.  
☐ Espaço cultural independente.  
☐ Escola.  
☐ Praça.  
☐ Rua.  
☐ Parque.  
☐ Outro

**7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO**

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

**8. CONTRAPARTIDA**

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

**9. TÓPICOS ADICIONAIS**

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

**10. ANEXOS**

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome

Assinatura do Agente Cultural Proponente

33

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural****EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2023**

<b>MODALIDADE</b>	A presente Chamada e a consequente contratação serão regidas em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal 12.343/2010 e Lei Municipal nº 9.954/2016, que institui o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o inciso II do parágrafo 1º, do artigo 8º da Lei Federal nº 195/2022, neste instrumento identificada como <b>Lei Paulo Gustavo</b> , o Decreto Federal nº 11.453/2023; Decreto Federal nº 11.525/2023, Decreto Municipal nº 3.137/2023 e Portaria nº 045/2023 da Secretaria Municipal de Cultura.
<b>PERÍODO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÕES</b>	<b>18 de outubro de 2023 a 02 de novembro de 2023.</b>
<b>OBJETO</b>	O objeto deste edital é a seleção de projetos culturais de apoio a agentes, a iniciativas, a cursos ou produções ou a manifestações culturais, inclusive a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais e a circulação de atividades artísticas e culturais já existentes das demais áreas culturais (exceto audiovisual, para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no anexo 1, por meio da celebração de termo de execução cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Goiânia.
<b>INSCRIÇÃO</b>	Pelo endereço eletrônico: <a href="https://mapagoiano.cultura.go.gov.br/">https://mapagoiano.cultura.go.gov.br/</a> -
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	2023.2050.13.392.0074.2746.33504100.178 93 STN: 1716 0000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura.
<b>PROCESSO SEI Nº</b>	23.12.000002225-6
<b>INTERESSADO</b>	<b>Secretaria Municipal de Cultura - SECULT</b>
O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura: <a href="http://www.goiania.go.gov.br">www.goiania.go.gov.br</a> Informações adicionais podem ser obtidas junto à <b>Secretaria Municipal de Cultura</b> , contato pelo telefone nº: (62) 3524-2542/3524-2540 / e-mail: <a href="mailto:secultgoianialei@gmail.com">secultgoianialei@gmail.com</a>	

1

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

---

**ÍNDICE**

1- OBJETO	03
2- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	03
3- VALORES	03
4- QUEM PODE SE INSCREVER	04
5- QUEM NÃO PODE SE INSCREVER	04
6- COTAS	04
7- PRAZOS	05
8- COMO SE INSCREVER	06
9- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS	07
10- ACESSIBILIDADE	07
11- CONTRAPARTIDA	08
12- ETAPAS DO EDITAL	08
13- ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS	08
14- REMANEJAMENTO DE VALORES	09
15- ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL	09
16- CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO	10
17- CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOCUMENTAL	14
18- ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS	14
19- DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS	14
20- OBRIGAÇÕES DOS SELECIONADOS	15
21- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA CONTRAPARTIDA	15
22- DISPOSIÇÕES GERAIS	16

---

**ANEXOS AO EDITAL**

O presente Edital contém os Anexos abaixo relacionados, dele fazendo partes integrantes e inseparáveis para todos os efeitos legais

CATEGORIAS DE APOIO - ANEXO 1	17
PLANO DE TRABALHO (Formulário de inscrição) – ANEXO 2	19
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO – ANEXO 3	21
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL – ANEXO 4	22
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL – ANEXO 5	24
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM – ANEXO 6	29
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ANEXO 7	30

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural****EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2023**

O **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, representado pela **Secretaria Municipal de Cultura**, neste denominada **SeCult**, torna público o presente Edital de Chamada Pública para seleção simplificada de projeto cultural das demais áreas culturais (exceto audiovisual) direcionado exclusivamente a agentes culturais do Município de Goiânia, visando garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural, conforme processo SEI nº 23.12.000002225-6. A presente Chamada e a consequente contratação serão regidas em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal 12.343/2010 e Lei Municipal nº 9.954/2016, que institui o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o inciso II, parágrafo 1º do artigo 8º da Lei Federal nº 195/2022, neste instrumento identificada como **Lei Paulo Gustavo**, o Decreto Federal nº 11.453/2023; Decreto Federal nº 11.525/2023, Decreto Municipal nº 3.137/2023 e Portaria nº 045/2023 da Secretaria Municipal de Cultura e em conformidade com as propostas levantadas em fóruns realizados pelo Conselho Municipal de Política Cultural junto à Classe Artística.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

**1. OBJETO**

- 1.1. O objeto deste edital é a seleção de projetos culturais de apoio a agentes, a iniciativas, a cursos ou produções ou a manifestações culturais, inclusive a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais e a circulação de atividades artísticas e culturais já existentes das demais áreas culturais (exceto audiovisual, para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no anexo 1, por meio da celebração de termo de execução cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Goiânia.

**2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 2.1. O presente Edital de Chamada Pública será realizado com recursos financeiros provenientes da Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo, atendendo aos seus incisos II, parágrafo 1º do art. 8º, visando apoiar de forma exclusiva às demais áreas culturais (exceto audiovisual) no Município.
- 2.2. O presente Edital é norteado pelas Metas do Plano de Ação nº 30882120230002- 008087, aprovado pelo Ministério da Cultura e pelas deliberações emanadas pelas reuniões setoriais, pré-conferências, consultas públicas presenciais, coletas de sugestões através de plataforma virtual, promovidos pelo Conselho Municipal de Cultura – CMC junto à sociedade civil.

**3. VALORES**

- 3.1. O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$1.114.798,79 (um milhão, cento e quatorze mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos) dividido entre as modalidades de apoio descritas no Anexo I deste edital.
- 3.2. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 2023.2050.13.392.0074.2746.33504100.178 93 STN: 1716 0000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura.
- 3.3. Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.
- 3.4. Do valor total designado para o Art. 8º, Lei nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo, 1% será destinado para a operacionalização das ações deste edital, conforme previsto no art. 17, do Decreto de nº 11.525/2023.

**4. QUEM PODE SE INSCREVER**

- 4.1. Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente no Município de Goiânia há pelo menos 02 anos.
- 4.2. Em regra, o agente cultural pode ser:
- I. Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
  - II. Pessoa jurídica com fins lucrativos
  - III. Pessoa jurídica sem fins lucrativos
- 4.3. O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.
- 4.4. Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura  
Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo 2.

- 4.5. O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

## 5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

- 5.1. Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

- I. tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
- II. sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
- III. sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

- 5.2. O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.

- 5.3. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no item 5.1

- 5.4. A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 5.1.

## 6. COTAS

- 6.1. Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, de acordo com as proporções de cotas previstas no Decreto 11.525/2023:

- a. no mínimo 20% das vagas para pessoas negras (pretas e pardas); e
- b. no mínimo 10% das vagas para pessoas indígenas.

- 6.2. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

- 6.3. Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

- 6.4. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

- 6.5. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

- 6.6. Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 6.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

- 6.7. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo 3.

- 6.8. As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

- I. pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
- II. pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;
- III. pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e
- IV. outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.

- 6.9. As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.


**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**
**Cultura**

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

- 6.10.** Caso o proponente pretenda beneficiar-se do disposto no item 6.1. será necessário assinalar a alternativa de autodeclaração de etnia no momento da inscrição do projeto no sistema, assumindo a responsabilidade civil e criminal pela veracidade da declaração, sujeito às sanções administrativas, civis e penais, em caso de comprovação de falsidade, nos termos da lei.

## 7. PRAZOS

- 7.1.** O Proponente deve atentar-se para o seguinte cronograma:

Prazos	Etapa	Data Estimada
15 dias	Período de Inscrição	18/10 a 02/11
03 (três) úteis dias após a data de abertura do certame	Prazo para impugnação do Edital.	23/10
até 03 (três) dias corridos	Prazo para resposta ao pedido de impugnação do Edital.	26/10
10 dias corridos	Análise de mérito com base nos critérios apresentados neste Edital.	03/11 a 12/11
01 dia útil	Publicação do resultado da Análise de Mérito no endereço: <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	14/11
03 dias após a publicação do resultado	Período de inscrição para o recurso da Análise de Mérito pela Comissão de Seleção.	15/11 a 17/11
05 dias corridos	Análise do recurso pela Comissão de Seleção Suplente	18/11 a 22/11
01 dia útil	Publicação da análise de recurso no endereço <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	24/11
03 dias corridos	Período de entrega dos documentos para fins de habilitação, conforme item 18.	27/11
7 dias corridos	Período de análise documental pela Comissão de Habilitação e Gerência de Projetos Culturais e Planejamento Estratégico.	28/11 a 05/12
01 dia útil	Publicação de Propostas selecionadas <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	07/12
03 dias após a publicação do resultado	Período de inscrição para o recurso da Análise documental pela GerPCPE	07/12 a 11/12
03 dias corridos	Análise do recurso pela Comissão de Seleção	12/12 a 15/12
07 dias úteis	Assinatura do Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV	07/12 a 18/12
01 dia útil	Publicação da análise de recurso no endereço <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	19/12
24 dias corridos	Repasse do pagamento para os projetos aprovados	08/12 a 31/12
Até 31 de outubro de 2024	Realização de Contrapartida	-----
30 dias após a realização da contrapartida	Entrega de Relatório de Execução de Contrapartida	-----

## 8. COMO SE INSCREVER

- 8.1.** A inscrição é gratuita e podem inscrever projetos, pessoas físicas e pessoas jurídicas que comprovem: atuação no segmento audiovisual e sede ou domicílio no Município de Goiânia.
- 8.2.** O período de inscrições será de 15 de setembro a 15 de outubro de 2023, somente por meio de sistema online no link: <http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo>



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

- 8.3. Todos os campos obrigatórios da plataforma de inscrição de projeto devem ser devidamente preenchidos e a ausência de informações, irregularidades ou o preenchimento com informações incongruentes, a inscrição será inabilitada.
- 8.4. As informações prestadas no ato da inscrição são de inteira responsabilidade do Proponente, dispondo as comissões responsáveis pela execução deste Edital, o direito de excluir aquele que fornece dados inverídicos, incongruentes ou inadequados.
- 8.5. Cada Proponente poderá inscrever apenas 01 (um) Projeto.
- 8.6. As inscrições não finalizadas ou incompletas após o término do prazo serão canceladas e desclassificadas.
- 8.7. Não serão permitidas alterações no Projeto inscrito após o término do período de inscrição e durante períodos de análise.
- 8.8. A SeCult não se responsabiliza pela falha na inscrição por conta de problemas e/ou lentidão em servidores ou provedores de acesso, na linha de comunicação ou transmissão de dados.
- 8.9. O proponente deve anexar a seguinte documentação no ato da inscrição:
- a. Plano de Trabalho que constitui o formulário de inscrição;
  - b. Currículo do proponente;
  - c. Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
  - d. Mini currículo dos integrantes do projeto;
  - e. Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
  - f. Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
- 8.10. O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
- 8.11. Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior ao prazo determinado por este edital no item 7.

## 9. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

- 9.1. O proponente deve preencher a planilha orçamentária, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
- 9.2. A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
- 9.3. A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
- 9.4. A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
- 9.5. Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
- 9.6. Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 7.
- 9.7. O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

## 10. ACESSIBILIDADE

- 10.1. Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
- I. no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
  - II. no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
  - III. no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

- desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais.
- 10.2.** Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
- adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
  - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
  - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
  - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
  - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
- 10.3.** Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
- 10.4.** A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 10.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
- for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou
  - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
- 10.5.** Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 10.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.
- 10.6.** O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

## **11. CONTRAPARTIDA**

### **11.1. Contrapartidas obrigatórias:**

- Os agentes culturais contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exposições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.
- As salas de cinema que receberem recursos por meio deste Edital estão obrigadas a exibir obras nacionais em número de dias 10% (dez por cento) superior ao estabelecido pela regulamentação referida no art. 55 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.
- Os agentes culturais contemplados, se comprometem a participar, como contrapartida, de ações e programas desta Secretaria, com a atividade cultural viabilizada a partir deste Concurso, caso haja.  
§Único: A definição dessa participação será feita posteriormente, de acordo com a disponibilidade do proponente e interesse da Secretaria.

### **11.2. Contrapartidas adicionais:**

- Medidas que promovam o acesso aos bens, produtos e serviços culturais a camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio e ocupação, visando à formação de público.
- Promoção de ações que facilitem o livre acesso de idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e/ou medidas de acessibilidade comunicacional (de modo a diminuir barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual).

### **11.3. As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e devem ser executadas até a data determinada neste edital no item 7.**

## **12. ETAPAS DO EDITAL**

### **12.1. A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:**

- Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto a ser realizada pela Comissão de Seleção, nomeada especificamente para esse fim; e
- Análise Documental: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente, descritos no item 15, a ser realizada pela Comissão de Habilitação e Gerência de Projetos Culturais e Planejamento Estratégico.

## **13. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS**

### **13.1. Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.**

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

- 13.2. Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
- 13.3. A análise dos projetos culturais será realizada pela Comissão de Seleção e Comissão de Seleção Habilitação formadas por pareceristas externos contratados, membros do Conselho Municipal de Cultura e servidores da SeCult.
- 13.4. Os membros da Comissão de Seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
- I. tenham interesse direto na matéria;
  - II. tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
  - III. estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
- 13.5. O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
- 13.6. Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no item 16.
- 13.7. Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado a Comissão de Seleção Suplente.
- 13.8. Os recursos deverão ser apresentados no prazo mínimo de 3 dias úteis, conforme inciso III do art. 16 do decreto 11.453/2023] a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
- 13.9. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
- 13.10. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial do Município e página da SeCult no site da Prefeitura de Goiânia.

#### 14. REMANEJAMENTO DE VALORES

- 14.1. Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, o saldo residual do recurso será remanejado para outra categoria, conforme as seguintes regras:
- a. Categoria com maior número de inscrições;
  - b. Projetos com maior pontuação geral.
- 14.2. Na hipótese de não haver quantitativo suficiente de propostas aptas para fazer jus ao montante inicialmente disponibilizado neste Edital, poderá a SECULT realizar o remanejamento dos saldos existentes para contemplação de propostas aptas nos demais editais destinados as ações previstas no Art. 8º da Lei Paulo Gustavo.

#### 15. ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL

- 15.1. Após a aprovação pela etapa de análise de mérito cultural, será verificado os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:
- 15.1.1. PESSOA FÍSICA
- a. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
  - b. certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais;
  - c. certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
  - d. comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
- 15.1.2. PESSOA JURÍDICA
- a. inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
  - b. atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
  - c. certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
  - d. certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
  - e. certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
  - f. certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
  - g. certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
- 15.2. A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
- I. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
  - II. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou

que se encontrem em situação de rua.

## 16. CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO

- 16.1. Os projetos serão avaliados e classificados em ordem decrescente, somando-se os pontos conforme os **Critérios Gerais de Análise de Mérito do Projeto, Critérios de Análise de Mérito do Proponente, Critérios de Ações Afirmativas**, podendo ser acrescido da pontuação bônus, conforme tabelas a seguir:
- a) Critérios Gerais de análise de mérito referentes à qualificação do projeto:

9

CRITÉRIOS GERAIS DE ANÁLISE DE MÉRITO DO PROJETO			
Nº	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTOS
1	QUALIDADE DO PROJETO - COERÊNCIA DO OBJETO, OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E METAS DO PROJETO	A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	De 0 a 5 pontos.
2	RELEVÂNCIA DA AÇÃO PROPOSTA PARA O CENÁRIO CULTURAL DE GOIÂNIA	A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura de Goiânia.	De 0 a 5 pontos.
3	QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	Capacidade técnica dos principais profissionais envolvidos	De 0 a 5 pontos.
4	ASPECTOS DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NA AÇÃO PROPOSTA PELO PROJETO.	Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	De 0 a 5 pontos.
5	COERÊNCIA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO ÀS METAS, RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS DO PROJETO PROPOSTO	A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	De 0 a 5 pontos.
6	COERÊNCIA DO PLANO DE DIVULGAÇÃO AO CRONOGRAMA, OBJETIVOS E METAS DO PROJETO PROPOSTO	A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público-alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los	De 0 a 5 pontos.
7	COMPATIBILIDADE DA FICHA TÉCNICA COM AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	De 0 a 5 pontos.
8	DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO	Participação de artistas ou profissionais do setor audiovisual do Município de Goiânia.	5 pontos: 4 ou mais participante.
			3 pontos: Até 3 participantes.
			0 ponto: Não



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

9	DA LOCALIDADE	Gravação ou realização do projeto no Município de Goiânia, considerando locação para gravação, território em que está inserido, circulação para exibição ou atividade formativa.	5 pontos: Plenamente
			3 pontos: Parcialmente.
			0 ponto: Não ou não se aplica.
PONTUAÇÃO TOTAL			45 Pontos

b. Critérios de análise de mérito referentes à qualificação do Proponente:

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO DO PROPONENTE			
Nº	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTOS
10	EXPERIÊNCIA A	Tempo de atuação profissional	5 pontos: 6 anos ou mais.
			3 pontos: de 2 a 5 anos
			1 pontos: 1 ano ou menos
11	PRODUÇÃO	Quantitativo de obras produzidas	5 pontos: 4 obras ou mais.
			3 pontos: Até 3 obras.
			0 ponto: Não ou não se aplica.
12	PRÊMIOS	Premiado em mostras, festivais, programas de fomento e outras indicações de júri ou menção honrosa.	5 pontos: 4 vezes ou mais.
			3 pontos: Até 3 vezes.
			0 ponto: Não
PONTUAÇÃO TOTAL			15 ontos

c) Critérios De Ações Afirmativas previstas na realização da Contrapartida, conforme art. 16 do Decreto Regulamentador nº 11.525, de 11 de maio de 2023:

CRITÉRIOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS			
Nº	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTOS
13	PÚBLICO-ALVO	O perfil do público a que o projeto é direcionado ou contempla os recortes de vulnerabilidade social e as especificidades territoriais, considerando o acesso e difusão de culturas de comunidades invisibilizadas?	5 pontos: Sim
			3 pontos: parcialmente
			0 ponto: Não ou não se aplica.
14	CONTRAPARTIDA	A contrapartida aborda ou promove linguagens, expressões, manifestações e temáticas ou grupos historicamente vulnerabilizados socialmente?	5 pontos: Sim
			3 pontos: parcialmente
			0 ponto: Não ou não se aplica.
15	ACESSIBILIDADE 1	A projeto prevê instrumentos de acessibilidade tais como intérprete de libras, programas em braile, áudio descrição, locais com rampa e outros que garantam a acessibilidade?	5 pontos: Sim
			0 ponto: Não
16	ACESSIBILIDADE 2	A contrapartida prevê instrumentos de acessibilidade, tais como intérprete de libras, programas em braile, áudio descrição, locais com rampa e outros que garantam a acessibilidade?	5 pontos: Sim
			0 ponto: Não
PONTUAÇÃO TOTAL			20 Pontos





**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

- 16.2.** Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

<b>PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS</b>		
<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>
17	Proponentes do gênero feminino	5 pontos
18	Proponentes negros e indígenas	5 pontos
19	Proponentes com deficiência	5 pontos
20	Proponente residente em regiões de menor IDH - Alto do Vale, Anglo, da Vitoria, Barravento, Boa Vista, Residencial Brisas da Mata, Setor Cândida de Moraes, Chácaras Maria Dilce, Conjunto Primavera, Empresarial, Setor Estrela D'Alva, Vila Finsocial, Floresta, Fonte das águas, Green Park, Jardim Belvedere, Jardim Camargo, Jardim Colorado, Jardim Curitiba (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X), Jardim das Hortênsias, Jardim das Rosas, Jardim Fonte Nova, Jardim Helou, Jardim Lago Azul, Jardim Liberdade, Jardim Nova Esperança, Jardim Vista Bela, Juscelino Kubitschek (I e II), Malibu, Mansões Paraíso, Mansões Rosas de Ouro, Marabá, Setor Morada do Sol, Setor Novo Planalto, Parque Aeronáutico, Antônio Sebba Filho, Parque Maracanã, Parque Santa Rita, Prive Norte, Residencial Recanto do Bosque, Setor Parque Tremendão (I,II e III), Paulo Pacheco, Recreio Estrela D'Alva, Recreio Panorama, Residencial Fortaleza, Residencial Maringá, Residencial Mirante, São Carlos, São Domingos, Setor Estrela Dalva, São Joaquim, Senador Albino Boaventura, Solange Parque ( I, II e III),Terra Nova, Vila Mutirão, Emílio Póvoa, Vila Lobó, Quebra Caixote e Vila Rocinha.	5 pontos
<b>PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL</b>		<b>20 Pontos</b>

<b>PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS</b>		
<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>
21	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5 pontos
22	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5 pontos
23	Pessoas jurídicas sediadas em regiões de menor IDH ou coletivos/grupos pertencentes a regiões de menor - Alto do Vale, Anglo, da Vitoria, Barravento, Boa Vista, Residencial Brisas da Mata, Setor Cândida de Moraes, Chácaras Maria Dilce, Conjunto Primavera, Empresarial, Setor Estrela D'Alva, Vila Finsocial, Floresta, Fonte das águas, Green Park, Jardim Belvedere, Jardim Camargo, Jardim Colorado, Jardim Curitiba (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X), Jardim das Hortênsias, Jardim das Rosas, Jardim Fonte Nova, Jardim Helou, Jardim Lago Azul, Jardim Liberdade, Jardim Nova Esperança, Jardim Vista Bela, Juscelino Kubitschek (I e II), Malibu, Mansões Paraíso, Mansões Rosas de Ouro, Marabá, Setor Morada do Sol, Setor Novo Planalto, Parque Aeronáutico, Antônio Sebba Filho, Parque Maracanã, Parque Santa Rita, Prive Norte, Residencial Recanto do Bosque, Setor Parque Tremendão (I,II e III), Paulo Pacheco, Recreio Estrela D'Alva, Recreio Panorama, Residencial Fortaleza, Residencial Maringá, Residencial Mirante, São Carlos, São Domingos, Setor Estrela Dalva, São Joaquim, Senador Albino Boaventura, Solange Parque ( I, II e III),Terra Nova, Vila Mutirão, Emílio Póvoa, Vila Lobó, Quebra Caixote e Vila Rocinha.	5 pontos

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura  
Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

24	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAPN+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5 pontos
<b>PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL</b>		<b>20 Pontos</b>

12

- 16.3. A pontuação final da Análise de Mérito será a somatória geral dos pontos obtidos.
- 16.4. Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
- 16.5. Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.
- 16.6. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida:
- Maior nota na somatória dos pontos dos Critérios Gerais de Análise de Mérito do Projeto;
  - Maior nota na somatória dos pontos dos Critérios de Ações Afirmativas.
- 16.7. Permanecendo o empate, a SeCult convocará os Proponentes das propostas empatadas cuja presença será obrigatória e realizará sorteio.
- 16.8. Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 60 pontos.
- 16.9. Serão desclassificados os projetos que:
- receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
  - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 16.10. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.
- 16.11. Conforme previsto no art. 23 do Decreto Regulamentador nº 11.525, de 11 de maio de 2023, a SeCult dará ampla publicidade e transparência à destinação dos recursos de que trata a Lei Paulo Gustavo na página <http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo>.

## 17. CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOCUMENTAL

- 17.1. Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, serão avaliados a documentação listada no item 15, conforme sua natureza jurídica.
- 17.2. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
- 17.3. Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado Gerência de Projetos Culturais e Planejamento Estratégico.
- 17.4. Os recursos de que trata o item 17.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
- 17.5. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
- 17.6. Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

## 18. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

- 18.1. Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo 4 deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
- 18.2. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela SeCult contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
- 18.3. Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único até 30 dias após a homologação do resultado final.
- 18.4. A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
- 18.5. O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até 7 (sete) dias úteis após a publicação do resultado final sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.



## 19. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

- 19.1. O Agente Cultural premiado deverá divulgar o recebimento do apoio emergencial de forma explícita, visível e destacada.
- 19.2. Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e da Prefeitura de Goiânia de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
- 19.3. O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
- 19.4. O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

13

## 20. OBRIGAÇÕES DOS SELECIONADOS

- 20.1. Cabe ao Agente Cultural buscar as informações sobre o andamento de seu processo.
- 20.2. O Agente Cultural que, por algum motivo, desistir de receber a premiação, deverá apresentar justificativa por meio de ofício protocolado na SeCult.
- 20.3. Caberá ao Agente Cultural responder, de forma exclusiva e integral, por eventuais denúncias, reclamações e/ou questionamentos, assegurando à Prefeitura Municipal de Goiânia o pleno ressarcimento por possíveis prejuízos sofridos a esse título.
- 20.4. A SeCult não se responsabilizará, solidária ou subsidiariamente, em hipótese alguma, pelos atos, contratos e compromissos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou outra, bem como pelas respectivas taxas, tributos e/ou encargos deles decorrentes, assumidos pelo Agente Cultural para fins de realização da proposta inscrita, tais como ECAD, Sated, ANCINE, entre outros.
- 20.5. Todos os custos que impliquem na contratação de terceiros, deverão assegurar o recolhimento dos direitos autorais e conexos, bem como das contribuições sociais e dos tributos previstos em lei.
- 20.6. A omissão de quaisquer informações pertinentes a titulares de direitos de autor ou propriedade, responsabilizará quem prestou a informação, de forma exclusiva e integral, por tal conduta.

## 21. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA CONTRAPARTIDA

- 21.1. Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.
- 21.2. Para fins de comprovação da execução de projeto selecionado e contratado, o proponente deverá enviar à Secretaria, conforme cronograma os seguintes documentos:
  - a. Relatório Final, conforme Anexo 7.
  - b. Registro documental da realização das atividades previstas no projeto, tais como vídeos, matérias publicadas, fotos, programas, folders, cartazes e outras mídias, entre outros.
  - c. Notas Fiscais, devem ser apresentadas quando incorrer as seguintes situações:
    - I. Aquisição de equipamentos;
    - II. Quando o valor contemplado seja superior a R\$100.000,00.
  - d. Informativo de despesas, conforme Anexo IV, detalhando os gastos efetuados na execução do projeto.
  - e. Declaração das instituições culturais e/ou dos responsáveis pelos locais onde as atividades previstas no projeto foram realizadas, conforme Anexo V, quando for o caso.
  - f. Declaração de comprometimento em mencionar a Prefeitura de Goiânia e a Secretaria de Cultura nos créditos e em todo material de divulgação da obra (impresso, virtual e audiovisual) e nos créditos, quando for o caso.
  - g. Games: demo jogável do jogo eletrônico e vídeo explicativo.
  - h. Demais produções audiovisuais: link do vídeo do conteúdo do produto cultural.
- 21.3. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
- 21.4. A qualquer momento a SeCult poderá solicitar outros documentos comprobatórios como fotos, vídeos, publicações e outros que demonstrem a execução da contrapartida.
- 21.5. O agente cultural autoriza a SeCult a publicar e divulgar as imagens e as informações contidas na inscrição e se responsabiliza pela veracidade das informações, documentos e materiais apresentados.
- 21.6. O agente cultural, bem como, os demais participantes do projeto inscrito, autorizam a Prefeitura Municipal de Goiânia a utilizar as imagens, áudios, documentos e informações para geração de indicadores, exibição

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura  
Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

em mídia impressa e eletrônica, em materiais institucionais e Internet, ou qualquer outro meio, exclusivamente para fins de divulgação e difusão das ações culturais municipais, sem fins lucrativos.

- 21.7. As autorizações aqui descritas não possuem limitação temporal ou numérica e é válida para o Brasil e exterior, sem que seja devida nenhuma remuneração a qualquer título.

**22. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1. O repasse do recurso fica condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira oriunda da Lei Paulo Gustavo.
- 22.2. O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
- 22.3. O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do proponente.
- 22.4. As legislações, informações e resultados a que se trata este Edital estarão disponíveis na página <http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo>.
- 22.5. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
- 22.6. Qualquer alteração no andamento da proposta selecionada deverá ser autorizada previamente pela SeCult que terá 15 (quinze) dias para análise e manifestação.
- 22.7. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Secretaria Municipal de Cultura de qualquer responsabilidade civil ou penal.
- 22.8. A qualquer tempo, este Edital poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, sem que isso implique direito a indenização de qualquer natureza.
- 22.9. Para mais informações referentes à Lei Paulo Gustavo, a SeCult atenderá por telefone no número (62) 3596-6700 e (62) 3596-6283 ramal 26, de segunda a sexta-feira, das 08h30m às 16h30m, e por e-mail: [secultlei@gmail.com](mailto:secultlei@gmail.com)
- 22.10. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
- 22.11. Compõem este Edital os seguintes anexos:
- a. Categorias de apoio - Anexo 1
  - b. Plano de Trabalho (todas as etapas serão inseridas no Formulário de inscrição – Anexo 2
  - c. Declaração de representação de grupo ou coletivo - Anexo 3;
  - d. Declaração étnico-racial - Anexo 4;
  - e. Termo de Execução Cultural - Anexo 5;
  - f. Termo de Autorização de cessão de direito de uso de imagem – Anexo 6
  - g. Relatório de Execução do Objeto - Anexo 7.
- 22.12. O proponente declara conhecimento da incidência sobre os impostos no recebimento de recursos por parte de pessoas físicas e jurídicas no momento da transferência aos beneficiários selecionados;
- 22.13. É vedada a realização de repasses dos recursos deste certame aos beneficiários que usufruam de quaisquer ações emergenciais de que trata a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, caso a previsão de repasses desta Lei Complementar implique duplicidade de ajuda financeira nos mesmos meses de competência.
- 22.14. Os casos omissos ou não previstos nesse edital serão analisados e decididos pela SeCult.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

Zander Fábio Alves da Costa  
Secretário de Cultura



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

## ANEXO I CATEGORIAS DE APOIO – ÁREAS CULTURAIS

### 1. RECURSO DO EDITAL

1. O presente edital possui valor total de **R\$1.114.798,79 (um milhão, cento e quatorze mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos)** destinados para apoio a agentes, a iniciativas, a cursos ou produções ou a manifestações culturais, inclusive a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais e a circulação de atividades artísticas e culturais já existentes.
2. O projeto deverá apresentar valor fixo igual ao determinado para cada uma das modalidades, conforme definidos no item 2.
3. O projeto que apresentar orçamento maior do que o previsto neste Edital deverá obrigatoriamente especificar as fontes complementares de recursos.
4. O proponente deverá usar os recursos recebidos preferencialmente para custear despesas realizadas no Município de Goiânia, sempre observando os valores praticados no mercado e/ou referências de custos de serviços das suas categorias.
5. Em caso de compra de equipamento de qualquer natureza, deverá ser expressamente justificado o motivo da compra e o destino do equipamento adquirido após a conclusão do projeto.
6. O prazo para realização de todas as ações do projeto consiste em 12 (doze) meses a contar da data de depósito do aporte.

### 2. DESCRIÇÃO DAS MODALIDADES E DISTRIBUIÇÃO DE VALORES

#### 2.1. O PROJETO deve ser enquadrado em uma das seguintes Modalidades:

- a. **Circulação** e transmissão de produções artísticas existentes
- b. **Apoio à realização de ação de Formação** - Neste edital, a Formação refere-se ao apoio concedido para o desenvolvimento de cursos, oficinas, workshop (até 4 horas de duração), podcast de caráter formativo (10 episódios de 3 a 10 minutos), conferências, simpósios e seminários voltados para profissionais, estudantes e interessados nas áreas culturais. Esse tipo de fomento tem como objetivo promover o aprimoramento das habilidades técnicas, criativas e gerenciais dos profissionais, bem como estimular a formação de novos talentos.

#### 2.1.1. A estimativa é que 80 (oitenta) projetos aproximadamente sejam contemplados, podendo ser:

Apoio a Cursos, Produções, Manifestações Culturais e a Circulação de Atividades Artísticas e Culturais						
CATEGORIA	Ampla Concorrência	Cotas Pessoas Negras	Cotas Pessoas Indígenas	QT D	UNIT. R\$	TOTAL R\$
Circulação e transmissão de produções artísticas existentes	28	8	4	40	<b>15.000,00</b>	600.000,00
Conferências, simpósios e seminários	8	3	2	13	<b>20.000,00</b>	260.000,00
PodCast de caráter formativo (10 episódios de 3 a 10 minutos):	7	2	1	10	<b>8.479,88</b>	84.798,80
Curso, oficina e Workshop (4 horas de duração)	11	4	2	17	<b>10.000,00</b>	170.000,00
<b>TOTAL</b>						<b>R\$1.114.798,80</b>

#### 2.1.2. Documentação específica de projeto para Apoio a Cursos, Produções, Manifestações Culturais e a Circulação de Atividades Artísticas e Culturais:

- a. Apresentação resumida do projeto (pode ser acrescida de um vídeo explicativo do projeto).
- b. Relevância e pertinência.

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

- c. Perfil de público-alvo e classificação indicativa.
- d. Cronograma de execução.
- e. Orçamento detalhado;
- f. Currículo do proponente.
- g. Ficha técnica com a relação dos participantes, incluindo a identificação do CPF e a descrição da função no projeto.
- h. Breve currículo de até 03 (três) dos principais integrantes do projeto (máximo de 20 linhas para cada currículo), caso haja, além do proponente.
- i. Detalhamento da proposta de contrapartida.
- j. Ações Formativas devem conter: ementa, metodologia, conteúdo programático, carga horária, procedimento de certificação e material didático necessário.
- k. As ações de capacitação, de formação e de qualificação devem ser gratuitas a seus participantes.
- l. Projetos de circulação e temporada se obrigam a apresentar registros fotográficos e audiovisuais do trabalho em questão, além de clipping;
- m. Produto final virtual deve constar a plataforma, redes sociais e/ou site e link de acesso;
- n. Informações adicionais, caso haja.

16



Prefeitura de Goiânia  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural

**ANEXO 2**  
**PLANO DE TRABALHO**  
(Informações a serem inseridas no formulário de inscrição)

**DADOS DO PROJETO:**

17

Nome do Projeto: \_\_\_\_\_

**Escolha a modalidade e a categoria a que vai concorrer:**

**Modalidade 1:**

☐ **CIRCULAÇÃO**

Categoria:

☐ Circulação e transmissão de produções artísticas existentes

**Modalidade 2:**

☐ **AÇÃO DE FORMAÇÃO**

Categoria:

☐ Conferências, simpósios e seminários

☐ PodCast de caráter formativo (10 episódios de 3 a 10 minutos)

☐ Curso, oficina e Workshop (4 horas de duração)

**Descrição do projeto**

(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

**Objetivos do projeto**

(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

**Metas**

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

**Perfil do público a ser atingido pelo projeto**

(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

**Qual o perfil do público do seu projeto?** (Ex.: crianças, idosos, jovens, pessoas com deficiência etc.)

**Medidas de acessibilidade empregadas no projeto**

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de pessoas com deficiência)

**Acessibilidade arquitetônica:**

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas; | <input type="checkbox"/> banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência; |
| <input type="checkbox"/> piso tátil;  | <input type="checkbox"/> vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;                    |
| <input type="checkbox"/> rampas;  |   |



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

- ( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;  
( ) corrimãos e guarda-corpos;  
( ) assentos para pessoas obesas;  
( ) iluminação adequada;  
( ) Outra \_\_\_\_\_

**Acessibilidade comunicacional:**

- ( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;  
( ) o sistema Braille;  
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;  
( ) a audiodescrição;  
( ) as legendas;  
( ) a linguagem simples;  
( ) textos adaptados para leitores de tela;  
( ) Outra \_\_\_\_\_

18

**Acessibilidade atitudinal:**

- ( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;  
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;  
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e  
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

**Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.**

**Local onde o projeto será executado**

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

**Previsão do período de execução do projeto**

Data de início:

Data final:

**Equipe**

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

**Cronograma de Execução**

**Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.**

Atividade Geral	Etapas	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023

**Estratégia de divulgação**

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

**Contrapartida**

Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

**Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?**

(Informe se o projeto prevê apoios financeiro tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

**O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?**

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:**

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas. Deve haver a indicação do parâmetro de preço utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc).

Item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário (R\$)	Quantidade	Valor total (R\$)	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	1.100,00	1	1.100,00	Salicnet – Oficina/workshop/seminário – Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

19



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

**ANEXO 3**  
**DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO**

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

**GRUPO ARTÍSTICO:**

**NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO**  
**ARTÍSTICO:** \_\_\_\_\_

**DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE:**

**IDENTIDADE:** \_\_\_\_\_, **CPF:** \_\_\_\_\_,  
**E-MAIL:** \_\_\_\_\_ **TELEFONE:**  
**(62)** \_\_\_\_\_

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico \_\_\_\_\_, elegem \_\_\_\_\_ como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]  
[DATA]

20

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

---

**ANEXO 4**  
**DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, DECLARO para fins de  
participação no Edital 001/2023 de Chamada Pública, que sou  
\_\_\_\_\_ (informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

21

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME:

ASSINATURA DO DECLARANTE:

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural****ANEXO 5**  
**TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL**

Termo de Execução Cultural nº [indicar número]/[indicar ano] tendo por objeto a concessão de apoio financeiro a ações culturais contempladas pelo edital nº 001/2023 –, nos termos da lei complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), do decreto n. 11.525/2023 (decreto Paulo Gustavo) e do decreto 11.453/2023 (decreto de fomento).

**1. PARTES**

- 1.1. O Município de Goiânia, neste ato representado por Secretário Municipal de Cultura, Senhor(a) Zander Fábio Alves de Costa, e o(a) Agente Cultural, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, expedida em \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_], telefones: (62) \_\_\_\_\_, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

**2. PROCEDIMENTO**

- 2.1. Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da Lei Complementar Nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), do Decreto N. 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e do Decreto 11.453/2023 (Decreto De Fomento).

**3. OBJETO**

- 3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

**4. RECURSOS FINANCEIROS**

- 4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
- 4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

**5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

- 5.1. Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
- 5.2. A conta bancária deverá conter funcionalidade de aplicação automática dos valores em modalidades de investimento de baixo risco, a fim de que haja rendimentos financeiros enquanto os recursos não forem utilizados.

**6. OBRIGAÇÕES**

- 6.1. São obrigações da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de Goiânia:
- I. transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
  - II. orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
  - III. analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
  - IV. zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
  - V. adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
  - VI. monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
- VI.2. São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
- I. executar a ação cultural aprovada;
  - II. aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
  - III. manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

- IV. facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- V. prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- VI. atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura a contar do recebimento da notificação;
- VII. divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
- VIII. não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
- IX. guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
- X. não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
- XI. executar a contrapartida conforme pactuado.

## 7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

- 7.1. A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
  - I. apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
  - II. análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
- 7.2. O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
  - I. comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
  - II. conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
  - III. ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
- 7.2.2. O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
  - I. encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
  - II. recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
- 7.2.3. Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
  - I. determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
  - II. solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
  - III. aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
- 7.3. O relatório de execução financeira será exigido, somente nas seguintes hipóteses:
  - I. quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
  - II. quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
- 7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
- 7.4. O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
  - I. aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
  - II. reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
- 7.5. Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
  - I. devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
  - II. apresentação de plano de ações compensatórias; ou

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura  
Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

24

- III. devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.1. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
- 7.5.2. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.3. Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
- 7.5.4. O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.
- 7.5.5. Aplica-se no que couber as regras de prestação de contas contidas nos artigos artigo 23 a 29 da Lei Complementar nº 195/2022, e ainda nos artigos 29 a 34 do Decreto Federal nº 11.453/2023.

**8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL**

- 8.1. A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
- 8.2. A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- I. prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
- II. alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
- 8.3. Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
- 8.4. As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
- 8.5. A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
- 8.6. Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

**9. TITULARIDADE DE BENS**

- 9.1. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
- 9.2. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural nas hipóteses tratadas no Art. 27 do decreto 11.453/2023.

**10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL**

- 10.1. O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- extinto por decurso de prazo;
- I. extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- II. denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- III. rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
- a. descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b. irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c. violação da legislação aplicável;
- d. cometimento de falhas reiteradas na execução;
- e. má administração de recursos públicos;
- f. constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- g. não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- h. outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- 10.2. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
- 10.3. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- 10.4. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- 10.5. Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.



**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

## **11. SANÇÕES**

- 11.1. Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
- 11.2. A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
- 11.3. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.
- 11.4. Na hipótese de descumprimento, por parte do(a) PROPONENTE, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em seus aditamentos e na ausência de justificativa, estará sujeita às sanções previstas na Lei Complementar nº 195/2022.

25

## **12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS**

- 12.1. Monitoramento e controle dos resultados será por intermédio de relatório, conforme especificado no edital.

## **13. VIGÊNCIA**

- 13.1. A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por 30 dias.

## **14. PUBLICAÇÃO**

- 14.1. O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município – DOM.

## **15. FORO**

- 15.1. Fica eleito o Foro do Município de Goiânia para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Goiânia, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

\_\_\_\_\_  
Pelo órgão: Secretaria Municipal de Cultura  
Zander Fábio Alves da Costa – Secretário de Cultura

\_\_\_\_\_  
Pelo Agente Cultural:  
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

---

**ANEXO 6**  
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM**

26

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_ abaixo assinado, na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho  
artístico aprovado no Edital 001/2023 - Audiovisual, **declara que:**

2. **Autoriza** a SeCult a publicar e divulgar as imagens e as informações contidas na inscrição e se responsabiliza pela veracidade das informações, documentos e materiais apresentados.
3. Enquanto agente cultural, bem como, os demais participantes do projeto inscrito, **autorizam** a Prefeitura Municipal de Goiânia a utilizar as imagens, áudios, documentos e informações para geração de indicadores, exibição em mídia impressa e eletrônica, em materiais institucionais e Internet, ou qualquer outro meio, exclusivamente para fins de divulgação e difusão das ações culturais municipais, sem fins lucrativos.

As autorizações aqui descritas não possuem limitação temporal ou numérica e é válida para o Brasil e exterior, sem que seja devida nenhuma remuneração a qualquer título.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

ASSINATURA COM NOME COMPLETO



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

**ANEXO 7**  
**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**1. DADOS DO PROJETO**

Nome do projeto:	
Nome do agente cultural proponente:	
Nº do Termo de Execução Cultural	Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:	Data de entrega desse relatório:

27

**2. RESULTADOS DO PROJETO****2.1. Resumo:**

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

**2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?**

- |   |
|---|
| <input type="checkbox"/> Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.               |
| <input type="checkbox"/> Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações |
| <input type="checkbox"/> Uma parte das ações planejadas não foi feita.                        |
| <input type="checkbox"/> As ações não foram feitas conforme o planejado.                      |

**2.3. Ações desenvolvidas**

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre as eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

www.goiania.go.gov.br

**2.4. Cumprimento das Metas**

<b>Metas integralmente</b>	META - [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
----------------------------	--



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

cumpridas	
	OBSERVAÇÃO: informe como a meta foi cumprida
Metas parcialmente cumpridas (se houver)	META - Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado:
	OBSERVAÇÕES - Informe qual parte da meta foi cumprida:
	JUSTIFICATIVA para o não cumprimento integral - Explique por que parte da meta não foi cumprida:
Metas não cumpridas (se houver)	Meta - Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado:
	JUSTIFICATIVA para o não cumprimento - Explique por que a meta não foi cumprida:

28

### 3. PRODUTOS GERADOS

#### 3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.

☐ Sim

☐ Não

#### 3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.

☐ Publicação

☐ Jogo

☐ Livro

☐ Artesanato

☐ Catálogo

☐ Obras

☐ Live (transmissão on-line)

☐ Espetáculo

☐ Vídeo

☐ Show musical

☐ Documentário

☐ Site

☐ Filme

☐ Música

☐ Relatório de pesquisa

☐ Outros: \_\_\_\_\_

☐ Produção musical

#### 3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto? Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

--

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

--

**3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?** Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

--

29

**3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele ...**  
(Você pode marcar mais de uma opção).

- ☐ Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.  
☐ Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.  
☐ Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.  
☐ Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.

- ☐ Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.  
☐ Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.  
☐ Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.  
☐ Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

#### 4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

--

#### 5. EQUIPE DO PROJETO

**5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?**

Digite um número exato (exemplo: 23).

--

**5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?**

☐ Sim

☐ Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

--



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

--

**5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:**

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	00.000.000/0001-00	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

30

**6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO**

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?		
<input type="checkbox"/> 1. Presencial.	<input type="checkbox"/> 2. Virtual.	<input type="checkbox"/> 3. Híbrido (presencial e virtual).

**Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):**

<p><b>6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?</b></p>	<p>Você pode marcar mais de uma opção.</p> <p><input type="checkbox"/> Youtube</p> <p><input type="checkbox"/> Instagram / IGTV</p> <p><input type="checkbox"/> Facebook</p> <p><input type="checkbox"/> TikTok</p> <p><input type="checkbox"/> Google Meet, Zoom etc.</p> <p><input type="checkbox"/> Outros: _____</p>
<p><b>6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:</b></p>	

**Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):**

**6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?**

- ☐ 1. Fixas, sempre no mesmo local.
- ☐ 2. Itinerantes, em diferentes locais.
- ☐ 3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município o projeto aconteceu?	
<p><b>6.6 Em que área do município o projeto foi realizado?</b></p> <p>Você pode marcar mais de uma opção.</p>	<p><input type="checkbox"/> Zona urbana central.</p> <p><input type="checkbox"/> Zona urbana periférica.</p> <p><input type="checkbox"/> Zona rural.</p> <p><input type="checkbox"/> Área de vulnerabilidade social.</p> <p><input type="checkbox"/> Unidades habitacionais.</p> <p><input type="checkbox"/> Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).</p> <p><input type="checkbox"/> Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).</p> <p><input type="checkbox"/> Áreas atingidas por barragem.</p> <p><input type="checkbox"/> Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).</p>

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura  
Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

	( ) Outros: _____
--	-------------------

**6.7 Onde o projeto foi realizado?** Você pode marcar mais de uma opção.

- ( ) Equipamento cultural público municipal.
- ( ) Equipamento cultural público estadual.
- ( ) Espaço cultural independente.
- ( ) Escola.
- ( ) Praça.
- ( ) Rua.
- ( ) Parque.
- ( ) Outro

31

**7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO**

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

--

**8. CONTRAPARTIDA**

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

--

**9. TÓPICOS ADICIONAIS**

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

--

**10. ANEXOS**

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome  
Assinatura do Agente Cultural Proponente

Secretaria Municipal de Cultura  
Avenida Parque Ateneu nº 1.477, Parque Atheneu, Goiânia, CEP 74893-020



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural****EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2023**

<b>MODALIDADE</b>	A presente Chamada e a consequente contratação serão regidas em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal 12.343/2010 e Lei Municipal nº 9.954/2016, que institui o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o inciso III do parágrafo 1º, do artigo 8º da Lei Federal nº 195/2022, neste instrumento identificada como <b>Lei Paulo Gustavo</b> , o Decreto Federal nº 11.453/2023; Decreto Federal nº 11.525/2023, Decreto Municipal nº 3.137/2023 e Portaria nº 045/2023 da Secretaria Municipal de Cultura.
<b>PERÍODO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÕES</b>	<b>18 de outubro de 2023 a 02 de novembro de 2023.</b>
<b>OBJETO</b>	O objeto deste edital é a seleção de projetos culturais de destinados ao desenvolvimento de espaços artísticos e culturais, de microempreendedores individuais, de microempresas e de pequenas empresas culturais, de cooperativas, de instituições e de organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social determinadas para o enfrentamento da pandemia da covid-19, mediante subsídio mensal/apoio financeiro nas categorias descritas no anexo 1, por meio da celebração de termo de execução cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Goiânia.
<b>INSCRIÇÃO</b>	Pelo endereço eletrônico: <a href="https://mapagoiano.cultura.go.gov.br/">https://mapagoiano.cultura.go.gov.br/</a> -
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	2023.2050.13.392.0074.2746.33504100.178 93 STN: 1716 0000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura.
<b>PROCESSO SEI Nº</b>	23.12.000002226-4
<b>INTERESSADO</b>	<b>Secretaria Municipal de Cultura - SECULT</b>
O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura: <a href="http://www.goiania.go.gov.br">www.goiania.go.gov.br</a> Informações adicionais podem ser obtidas junto à <b>Secretaria Municipal de Cultura</b> , contato pelo telefone nº: (62) 3524-2542/3524-2540 / e-mail: <a href="mailto:secultgoianialei@gmail.com">secultgoianialei@gmail.com</a>	

1

www.goiania.go.gov.br

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

---

ÍNDICE

1- OBJETO	03
2- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	03
3- VALORES	03
4- QUEM PODE SE INSCREVER	04
5- QUEM NÃO PODE SE INSCREVER	04
6- COTAS	04
7- PRAZOS	05
8- COMO SE INSCREVER	06
9- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS	07
10- ACESSIBILIDADE	07
11- CONTRAPARTIDA	08
12- ETAPAS DO EDITAL	08
13- ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS	08
14- REMANEJAMENTO DE VALORES	09
15- ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL	09
16- CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO	10
17- CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOCUMENTAL	14
18- ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS	14
19- DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS	14
20- OBRIGAÇÕES DOS SELECIONADOS	14
21- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA CONTRAPARTIDA	15
22- DISPOSIÇÕES GERAIS	16

---

ANEXOS AO EDITAL

O presente Edital contém os Anexos abaixo relacionados, dele fazendo partes integrantes e inseparáveis para todos os efeitos legais

CATEGORIAS DE APOIO - ANEXO 1	17
PLANO DE TRABALHO (Formulário de inscrição) – ANEXO 2	18
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO – ANEXO 3	21
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL – ANEXO 4	22
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL – ANEXO 5	23
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM – ANEXO 6	28
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ANEXO 7	29



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural****EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2023**

O **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, representado pela **Secretaria Municipal de Cultura**, neste denominada **SeCult**, torna público o presente Edital de Chamada Pública para seleção simplificada de projeto cultural das demais áreas culturais (exceto audiovisual) direcionado exclusivamente a agentes culturais do Município de Goiânia, visando garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural, conforme processo SEI nº 23.12.000002226-4. A presente Chamada e a consequente contratação serão regidas em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal 12.343/2010 e Lei Municipal nº 9.954/2016, que institui o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o inciso III, parágrafo 1º do artigo 8º da Lei Federal nº 195/2022, neste instrumento identificada como **Lei Paulo Gustavo**, o Decreto Federal nº 11.453/2023; Decreto Federal nº 11.525/2023, Decreto Municipal nº 3.137/2023 e Portaria nº 045/2023 da Secretaria Municipal de Cultura, e em conformidade com as propostas levantadas em fóruns realizados pelo Conselho Municipal de Política Cultural junto à Classe Artística.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

**1. OBJETO**

- 1.1. O objeto deste edital é a seleção de projetos culturais de destinados ao desenvolvimento de espaços artísticos e culturais, de microempreendedores individuais, de microempresas e de pequenas empresas culturais, de cooperativas, de instituições e de organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social determinadas para o enfrentamento da pandemia da covid-19, mediante subsídio mensal/apoio financeiro nas categorias descritas no anexo 1, por meio da celebração de termo de execução cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Goiânia.

**2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 2.1. O presente Edital de Chamada Pública será realizado com recursos financeiros provenientes da Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo, atendendo aos seus incisos III, parágrafo 1º do art. 8º, visando apoiar de forma exclusiva às demais áreas culturais (exceto audiovisual) no Município.
- 2.2. O presente Edital é norteado pelas Metas do Plano de Ação nº 30882120230002- 008087, aprovado pelo Ministério da Cultura e pelas deliberações emanadas pelas reuniões setoriais, pré-conferências, consultas públicas presenciais, coletas de sugestões através de plataforma virtual, promovidos pelo Conselho Municipal de Cultura – CMC junto à sociedade civil.

**3. VALORES**

- 3.1. O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$1.114.798,79 (um milhão, cento e quatorze mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos) dividido entre as modalidades de apoio descritas no Anexo I deste edital.
- 3.2. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 2023.2050.13.392.0074.2746.33504100.178 93 STN: 1716 0000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura.
- 3.3. Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.
- 3.4. Do valor total designado para o Art. 8º, Lei nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo, 1% será destinado para a operacionalização das ações deste edital, conforme previsto no art. 17, do Decreto de nº 11.525/2023.

**4. QUEM PODE SE INSCREVER**

- 4.1. Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente no Município de Goiânia há pelo menos 02 anos.
- 4.2. Em regra, o agente cultural pode ser:
- I. Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
  - II. Pessoa jurídica com fins lucrativos
  - III. Pessoa jurídica sem fins lucrativos
- 4.3. O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.
- 4.4. Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo 2.

- 4.5. O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

## 5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

- 5.1. Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

- I. tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
  - II. sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
  - III. sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
- 5.2. O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.
- 5.3. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no item 5.1.
- 5.4. A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 5.1.

## 6. COTAS

- 6.1. Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, de acordo com as proporções de cotas previstas no Decreto 11.525/2023:
- a. no mínimo 20% das vagas para pessoas negras (pretas e pardas); e
  - b. no mínimo 10% das vagas para pessoas indígenas.
- 6.2. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
- 6.3. Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
- 6.4. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
- 6.5. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
- 6.6. Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 6.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
- 6.7. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo 3.
- 6.8. As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
- I. pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
  - II. pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;
  - III. pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e
  - IV. outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
- 6.9. As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura**

**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

- 6.10. Caso o proponente pretenda beneficiar-se do disposto no item 6.1. será necessário assinalar a alternativa de autodeclaração de etnia no momento da inscrição do projeto no sistema, assumindo a responsabilidade civil e criminal pela veracidade da declaração, sujeito às sanções administrativas, civis e penais, em caso de comprovação de falsidade, nos termos da lei.

## 7. PRAZOS

- 7.1. O Proponente deve atentar-se para o seguinte cronograma:

Prazos	Etapas	Data Estimada
15 dias	Período de Inscrição	18/10 a 02/11
03 (três) úteis dias após a data de abertura do certame	Prazo para impugnação do Edital.	23/10
até 03 (três) dias corridos	Prazo para resposta ao pedido de impugnação do Edital.	26/10
10 dias corridos	Análise de mérito com base nos critérios apresentados neste Edital.	03/11 a 12/11
01 dia útil	Publicação do resultado da Análise de Mérito no endereço: <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	14/11
03 dias após a publicação do resultado	Período de inscrição para o recurso da Análise de Mérito pela Comissão de Seleção.	15/11 a 17/11
05 dias corridos	Análise do recurso pela Comissão de Seleção Suplente	18/11 a 22/11
01 dia útil	Publicação da análise de recurso no endereço <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	24/11
03 dias corridos	Período de entrega dos documentos para fins de habilitação, conforme item 18.	27/11
7 dias corridos	Período de análise documental pela Comissão de Habilitação e Gerência de Projetos Culturais e Planejamento Estratégico.	28/11 a 05/12
01 dia útil	Publicação de Propostas selecionadas <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	07/12
03 dias após a publicação do resultado	Período de inscrição para o recurso da Análise documental pela GerPCPE	07/12 a 11/12
03 dias corridos	Análise do recurso pela Comissão de Seleção	12/12 a 15/12
07 dias úteis	Assinatura do Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV	07/12 a 18/12
01 dia útil	Publicação da análise de recurso no endereço <a href="http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo">http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo</a>	19/12
24 dias corridos	Repasse do pagamento para os projetos aprovados	08/12 a 31/12
Até 31 de outubro de 2024	Realização de Contrapartida	-----
30 dias após a realização da contrapartida	Entrega de Relatório de Execução de Contrapartida	_____

## 8. COMO SE INSCREVER

- 8.1. A inscrição é gratuita e podem inscrever projetos, pessoas físicas e pessoas jurídicas que comprovem: atuação no segmento audiovisual e sede ou domicílio no Município de Goiânia.
- 8.2. O período de inscrições será de 15 de setembro a 15 de outubro de 2023, somente por meio de sistema online no link: <http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo>

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

- 8.3. Todos os campos obrigatórios da plataforma de inscrição de projeto devem ser devidamente preenchidos e a ausência de informações, irregularidades ou o preenchimento com informações incongruentes, a inscrição será inabilitada.
- 8.4. As informações prestadas no ato da inscrição são de inteira responsabilidade do Proponente, dispondo as comissões responsáveis pela execução deste Edital, o direito de excluir aquele que fornece dados inverídicos, incongruentes ou inadequados.
- 8.5. Cada Proponente poderá inscrever apenas 01 (um) Projeto.
- 8.6. As inscrições não finalizadas ou incompletas após o término do prazo serão canceladas e desclassificadas.
- 8.7. Não serão permitidas alterações no Projeto inscrito após o término do período de inscrição e durante períodos de análise.
- 8.8. A SeCult não se responsabiliza pela falha na inscrição por conta de problemas e/ou lentidão em servidores ou provedores de acesso, na linha de comunicação ou transmissão de dados.
- 8.9. O proponente deve anexar a seguinte documentação no ato da inscrição:
- Plano de Trabalho que constitui o formulário de inscrição;
  - Currículo do proponente;
  - Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
  - Mini currículo dos integrantes do projeto;
  - Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
  - Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
- 8.10. O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
- 8.11. Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior ao prazo determinado por este edital no item 7.

## 9. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

- 9.1. O proponente deve preencher a planilha orçamentária, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
- 9.2. A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
- 9.3. A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
- 9.4. A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
- 9.5. Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
- 9.6. Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 7.
- 9.7. O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

## 10. ACESSIBILIDADE

- 10.1. Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
- no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
  - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
  - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

- desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais.
- 10.2.** Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
- adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
  - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
  - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
  - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
  - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
- 10.3.** Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
- 10.4.** A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 10.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
- for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou
  - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
- 10.5.** Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 10.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.
- 10.6.** O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

## **11. CONTRAPARTIDA**

### **11.1.** Contrapartidas obrigatórias:

- Os agentes culturais contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exposições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.
- As salas de cinema que receberem recursos por meio deste Edital estão obrigadas a exibir obras nacionais em número de dias 10% (dez por cento) superior ao estabelecido pela regulamentação referida no art. 55 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.
- Os agentes culturais contemplados, se comprometem a participar, como contrapartida, de ações e programas desta Secretaria, com a atividade cultural viabilizada a partir deste Concurso, caso haja.

§Único: A definição dessa participação será feita posteriormente, de acordo com a disponibilidade do proponente e interesse da Secretaria.

### **11.2.** Contrapartidas adicionais:

- Medidas que promovam o acesso aos bens, produtos e serviços culturais a camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio e ocupação, visando à formação de público.
- Promoção de ações que facilitem o livre acesso de idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e/ou medidas de acessibilidade comunicacional (de modo a diminuir barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual).

### **11.3.** As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e devem ser executadas até a data determinada neste edital no item 7.

## **12. ETAPAS DO EDITAL**

### **12.1.** A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

- Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto a ser realizada pela Comissão de Seleção, nomeada especificamente para esse fim; e
- Análise Documental: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente, descritos no item 15, a ser realizada pela Comissão de Habilitação e Gerência de Projetos Culturais e Planejamento Estratégico.

## **13. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS**

### **13.1.** Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

- 13.2. Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
- 13.3. A análise dos projetos culturais será realizada pela Comissão de Seleção e Comissão de Seleção Habilitação formadas por pareceristas externos contratados, membros do Conselho Municipal de Cultura e servidores da SeCult.
- 13.4. Os membros da Comissão de Seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
- I. tenham interesse direto na matéria;
  - II. tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
  - III. estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
- 13.5. O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
- 13.6. Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no item 16.
- 13.7. Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado a Comissão de Seleção Suplente.
- 13.8. Os recursos deverão ser apresentados no prazo mínimo de 3 dias úteis, conforme inciso III do art. 16 do decreto 11.453/2023] a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
- 13.9. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
- 13.10. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial do Município e página da SeCult no site da Prefeitura de Goiânia.

**14. REMANEJAMENTO DE VALORES**

- 14.1. Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, o saldo residual do recurso será remanejado para outra categoria, conforme as seguintes regras:
- a. Categoria com maior número de inscrições;
  - b. Projetos com maior pontuação geral.
- 14.2. Na hipótese de não haver quantitativo suficiente de propostas aptas para fazer jus ao montante inicialmente disponibilizado neste Edital, poderá a SECULT realizar o remanejamento dos saldos existentes para contemplação de propostas aptas nos demais editais destinados as ações previstas no Art. 8º da Lei Paulo Gustavo.

**15. ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL**

- 15.1. Após a aprovação pela etapa de análise de mérito cultural, será verificado os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:
- 15.1.1. PESSOA FÍSICA
- a. certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
  - b. certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais;
  - c. certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
  - d. comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
- 15.1.2. PESSOA JURÍDICA
- a. inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
  - b. atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
  - c. certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
  - d. certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
  - e. certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
  - f. certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
  - g. certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
- 15.2. A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
- I. pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
  - II. pertencentes a população nômade ou itinerante; ou

que se encontrem em situação de rua.

## 16. CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO

- 16.1. Os projetos serão avaliados e classificados em ordem decrescente, somando-se os pontos conforme os **Critérios Gerais de Análise de Mérito do Projeto, Critérios de Análise de Mérito do Proponente, Critérios de Ações Afirmativas**, podendo ser acrescido da pontuação bônus, conforme tabelas a seguir:
- a) Critérios Gerais de análise de mérito referentes à qualificação do projeto:

CRITÉRIOS GERAIS DE ANÁLISE DE MÉRITO DO PROJETO			
Nº	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTOS
1	<b>QUALIDADE DO PROJETO - COERÊNCIA DO OBJETO, OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E METAS DO PROJETO</b>	A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	De 0 a 5 pontos.
2	<b>RELEVÂNCIA DA AÇÃO PROPOSTA PARA O CENÁRIO CULTURAL DE GOIÂNIA</b>	A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura de Goiânia.	De 0 a 5 pontos.
3	<b>QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS</b>	Capacidade técnica dos principais profissionais envolvidos	De 0 a 5 pontos.
4	<b>ASPECTOS DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NA AÇÃO PROPOSTA PELO PROJETO.</b>	Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	De 0 a 5 pontos.
5	<b>COERÊNCIA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO ÀS METAS, RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS DO PROJETO PROPOSTO</b>	A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	De 0 a 5 pontos.
6	<b>COERÊNCIA DO PLANO DE DIVULGAÇÃO AO CRONOGRAMA, OBJETIVOS E METAS DO PROJETO PROPOSTO</b>	A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público-alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los	De 0 a 5 pontos.
7	<b>COMPATIBILIDADE DA FICHA TÉCNICA COM AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>	A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	De 0 a 5 pontos.
8	<b>DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO</b>	Participação de artistas ou profissionais do setor audiovisual do Município de Goiânia.	<b>5 pontos:</b> 4 ou mais participantes. <b>3 pontos:</b> Até 3 participantes. <b>0 ponto:</b> Não





**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura**

**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

9	DA LOCALIDADE	Gravação ou realização do projeto no Município de Goiânia, considerando locação para gravação, território em que está inserido, circulação para exibição ou atividade formativa.	5 pontos: Plenamente
			3 pontos: Parcialmente
			0 ponto: Não ou não se aplica.
PONTUAÇÃO TOTAL			45 Pontos

10

b. Critérios de análise de mérito referentes à qualificação do Proponente:

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE MÉRITO DO PROPONENTE			
Nº	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTOS
10	EXPERIÊNCIA	Tempo de atuação profissional	5 pontos: 6 anos ou mais.
			3 pontos: de 2 a 5 anos
			1 pontos: 1 ano ou menos
11	PRODUÇÃO	Quantitativo de obras produzidas	5 pontos: 4 obras ou mais.
			3 pontos: Até 3 obras.
			0 ponto: Não ou não se aplica.
12	PRÊMIOS	Premiado em mostras, festivais, programas de fomento e outras indicações de júri ou menção honrosa.	5 pontos: 4 vezes ou mais.
			3 pontos: Até 3 vezes.
			0 ponto: Não
PONTUAÇÃO TOTAL			15 Pontos

c) Critérios De Ações Afirmativas previstas na realização da Contrapartida, conforme art. 16 do Decreto Regulamentador nº 11.525, de 11 de maio de 2023:

CRITÉRIOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS			
Nº	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTOS
13	PÚBLICO-ALVO	O perfil do público a que o projeto é direcionado ou contempla os recortes de vulnerabilidade social e as especificidades territoriais, considerando o acesso e difusão de culturas de comunidades invisibilizadas?	5 pontos: Sim
			3 pontos: parcialmente
			0 ponto: Não ou não se aplica.
14	CONTRAPARTIDA	A contrapartida aborda ou promove linguagens, expressões, manifestações e temáticas ou grupos historicamente vulnerabilizados socialmente?	5 pontos: Sim
			3 pontos: parcialmente
			0 ponto: Não ou não se aplica.
15	ACESSIBILIDADE 1	A projeto prevê instrumentos de acessibilidade tais como intérprete de libras, programas em braile, áudio descrição, locais com rampa e outros que garantam a acessibilidade?	5 pontos: Sim
			0 ponto: Não
16	ACESSIBILIDADE 2	A contrapartida prevê instrumentos de acessibilidade, tais como intérprete de libras, programas em braile, áudio descrição, locais com rampa e outros que garantam a acessibilidade?	5 pontos: Sim
			0 ponto: Não
PONTUAÇÃO TOTAL			20 Pontos

www.goiania.go.gov.br

16.2. Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura**

**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

<b>PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS</b>		
<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>
17	Proponentes do gênero feminino	5 pontos
18	Proponentes negros e indígenas	5 pontos
19	Proponentes com deficiência	5 pontos
20	Proponente residente em regiões de menor IDH - Alto do Vale, Anglo, da Vitoria, Barravento, Boa Vista, Residencial Brisas da Mata, Setor Cândida de Moraes, Chácara Maria Dilce, Conjunto Primavera, Empresarial, Setor Estrela D'Alva, Vila Finsocial, Floresta, Fonte das águas, Green Park, Jardim Belvedere, Jardim Camargo, Jardim Colorado, Jardim Curitiba (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X), Jardim das Hortênsias, Jardim das Rosas, Jardim Fonte Nova, Jardim Helou, Jardim Lago Azul, Jardim Liberdade, Jardim Nova Esperança, Jardim Vista Bela, Juscelino Kubitschek (I e II), Malibu, Mansões Paraíso, Mansões Rosas de Ouro, Marabá, Setor Morada do Sol, Setor Novo Planalto, Parque Aeronáutico, Antônio Sebba Filho, Parque Maracanã, Parque Santa Rita, Prive Norte, Residencial Recanto do Bosque, Setor Parque Tremendão (I,II e III), Paulo Pacheco, Recreio Estrela D'Alva, Recreio Panorama, Residencial Fortaleza, Residencial Maringá, Residencial Mirante, São Carlos, São Domingos, Setor Estrela Dalva, São Joaquim, Senador Albino Boaventura, Solange Parque ( I, II e III),Terra Nova, Vila Mutirão, Emílio Póvoa, Vila Lobó, Quebra Caixote e Vila Rocinha.	5 pontos
<b>PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL</b>		<b>20 Pontos</b>

<b>PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS</b>		
<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>
21	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5 pontos
22	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5 pontos
23	Pessoas jurídicas sediadas em regiões de menor IDH ou coletivos/grupos pertencentes a regiões de menor - Alto do Vale, Anglo, da Vitoria, Barravento, Boa Vista, Residencial Brisas da Mata, Setor Cândida de Moraes, Chácara Maria Dilce, Conjunto Primavera, Empresarial, Setor Estrela D'Alva, Vila Finsocial, Floresta, Fonte das águas, Green Park, Jardim Belvedere, Jardim Camargo, Jardim Colorado, Jardim Curitiba (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X), Jardim das Hortênsias, Jardim das Rosas, Jardim Fonte Nova, Jardim Helou, Jardim Lago Azul, Jardim Liberdade, Jardim Nova Esperança, Jardim Vista Bela, Juscelino Kubitschek (I e II), Malibu, Mansões Paraíso, Mansões Rosas de Ouro, Marabá, Setor Morada do Sol, Setor Novo Planalto, Parque Aeronáutico, Antônio Sebba Filho, Parque Maracanã, Parque Santa Rita, Prive Norte, Residencial Recanto do Bosque, Setor Parque Tremendão (I,II e III), Paulo Pacheco, Recreio Estrela D'Alva, Recreio Panorama, Residencial Fortaleza, Residencial Maringá, Residencial Mirante, São Carlos, São Domingos, Setor Estrela Dalva, São Joaquim, Senador Albino Boaventura, Solange Parque ( I, II e III),Terra Nova, Vila Mutirão, Emílio Póvoa, Vila Lobó, Quebra Caixote e Vila Rocinha.	5 pontos

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

24	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAPN+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5 pontos
<b>PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL</b>		<b>20 Pontos</b>

12

- 16.3. A pontuação final da Análise de Mérito será a somatória geral dos pontos obtidos.
- 16.4. Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
- 16.5. Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.
- 16.6. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida:
- Maior nota na somatória dos pontos dos Critérios Gerais de Análise de Mérito do Projeto;
  - Maior nota na somatória dos pontos dos Critérios de Ações Afirmativas.
- 16.7. Permanecendo o empate, a SeCult convocará os Proponentes das propostas empatadas cuja presença será obrigatória e realizará sorteio.
- 16.8. Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 60 pontos.
- 16.9. Serão desclassificados os projetos que:
- receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
  - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 16.10. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.
- 16.11. Conforme previsto no art. 23 do Decreto Regulamentador nº 11.525, de 11 de maio de 2023, a SeCult dará ampla publicidade e transparência à destinação dos recursos de que trata a Lei Paulo Gustavo na página <http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo>.

## 17. CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOCUMENTAL

- 17.1. Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, serão avaliados a documentação listada no item 15, conforme sua natureza jurídica.
- 17.2. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
- 17.3. Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado Gerência de Projetos Culturais e Planejamento Estratégico.
- 17.4. Os recursos de trata o item 17.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
- 17.5. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
- 17.6. Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

## 18. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

- 18.1. Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo 4 deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
- 18.2. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela SeCult contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
- 18.3. Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único até 30 dias após a homologação do resultado final.
- 18.4. A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
- 18.5. O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até 7 (sete) dias úteis após a publicação do resultado final sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural****19. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS**

- 19.1. O Agente Cultural premiado deverá divulgar o recebimento do apoio emergencial de forma explícita, visível e destacada.
- 19.2. Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e da Prefeitura de Goiânia de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
- 19.3. O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
- 19.4. O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

13

**20. OBRIGAÇÕES DOS SELECIONADOS**

- 20.1. Cabe ao Agente Cultural buscar as informações sobre o andamento de seu processo.
- 20.2. O Agente Cultural que, por algum motivo, desistir de receber a premiação, deverá apresentar justificativa por meio de ofício protocolado na SeCult.
- 20.3. Caberá ao Agente Cultural responder, de forma exclusiva e integral, por eventuais denúncias, reclamações e/ou questionamentos, assegurando à Prefeitura Municipal de Goiânia o pleno ressarcimento por possíveis prejuízos sofridos a esse título.
- 20.4. A SeCult não se responsabilizará, solidária ou subsidiariamente, em hipótese alguma, pelos atos, contratos e compromissos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou outra, bem como pelas respectivas taxas, tributos e/ou encargos deles decorrentes, assumidos pelo Agente Cultural para fins de realização da proposta inscrita, tais como ECAD, Sated, ANCINE, entre outros.
- 20.5. Todos os custos que impliquem na contratação de terceiros, deverão assegurar o recolhimento dos direitos autorais e conexos, bem como das contribuições sociais e dos tributos previstos em lei.
- 20.6. A omissão de quaisquer informações pertinentes a titulares de direitos de autor ou propriedade, responsabilizará quem prestou a informação, de forma exclusiva e integral, por tal conduta.

**21. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA CONTRAPARTIDA**

- 21.1. Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.
- 21.2. Para fins de comprovação da execução de projeto selecionado e contratado, o proponente deverá enviar à Secretaria, conforme cronograma os seguintes documentos:
  - a. Relatório Final, conforme Anexo 7.
  - b. Registro documental da realização das atividades previstas no projeto, tais como vídeos, matérias publicadas, fotos, programas, folders, cartazes e outras mídias, entre outros.
  - c. Notas Fiscais, devem ser apresentadas quando incorrer as seguintes situações:
    - I. Aquisição de equipamentos;
    - II. Quando o valor contemplado seja superior a R\$100.000,00.
  - d. Informativo de despesas, conforme Anexo IV, detalhando os gastos efetuados na execução do projeto.
  - e. Declaração das instituições culturais e/ou dos responsáveis pelos locais onde as atividades previstas no projeto foram realizadas, conforme Anexo V, quando for o caso.
  - f. Declaração de comprometimento em mencionar a Prefeitura de Goiânia e a Secretaria de Cultura nos créditos e em todo material de divulgação da obra (impresso, virtual e audiovisual) e nos créditos, quando for o caso.
  - g. Games: demo jogável do jogo eletrônico e vídeo explicativo.
  - h. Demais produções audiovisuais: link do vídeo do conteúdo do produto cultural.
- 21.3. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
- 21.4. A qualquer momento a SeCult poderá solicitar outros documentos comprobatórios como fotos, vídeos, publicações e outros que demonstrem a execução da contrapartida.
- 21.5. O agente cultural autoriza a SeCult a publicar e divulgar as imagens e as informações contidas na inscrição e se responsabiliza pela veracidade das informações, documentos e materiais apresentados.
- 21.6. O agente cultural, bem como, os demais participantes do projeto inscrito, autorizam a Prefeitura Municipal de Goiânia a utilizar as imagens, áudios, documentos e informações para geração de indicadores, exibição

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

em mídia impressa e eletrônica, em materiais institucionais e Internet, ou qualquer outro meio, exclusivamente para fins de divulgação e difusão das ações culturais municipais, sem fins lucrativos.

- 21.7. As autorizações aqui descritas não possuem limitação temporal ou numérica e é válida para o Brasil e exterior, sem que seja devida nenhuma remuneração a qualquer título.

**22. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1. O repasse do recurso fica condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira oriunda da Lei Paulo Gustavo.
- 22.2. O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
- 22.3. O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do proponente.
- 22.4. As legislações, informações e resultados a que se trata este Edital estarão disponíveis na página <http://www.goiania.go.gov.br/leipaulogustavo>.
- 22.5. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
- 22.6. Qualquer alteração no andamento da proposta selecionada deverá ser autorizada previamente pela SeCult que terá 15 (quinze) dias para análise e manifestação.
- 22.7. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Secretaria Municipal de Cultura de qualquer responsabilidade civil ou penal.
- 22.8. A qualquer tempo, este Edital poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, sem que isso implique direito a indenização de qualquer natureza.
- 22.9. Para mais informações referentes à Lei Paulo Gustavo, a SeCult atenderá por telefone no número (62) 3596-6700 e (62) 3596-6283 ramal 26, de segunda a sexta-feira, das 08h30m às 16h30m, e por e-mail: [secultlei@gmail.com](mailto:secultlei@gmail.com)
- 22.10. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
- 22.11. Compõem este Edital os seguintes anexos:
- a. Categorias de apoio - Anexo 1
  - b. Plano de Trabalho (todas as etapas serão inseridas no Formulário de inscrição – Anexo 2
  - c. Declaração de representação de grupo ou coletivo - Anexo 3;
  - d. Declaração étnico-racial - Anexo 4;
  - e. Termo de Execução Cultural - Anexo 5;
  - f. Termo de Autorização de cessão de direito de uso de imagem – Anexo 6
  - g. Relatório de Execução do Objeto - Anexo 7.
- 22.12. O proponente declara conhecimento da incidência sobre os impostos no recebimento de recursos por parte de pessoas físicas e jurídicas no momento da transferência aos beneficiários selecionados;
- 22.13. É vedada a realização de repasses dos recursos deste certame aos beneficiários que usufruam de quaisquer ações emergenciais de que trata a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, caso a previsão de repasses desta Lei Complementar implique duplicidade de ajuda financeira nos mesmos meses de competência.
- 22.14. Os casos omissos ou não previstos nesse edital serão analisados e decididos pela SeCult.

Goiânia, 16 de outubro de 2023.

Zander Fábio Alves da Costa  
Secretário de Cultura



**ANEXO I**  
**MODALIDADE DE APOIO – ÁREAS CULTURAIS**

**1. RECURSO DO EDITAL**

1. O presente edital possui valor total de **R\$1.114.798,79 (um milhão, cento e quatorze mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos)** para desenvolvimento de espaços artísticos e culturais, de microempreendedores individuais, de microempresas e de pequenas empresas culturais, de cooperativas, de instituições e de organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social determinadas para o enfrentamento da pandemia da covid-19;
2. O projeto deverá apresentar valor fixo igual ao determinado para cada uma das modalidades, conforme definidos no item 2.
3. O projeto que apresentar orçamento maior do que o previsto neste Edital deverá obrigatoriamente especificar as fontes complementares de recursos.
4. O proponente deverá usar os recursos recebidos preferencialmente para custear despesas realizadas no Município de Goiânia, sempre observando os valores praticados no mercado e/ou referências de custos de serviços das suas categorias.
5. Em caso de compra de equipamento de qualquer natureza, deverá ser expressamente justificado o motivo da compra e o destino do equipamento adquirido após a conclusão do projeto.
6. O prazo para realização de todas as ações do projeto consiste em 12 (doze) meses a contar da data de depósito do aporte.

15

**2. DESCRIÇÃO DA CATEGORIA E DISTRIBUIÇÃO DE VALORES**

- 2.1. O PROJETO deve ser enquadrado em desenvolvimento de espaços artísticos e culturais, de microempreendedores individuais, de microempresas e de pequenas empresas culturais, de cooperativas, de instituições e de organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social determinadas para o enfrentamento da pandemia da covid-19, conforme inciso III, do art. 4, do Decreto Regulamentador nº 11.525/2023. Neste edital destina-se o valor total para o quantitativo estimado de 40 projetos aproximadamente.

Pontos	Ampla Concorrência	Cotas Pessoas Negras	Cotas Pessoas Indígenas	QTD	Parcelas R\$	UNIT. R\$	TOTAL R\$
Até 60	9	2	1	11	5.054,50	<b>15.163,50</b>	166.798,50
Até 80	9	2	1	12	6.500,00	<b>19.500,00</b>	234.000,00
Acima de 81	11	4	2	17	14.000,00	<b>42.000,00</b>	714.000,00
<b>TOTAL</b>						<b>R\$1.114.798,79</b>	

- 2.2. O Benefício será pago em parcela única.
- 2.3. Entendem-se como gastos relativos à manutenção da atividade cultural, custos devidamente comprovados tais como:
  - a. Internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz;
  - b. outras despesas relativas à manutenção da atividade, diretamente ligadas às ações realizadas, ou seja, todo custo existente para a concretização da atividade cultural, tais como: profissionais, recursos humanos, serviços de manutenção, limpeza, segurança e outras para o devido funcionamento do local e a continuidade de suas atividades impactadas, entendendo-se por outras despesas correlatas a manutenção do bem da atividade cultural

**ANEXO 2**  
**PLANO DE TRABALHO**  
(Informações a serem inseridas no formulário de inscrição)

**DADOS DO PROJETO:**

Nome do Projeto: \_\_\_\_\_

16

**Escolha a modalidade e a categoria a que vai concorrer:**

**Modalidade 1:**

☐ **DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS**

Categoria: Única

**Descrição do projeto**

(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

**Objetivos do projeto**

(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

**Metas**

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

**Perfil do público a ser atingido pelo projeto**

(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

**Qual o perfil do público do seu projeto?** (Ex.: crianças, idosos, jovens, pessoas com deficiência etc.)

**Medidas de acessibilidade empregadas no projeto**

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de pessoas com deficiência)

**Acessibilidade arquitetônica:**

- ☐ rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
- ☐ piso tátil;
- ☐ rampas;
- ☐ elevadores adequados para pessoas com deficiência;
- ☐ corrimãos e guarda-corpos;
- ☐ banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
- ☐ vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
- ☐ assentos para pessoas obesas;
- ☐ iluminação adequada;
- ☐ Outra \_\_\_\_\_

**Acessibilidade comunicacional:**

- ☐ a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
- ☐ o sistema Braille;



- ( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;  
( ) a audiodescrição;  
( ) as legendas;  
( ) a linguagem simples;  
( ) textos adaptados para leitores de tela; e  
( ) Outra \_\_\_\_\_

**Acessibilidade atitudinal:**

- ( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;  
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;  
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e  
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

**Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.**

**Local onde o projeto será executado**

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

**Previsão do período de execução do projeto**

Data de início:

Data final:

**Equipe**

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

**Cronograma de Execução**

**Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.**

Atividade Geral	Etapas	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023

**Estratégia de divulgação**

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

**Contrapartida**

Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

**Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?**

(Informe se o projeto prevê apoios financeiro tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

**O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?**

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:**

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

Deve haver a indicação do parâmetro de preço utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc).

Item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário (R\$)	Quantidade	Valor total (R\$)	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	1.100,00	1	1.100,00	Salicnet – Oficina/workshop/seminário – Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

18



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**ANEXO 3**  
**DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO**

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

**GRUPO ARTÍSTICO:****NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO**  
**ARTÍSTICO:** \_\_\_\_\_**DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE:****IDENTIDADE:** \_\_\_\_\_, **CPF:** \_\_\_\_\_,  
**E-MAIL:** \_\_\_\_\_ **TELEFONE:** \_\_\_\_\_  
**(62)** \_\_\_\_\_

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico \_\_\_\_\_, elegem \_\_\_\_\_ como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]  
[DATA]

19

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural****ANEXO 4  
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, DECLARO para fins de  
participação no Edital 001/2023 de Chamada Pública, que sou  
\_\_\_\_\_ (informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

20

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME:

ASSINATURA DO DECLARANTE:

**ANEXO 5**  
**TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL**

Termo de Execução Cultural nº [indicar número]/[indicar ano] tendo por objeto a concessão de apoio financeiro a ações culturais contempladas pelo edital nº 001/2023 –, nos termos da lei complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), do decreto n. 11.525/2023 (decreto Paulo Gustavo) e do decreto 11.453/2023 (decreto de fomento).

**1. PARTES**

- 1.1. O Município de Goiânia, neste ato representado por Secretário Municipal de Cultura, Senhor(a) Zander Fábio Alves de Costa, e o(a) Agente Cultural, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, expedida em \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_ à \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_], telefones: (62) \_\_\_\_\_, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

**2. PROCEDIMENTO**

- 2.1. Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da Lei Complementar Nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), do Decreto N. 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e do Decreto 11.453/2023 (Decreto De Fomento).

**3. OBJETO**

- 3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

**4. RECURSOS FINANCEIROS**

- 4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
- 4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

**5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

- 5.1. Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
- 5.2. A conta bancária deverá conter funcionalidade de aplicação automática dos valores em modalidades de investimento de baixo risco, a fim de que haja rendimentos financeiros enquanto os recursos não forem utilizados.

**6. OBRIGAÇÕES**

- 6.1. São obrigações da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de Goiânia:
- I. transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
  - II. orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
  - III. analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
  - IV. zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
  - V. adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
  - VI. monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
- VI.2. São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
- I. executar a ação cultural aprovada;
  - II. aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
  - III. manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

22

- IV. facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- V. prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- VI. atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura a contar do recebimento da notificação;
- VII. divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
- VIII. não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
- IX. guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
- X. não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
- XI. executar a contrapartida conforme pactuado.

## 7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

- 7.1. A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
  - I. apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
  - II. análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
- 7.2. O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
  - I. comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
  - II. conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
  - III. ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
- 7.2.2. O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
  - I. encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
  - II. recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
- 7.2.3. Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
  - I. determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
  - II. solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
  - III. aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
- 7.3. O relatório de execução financeira será exigido, somente nas seguintes hipóteses:
  - I. quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
  - II. quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
- 7.3.1. O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
- 7.4. O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
  - I. aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
  - II. reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
- 7.5. Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
  - I. devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
  - II. apresentação de plano de ações compensatórias; ou

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

- III. devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.1. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
- 7.5.2. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.3. Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
- 7.5.4. O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.
- 7.5.5. Aplica-se no que couber as regras de prestação de contas contidas nos artigos artigo 23 a 29 da Lei Complementar nº 195/2022, e ainda nos artigos 29 a 34 do Decreto Federal nº 11.453/2023.

23

**8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL**

- 8.1. A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
- 8.2. A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- I. prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
- II. alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
- 8.3. Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
- 8.4. As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
- 8.5. A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
- 8.6. Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

**9. TITULARIDADE DE BENS**

- 9.1. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
- 9.2. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural nas hipóteses tratadas no Art. 27 do decreto 11.453/2023.

**10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL**

- 10.1. O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- extinto por decurso de prazo;
- I. extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- II. denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- III. rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
- a. descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b. irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c. violação da legislação aplicável;
- d. cometimento de falhas reiteradas na execução;
- e. má administração de recursos públicos;
- f. constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- g. não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- h. outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- 10.2. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
- 10.3. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- 10.4. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- 10.5. Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural****11. SANÇÕES**

- 11.1. Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
- 11.2. A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
- 11.3. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.
- 11.4. Na hipótese de descumprimento, por parte do(a) PROPONENTE, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em seus aditamentos e na ausência de justificativa, estará sujeita às sanções previstas na Lei Complementar nº 195/2022.

**12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS**

- 12.1. Monitoramento e controle dos resultados será por intermédio de relatório, conforme especificado no edital.

**13. VIGÊNCIA**

- 13.1. A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por 30 dias.

**14. PUBLICAÇÃO**

- 14.1. O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município – DOM.

**15. FORO**

- 15.1. Fica eleito o Foro do Município de Goiânia para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Goiânia, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

---

Pelo órgão: Secretaria Municipal de Cultura  
Zander Fábio Alves da Costa – Secretário de Cultura

---

Pelo Agente Cultural:  
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural****ANEXO 6****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM**

25

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_ abaixo assinado, na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho  
artístico aprovado no Edital 001/2023 - Audiovisual, **declara que:**

2. **Autoriza** a SeCult a publicar e divulgar as imagens e as informações contidas na inscrição e se responsabiliza pela veracidade das informações, documentos e materiais apresentados.
3. Enquanto agente cultural, bem como, os demais participantes do projeto inscrito, **autorizam** a Prefeitura Municipal de Goiânia a utilizar as imagens, áudios, documentos e informações para geração de indicadores, exibição em mídia impressa e eletrônica, em materiais institucionais e Internet, ou qualquer outro meio, exclusivamente para fins de divulgação e difusão das ações culturais municipais, sem fins lucrativos.

As autorizações aqui descritas não possuem limitação temporal ou numérica e é válida para o Brasil e exterior, sem que seja devida nenhuma remuneração a qualquer título.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA COM NOME COMPLETO

www.goiania.go.gov.br

**ANEXO 7**  
**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**1. DADOS DO PROJETO**

Nome do projeto:	
Nome do agente cultural proponente:	
Nº do Termo de Execução Cultural	Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:	Data de entrega desse relatório:

26

**2. RESULTADOS DO PROJETO**

**2.1. Resumo:**

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

**2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?**

- ( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.  
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações  
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.  
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

**2.3. Ações desenvolvidas**

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

**2.4. Cumprimento das Metas**

<b>Metas integralmente cumpridas</b>	META - [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
--------------------------------------	--



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

	OBSERVAÇÃO: informe como a meta foi cumprida
<b>Metas parcialmente cumpridas (se houver)</b>	META - Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado:
	OBSERVAÇÕES - Informe qual parte da meta foi cumprida:
	JUSTIFICATIVA para o não cumprimento integral - Explique por que parte da meta não foi cumprida:
<b>Metas não cumpridas (se houver)</b>	Meta - Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado:
	JUSTIFICATIVA para o não cumprimento - Explique por que a meta não foi cumprida:

27

### 3. PRODUTOS GERADOS

#### 3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.

☐ Sim

☐ Não

#### 3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.

☐ Publicação

☐ Jogo

☐ Livro

☐ Artesanato

☐ Catálogo

☐ Obras

☐ Live (transmissão on-line)

☐ Espetáculo

☐ Vídeo

☐ Show musical

☐ Documentário

☐ Site

☐ Filme

☐ Música

☐ Relatório de pesquisa

☐ Outros: \_\_\_\_\_

☐ Produção musical

#### 3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto? Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

www.goiania.go.gov.br

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura****Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

--

**3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?** Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

--

28

**3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele ...**  
(Você pode marcar mais de uma opção).

- ☐ Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
- ☐ Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
- ☐ Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
- ☐ Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
- ☐ Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
- ☐ Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
- ☐ Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
- ☐ Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

**4. PÚBLICO ALCANÇADO**

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

--

**5. EQUIPE DO PROJETO**

**5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?**

Digite um número exato (exemplo: 23).

--

**5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?**

☐ Sim

☐ Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

--



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

--

**5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:**

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	00.000.000/0001-00	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

29

**6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO**

**6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?**

( ) 1. Presencial.      ( ) 2. Virtual.      ( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

**Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):**

<p><b>6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?</b></p>	<p>Você pode marcar mais de uma opção.</p> <p>( ) Youtube</p> <p>( ) Instagram / IGTV</p> <p>( ) Facebook</p> <p>( ) TikTok</p> <p>( ) Google Meet, Zoom etc.</p> <p>( ) Outros: _____</p>
<p><b>6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:</b></p>	

**Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):**

**6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?**

- ( ) 1. Fixas, sempre no mesmo local.
- ( ) 2. Itinerantes, em diferentes locais.
- ( ) 3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

**6.5 Em que município o projeto aconteceu?**

<p><b>6.6 Em que área do município o projeto foi realizado?</b></p> <p>Você pode marcar mais de uma opção.</p>	<p>( ) Zona urbana central.</p> <p>( ) Zona urbana periférica.</p> <p>( ) Zona rural.</p> <p>( ) Área de vulnerabilidade social.</p> <p>( ) Unidades habitacionais.</p> <p>( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).</p> <p>( ) Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).</p> <p>( ) Áreas atingidas por barragem.</p> <p>( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louzeiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).</p>
--	--

www.goiania.go.gov.br

Secretaria Municipal de Cultura  
Avenida Parque Atheneu nº 1.477, Parque Atheneu, Goiânia, CEP 74893-020

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Cultura

**Prefeitura de Goiânia  
Secretaria Municipal de Cultura  
Diretora de Políticas, Ações e Patrimônio Cultural**

	( ) Outros: _____
--	-------------------

**6.7 Onde o projeto foi realizado?** Você pode marcar mais de uma opção.

- ( ) Equipamento cultural público municipal.  
( ) Equipamento cultural público estadual.  
( ) Espaço cultural independente.  
( ) Escola.  
( ) Praça.  
( ) Rua.  
( ) Parque.  
( ) Outro

30

**7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO**

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

--

**8. CONTRAPARTIDA**

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

--

**9. TÓPICOS ADICIONAIS**

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

--

**10. ANEXOS**

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome  
Assinatura do Agente Cultural Proponente

Secretaria Municipal de Cultura  
Avenida Parque Ateneu nº 1.477, Parque Atheneu, Goiânia, CEP 74893-020



**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 132, 06 DE OUTUBRO DE 2023

**Institui Comitê Ad hoc para melhoria do serviço funerário e dá outras providências.**

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme estabelece o artigo 8º, inciso III, do Regimento Interno desta Secretaria, ora aprovado pelo Decreto Municipal nº 697 de 28 de janeiro de 2021.

**Considerando** o que dispõe a Lei nº 8.908, de 03 de Maio de 2010; o Decreto nº 725, de 23 de Março de 2015; o Decreto nº 697, de 28 de Janeiro de 2021 e a necessidade de promover estudos e propor medidas para a melhoria dos serviços funerários.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir o Comitê Ad hoc para melhoria do serviço funerário, composto pelos seguintes representantes:

**I - 1 (um) representante da Secretaria Executiva** da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social – SEDHS;

**II - 1 (um) representante da Gerência de Administração de Cemitérios e Central de Óbitos** da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social – SEDHS;

**III - 1 (um) representante da Chefia da Advocacia Setorial** da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social – SEDHS;

**IV- 1 (um) representante do SEFECC** – Sindicato das Empresas Funerárias, Cemitérios e Crematórios de Goiânia de Região Metropolitana;

**V - 1 (um) representante da AEFEGO** – Associação das Empresas Funerárias de Goiás.

**Art. 2º** Na eventualidade do tema a ser analisado pelo Comitê envolver aspectos técnicos de competência de outros órgãos, estes serão convidados a participar da reunião, em no mínimo 30 (trinta) dias antes de sua realização.

**Art. 3º** Este Comitê terá como objetivo promover estudos e propor medidas para a melhoria dos serviços funerários.

**Art. 4º** O Comitê produzirá seus relatórios e atas em caráter consultivo para tomadas de decisões dos órgãos competentes relacionados aos serviços funerários.

**Art. 5º** O Comitê se reunirá ordinariamente 1 (uma) vez por semestre, ou extraordinariamente, quando convocado, através de convite da Gerência de Administração de Cemitérios e Central de Óbito que terá como gestores os representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social – SEDHS.

**Parágrafo único.** Poderão ser convidados para participar das reuniões, via ofício, qualquer representante de órgãos públicos ou entidades correlacionadas ao serviço funerário, ficando aberta a participação de demais integrantes da sociedade com atuação ou interesse na área.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.**

**GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL**, aos 06 dia do mês de outubro de 2023.

**MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social



Documento assinado eletronicamente por **Maria Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa, Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social**, em 09/10/2023, às 18:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2676172** e o código CRC **7B46EE1A**.

Rua 25-A esquina com Avenida Republica do Líbano -  
- Bairro Setor Aeroporto  
CEP 74070-150 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.10.000008529-6

SEI Nº 2676172v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 133, 09 DE OUTUBRO DE 2023

Designação de servidores

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL**, com poderes outorgados por intermédio do Decreto nº 684, de 23 de fevereiro de 2023, conforme estabelece o Art. 8, inciso III, do Regimento Interno desta Secretaria, ora aprovado pelo Decreto Municipal nº 697, de 28 de janeiro de 2021.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º – Designa** em conformidade com o art.2º§ 1.º da IN.02/2018-CGM, indicamos o servidor **JAISSON VERAS NORMANDIA**, matrícula nº **1524313-01**, CPF nº **061.403.531-73**, lotado na Coordenação de Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social – **SEDHS**, para atuar como **GESTOR** do Processo SEI **23.10.000008682-9**, referente a Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de aparelhos de AR CONDICIONADO, para atender a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social - SEDHS e suas unidades descentralizadas.

O referido servidor deverá observar o disposto no artigo 6º da IN 02/2018-CGM.

**Art. 2º – E** para atuar como **FISCAL** do Processo SEI **23.10.000008682-9**, indicamos o servidor **CARLOS CÉSAR LORENZO**, matrícula nº **1554514-01**, CPF nº **532.758.611-15**, lotado na Gerência de Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social – SEDHS.

O referido servidor deverá observar o disposto no artigo 7º da IN 02/2018-CGM.

**Art. 3º –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato, aditivos e de sua garantia quando houver.

**Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.**

**GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL**, aos 09 dia do mês de outubro de 2023.

**MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social



Documento assinado eletronicamente por **Maria Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa**, Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, em 09/10/2023, às 18:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2688793** e o código CRC **4D855773**.

Rua 25-A esquina com Avenida Republica do Líbano -  
- Bairro Setor Aeroporto  
CEP 74070-150 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social  
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 135, 10 DE OUTUBRO DE 2023

Designação de servidora

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme estabelece o artigo 8º, inciso III, do Regimento Interno desta Secretaria, ora aprovado pelo Decreto Municipal nº 697 de 28 de janeiro de 2021.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Designa, em conformidade com o art. 6º, III, da Lei nº 9.009, de 30 de dezembro de 2010, como **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social – CMASGyn** a servidora **ANA MARIA DE ALMEIDA, Matrícula sob nº 15319999-01**, Educador(a) Social, atualmente lotada na Secretaria dos Conselhos (SEDHS/SECCOM) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social – SEDHS.

**Art. 2º** Ao Secretário Executivo do Conselho Municipal de Assistência Social de Goiânia – CMASGyn, compete:

- I** – promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social de Goiânia – CMASGyn, de suas Câmaras, Comissões e Grupos de Trabalho;
- II** – executar atividades administrativas de apoio e dar assessoria ao Conselho;
- III** – coordenar e dirigir as equipes técnicas e estabelecer os planos de trabalho da Secretária Executiva;
- IV** – auxiliar o Presidente na preparação das pautas, classificando as matérias por ordem cronológica de entrada no protocolo e distribuí-las aos membros do Conselho;
- V** – registrar, em ata, as discussões e deliberações das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- VI** – preparar e controlar a publicação no Diário Oficial do Município, de todas as decisões proferidas pelo Conselho;
- VII** – propor à Mesa Diretora a forma de organização e funcionamento da Secretária Executiva do Conselho;
- VIII** – executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente do Conselho ou pela plenária;
- IX** – delegar competências para a equipe técnico-administrativa.

**Art. 3º** Fica revogada a Portaria nº 73, 25 de maio de 2023.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.**

**GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL**, aos 10 dia do mês de outubro de 2023.

**MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social



Documento assinado eletronicamente por **Maria Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa**,  
**Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social**, em 10/10/2023, às 17:10,  
conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2696933** e o código  
CRC **27E7E4DF**.

Rua 25-A esquina com Avenida Republica do Líbano -  
- Bairro Setor Aeroporto  
CEP 74070-150 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.10.000008816-3

SEI Nº 2696933v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social  
Gabinete do Secretário

DESPACHO Nº 1438/2023

**AUTORIZAÇÃO**

Considerando a necessidade/emergência na Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de aparelhos de Ar Condicionado, **para atender a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social SEDHS.**

**AUTORIZO** por ser imprescindível a despesa para contratação da empresa **CITE ELETRODOMESTICOS LTDA, CNPJ: 40.426.345/0001-26**, no valor total de **R\$ 74.190,00 (Setenta e quatro mil, cento e noventa reais)**, por meio de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 SRP SEMAD**, referente a Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de aparelhos de AR CONDICIONADO, para atender a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social - SEDHS e suas unidades descentralizadas. Processo SEI **23.10.000008682-9**.

Goiânia, 09 de outubro de 2023.

**MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social



Documento assinado eletronicamente por **Maria Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa, Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social**, em 09/10/2023, às 18:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2688874** e o código CRC **7401AC6B**.

Rua 25-A esquina com Avenida Republica do Líbano -  
- Bairro Setor Aeroporto  
CEP 74070-150 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia

Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1231, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV**, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos no Art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, nos artigos 6º, I, II, III, IV, e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o Art. 105 da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e do que mais consta do processo SEI Nº 23.20.000001248-1,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aposentar a servidora **Neide Curcio de Souza Bressaglia**, matrícula nº 466387-01, inscrita no CPF sob o nº 493.864.849-00, no cargo de Profissional de Educação, Classe II, Padrão “J”, por ter implementado todos os requisitos para aposentadoria especial do magistério.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 4.376,64** (quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) e **Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênios (4): R\$ 1.750,66** (um mil, setecentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos) a serem pagos por meio do Fundo Financeiro do Município de Goiânia – FUNFIN (CNPJ: 31.710.983/0001-83) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR****Presidente**

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 11/10/2023, às 11:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2693405** e o código CRC **A8D2BB4E**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1232, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV**, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos no Art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, nos artigos 6º, I, II, III, IV, e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o Art. 105 da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e do que mais consta do processo SEI Nº 23.24.000004698-9,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aposentar a servidora **Nelcy Maria Campos**, matrícula nº 286990-01, inscrita no CPF sob o nº 276.941.191-87, no cargo de Profissional de Educação, Classe II, Padrão “M”, por ter implementado todos os requisitos para aposentadoria especial do magistério.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 4.782,46** (quatro mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e seis centavos); **Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênios (5): R\$ 2.391,23** (dois mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e três centavos) e **Adicional de Titularidade (30%): R\$ 1.434,73** (um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos) a serem pagos por meio do Fundo Financeiro do Município de Goiânia – FUNFIN (CNPJ: 31.710.983/0001-83) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 11/10/2023, às 11:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2693857** e o código CRC **7CD1D5F1**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1233, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV**, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no Art. 6º - A, da Emenda Constitucional nº 041/2003, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 070/2012, e no Art. 102 e 130 da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, nos termos do processo SEI Nº 23.5.000040727-1,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aposentar a servidora **Ana Maria Ferraz**, matrícula nº 618454-01, inscrita no CPF sob o nº 641.678.441-68, no cargo de Agente de Apoio Administrativo, Nível II, Referência “E”, por ter implementado os requisitos para aposentadora por invalidez.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão proporcionais à razão de **20,08/30** avos, correspondente ao tempo de contribuição de 20 (vinte) anos, 01 (um) mês e 01 (um) dia, calculados com base na última remuneração e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 1.015,24** (um mil, quinze reais e vinte e quatro centavos) e **Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênios (4): R\$ 406,10** (quatrocentos e seis reais e dez centavos), a serem pagos por meio do Fundo de Previdência do Município de Goiânia – FUNPREV (CNPJ: 31.711.157/0001-57) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Por força do disposto no Art. 130, caput, da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, o aposentado em tela, até que complete os 75 (setenta e cinco) anos de idade, deverá submeter-se anualmente a perícia oficial em saúde a cargo do GOIANIAPREV.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**

**Presidente**



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior**, **Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 11/10/2023, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2694147** e o código CRC **2006E0E9**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1234, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia – GOIANIAPREV**, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos no Art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, nos artigos 6º, I, II, III, IV, e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o Art. 105 da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e do que mais consta do processo SEI Nº 22.20.000001197-8,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aposentar a servidora **Patrícia Cristina Ferreira Jayme**, matrícula nº 397717-01, inscrita no CPF sob o nº 548.596.701-91, no cargo de Profissional de Educação, Classe II, Padrão “M”, por ter implementado todos os requisitos para aposentadoria especial do magistério.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 4.782,46** (quatro mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e seis centavos); **Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênios (5): R\$ 2.391,23** (dois mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e três centavos); **Adicional de Titularidade (30%): R\$ 1.434,73** (um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos) e **Estabilidade Econômica: R\$ 2.283,32** (dois mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos) a serem pagos por meio do Fundo Financeiro do Município de Goiânia – FUNFIN (CNPJ: 31.710.983/0001-83) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 11/10/2023, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2694323** e o código CRC **2ACFCB15**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1235, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV**, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos no Art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, nos artigos 6º, I, II, III, IV, e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o Art. 105 da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e do que mais consta do processo SEI Nº 22.24.000014712-7,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aposentar a servidora **Janete da Conceição Aguiar de Pádua**, matrícula nº 484326-02, inscrita no CPF sob o nº 762.254.291-15, no cargo de Profissional de Educação, Classe II, Padrão “G”, por ter implementado todos os requisitos para aposentadoria especial do magistério.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 4.005,23** (quatro mil, cinco reais e vinte e três centavos); **Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênios (4): R\$ 1.602,09** (um mil, seiscentos e dois reais e nove centavos) e **Adicional de Titularidade (30%): R\$ 1.201,57** (um mil, duzentos e um reais e cinquenta e sete centavos) a serem pagos por meio do Fundo Previdenciário do Município de Goiânia – FUNPREV (CNPJ: 31.711.157/0001-57) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior**, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia, em 11/10/2023, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2694504** e o código CRC **FEE26FA9**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1236, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento da decisão judicial exarada no bojo da Ação de Conhecimento sob o protocolo de nº 5208435.40.2022.8.09.0051, em trâmite na UPJ 1º Núcleo da Justiça 4.0 Permanente – Juizados da Fazenda Pública da Comarca de Goiânia, o teor Parecer Jurídico nº 1977/2023-PGM/PEP e Parecer de Verificação Interna nº 867/2023, da Controladoria Especial Previdenciária e à vista dos dispostos nos artigos 40, § 4º, III, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998 e 47/2005, art. 57 da Lei Federal nº 8.213/1991 e o art. 3º da Lei Municipal nº 8.904/2010, art. 7º da EC nº 41/2003, e o que mais consta do processo SEI Nº 23.6.000011873-0,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aposentar o servidor **Alexandre Ronan da Silva**, matrícula nº 465666-01, inscrito no CPF sob o nº 577.447.181-00, no cargo de Auditor Fiscal Saúde Pública, Grau CJ1, Padrão “L”, por ter implementado todos os requisitos para aposentadoria especial.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 3.646,56** (três mil, seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos); **Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênios (4): R\$ 4.434,99** (quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos); **Adicional de Titulação e Aperfeiçoamento (25%): R\$ 911,64** (novecentos e onze reais e sessenta e quatro centavos) e **Adicional de Produtividade Fiscal: R\$ 7.440,92** (sete mil, quatrocentos e quarenta reais e noventa e dois centavos), a serem pagos por meio do Fundo Financeiro do Município de Goiânia – FUNFIN (CNPJ: 31.710.983/0001-83) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 15 (quinze) de abril de 2021.**

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 11/10/2023, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2695036** e o código CRC **9DA756A0**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1237, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento da decisão judicial prolatada no processo judicial de nº 5208411-12.2022.8.09.0051, em trâmite no UPJ 1º Núcleo da Justiça 4.0 Permanente - Juizados Especial da Fazenda Pública Municipal, o teor Parecer Jurídico nº 2390/2023-PGM/PEP e Parecer de Verificação Interna nº 997/2023, da Controladoria Especial Previdenciária, e à vista e à vista dos dispostos nos artigos 40, § 4º, III, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998 e 47/2005, art. 57 da Lei Federal nº 8.213/1991 e o art. 3º da Lei Municipal nº 8.904/2010, art. 7º da EC nº 41/2003, e o que mais consta do processo SEI Nº 23.20.000005463-0,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aposentar o servidor **Carlos Omar Gonzaga**, matrícula nº 211664-01, inscrito no CPF sob o nº 402.122.541-20, no cargo de Auditor Fiscal de Posturas, Grau CJ1, Padrão “L”, por ter implementado todos os requisitos para aposentadoria especial.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 3.720,46** (três mil, setecentos e vinte reais e quarenta e seis centavos); **Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênios (5): R\$ 5.580,69** (cinco mil, quinhentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos); **Adicional de Titulação e Aperfeiçoamento (20%): R\$ 744,09** (setecentos e quarenta e quatro reais e nove centavos) e **Adicional de Produtividade Fiscal: R\$ 7.440,92** (sete mil, quatrocentos e quarenta reais e noventa e dois centavos), a serem pagos por meio do Fundo Financeiro do Município de Goiânia – FUNFIN (CNPJ: 31.710.983/0001-83) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 27 (vinte e sete) de maio de 2021.**

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 11/10/2023, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2696786** e o código CRC **73F33AE0**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO





**Prefeitura de Goiânia**  
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1238, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV**, no uso das atribuições legais previstas no Art. 57 da Lei Complementar Municipal nº 335, de 01/01/2021, e no Art. 7º do Decreto nº 304, de 19/01/2021, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 103/2019, previsto no art. 70 do RPS e Nota Técnica SEI nº 792/2021/ME e na forma da tese do STF para o tema 942 de sua Repercussão Geral, no Parecer Jurídico nº 580/2023/PGM/PEP e no Parecer de Verificação Interna nº 1007/2023 da Controladoria Especial Previdenciária do Órgão e do que mais consta do processo SEI Nº 22.20.000000154-9,

**RESOLVE:**

Art. 1º Converter o Tempo de Trabalho Especial da servidora **Lindoracy Pereira**, ocupante do cargo de Técnico em Saúde, Grau II, Referência "N", matrícula n.º 274801-01, CPF n.º 409.198.971-34, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em Tempo de Trabalho Comum, conforme abaixo relacionado.

	Período Especial	Tempo a ser convertido - Fator multiplicador de 1,20
01	14.02.1995 a 12.11.2019	24 anos, 08 meses e 29 dias
	Total Geral a ser convertido	9.029 dias (nove mil e vinte e nove dias)

	Dias a serem averbados	Acrescidos através da conversão
01	1. 806 dias	04 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 16 (dezesseis) dias
	Tempo a ser averbado	04 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 16 (dezesseis) dias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 11/10/2023, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2697234** e o código CRC **60655817**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO





**Prefeitura de Goiânia**  
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1239, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV**, no uso das atribuições legais previstas no Art. 57 da Lei Complementar Municipal nº 335, de 01/01/2021, e no Art. 7º do Decreto nº 304, de 19/01/2021, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 103/2019 previsto no art. 70 do RPS e Nota Técnica SEI nº 792/2021/ME e na forma da tese do STF para o tema 942 de sua Repercussão Geral, no Parecer Jurídico nº 1763/2023/PGM/PEP e no Parecer de Verificação Interna nº 1008/2023 da Controladoria Especial Previdenciária do Órgão e do que mais consta do processo SEI Nº 23.29.000002915-0,

**RESOLVE:**

Art. 1º Converter o Tempo de Trabalho Especial da servidora **Edite Teresinha Cordeiro Sarmiento**, ocupante do cargo de Auxiliar em Saúde, Grau I, Referência "I", matrícula nº 567396-01, CPF nº 650.261.521-04, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em Tempo de Trabalho Comum, conforme abaixo relacionado.

	Período Especial	Tempo a ser convertido - Fator multiplicador de 1,20
01	18.07.2002 a 12.11.2019	17 anos, 03 meses e 25 dias
	Total Geral a ser convertido	7.584 dias (sete mil, quinhentos e oitenta e quatro dias)

	Dias a serem averbados	Acrescidos através da conversão
01	1.264 dias	03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 19 (dezenove) dias
	Tempo a ser averbado	03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 19 (dezenove) dias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 11/10/2023, às 11:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2697614** e o código CRC **C9DFD0CF**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1240, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV**, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no Art. 40, § 7º, I, e § 8º, da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 100, II; 115; 116; 117, 119 e 121, caput e incisos, da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e no que mais consta no processo SEI Nº 23.20.000005042-1,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder pensão por morte em favor de **Madalena Domingas Batista**, inscrita no CPF sob o nº 254.338.061-20, viúva do ex-servidor **Antônio Carlos Batista**, matrícula nº 227641-02, inscrito no CPF sob o nº 093.591.841-87, aposentado no cargo de Agente de Apoio Administrativo, Grau I, Referência “D”.

Parágrafo único. A pensão de que trata este artigo será composta pela seguinte parcela mensal: **Vencimento: R\$ 1.370,91 (um mil, trezentos e setenta reais e noventa e um centavos)** e **Adicional por tempo de serviço - Quinquênio (4): R\$ 548,36 (quinhentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos)**, no **valor total: R\$ 1.919,27 (um mil, novecentos e dezenove reais e vinte e sete centavos)**, a serem pagos por meio do Fundo de Previdência do Município de Goiânia – FUNPREV (CNPJ: 31.711.157/0001-57) e reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei, em consonância com o Art. 40, § 8º, da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 26 (vinte e seis) de agosto de 2023.**

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**

**Presidente**



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior**, **Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 11/10/2023, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2701404** e o código CRC **26D5DB4F**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1241, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA** – GOIANIAPREV, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos nos artigos 6º, I, II, III, IV, e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o Art. 127 da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e do que mais consta do processo SEI Nº 23.20.000003233-4,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aposentar a servidora **Maria de Fátima Ribeiro**, matrícula nº 225100-01, inscrita no CPF sob o nº 276.636.711-04, no cargo de Agente de Apoio Educacional, Nível I, Referência "J", por ter implementado todos os requisitos para aposentadoria voluntária integral.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 1.359,02** (um mil, trezentos e cinquenta e nove reais e dois centavos) e **Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênios (05): R\$ 679,51** (seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e um centavos), a serem pagos por meio do Fundo Financeiro do Município de Goiânia – FUNFIN (CNPJ: 31.710.983/0001-83), e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior**, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia, em 11/10/2023, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2701848** e o código CRC **FA5FB2F0**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1242, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia – GOIANIAPREV**, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos no Art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, nos artigos 6º, I, II, III, IV, e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o Art. 105 da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e do que mais consta do processo SEI Nº 23.20.000000912-0,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aposentar a servidora **Ariadne Lourenço dos Santos**, matrícula nº 274798-01, inscrita no CPF sob o nº 633.994.581-34, no cargo de Profissional de Educação, Classe II, Padrão “K”, por ter implementado todos os requisitos para aposentadoria especial do magistério.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 4.507,92** (quatro mil, quinhentos e sete reais e noventa e dois centavos); **Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênios (5): R\$ 2.253,96** (dois mil, duzentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos) e **Adicional de Titularidade (30%): R\$ 1.352,37** (um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos) a serem pagos por meio do Fundo Financeiro do Município de Goiânia – FUNFIN (CNPJ: 31.710.983/0001-83), e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior**, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia, em 11/10/2023, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2702466** e o código CRC **AE45C92C**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1243, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV**, no uso das atribuições legais previstas no Art. 57 da Lei Complementar Municipal nº 335, de 01/01/2021, e no Art. 7º e 23, III, do Decreto nº 304, de 19/01/2021, e considerando o previsto no § 2º do art. 12 da Lei Complementar nº 312, de 28 de setembro de 2018 e considerando o Parecer nº 48/2023 da Advocacia Setorial, no Parecer de Verificação Interna nº 910/2023, da Controladoria Especial Previdenciária do Órgão, e do que mais consta do processo SEI Nº 23.20.000000975-8,

**RESOLVE:**

Art. 1º Desaverbar dos assentamentos funcionais da servidora **Cleusa Albuquerque de Jesus**, ocupante do cargo de Agente de Apoio Administrativo, Nível I, Referência “H”, matrícula nº 680680-01, CPF nº 336.807.011-87, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, os períodos abaixo especificados.

	Período de Contribuição	Tempo de Contribuição
01	<b>14.03.1983 a 02.12.1985</b>	00 (zero) ano, 08 (oito) meses e 19 (dezenove) dias
02	<b>02.01.1984 a 07.02.1985</b>	01 (um) ano, 01 (um) mês e 06 (seis) dias
03	<b>08.02.1985 a 13.08.1990</b>	05 (cinco) anos, 06 (seis) meses e 06 (seis) dias
04	<b>02.05.1995 a 05.02.1997</b>	01 (um) ano, 09 (nove) meses e 04 (quatro) dias
05	<b>06.02.1997 a 07.11.1997</b>	00 (zero) ano, 09 (nove) meses e 02 (dois) dias
06	<b>08.11.1997 a 05.07.1998</b>	00 (zero) ano, 07 (sete) meses e 28 (vinte e oito) dias
07	<b>01.02.1999 a 08.05.2005</b>	06 (seis) anos, 03 (três) meses e 07 (sete) dias

§ 1º O tempo de contribuição a ser desaverbado soma um **total 16 (dezesesseis) anos, 09 (nove) meses e 12 (doze) dias**.

Art. 2º Retificar a **Portaria nº 1395/2016 e a Anotação Funcional**, da Secretaria Municipal de Administração-SEMAD, que averbou períodos ao tempo de serviço da servidora acima mencionada, excluindo da mesma os períodos acima citados e permanecendo inalterado o período de serviço **público** prestados ao município de Goiânia, citado abaixo:

	Período de Contribuição	Tempo de Contribuição
01	<b>01.01.1993 a 31.01.1995</b>	02 (dois) anos, 01 (um) mês e 01 (um) dia

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior**,  
**Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em  
11/10/2023, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2703542** e o código  
CRC **F19179D4**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.20.000000975-8

SEI Nº 2703542v1

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1244, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV**, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no Art.169 da Lei Complementar Municipal nº 312, de 28/09/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, com alteração promovida pela Lei Municipal nº 10.456, de 14/01/2020, e com fulcro nos artigos 65 e 66 da Lei Complementar Municipal nº 353, de 10/06/2022, e do que mais consta nos termos do processo SEI Nº 22.6.000010931-0,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aposentar o servidor **Ernane Benício de Carvalho**, matrícula nº 248576-01, inscrito no CPF sob o nº 517.987.781-49, no cargo de Guarda Civil Metropolitano (Subinspetor), Classe GM4, Nível VIII, por ter implementado os requisitos para aposentadoria especial da Guarda Civil Metropolitana.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **Subsídio Cargo Efetivo: R\$ 9.869,68** (nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos), a serem pagos por meio do Fundo Previdenciário do Município de Goiânia – FUNFIN (CNPJ: 31.710.983/0001-83) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 66, § 3º, da Lei Complementar Municipal nº 353/2022.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior**, **Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 11/10/2023, às 13:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2703561** e o código CRC **C8A8BF0C**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO





**Prefeitura de Goiânia**  
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1245, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV**, no uso das atribuições legais previstas no Art. 57 da Lei Complementar Municipal nº 335, de 01/01/2021, e no Art. 7º do Decreto nº 304, de 19/01/2021, e considerando os dispostos no Art. 127, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, no Parecer nº 444/2023 da Advocacia Setorial deste Instituto, no Parecer de Verificação Interna nº 951/2023 da Controladoria Especial Previdenciária do Órgão, e do que mais consta do processo SEI Nº 23.20.000005287-4,

**RESOLVE:**

Art. 1º Averbar ao tempo de serviço da servidora **Maria Barbosa de Queiroz**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Grau ACS, Referência “003”, matrícula nº 937177-05, CPF nº 361.174.041-15, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, o período abaixo relacionado, conforme Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

	Período de Contribuição	Tempo de Contribuição
01	01.03.2015 a 30.06.2015	00 (zero) ano, 04 (quatro) meses e 00 (zero) dia

§ 1º O tempo de contribuição acima descritos **de 00 (zero) ano, 04 (quatro) meses e 00 (zero) dia**, líquido de efetivo serviço **público** prestado ao município de Goiânia, será averbado para os fins de aposentadoria, adicional por tempo de serviço e disponibilidade **(incluído pela Lei Complementar nº 269, de 28/10/2014)**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior**, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia, em 11/10/2023, às 13:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2704247** e o código CRC **F2683575**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1246, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV**, no uso das atribuições legais e à vista do disposto no Art. 57 da Lei Complementar Municipal nº 335, de 01/01/2021, no Art. 7º do Decreto nº 304, de 19/01/2021, e do que mais consta no processo SEI Nº 23.20.000005849-0,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Instituir o Grupo de Trabalho Permanente com o objetivo de elaborar e implementar a Política de Gestão de Pessoas/Plano de Capacitação do GOIANIAPREV, visando o atendimento dos critérios: “Gestão de Pessoas”, “Plano de Ação de Capacitação” e “Ações de Diálogo com os Segurados e a Sociedade” do Manual do Pró-Gestão RPPS (Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social, versão 3.4, a serem implementados por este Instituto para manutenção e elevação de nível de certificação institucional.

Art. 2.º Designar para compor o referido grupo as seguintes servidoras:

	Servidor(a)	Matrícula
1.	Ana Alice Borges Camelo Bueno	1097849
2.	Áurea Couto Mesquita	1440519
3.	Cristiane Jacinto da Silva Costa Diniz	1490419
4.	Patrícia Pimenta Faleiros	1490443
5.	Wilnéia Moreira Rocha Silva	208159

Art. 3.º A coordenação do grupo ora instituído ficará a cargo da servidora Áurea Couto Mesquita, matrícula nº 1440519, e a sub-coordenação da servidora Ana Alice Borges Camelo Bueno, matrícula nº 1097849.

Art. 4.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 11/10/2023, às 11:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2704441** e o código CRC **0BDE1E8C**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 1247, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA - GOIANIAPREV**, no uso de suas atribuições legais e visando a correção de mero erro material no documento em questão à vista do contido no processo SEI Nº 23.20.000004709-9,

**RESOLVE:**

Art. 1º Retificar a **PORTARIA Nº 1211, DE 09/10/2023**, do GOIANIAPREV, publicada no DOM ELETRÔNICO Nº 8146, de 10/10/2023, que aposentou a servidora **Sílvia Herculiani Trad**, matrícula nº 207306-01, inscrita no CPF sob o nº 492.562.201-30, no cargo de Especialista em Saúde, Grau III, Referência "O", na parte relativa ao número do processo, para considerá-la como sendo "**processo SEI Nº 23.20.000004709-9**", permanecendo inalterados os demais termos do referido ato.

Publique-se.

Goiânia, 11 de outubro de 2023.

**CARLOS ALBERTO B. ANTUNES JÚNIOR**  
**Presidente**



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Branco Antunes Júnior, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 11/10/2023, às 13:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2704545** e o código CRC **E90FB35A**.

Avenida B, nº 155 -  
- Bairro Setor Oeste  
CEP Goiânia-GO

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**Programa de Defesa do Consumidor - PROCON**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TERMO DE RECLAMAÇÃO  
Nº080/2023****RECLAMAÇÃO DE FA Nº 52.028.001.19-0002798**

O Presidente do Programa de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, TORNA PÚBLICO que fica **NOTIFICADO**, o fornecedor **OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A E, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inscrito no CNPJ sob 02.575.829/0001-48**, a comparecer neste órgão, no endereço indicado no rodapé, para responder aos termos do procedimento instaurado em seu desfavor.

Fica a empresa supramencionada intimada para, caso queira, apresentar defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da presente notificação, em conformidade com o artigo 42, do Decreto Federal 2.181/97.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente EDITAL, publicado no Diário Oficial do Município.

Goiânia, 06 de outubro de 2023.

**(JÚNIOR CAFÉ)**  
**LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR**  
**Presidente**

Av. Tocantins, nº191 – Qd. 17 Lt. 27 Setor Central,  
Goiânia – GO. CEP: 74015-010 – Tel.: 55 62 3524-2352  
procongoiania@procon.goiania.go.gov.br



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Programa de Defesa do Consumidor - PROCON

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TERMO DE RECLAMAÇÃO  
Nº081/2023**

**RECLAMAÇÃO DE FA Nº 52.028.001.21-0008160**

O Presidente do Programa de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, TORNA PÚBLICO que fica **NOTIFICADO**, o fornecedor **MYTRIP TURI VIAGENS E TURISMO LTDA**, inscrito no CNPJ sob **14.905.569/0001-00**, a comparecer neste órgão, no endereço indicado no rodapé, para responder aos termos do procedimento instaurado em seu desfavor.

Fica a empresa supramencionada intimada para, caso queira, apresentar defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da presente notificação, em conformidade com o artigo 42, do Decreto Federal 2.181/97.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente EDITAL, publicado no Diário Oficial do Município.

Goiânia, 06 de outubro de 2023.

**(JÚNIOR CAFÉ)**  
**LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR**  
**Presidente**

Av. Tocantins, nº191 – Qd. 17 Lt. 27 Setor Central,  
Goiânia – GO. CEP: 74015-010 – Tel.: 55 62 3524-2352  
procongoiania@procon.goiania.go.gov.br

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**Programa de Defesa do Consumidor - PROCON**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TERMO DE RECLAMAÇÃO  
Nº082/2023****RECLAMAÇÃO DE FA Nº 52.028.001.22-0004545**

O Presidente do Programa de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, TORNA PÚBLICO que fica **NOTIFICADO**, o fornecedor **MONTREAL – HOTEIS VIAGENS E TURSIMO S.A**, inscrito no CNPJ sob **02.703.809/0001-05**, a comparecer neste órgão, no endereço indicado no rodapé, para responder aos termos do procedimento instaurado em seu desfavor.

Fica a empresa supramencionada intimada para, caso queira, apresentar defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da presente notificação, em conformidade com o artigo 42, do Decreto Federal 2.181/97.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente EDITAL, publicado no Diário Oficial do Município.

Goiânia, 06 de outubro de 2023.

**(JÚNIOR CAFÉ)**  
**LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR**  
Presidente

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**Programa de Defesa do Consumidor - PROCON**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TERMO DE RECLAMAÇÃO  
Nº083/2023****RECLAMAÇÃO DE FA Nº 52.028.001.23-0001459**

O Presidente do Programa de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, TORNA PÚBLICO que fica **NOTIFICADO**, o fornecedor **ESTAÇÃO FÉRIAS VIAGENS E TURISMO LTDA, inscrito no CNPJ sob 13.312.829/0001-71**, a comparecer neste órgão, no endereço indicado no rodapé, para responder aos termos do procedimento instaurado em seu desfavor.

Fica a empresa supramencionada intimada para, caso queira, apresentar defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da presente notificação, em conformidade com o artigo 42, do Decreto Federal 2.181/97.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente EDITAL, publicado no Diário Oficial do Município.

Goiânia, 06 de outubro de 2023.

**(JÚNIOR CAFÉ)**  
**LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR**  
**Presidente**

Av. Tocantins, nº191 – Qd. 17 Lt. 27 Setor Central,  
Goiânia – GO. CEP: 74015-010 – Tel.: 55 62 3524-2352  
procongoiania@procon.goiania.go.gov.br





**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**Programa de Defesa do Consumidor - PROCON**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TERMO DE RECLAMAÇÃO  
Nº084/2023****RECLAMAÇÃO DE FA Nº 52.028.001.23-0001823**

O Presidente do Programa de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, TORNA PÚBLICO que fica **NOTIFICADO**, o fornecedor **SORRISODONTO CARD LTDA**, inscrito no CNPJ sob **03.625.069/0001-07**, a comparecer neste órgão, no endereço indicado no rodapé, para responder aos termos do procedimento instaurado em seu desfavor.

Fica a empresa supramencionada intimada para, caso queira, apresentar defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da presente notificação, em conformidade com o artigo 42, do Decreto Federal 2.181/97.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente EDITAL, publicado no Diário Oficial do Município.

Goiânia, 06 de outubro de 2023.

**(JÚNIOR CAFÉ)**  
**LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR**  
**Presidente**

Av. Tocantins, nº191 – Qd. 17 Lt. 27 Setor Central,  
Goiânia – GO. CEP: 74015-010 – Tel.: 55 62 3524-2352  
procongoiania@procon.goiania.go.gov.br

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**Programa de Defesa do Consumidor - PROCON**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TERMO DE RECLAMAÇÃO  
Nº085/2023****RECLAMAÇÃO DE FA Nº 52.028.001.23-0002127**

O Presidente do Programa de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, TORNA PÚBLICO que fica **NOTIFICADO**, o fornecedor **BILHETERIA DIGITAL PROMOÇÃO E ENTRETENIMENTO LTDA**, inscrito no CNPJ sob 21.689.483/0002-34, a comparecer neste órgão, no endereço indicado no rodapé, para responder aos termos do procedimento instaurado em seu desfavor.

Fica a empresa supramencionada intimada para, caso queira, apresentar defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da presente notificação, em conformidade com o artigo 42, do Decreto Federal 2.181/97.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente EDITAL, publicado no Diário Oficial do Município.

Goiânia, 06 de outubro de 2023.

**(JÚNIOR CAFÉ)**  
**LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR**  
**Presidente**

Av. Tocantins, nº191 – Qd. 17 Lt. 27 Setor Central,  
Goiânia – GO. CEP: 74015-010 – Tel.: 55 62 3524-2352  
procongoiania@procon.goiania.go.gov.br

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**Programa de Defesa do Consumidor - PROCON**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TERMO DE RECLAMAÇÃO  
Nº086/2023****RECLAMAÇÃO DE FA Nº 52.028.001.23-0002265**

O Presidente do Programa de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, TORNA PÚBLICO que fica **NOTIFICADO**, o fornecedor **SOLUTION MOTORS LTDA, inscrito no CNPJ sob 42.505.907/0001-52**, a comparecer neste órgão, no endereço indicado no rodapé, para responder aos termos do procedimento instaurado em seu desfavor.

Fica a empresa supramencionada intimada para, caso queira, apresentar defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da presente notificação, em conformidade com o artigo 42, do Decreto Federal 2.181/97.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente EDITAL, publicado no Diário Oficial do Município.

Goiânia, 06 de outubro de 2023.

**(JÚNIOR CAFÉ)**  
**LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR**  
**Presidente**

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**Programa de Defesa do Consumidor - PROCON**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TERMO DE RECLAMAÇÃO  
Nº087/2023****RECLAMAÇÃO DE FA Nº 52.028.001.23-0002287**

O Presidente do Programa de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, TORNA PÚBLICO que fica **NOTIFICADO**, o fornecedor **ARTHUR LUIZ BASTOS SANTOS 41491538848, inscrito no CNPJ sob 46.918.359/0001-43**, a comparecer neste órgão, no endereço indicado no rodapé, para responder aos termos do procedimento instaurado em seu desfavor.

Fica a empresa supramencionada intimada para, caso queira, apresentar defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da presente notificação, em conformidade com o artigo 42, do Decreto Federal 2.181/97.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente EDITAL, publicado no Diário Oficial do Município.

Goiânia, 06 de outubro de 2023.

**(JÚNIOR CAFÉ)**  
**LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR**  
**Presidente**

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**Programa de Defesa do Consumidor - PROCON**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TERMO DE RECLAMAÇÃO  
Nº088/2023****RECLAMAÇÃO DE FA Nº 52.028.001.23-0002412**

O Presidente do Programa de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, TORNA PÚBLICO que fica **NOTIFICADO**, o fornecedor **IDEALE PISCINAS LTDA, inscrito no CNPJ sob 39.542.251/0001-33**, a comparecer neste órgão, no endereço indicado no rodapé, para responder aos termos do procedimento instaurado em seu desfavor.

Fica a empresa supramencionada intimada para, caso queira, apresentar defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da presente notificação, em conformidade com o artigo 42, do Decreto Federal 2.181/97.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente EDITAL, publicado no Diário Oficial do Município.

Goiânia, 06 de outubro de 2023.

**(JÚNIOR CAFÉ)**  
**LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR**  
**Presidente**

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**Programa de Defesa do Consumidor - PROCON**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TERMO DE RECLAMAÇÃO  
Nº089/2023****RECLAMAÇÃO DE FA Nº 52.028.001.23-0002413**

O Presidente do Programa de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, TORNA PÚBLICO que fica **NOTIFICADO**, o fornecedor **SOLUTIONS MOTORS LTDA, inscrito no CNPJ sob 42.505.907/0001-52**, a comparecer neste órgão, no endereço indicado no rodapé, para responder aos termos do procedimento instaurado em seu desfavor.

Fica a empresa supramencionada intimada para, caso queira, apresentar defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da presente notificação, em conformidade com o artigo 42, do Decreto Federal 2.181/97.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente EDITAL, publicado no Diário Oficial do Município.

Goiânia, 06 de outubro de 2023.

**(JÚNIOR CAFÉ)**  
**LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR**  
**Presidente**

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**Programa de Defesa do Consumidor - PROCON**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TERMO DE RECLAMAÇÃO  
Nº090/2023****RECLAMAÇÃO DE FA Nº 52.028.001.23-0002420**

O Presidente do Programa de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais, considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos, TORNA PÚBLICO que fica **NOTIFICADO**, o fornecedor **VOLTZ MOTORS DO BRASIL COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA**, inscrito no CNPJ sob **28.749.702/0001-91**, a comparecer neste órgão, no endereço indicado no rodapé, para responder aos termos do procedimento instaurado em seu desfavor.

Fica a empresa supramencionada intimada para, caso queira, apresentar defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da presente notificação, em conformidade com o artigo 42, do Decreto Federal 2.181/97.

Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente EDITAL, publicado no Diário Oficial do Município.

Goiânia, 06 de outubro de 2023.

**(JÚNIOR CAFÉ)**  
**LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR**  
Presidente

Av. Tocantins, nº191 – Qd. 17 Lt. 27 Setor Central,  
Goiânia – GO. CEP: 74015-010 – Tel.: 55 62 3524-2352  
procongoiania@procon.goiania.go.gov.br





**Prefeitura de Goiânia**

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia  
Gerência de Credenciamento e Gestão de Contratos

DESPACHO Nº 2782/2023

**PRÉ QUALIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2021-IMAS**

A **COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO – CEC**, instituída pela Portaria nº 003/2022 e nomeada através da Portaria nº 054/2022, científica sobre a situação das instas para pré qualificação e abaixo relacionadas, referente ao **Edital de Chamamento Público nº 001/2021-IMAS**.

PROCESSO	PESSOA JURIDICA	CNPJ	SITUAÇÃO
23.14.000007767-5	INSTITUTO DE GESTAO E HUMANIZACAO - IGH	11.858.570/0019-62	Deferido
23.14.000008186-9	HONCORD - HEMATOLOGIA ONCOLOGIA E CONGELAMENTO DE CELULAS TRONCO S/S LTDA	06.337.035/0001-05	Deferido
23.14.000008073-0	CLINICA SAMARITANO DO CORAÇÃO CARDIOLOGIA LTDA	04.031.021/0001-25	Deferido
23.14.000007756-0	CLINICA FISIOGYN LTDA	02.937.794/0001-40	Deferido
23.14.000008191-5	CELULAB LABORATORIO DE ANALISE CLINICAS LTDA ME	37.360.260/0001-88	Deferido

O Presidente do Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia – IMAS, **acata** a manifestação da Comissão Especial de Credenciamento – CEC e **TORNA PÚBLICO** a situação das qualificadas supramencionadas, em conformidade ao disposto no Item 07 do Edital de Chamamento Público nº 001/2021-IMAS.

Goiânia, 10 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Samantha dos Santos Fontinele, Assessora Especial Técnica I**, em 10/10/2023, às 10:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Erica Guedes Ferreira, Gerente de Credenciamento e Gestão de Contratos**, em 10/10/2023, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gizza Laurene Carmo Di Oliveira Lemos, Chefe de Gabinete**, em 10/10/2023, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2692815** e o código CRC **3298D9CB**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -  
- Bairro Setor Central  
CEP 74015-125 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia  
Gerência de Credenciamento e Gestão de Contratos

DESPACHO Nº 2783/2023

**HABILITAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2021-IMAS**

A COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO – CEC, instituída pela Portaria nº 003/2022 e nomeada através da Portaria nº 054/2022, **TORNA PÚBLICO** a situação da(s) pré-qualificada(s) abaixo mencionada(s), conforme disposto no item 9.1 do **Edital de Chamamento Público nº 001/2021-IMAS**.

PROCESSO	PESSOA JURIDICA	CNPJ	SITUAÇÃO
23.14.000007767-5	INSTITUTO DE GESTAO E HUMANIZACAO - IGH	11.858.570/0019-62	Habilitado
23.14.000008186-9	HONCORD - HEMATOLOGIA ONCOLOGIA E CONGELAMENTO DE CELULAS TRONCO S/S LTDA	06.337.035/0001-05	Habilitado
23.14.000008073-0	CLINICA SAMARITANO DO CORAÇÃO CARDIOLOGIA LTDA	04.031.021/0001-25	Habilitado
23.14.000007756-0	CLINICA FISIOGYN LTDA	02.937.794/0001-40	Habilitado
23.14.000008191-5	CELULAB LABORATORIO DE ANALISE CLINICAS LTDA ME	37.360.260/0001-88	Habilitado

O Presidente do Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia – IMAS, vem através deste Ato Habilitar o prestador na forma do Edital.

Goiânia, 10 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Samantha dos Santos Fontinele, Assessora Especial Técnica I**, em 10/10/2023, às 10:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Erica Guedes Ferreira, Gerente de Credenciamento e Gestão de Contratos**, em 10/10/2023, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gizza Laurene Carmo Di Oliveira Lemos, Chefe de Gabinete**, em 10/10/2023, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2692866** e o código CRC **818F4124**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -  
- Bairro Setor Central  
CEP 74015-125 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia  
Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia

**ATA DE REUNIÃO****ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GOIÂNIA (CONAS), DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA (IMAS).**

Esta Ata relata reunião do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia (CONAS), que foi realizada aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, que teve início às oito horas e trinta e cinco minutos, em formato híbrido. Esta, teve como pauta: Balancetes, Leitura de Atas, Leitura e análise de relatório da UFG e Relatório de Pagamentos. Estiveram presentes os/as representantes da Administração Municipal: Marcio Resende Guimarães (Titular), Viviane Cristina Vieira (Titular), Ricardo Pinheiro Dourado (Titular), Simone Ferreira da Silva (Suplente) e Weyner Alves Rosa (Titular); os representantes das entidades sindicais: Aliandro Paulo de Jesus (SINDSAÚDE), Danielle de Oliveira Sene (SINDIGOIANIA), Jordana das Mercês Bonfim (SEACONS), Ludmylla da Silva Moraes (SINTEGO) e Tatiane Karoline Cândida Guimarães (SINDIFFISC). A reunião teve início com a presidente em exercício, Tatiane Karoline, desejando bom dia a todos/as e iniciando os trabalhos. Ato contínuo, a presidente em exercício, comunica aos presentes que com a exoneração do Dr. Geyzon Gonçalves de Melo e sua nomeação na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), este deixa de ser Conselheiro do CONAS e sua suplente a Sra. Simone Ferreira da Silva, foi empossada como conselheira e a partir desta data passa a ser Conselheira Titular. Ato contínuo, dando continuidade aos trabalhos, a presidente em exercício, Tatiane Karoline, questiona os conselheiros do executivo sobre os balancetes, referentes aos meses de outubro/2022 a julho/2023, incluindo o décimo terceiro, visto que até o presente momento, os mesmos não chegaram ao CONAS, para análise e apreciação. O Conselheiro Márcio, pede a palavra e relata que esteve em contato com conselheiros/as do CFS que explicaram ao mesmo que, os balancetes recebidos pelo CFS foram devolvidos para a advocacia setorial por não estarem de acordo com o preconizado na legislação. Segundo relataram conselheiros/as do CFS, o CFS não emitiu o parecer referentes aos balancetes, já mencionados, pois alegam que não irão emitir parecer com ressalva, uma vez que a certificação dos pagamentos ainda não havia sido feita. Os balancetes, neste momento, conforme consulta de processos no SEI, encontram-se na advocacia setorial. O Conselheiro Márcio, informa ainda que as certificações estão sendo feitas, porém estão caminhando de forma lenta, pois tem tido uma sobrecarga de processo e os processos de credenciamento tem sido prioridade no setor. O Conselheiro Márcio sugere aos/as conselheiros sindicalistas a conversarem com os respectivos representantes de seus sindicatos no Conselho Fiscal. Conselheiros Ludmylla e Ricardo sugerem que o mais adequado frente a situação dos balancetes, seria enviar ofício, ao Conselho Fiscal e Presidente do IMAS, solicitando um posicionamento frente ao caso, uma vez que este atraso na análise dos referidos balancetes gera prejuízos ao Instituto. A conselheira Ludmylla relata que se o CFS considera que falta documentação tem que dar celeridade nos processos aprovando-os com ressalva ou rejeitando-os. Mas, considera insustentável a situação como está. A Presidente coloca em votação, e a proposta dos conselheiros Ludmylla e Ricardo, foi aceita por unanimidade. Os conselheiros, redigem os respectivos ofícios, os quais são lidos, corrigidos e aprovados pelos presentes. Ato contínuo, a conselheira Ludmylla, relata que entrou em contato com o Ministério Público e solicitou audiência com as promotoras, para tratar das demandas do IMAS, conforme havia sido deliberado por este colegiado em reuniões anteriores. Ato contínuo, a Conselheira, informa que a assessoria das promotoras do MP, solicitaram a pauta e o quantitativo de pessoas que irão participar da audiência, o que foi enviado pela conselheira. Conselheira Ludmylla, então menciona que assim que obtiver resposta sobre a data e horário da audiência irá comunicar a todos/as conselheiros/as, para que possam se programar para comparecerem à audiência, uma vez que esta foi deliberada por todos/as em reunião. Ato contínuo, é efetuada a leitura da sexagésima sétima reunião ordinária do conselho. À medida que a leitura foi acontecendo os conselheiros foram intervindos para que a mesma ficasse fidedigna e compreensível a todos que a lessem. Após leitura e correções, a Presidente em exercício, colocou a mesma em votação, e a ata foi aprovada pelos/as conselheiros/as, por unanimidade. Ato contínuo, é efetuada a leitura da sexagésima oitava reunião ordinária deste conselho. À

medida que a leitura foi acontecendo os/as conselheiros/as foram intervindo para que a mesma ficasse fidedigna e compreensível a todos que a lessem. Após leitura e correções, a Presidente em exercício colocou a mesma em votação, e a ata foi aprovada pelos conselheiros. Concluída as leituras das atas, devido ao adiantar da hora a presidente em exercício, encerra esta reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Não havendo nada mais a relatar, eu, Tatiane Karoline Cândida Guimarães, conselheira e presidente em exercício, encerro esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Ferreira da Silva, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Rezende Guimarães, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Cristina Vieira, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmylla da Silva Moraes, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Weyner Alves Rosa, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aliandro Paulo de Jesus, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Karoline Cândida Guimarães, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Pinheiro Dourado, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 13:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle de Oliveira Sene, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 14:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana das Mercês Bonfim, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2684235** e o código CRC **02998AF5**.

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia  
Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia

**ATA DE REUNIÃO****ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GOIÂNIA (CONAS), DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA (IMAS).**

Esta Ata relata reunião do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia (CONAS), que foi realizada aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, que teve início às dez horas e quarenta minutos, em formato híbrido. Esta, teve como pauta: Leitura e análise de relatório da UFG e Relatório de Credenciamento. Estiveram presentes os/as representantes da Administração Municipal: Márcio Rezende Guimarães (Titular), Viviane Cristina Vieira (Titular), Ricardo Pinheiro Dourado (Titular), Simone Ferreira da Silva (Suplente) e Weyner Alves Rosa (Titular); os representantes das entidades sindicais: Aliandro Paulo de Jesus (SINDSAÚDE), Danielle de Oliveira Sene (SINDIGOIANIA), Jordana das Mercês Bonfim (SEACONS), Ludmylla da Silva Morais (SINTEGO) e Tatiane Karoline Cândida Guimarães (SINDIFFISC). A reunião teve início com a presidente, em exercício, Tatiane Karoline, retomando os trabalhos. Ato contínuo, os conselheiros dão continuidade à leitura e análise do relatório jurídico de credenciamento de pessoa física e de pessoa jurídica emitido pela UFG. Os conselheiros se dividiram para fazer a leitura e análise, para posteriormente realizarem a socialização e debate acerca das questões apontadas nos relatórios. Ato contínuo, a conselheira Jordana relembra que os prazos dos contratos estão se findando, bem como o saldo contratual de muitos, e questiona como está o andamento da comissão de credenciamento, uma vez que se faz necessário dar celeridade na análise dos processos de credenciamento. A Conselheira Jordana questiona os conselheiros deste colegiado que pertencem à comissão de credenciamento sobre o andamento das reuniões. Os conselheiros Aliandro e Weyner, alegam que não recentemente não aconteceram reuniões, devido às trocas de servidores do IMAS que compõem a comissão. A Conselheira Jordana sugere que o colegiado solicite o afastamento da presidente da comissão de credenciamento, dado a morosidade dos trabalhos da comissão. Após debates acalorados e intensos, os/as conselheiros/as chegam à conclusão que não cabe a este colegiado deliberar por afastamento de nenhuma ordem dentro do Instituto e a conselheira Ludmylla Morais, solicita aos participantes da Comissão de credenciamento, que também são conselheiros no CONAS, que solicitem reuniões da Comissão e cobrem celeridade da mesma. Os/as conselheiros/as deliberam que seja enviado um ofício ao/a presidente da comissão de credenciamento e à Diretoria de Saúde solicitando esclarecimentos sobre os trabalhos da comissão e o andamento dos processos de credenciamento. Ato contínuo a presidente, em exercício, convoca reunião extraordinária para o dia onze de setembro com a pauta: Prestadores da especialidade Ortopedia credenciados junto ao IMAS. Na sequência, a presidente, em exercício, pergunta aos presentes se há algo mais a ser tratado. Não havendo, a presidente, em exercício Tatiane Karoline, encerra a reunião às doze horas. Assim, não havendo nada mais a relatar, eu, Tatiane Karoline Cândida Guimarães, conselheira e presidente em exercício encerro esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.





Documento assinado eletronicamente por **Aliandro Paulo de Jesus, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 11:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Ferreira da Silva, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Rezende Guimarães, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Cristina Vieira, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Weyner Alves Rosa, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmylla da Silva Moraes, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Karoline Cândida Guimarães, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Pinheiro Dourado, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 13:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle de Oliveira Sene, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana das Mercês Bonfim, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2684308** e o código CRC **8CE3B728**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -  
- Bairro Setor Central  
CEP 74015-125 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia  
Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia

**ATA DE REUNIÃO****ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GOIÂNIA (CONAS), DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA (IMAS).**

Esta Ata relata reunião do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia (CONAS), que foi realizada aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, que teve início às oito horas e trinta minutos, no formato híbrido. Esta, teve como pauta: Paralisação do atendimento do Hospital Ortopédico de Goiânia - HOG. Estiveram presentes os/as representantes da Administração Municipal: Simone Ferreira da Silva (Suplente), Kellyane Pereira Garcia Oliveira (Suplente), Viviane Cristina Vieira (Titular), Ricardo Pinheiro Dourado; Simone Ferreira da Silva (Titular) e Weyner Alves Rosa (Titular); e os representantes das entidades sindicais: Aliandro Paulo de Jesus (SINDSAÚDE), Danielle de Oliveira Sene (SINDIGOIANIA), Jordana das Mercês Bonfim (SEACONS), Ludmylla da Silva Moraes (SINTEGO) e Tatiane Karoline Cândida Guimarães (SINDIFFISC). A reunião teve início com a presidente Tatiane Karoline Cândida Guimarães cumprimentando a todos e desejando uma ótima manhã de trabalho. Ato contínuo, a Presidente, Tatiane Karoline, informa aos/as presentes que conforme este colegiado já havia identificado a ortopedia como um ponto de atenção deste colegiado e do Instituto. Continua dizendo que, embora prestadores de Ortopedia tenha sido pautado na última reunião, a mesma sugere que este colegiado inicie suas discussões pautando a paralisação do atendimento do Hospital Ortopédico de Goiânia – HOG, que ocorreu desde a última quarta-feira dia seis de setembro de dois mil e vinte e três. A conselheira Ludmylla e o Conselheiro Aliandro que desde a data do dia seis vem dialogando com a presidência do IMAS, no intuito de resolver essa demanda, sinalizam ao colegiado que não houve avanço que ainda na data de hoje o hospital continua com a paralisação, inclusive no atendimento de urgência e emergência. Em nota o Hospital informa que a paralisação é devido aos atrasos constantes nos pagamentos dos serviços prestados ao IMAS, revela ainda, que serão atendidos somente os casos de risco iminente de vida. Ato contínuo, a conselheira Simone informa que o Administrador do Hospital (Sr. Joselmar), entrou em contato com ela via mensagem de celular solicitando pagamento, alegando que por decisão da diretoria e conselho do Hospital, o retorno dos atendimentos só ocorrerá após o devido pagamento. Ato contínuo, o Presidente do Imas (Dr. Welmes Marques), adentra a sala de reunião e ao tomar ciência da pauta, declara que está aguardando recurso financeiro para retomar os pagamentos, confirma ainda o relato supracitado da conselheira Simone, informando que também falou com o Administrador do Hospital (Sr. Joselmar), e o mesmo confirma que a diretoria e o conselho só retornaram os atendimentos, desde que, o IMAS efetue os pagamentos até o dia 05 (cinco) de cada mês. O Presidente do Instituto, Sr. Welmes, relata ainda que, a COMURG até o momento não fez o repasse ao IMAS, que hoje a dívida totaliza um valor, aproximado, de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), e que não tem previsão de pagamento. Ao final de sua fala, o Presidente do IMAS informa que o Hospital Goiânia Leste, Clínica Fisiogyn e Hospital Santa Lúcia estão realizando atendimentos de Ortopedia. Ato contínuo, conselheira Ludmylla pede a palavra e informa que a situação está um caos em relação ao Hospital Ortopédico de Goiânia – HOG, que o IMAS possui Ortopedia em outros prestadores, mas, que em nenhum deles há o atendimento de Urgência e Emergência. A conselheira Ludmylla, ainda afirma que a gestão municipal precisa encontrar saída para a questão da dívida da COMURG para com o IMAS uma vez que o não pagamento tem impactado muito as contas do IMAS e que já passou da hora de ser tomada uma providência por parte do chefe do poder executivo, que é um absurdo o desconto ser efetivado no contracheque dos/as trabalhadores/as da COMURG e o mesmo recurso não ser repassado ao lugar fim, que é o IMAS. Com os trabalhos



exigentes, exaustivos e em decorrência do avançar da hora, a presidente Tatiane Karoline Cândida Guimarães, encerra esta reunião às dez horas e trinta e dois minutos. Não tendo nada mais a relatar, eu, Ricardo Pinheiro Dourado, conselheiro, encerro a presente ata que, após, lida e aprovada, será assinada pelos presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Aliandro Paulo de Jesus, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 11:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kellyane Pereira Garcia Oliveira, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Ferreira da Silva, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Rezende Guimarães, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Cristina Vieira, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Weyner Alves Rosa, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmylla da Silva Morais, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Karoline Cândida Guimarães, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Pinheiro Dourado, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 13:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle de Oliveira Sene, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2684360** e o código CRC **D846DCEA**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -  
- Bairro Setor Central  
CEP 74015-125 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia  
Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia

**ATA DE REUNIÃO****ATA DA SEPTUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GOIÂNIA (CONAS), DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA (IMAS).**

Esta Ata relata reunião do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia (CONAS), que foi realizada aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, que teve início às dez horas e quarenta e cinco minutos, em formato híbrido. Esta, teve como pauta: Atendimentos de Ortopedia, Demandas do IMAS e continuação da leitura e análise dos relatórios da UFG. Estiveram presentes os/as representantes da Administração Municipal: Simone Ferreira da Silva (suplente), Kellyane Pereira Garcia Oliveira (Suplente), Viviane Cristina Vieira (Titular), Ricardo Pinheiro Dourado (Titular) e Weyner Alves Rosa (Titular); e os representantes das entidades sindicais: Aliandro Paulo de Jesus (SINDSAÚDE), Danielle de Oliveira Sene (SINDIGOIANIA), Jordana das Mercês Bonfim (SEACONS), Ludmylla da Silva Moraes (SINTEGO) e Tatiane Karoline Cândida Guimarães (SINDIFFISC). A reunião teve início com a presidente Tatiane Karoline Cândida Guimarães cumprimentando a todos/as e retomando os trabalhos. Ato contínuo, a conselheira Simone informa que de forma eletiva a Clínica São Lucas, Clínica São Raphael, Dr. Marcelo Lavaqui, Dr. José Luiz, Dr. José Eduardo e Hospital Ruy Azeredo estão realizando atendimento de Ortopedia. E que no Hospital Jacob Facuri, no pronto socorro são atendimentos somente com clínicos gerais, que o atendimento com médico ortopedista, neste hospital, está ocorrendo somente de forma eletiva, mas se for caso de fratura, o clínico geral atende e passa a demanda ao médico ortopedista. Na sequência a conselheira Ludmylla pede a palavra e reforça o posicionamento que a mesma fez na reunião passada, uma vez que o IMAS precisa resolver essa questão da ortopedia, uma vez que da forma como está organizado o Instituto e, desta forma, os/as usuários/as acabam se troncando reféns do atendimento prestado pelo HOG. Não tem como ter uma fratura óssea e ser atendido por médico clínico geral, afirma a conselheira Ludmylla, que questiona quanto tempo o usuário será submetido a dores, até que o IMAS resolva o impasse e encontre um especialista ortopédico para socorrer esse paciente. A conselheira Ludmylla continua sua fala dizendo que praticamente todo mês o HOG tem paralisado e se utilizado da situação de necessidade dos/as usuários/as, que inclusive tem o desconto do IMAS feito religiosamente feito em seus contracheques, para forçar o IMAS a fazer o pagamento. Afirma que esta situação está insustentável e que a prefeitura precisa solucionar a questão dos repasses ao IMAS, que não tem como o dinheiro não ficar no Instituto para a efetivação dos pagamentos. Reafirma a necessidade desta demanda também ser levada ao MP para que o mesmo ajude nas mediações junto à prefeitura de Goiânia. Os/as conselheiros/as presentes concorda com a conselheira Ludmylla. Ato contínuo a conselheira Jordana cobra o andamento das seguintes demandas: agendamento da reunião com o Prefeito, que ainda não tivemos reposta por parte do gabinete; solicitação dos balancetes junto ao Conselho Fiscal que até o momento este colegiado não obteve resposta; em relação as 02 (duas) solicitações foi reiterada a necessidade de resposta. Ato contínuo, passou-se a leitura e análise dos relatórios emitidos pela UFG. Ato contínuo, conselheira Daniele informa que uma usuária entrou em contato com ela relatando a dificuldade em encontrar médico ginecologista obstetra, e local para realizar exame morfológico, conselheira Simone sugeriu o Hospital da Mulher, Hospital Santa Bárbara, Laboratório Padrão do Setor Sul e Dr. Venâncio na Clínica Presense, a conselheira Simone afirma que estes prestadores estão realizando o atendimento solicitado. A conselheira Ludmylla pede a palavra e socializa com os presentes que a audiência junto ao Ministério Público ficou agendada para o dia quinze de setembro de dois mil e vinte e três às quatorze horas e trinta minutos, a conselheira reforça a importância de todos/as uma vez que a que esta solicitação foi uma deliberação deste colegiado e que o IMAS é uma preocupação e responsabilidade de todos/as nós. Ato contínuo, a Presidente em exercício, Tatiane Karoline, convoca reunião

para o dia dezenove de setembro do ano de dois mil e vinte e três, com a pauta de credenciamento e socialização e encaminhamentos acerca da reunião no Ministério Público. Com os trabalhos exigentes e exaustivos, a presidente Tatiane Karoline Cândida Guimarães, questiona aos presentes se há algo mais a ser tratado. Não havendo, a mesma encerra esta reunião às doze horas. Não tendo nada mais a relatar, eu Ricardo Pinheiro Dourado, conselheiro, encerro a presente ata que, após, lida e aprovada, será assinada pelos presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Aliandro Paulo de Jesus, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Ferreira da Silva, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kellyane Pereira Garcia Oliveira, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Cristina Vieira, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Weyner Alves Rosa, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmylla da Silva Moraes, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Pinheiro Dourado, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 13:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana das Mercês Bonfim, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle de Oliveira Sene, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Karoline Cândida Guimarães, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2684383** e o código CRC **44C43D3A**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -  
- Bairro Setor Central  
CEP 74015-125 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia  
Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia

**ATA DE REUNIÃO****ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, CONSELHO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GOIÂNIA (CONAS), DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA (IMAS).**

Esta Ata relata reunião do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia (CONAS), que foi realizada aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, e teve início às oito horas e trinta e cinco minutos, na sala de reuniões do IMAS. Esta teve como pauta: Credenciamento, relato/ socialização da visita ao Ministério Público e encaminhamentos, balancetes e demandas do IMAS. Estiveram presentes os/as representantes da Administração Municipal: Kellyane Pereira Garcia Oliveira (Suplente), Ricardo Pinheiro Dourado (Titular), Simone Ferreira da Silva (Suplente), Viviane Cristina Vieira (Titular) e Weyner Alves Rosa (Titular); os representantes das entidades sindicais: Aliandro Paulo de Jesus (SINDSAÚDE), Danielle de Oliveira Sene (SINDIGOIANIA), Jordana das Mercês Bonfim (SEACONS), Ludmylla da Silva Moraes (SINTEGO) e Tatiane Karoline Cândida Guimarães (SINDIFFISC). A reunião iniciou-se com a Presidente em exercício Tatiane Karolina dando início aos trabalhos e desejando um bom dia a todos/as. Ato contínuo, a conselheira Ludmylla pede a palavra e fala sobre a audiência junto ao Ministério Público, realizada no dia quinze de setembro do ano corrente. A conselheira Ludmylla, inicia sua fala relatando que as promotoras Carmem Lúcia e Marlene questionaram a presença da presidente interina Tatiane Karolina e os demais membros do colegiado. A conselheira Ludmylla lamenta o fato de que apenas três conselheiros/as se fizeram presentes e que os três são representantes de entidades sindicais (SINTEGO, SINDISAÚDE e SEACONS), enfatiza a importância da participação de todos/as os/as conselheiros/as independente de sua representação neste colegiado e relembra que a decisão de buscar o MP foi deliberada em reunião por unanimidade e que todos/as sabem que o IMAS precisa de ajuda e que a gestão municipal precisa propor medidas que visem a solução real dos problemas do Instituto. Continua dizendo que as medidas de mudar a gestão e cargos de chefia do IMAS não somam no sentido de solucionar os problemas, segundo a conselheira, o efeito é ruim e agrava os problemas. Ato contínuo a conselheira Jordana apresenta aos presentes que as conselheiras Ludmylla, Jordana e o conselheiro Aliandro, expuseram todas as dificuldades enfrentadas pelo IMAS às promotoras, deixando claro a preocupação deste colegiado para com o Instituto. Foi dito aos presentes que a dívida da COMURG para com o IMAS também pautou a audiência, bem como as inúmeras mudanças nos cargos de chefias do IMAS sem nenhuma preocupação técnica. A conversa com as promotoras foi longa e os conselheiros que se fizeram presentes agradeceram muito a escuta realizada pelas Promotoras de Justiça. Ato contínuo, a conselheira Ludmylla no uso da palavra, relata aos/as presentes que levou ao MP a dificuldade que este colegiado vem enfrentando no que tange o acesso dos dados reais do IMAS. Narrou às promotoras que tudo que é solicitado às chefias do IMAS, quando chega ao CONAS são dados equivocados, incompletos e inconsistentes o que tem dificultado a atuação do CONAS. A conselheira Ludmylla segue a socializar com os/as presentes que estas e todas as preocupações deste colegiado e que pediram apoio e medidas pontuais para que o IMAS avance. A conselheira Ludmylla afirma que com a dívida da COMURG para com o IMAS, que só cresce e com a retirada do aporte de cinco milhões/mês que a prefeitura fez até dezembro de 2022, a situação financeira do IMAS se agrava. Também foi levado ao IMAS o problema do credenciamento que não avança, a importância do trabalho da UFG no IMAS, bem como, todas as dificuldades que cada conselheiro/a conhece muito bem. A conselheira Ludmylla lembra a todos/as que todos esses problemas incidem diretamente na saúde dos/as usuários/as, que são trabalhadores/as do município, agravando suas doenças e prejudicando tratamentos. A conselheira Jordana questiona sobre os balancetes que o CFS não tem dado andamento, para serem analisados pelo CONAS. Como encaminhamento da audiência junto ao Ministério Público o CONAS terá que levantar uma série de documentos e solicitações às chefias do Instituto que não foram atendidas e encaminhar ao MP. Ato contínuo, a presidente do CONAS, relembra os/as conselheiros/as sobre o pagamento do Hospital Premium, que atendeu um caso muito sério e delicado, que envolvia uma gestação trigemelar de alto risco, onde envolvia risco de morte da mãe e dos três bebês uma vez que o IMAS não possuía em sua rede credenciada nenhum hospital com capacidade de realizar o parto com segurança, uma vez que a mãe possuía um mioma que crescia na mesma proporção que os bebês, bem como, a gestação se agravava pela idade da gestante, conforme laudos médico e exames apresentado pela usuária à época. O caso preocupa este colegiado, uma vez que todo o faturamento foi fechado e analisado pela auditoria, mas que até o momento não foi realizado o pagamento. Relembrando, o Hospital Premium atendeu a usuária do IMAS, a grávida de trigêmeos que corria risco de morte e também os bebês corriam risco de morte, onde nenhum outro hospital credenciado ao IMAS teria suporte/ estrutura para atender a gestante neste momento tão delicado, pois ela com base no relatório e exames, precisaria de UTI e os três bebês também precisariam de UTI



neonatal. Essa discussão não teve encaminhamento por falta de gestão do IMAS para encaminhar. Os/as conselheiros/as levantaram no momento da reunião a informação junto à auditoria que a primeira etapa do faturamento do atendimento o caso em tela já se encontrava concluído para pagamento. A reunião encerra e será retomado posteriormente uma vez que não fora possível concluir a pauta devido o avanço da hora. Sendo assim, a presidente do CONAS em exercício, declara a reunião encerrada às dez horas e trinta e cinco minutos. Não tendo nada mais a relatar, eu Danielle de Oliveira Sene, conselheira, encerro a presente ata que, após, lida e aprovada, será assinada pelos presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Aliandro Paulo de Jesus, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Ferreira da Silva, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kellyane Pereira Garcia Oliveira, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Cristina Vieira, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Weyner Alves Rosa, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmylla da Silva Moraes, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Karoline Cândida Guimarães, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 17:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Pinheiro Dourado, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana das Mercês Bonfim, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 14:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle de Oliveira Sene, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2684421** e o código CRC **6D54723C**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -  
- Bairro Setor Central  
CEP 74015-125 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia  
Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia

**ATA DE REUNIÃO****ATA DA OCTOGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GOIÂNIA (CONAS), DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA (IMAS).**

Esta Ata relata reunião do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia (CONAS), que foi realizada aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, e teve início às dez horas e quarenta minutos, na sala de reunião do IMAS. Esta, teve como pauta: balancetes, credenciamento e demandas do IMAS. Estiveram presentes os/as representantes da Administração Municipal: Kellyane Pereira Garcia Oliveira (Suplente), Ricardo Pinheiro Dourado (Titular), Simone Ferreira da Silva (Suplente), Viviane Cristina Vieira (Titular) e Weyner Alves Rosa (Titular); os representantes das entidades sindicais: Aliandro Paulo de Jesus (SINDSAÚDE), Danielle de Oliveira Sene (SINDIGOIANIA), Jordana das Mercês Bonfim (SEACONS), Ludmylla da Silva Moraes (SINTEGO) e Tatiane Karoline Cândida Guimarães (SINDIFFISC). A reunião inicia com a presidente, em exercício, Tatiane Karoline, retomando os trabalhos. Ato contínuo, o conselheiro Aliandro relatando que os usuários estão reclamando por não conseguirem consultas eletivas e alegam que quando conseguem é com uma demora de espera de, aproximadamente, três, quatro, cinco meses. Relata que um usuário ligou no Hospital Vila Nova, vaga para Dr. Willian só em dezembro. Clínica Florescer Fonoaudiologia não está atendendo IMAS. Dra. Viviane do Hospital Jacob relatou à paciente que não irá atender novos pacientes, pois tem nove meses que não recebe do IMAS. Ato contínuo, usuários continuam a reclamar de prestadores que relatam que último pagamento foi feito em outubro de dois mil e vinte dois. A usuária A.P. leva a conhecimento do conselheiro Aliandro que estava com uma consulta marcada há mais de seis meses, e nos últimos dias foi desmarcada. A mesma relata que faz tratamento neurológico, que necessita de receita para comprar o medicamento. A servidora S. reclama que no hospital Ruy Azeredo não está atendendo mais o IMAS, e outras reclamações da mesma natureza foi relatada por outros usuários. A conselheira Ludmylla pede a conselheira Viviane para ver se foi autorizado os exames da usuária M., pois a mesma está no local a horas e CRD diz que o IMAS está negando, os conselheiros verificaram e a informação que foi dada a usuária M. não está correta, pois o exame foi liberado um minuto depois ter sido colocado no sistema o CRD, está negando atendimento ao usuário mesmo sendo autorizado, isso mostra que o prestador coloca o usuário contra o Instituto. As reclamações de usuários crescem e não há posicionamento da gestão do IMAS e da prefeitura, os usuários desesperados sem saber ao certo a quem recorrer. Ato contínuo, foi elaborado e encaminhado o ofício nº 50/2023, solicitando à Presidente da Comissão de Credenciamento do IMAS a planilha dos processos de credenciamentos realizados até a presente data, relatando os processos de pessoa física e pessoa jurídica, informando se foram realizadas as devidas publicações ou em que fase se encontram cada processo. Assim, às doze horas, a Presidente em exercício Tatiane Karoline, encerra a reunião. Os presentes também tiveram retorno por parte do CFS que os balancetes serão liberados ao CONAS em breve para análise e apreciação. Foi verificado o processo que consta solicitação de agenda deste colegiado junto ao prefeito de Goiânia e este encontra-se parado no gabinete do mesmo, sem nenhuma resposta ao CONAS. A presidente, em exercício Tatiane Karoline convoca reunião para o dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e três com a pauta: Auditoria da UFG, documentação para o MP, demandas emergenciais do IMAS. O encaminhamento é aprovado pelos presentes. Ato contínuo, a presidente em exercício, consulta aos presentes se há algo mais a ser tratado nesta reunião, não tendo, a mesma encerra esta reunião às doze horas. Não tendo nada mais a relatar, eu, Danielle de Oliveira Sene, conselheira, encerro a presente ata que, após, lida e aprovada, será assinada pelos presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Aliandro Paulo de Jesus, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Ferreira da Silva, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kellyane Pereira Garcia Oliveira, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Cristina Vieira, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Weyner Alves Rosa, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmylla da Silva Moraes, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Karoline Cândida Guimarães, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 17:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Pinheiro Dourado, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana das Mercês Bonfim, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 14:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle de Oliveira Sene, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2684471** e o código CRC **BC515FB0**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -  
- Bairro Setor Central  
CEP 74015-125 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia  
Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia

**ATA DE REUNIÃO****ATA DA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GOIÂNIA (CONAS), DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA (IMAS).**

Esta Ata relata reunião do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia (CONAS), que foi realizada aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, e teve início às oito horas e trinta e dois minutos, na sala de reunião do IMAS. Esta, teve como pauta: Pagamentos a credenciados, Acompanhamento do ofício para prefeito; Mudança do Presidente do IMAS, Auditoria da UFG, Paralisações de atendimento por parte de prestadores do IMAS. Estiveram presentes os/as representantes da Administração Municipal: Márcio Rezende Guimarães (Titular), Ricardo Pinheiro Dourado (Titular), Simone Ferreira da Silva (Titular), Viviane Cristina Vieira (Titular) e Weyner Alves Rosa (Titular); os representantes das entidades sindicais: Aliandro Paulo de Jesus (SINDSAÚDE), Danielle de Oliveira Sene (SINDIGOIANIA), Jordana das Mercês Bonfim (SEACONS), Ludmylla da Silva Moraes (SINTEGO) e Tatiane Karoline Cândida Guimarães (SINDIFFISC). A reunião inicia com a presidente, em exercício, Tatiane Karoline, cumprimentando a todos/as e iniciando os trabalhos. Ato contínuo, o conselheira Ludmylla pede a palavra e questiona se foi encaminhada a documentação solicitada pelo MP. Recebeu como resposta a negativa. Frente ao apresentado, os/as presentes deliberam pelo levantamento imediato da documentação para ser encaminhado ao MP. Toda documentação foi levantada e debatida pelos/as presentes e na sequência encaminhada ao MP. A conselheira Ludmylla questionou novamente sobre o processo no SEI (nº2314000007345-9) onde este colegiado encaminhou o ofício nº41/2023, solicitando audiência com o prefeito para tratar das problemáticas do IMAS e apresentar soluções. Ao pesquisar no SEI o referido processo, o CONAS se deparou mais uma vez com o processo parado no Gabinete do Prefeito desde o dia vinte e nove de agosto do corrente ano, sem nenhuma resposta. Foi pesquisado no sistema a situação do pagamento dos hospitais de alta complexidade que atendem urgência e emergência, e o que foi localizado no sistema é que o último mês pago a estes prestadores, fundamentais à manutenção da vida dos/as usuários/as é que agora que está sendo pago o mês de março de 2023. Com grande preocupação, frente aos dados encontrados, os/as conselheiros/as debatem a nomeação do Novo presidente do IMAS, anunciado pelo diário oficial na data do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e três. Com este anúncio o IMAS caminha para seu quinto presidente desde que o atual prefeito assumiu Goiânia, fato que muito preocupa a todos/as deste colegiado. Após debate sobre a mudança e de todo o atraso que a troca de gestão do IMAS ocasiona, este colegiado deliberou por unanimidade a elaboração e encaminhamento de ofício ao novo presidente Sr. Marcelo Marques, a este colegiado, para que possamos iniciar os diálogos com vistas ao avanço do IMAS e do bom andamento do Instituto. Ato contínuo, a presidente em exercício, em decorrência do avançar da hora, encerra esta reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Não tendo nada mais a relatar, eu, Ludmylla da Silva Moraes, primeira secretária, encerro a presente ata que, após, lida e aprovada, será assinada pelos presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Aliandro Paulo de Jesus, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Ferreira da Silva, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Rezende Guimarães, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Cristina Vieira, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Weyner Alves Rosa, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmylla da Silva Moraes, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Karoline Cândida Guimarães, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 17:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Pinheiro Dourado, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana das Mercês Bonfim, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 14:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle de Oliveira Sene, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2684557** e o código CRC **039A9A9A**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -  
- Bairro Setor Central  
CEP 74015-125 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia  
Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia

**ATA DE REUNIÃO****ATA DA OCTOGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GOIÂNIA (CONAS), DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA (IMAS).**

Esta Ata relata reunião do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia (CONAS), que foi realizada aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, e teve início às dez horas e quarenta e dois minutos, na sala de reunião do IMAS, em formato híbrido. Esta, teve como pauta: Mudança do Presidente do IMAS, Auditoria da UFG, Paralisações de atendimento por parte de prestadores do IMAS, balancetes. Estiveram presentes os/as representantes da Administração Municipal: Márcio Rezende Guimarães (Titular), Ricardo Pinheiro Dourado (Titular), Simone Ferreira da Silva (suplente), Viviane Cristina Vieira (Titular) e Weyner Alves Rosa (Titular); os representantes das entidades sindicais: Aliandro Paulo de Jesus (SINDSAÚDE), Danielle de Oliveira Sene (SINDIGOIANIA), Jordana das Mercês Bonfim (SEACONS), Ludmylla da Silva Morais (SINTEGO) e Tatiane Karoline Cândida Guimarães (SINDIFFISC). A reunião inicia com a presidente, em exercício, Tatiane Karoline, retomando os trabalhos. Ato contínuo, o ofício ao presidente, deliberado em reunião anterior foi elaborado, aprovado e encaminhado. Ato contínuo a Conselheira Ludmylla pede a palavra e pede à presidente que entre em contato com a UFG e solicite nova reunião com a equipe do projeto. A preocupação da Conselheira é que os trabalhos da UFG não esfriem frente a mudança na gestão do IMAS. A conselheira Ludmylla expõe aos presentes que é preciso que a UFG posicione ao CONAS os andamentos dos trabalhos e que este colegiado se posicione frente à nova administração do IMAS a importância da continuidade e conclusão deste trabalho. O tema ganha debate entre os conselheiros/as que deliberam por acatar a sugestão da conselheira Ludmylla e que a UFG seja convidada a estar em reunião com o CONAS o mais breve possível. Ato contínuo, os/as presentes abriram o processo SEI (nº2314000007509-5) que encaminhou ao CFS ofício acerca dos balancetes. O SEI apontou que este processo passou pela SECGER, pela Chefia de Gabinete do IMAS, onde ficou parado por quatro dias até chegar no CFS que até o momento não se manifestou no processo. No entanto, embora o CFS não tenha se manifestado via SEI, conselheiros/as representantes das entidades sindicais dialogaram com seus pares e trouxeram resposta que os balancetes retornaram ao CFS, da Advocacia Setorial, e os mesmos serão em breve encaminhados ao CONAS. Ato contínuo, a pauta acerca das paralisações de atendimentos dos prestadores passou a ser debatida pelos presentes e após amplo debate, a conselheira Simone se dispôs a fazer um levantamento acerca de prestadores que se encontram com atendimento paralisado. No entanto a conselheira Simone, chama a atenção de todos/as uma vez que essa será uma lista instável uma vez que os prestadores suspendem e retornam o atendimento de forma muito rápida, mediante a pagamento. É importante ressaltar que para paralisar os prestadores justificam aos usuários falta de pagamento por parte do IMAS ou falta de limite financeiro (cotas). A conselheira Simone ficou de fazer o levantamento e apresentar ao colegiado o mais rápido possível. O encaminhamento foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a presidente em exercício, consultam aos/as presentes se há algo mais a ser relatado. Não havendo, a mesma encerra esta reunião às doze horas e dez minutos. Não tendo nada mais a relatar, eu, Ludmylla da Silva Morais, primeira secretária, encerro a presente ata que, após, lida e aprovada, será assinada pelos presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Aliandro Paulo de Jesus, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Ferreira da Silva, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Rezende Guimarães, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 13:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Cristina Vieira, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Weyner Alves Rosa, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmylla da Silva Moraes, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Karoline Cândida Guimarães, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 09/10/2023, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Pinheiro Dourado, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana das Mercês Bonfim, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 14:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle de Oliveira Sene, Membro do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia**, em 10/10/2023, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2684570** e o código CRC **8DA7A83B**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -  
- Bairro Setor Central  
CEP 74015-125 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 690, 27 DE SETEMBRO DE 2023**

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no art. 14, I, "c" da Lei Complementar nº 180/08 e art. 11º, §2º, I, a, do Decreto Municipal nº 360/2021,

*Considerando* a observância estrita as disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no art. 37;

*Considerando* o dever que a Administração Pública possui em apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito;

*Considerando* que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do estatuto disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa;

*Considerando* que certos atos praticados por servidor poderão ser apurados por Processo Administrativo Disciplinar, como supostamente revela os fatos narrados no SEI nº 23.7.000004336-3;

*Considerando* a necessidade em dar maior transparência possível aos atos da administração municipal, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Instaurar **Processo Administrativo Disciplinar** em desfavor do servidor **Jeferson Procópio da Silva**, matrícula 798355, conforme Despacho 468 (2446340) e Despacho Titular 1500 (2609396), referente aos atos e fatos que constam no Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 23.7.000004336-3, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º** Determinar a apuração de possível infração pela Corregedoria-Geral da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, através da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 014/2021 - GERCOR/AGCMG, publicada no DOM, Edição nº 7.689, de 02 de dezembro de 2021.

**Parágrafo único.** Os trabalhos deverão pautar-se pela busca da verdade real, pautando-se pela especial garantia dedicada ao servidor do direito constitucional do contraditório e ampla defesa.

**Art. 3º** Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, desde que solicitado por escrito, para a conclusão do processo, a contar da publicação desta Portaria.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se no DOM e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de setembro de 2023.

**WELLINGTON PARANHOS RIBEIRO**  
Presidente-Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Danilo César Fonseca Gomes, Secretário Executivo**, em 11/10/2023, às 10:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2609469** e o código CRC **AC1B8FF5**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -  
- Bairro Setor Castelo Branco  
CEP 74405-010 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 23.7.000004336-3

SEI Nº 2609469v1





**Prefeitura de Goiânia**  
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 714, 04 DE OUTUBRO DE 2023**

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais contidas na Lei Complementar nº 180/08, Decreto Municipal nº 360, de 20 de janeiro de 2021, Art. 119 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 2023, e de acordo com o que consta no Processo SEI nº 23.16.000007448-4,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Averbar** ao tempo de serviço da servidora **Jarlla Miranda de Souza**, matrícula 799289-1, ocupante do cargo GCM, Classe 1, Grau GM1, Padrão 006, para fins de aposentadoria e disponibilidade, conforme Certidão de Tempo de Contribuição e Informação Funcional, os períodos de serviço privado abaixo relacionados:

- 01/03/00 a 24/07/00--> 0 ano, 04 meses, 25 dias - Total Dias: 145

- 01/08/00 a 29/09/00--> 0 ano, 01 mês, 29 dias - Total Dias: 59

- 01/10/02 a 17/09/03--> 0 ano, 11 meses, 21 dias - Total Dias: 351

**Art. 2º** Total de dias para averbação: 555 (quinhentos e cinquenta e cinco dias).

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se em DOM.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de outubro de 2023.

**WELLINGTON PARANHOS RIBEIRO**  
Presidente-Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Danilo César Fonseca Gomes, Secretário Executivo**, em 10/10/2023, às 06:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2654924** e o código CRC **C344E65D**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -  
- Bairro Setor Castelo Branco  
CEP 74405-010 Goiânia-GO





**Prefeitura de Goiânia**  
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 724, 10 DE OUTUBRO DE 2023**

Recondução da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar.

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições,

*Considerando* o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 59 e seguintes do Decreto nº 360, de 20 de janeiro de 2021;

*Considerando* o Memorando nº 192/2023, emitido pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

*Considerando* a finalização do prazo da Portaria nº 437/2023 - AGCMG, publicada no DOM, Edição nº 8.065, de 14 de junho de 2023 - Suplemento, bem como a Portaria nº 556/2023 - AGCMG, publicada no DOM, Edição nº 8.120, de 31 de agosto de 2023 - AGCMG, de prorrogação de prazo pelo Presidente-Comandante.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Reconduzir a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - CPPAD**, em conformidade com a Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, nos termos do art. 60, inciso XIV, para dar continuidade aos trabalhos de apuração de que trata o Processo Administrativo Disciplinar - SEI nº 23.16.000001415-5, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º** A Comissão, previamente designada pela Portaria nº 019/2023 - GERCOR/AGCMG, publicada no DOM, Edição nº 7.976, de 31 de janeiro de 2023, será composta pelos mesmos membros, mantendo-os em suas respectivas funções.

**Art. 3º** A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração, conforme art. 170, da Lei Complementar nº 011/1992, bem como assegurado a ampla defesa e o contraditório.

**Art. 4º** A Comissão deverá elaborar e apresentar relatório minucioso e conclusivo, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas, em que se baseou para formar sua convicção.

**Art. 5º** O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado por escrito.

**Art. 6º** Os trabalhos já realizados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, inaugurados pela Portaria nº 437/2023 - AGCMG, publicada no DOM, Edição nº 8.065, de 14 de junho de 2023 - Suplemento, prorrogada pela Portaria nº 556/2023 - AGCMG, publicada no DOM, Edição nº 8.120, de 31 de agosto de 2023 - AGCMG, serão recepcionados para a conclusão da apuração.

**Art. 7º** - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/10/2023.

Cumpra-se, publique-se em DOM.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de outubro de 2023.

**WELLINGTON PARANHOS RIBEIRO**  
Presidente-Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Danilo César Fonseca Gomes, Secretário Executivo**, em 11/10/2023, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2680570** e o código CRC **7E8EDD01**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -  
- Bairro Setor Castelo Branco  
CEP 74405-010 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.16.000001415-5

SEI Nº 2680570v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 725, 10 DE OUTUBRO DE 2023**

Dispõe sobre instauração de Processo de Sindicância para apuração de suposta irregularidade administrativa cometida por servidor público e dá outras providências.

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no art. 14º, inciso I, da Lei Complementar nº 180/08 e art. 11º, §2º, inciso I, alínea "a", do Decreto Municipal nº 360/2021,

*Considerando* a observância estrita as disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37;

*Considerando* o dever que a Administração Pública possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito;

*Considerando* que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do estatuto disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa;

*Considerando* que certos atos praticados por servidor poderão ser apurados por Sindicância Administrativa, como supostamente revela os fatos narrados no SEI nº 23.16.000008273-8;

*Considerando* a necessidade em dar maior transparência possível aos atos da administração municipal, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Instaurar Sindicância em desfavor do servidor **Jean Vinicius Ribeiro de Miranda**, matrícula 607860, conforme Despacho 538 (2684016), referentes aos atos e fatos que constam no Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 23.16.000008273-8, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º** Determinar a apuração de possível infração pela Corregedoria-Geral da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, através da Comissão Permanente de Sindicância, designada pela Portaria nº 014/2021 - GERCOR/AGCMG, publicada no DOM, Edição nº 7.689, de 02 de dezembro de 2021.

**Art. 3º** Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, desde que solicitado por escrito, para a conclusão do processo, a contar da publicação desta Portaria.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se em DOM.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de outubro de 2023.

**WELLINGTON PARANHOS RIBEIRO**  
Presidente-Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Paranhos Ribeiro, Presidente da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia**, em 11/10/2023, às 09:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2691067** e o código CRC **23AD62E2**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -  
- Bairro Setor Castelo Branco  
CEP 74405-010 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.16.000008273-8

SEI Nº 2691067v1



**Prefeitura de Goiânia**  
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 726, 10 DE OUTUBRO DE 2023**

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, constantes da Lei Complementar Municipal nº 180/08, Decreto nº 360/2021, em consonância com o disposto no art. 212 da Lei nº 011/1992, Estatuto do Servidor Público Municipal e de acordo do que consta no Processo SEI nº 23.16.000007894-3,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder ao servidor **Carlos Alves de Macedo**, Guarda Civil, matrícula nº 801682-1, servidor do quadro efetivo do Município, admitido em 03/10/2006, o benefício Auxílio-Natalidade, em razão do nascimento de seu filho **Carlos Davi Teixeira de Macedo**, em 25/09/2023.

Publique-se em DOM.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de outubro de 2023.

**WELLINGTON PARANHOS RIBEIRO**  
Presidente-Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Danilo César Fonseca Gomes, Secretário Executivo**, em 11/10/2023, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2691111** e o código CRC **DDEEE9E3**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -  
- Bairro Setor Castelo Branco  
CEP 74405-010 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 727, 10 DE OUTUBRO DE 2023**

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, constantes da Lei Complementar Municipal nº 180/08, Decreto nº 360/2021, em consonância com o disposto no art. 212 da Lei nº 011/1992, Estatuto do Servidor Público Municipal e de acordo do que consta no Processo SEI nº 23.16.000007198-1,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder ao servidor **Rogério Selvatti Macedo**, Guarda Civil, matrícula nº 923648-1, servidor do quadro efetivo do Município, admitido em 14/07/2008, o benefício Auxílio-Natalidade, em razão do nascimento de sua filha **Giovanna Selvatti Macedo**, em 05/09/2023.

Publique-se em DOM.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de outubro de 2023.

**WELLINGTON PARANHOS RIBEIRO**  
Presidente-Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Danilo César Fonseca Gomes, Secretário Executivo**, em 11/10/2023, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2691188** e o código CRC **59EE1570**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -  
- Bairro Setor Castelo Branco  
CEP 74405-010 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 728, 10 DE OUTUBRO DE 2023**

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, constantes da Lei Complementar Municipal nº 180/08, Decreto nº 360/2021, em consonância com o disposto no art. 212 da Lei nº 011/1992, Estatuto do Servidor Público Municipal e de acordo do que consta no Processo SEI nº 23.16.000007508-1,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder à servidora **Fabiana de Jesus Barros**, Guarda Civil, matrícula nº 793620-1, servidora do quadro efetivo do Município, admitida em 08/09/2006, o benefício Auxílio-Natalidade, em razão do nascimento de sua filha **Bianca Bomfim Barros**, em 11/09/2023.

Publique-se em DOM.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de outubro de 2023.

**WELLINGTON PARANHOS RIBEIRO**  
Presidente-Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Danilo César Fonseca Gomes, Secretário Executivo**, em 11/10/2023, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2691213** e o código CRC **E232F736**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -  
- Bairro Setor Castelo Branco  
CEP 74405-010 Goiânia-GO





**Prefeitura de Goiânia**  
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 729, 10 DE OUTUBRO DE 2023**

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais contidas na Lei Complementar nº 180/08, Decreto Municipal nº 360, de 20 de janeiro de 2021, Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, e de acordo com o que consta no Processo SEI nº 23.16.000008139-1,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Averbar** ao tempo de serviço do servidor **Marcelo Francisco dos Santos**, matrícula 793388-1, ocupante do cargo GCM, Classe 1, Grau GM1, Padrão 006, para fins de aposentadoria e disponibilidade, conforme Certidão de Tempo de Contribuição e Informação Funcional, os períodos de serviço privado abaixo relacionados:

- 08/02/96 a 30/06/96--> 0 ano, 04 meses, 23 dias - Total Dias: 143

- 03/06/97 a 21/06/01--> 04 anos, 0 mês, 19 dias - Total Dias: 1479

- 13/05/03 a 06/03/04--> 0 ano, 09 meses, 28 dias - Total Dias: 298

- 07/03/04 a 19/11/04--> 0 ano, 08 meses, 17 dias - Total Dias: 257

- 05/10/05 a 25/11/05--> 0 ano, 01 mês, 21 dias - Total Dias: 51

- 01/09/06 a 07/09/06--> 0 ano, 0 mês, 06 dias - Total Dias: 6

**Art. 2º** Total de dias para averbação: 2.234 (dois mil, duzentos e trinta e quatro).

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se em DOM.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de outubro de 2023.

**WELLINGTON PARANHOS RIBEIRO**  
Presidente Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Danilo César Fonseca Gomes**, **Secretário Executivo**, em 11/10/2023, às 10:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2696372** e o código CRC **ED924162**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -  
- Bairro Setor Castelo Branco  
CEP 74405-010 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 730, 10 DE OUTUBRO DE 2023**

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais contidas na Lei Complementar nº 180/08, Decreto Municipal nº 360, de 20 de janeiro de 2021, Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, e de acordo com o que consta no Processo SEI nº 23.16.000008079-4,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Averbar** ao tempo de serviço do servidor **Emerson Serafim França de Santana**, matrícula 798762-1, ocupante do cargo GCM, Classe 1, Grau GM1, Padrão 006, para fins de aposentadoria e disponibilidade, conforme Certidão de Tempo de Contribuição e Informação Funcional, os períodos de serviço privado abaixo relacionados:

- 23/08/99 a 19/06/00--> 0 ano, 10 meses, 1 dia - Total Dias: 301
- 01/07/04 a 30/11/04--> 0 ano, 05 meses, 02 dias - Total Dias: 152
- 03/01/05 a 05/01/06--> 01 ano, 0 meses, 02 dias - Total Dias: 367

**Art. 2º** Total de dias para averbação: 820 (oitocentos e vinte).

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se em DOM.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de outubro de 2023.

**WELLINGTON PARANHOS RIBEIRO**

Presidente Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Danilo César Fonseca Gomes, Secretário Executivo**, em 11/10/2023, às 10:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2697922** e o código CRC **5EF7828F**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -  
- Bairro Setor Castelo Branco  
CEP 74405-010 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 731, 10 DE OUTUBRO DE 2023**

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais contidas na Lei Complementar nº 180/08, Decreto Municipal nº 360, de 20 de janeiro de 2021, Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, e de acordo com o que consta no Processo SEI nº 23.16.000008082-4,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Averbar** ao tempo de serviço do servidor **Jean Vinicius Ribeiro de Miranda**, matrícula 607860-2, ocupante do cargo GCM, Classe 1, Grau GM1, Padrão 006, para fins de aposentadoria e disponibilidade, conforme Certidão de Tempo de Contribuição e Informação Funcional, os períodos de serviço privado abaixo relacionados:

- 01/04/96 a 03/05/96--> 0 ano, 01 mês, 2 dias - Total Dias: 32

- 12/02/01 a 30/09/01--> 0 ano, 07 meses, 20 dias - Total Dias: 230

- 02/09/02 a 30/11/02--> 0 ano, 02 meses, 29 dias - Total Dias: 89

**Art. 2º** Total de dias para averbação: 351 (trezentos e cinquenta e um).

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se em DOM.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de outubro de 2023.

**WELLINGTON PARANHOS RIBEIRO**  
Presidente Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Danilo César Fonseca Gomes, Secretário Executivo**, em 11/10/2023, às 10:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2698025** e o código CRC **72D230C9**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -  
- Bairro Setor Castelo Branco  
CEP 74405-010 Goiânia-GO



**Prefeitura de Goiânia**  
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia  
Gabinete da Presidência

**PORTARIA Nº 732, 10 DE OUTUBRO DE 2023**

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 180, de 16 de setembro de 2008, o Decreto Municipal nº 360, de 20 de janeiro de 2021, Lei Complementar nº 353, de 10 de junho de 2022, que alterou a Lei nº 9.354, de 08 de novembro de 2013 e nos termos do Artigo 43, § 4º da Lei nº 9.354/2013, bem como considerando o contido no Processo Administrativo SEI nº 23.16.000007677-0,

Considerando ainda que, na referida promoção, o servidor terá direito apenas a **percepção remuneratória** correspondente ao se aposentar, ou seja, não dá direito ao servidor exercer as atribuições da função correspondente, pois a própria Lei desobriga o servidor de cumprir os demais requisitos para a promoção "**independentemente de formação de curso superior**", ficando este ato condicionado à aposentadoria do servidor, perdendo seu efeito automaticamente, caso o servidor resolva continuar em atividade,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Promover o GCM Ariston Santos de Souza, Classe 1, GM1 - Nível VII, matrícula nº 16080-1, a título de pecúnia, para Classe de Subinspetor, GM4 - Nível VIII, da Carreira da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia.**

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se em DOM.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de outubro de 2023.

**WELLINGTON PARANHOS RIBEIRO**  
Presidente-Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Paranhos Ribeiro, Presidente da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia**, em 11/10/2023, às 09:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2698540** e o código CRC **ABF25283**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -  
- Bairro Setor Castelo Branco  
CEP 74405-010 Goiânia-GO

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG**PORTARIA Nº 1.271/2023 – PR/DIRAF**

**OS DIRETORES PRESIDENTE E ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA – COMURG**, eleitos em reunião do Conselho de Administração e no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social da Companhia;

Considerando o art. 3º, inciso XXI, da Instrução Normativa n.º 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, que determina a emissão de ato, pelo Gestor do Órgão, designando representante da administração para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** – Designar o empregado **JOSÉ FERNANDES DE QUEIROZ JÚNIOR**, matrícula nº 633305-02 e CPF nº 267.401.501-25, para atuar como **GESTOR** e o empregado **NILTON CÉSAR PINTO**, matrícula nº 618705-03 e CPF nº 576.474.961-15, para atuar como **FISCAL** do **Contrato nº 171/2023 – AJU**, cujo objeto é o fornecimento de ferramentas e equipamentos diversos (Vigota Angelin), conforme disposto no Edital de **Pregão Eletrônico nº 004/2023 - SRP** e seus Anexos, constantes no processo nº **0001260/2022 (0015072/2023-GED)**, contratação feita por esta Companhia junto a empresa **MADEREIRA ARRUDA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.473.900/0001-70, que deverá atender as necessidades da Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG.

**Art. 2º** - Designar o empregado **EDMAR DOS SANTOS SILVA**, matrícula nº 1081403-01 e CPF nº 378.617.272-20, para, na ausência do titular **GESTOR**, exercer o encargo de suplente;

**Art. 3º** - Designar o empregado **FREDERICO VINÍCIUS MIRANDA**, matrícula nº 397156-01 e CPF nº 794.105.451-53, para, na ausência do titular **FISCAL**, exercer o encargo de suplente;

**Art. 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o final da execução do contrato e suas garantias quando houver.

**DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.**

**PRESIDÊNCIA e DIRETORIA ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA**, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro de 2023.

**ALISSON SILVA BORGES**  
DIRETOR-PRESIDENTE

**ADRIANO RENATO GOUVEIA**  
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG**PORTARIA Nº 1.285/2023 – PR/DIRAF**

**OS DIRETORES PRESIDENTE E ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA – COMURG**, eleitos em reunião do Conselho de Administração e no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social da Companhia.

Considerando o art. 3º, inciso XXI, da Instrução Normativa n.º 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, que determina a emissão de ato, pelo Gestor do Órgão, designando representante da administração para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;

**RESOLVEM:**

**Art. 1º – Designar** o empregado **RAFAEL ARAUJO PACHECO**, matrícula n.º 1034995-01 e CPF n.º 894.070.401-00 para atuar como **GESTOR** e a empregada **ANA LUIZA GABRIEL DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 1498738-01 e CPF n.º 702.929.471-86, para atuar como **FISCAL** do **Contrato n.º 163/2023**, cujo objeto é o fornecimento de sementes, conforme disposto no **Edital do Pregão Eletrônico n.º 010/2023 - SRP** e seus Anexos, oriundo do **Processo n.º 0006762/2022 (0013660/2023-GED)**, conforme contratação junto a empresa **CASA DO BOI PRODUTOS AGROPECUÁRIOS EIRELI-EPP**, inscrita no CNPJ n.º 03.716.644/0001-79, que deverá atender as necessidades da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG;

**Art. 2º - Designar** a empregada **KERLEY LANUCE PEREIRA DE ARAUJO**, matrícula n.º 334340-02 e CPF n.º 820.678.211-72, para, na ausência do titular **GESTOR**, exercer o encargo de suplente;

**Art. 3º - Designar** o empregado **LUIZ SÁVIO DIAS CARDOSO**, matrícula n.º 1096397-01 e CPF n.º 198.477.421-20, para, na ausência do titular **FISCAL**, exercer o encargo de suplente;

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o final da execução do contrato e suas garantias quando houver.

**DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.**

**PRESIDÊNCIA e DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**, aos 06 (seis) dias do mês de setembro de 2023.

**ALISSON SILVA BORGES**  
DIRETOR-PRESIDENTE

**ADRIANO RENATO GOUVEIA**  
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO

**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA****Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG****PORTARIA Nº 1.287/2023 – PR/DIRAF**

**OS DIRETORES PRESIDENTE E ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA – COMURG**, eleitos em reunião do Conselho de Administração e no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social da Companhia.

Considerando o art. 3º, inciso XXI, da Instrução Normativa n.º 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, que determina a emissão de ato, pelo Gestor do Órgão, designando representante da administração para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** – Designar o empregado **JOSÉ FERNANDES DE QUEIROZ JÚNIOR**, matrícula nº 633305-02 e CPF nº 267.401.501-25, para atuar como **GESTOR** e o empregado **NILTON CÉSAR PINTO**, matrícula nº 618705-03 e CPF nº 576.474.961-15, para atuar como **FISCAL** do **Contrato nº 172/2023 – AJU**, cujo objeto é o fornecimento de ferramentas e equipamentos diversos (chapa de compensado, tabua de pinus e vigota angelin), conforme disposto no Edital de **Pregão Eletrônico nº 004/2023 - SRP** e seus Anexos, constantes no processo nº **0001260/2022 (0015605/2023-GED)**, contratação feita por esta Companhia junto a empresa **RCL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.408.522/0001-92, que deverá atender as necessidades da Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG.

**Art. 2º** - Designar o empregado **EDMAR DOS SANTOS SILVA**, matrícula nº 1081403-01 e CPF nº 378.617.272-20, para, na ausência do titular **GESTOR**, exercer o encargo de suplente;

**Art. 3º** - Designar o empregado **FREDERICO VINÍCIUS MIRANDA**, matrícula nº 397156-01 e CPF nº 794.105.451-53, para, na ausência do titular **FISCAL**, exercer o encargo de suplente;

**Art. 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o final da execução do contrato e suas garantias quando houver.

**DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.**

**PRESIDÊNCIA e DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**, aos 06 (seis) dias do mês de outubro de 2023.

**ALISSON SILVA BORGES**  
DIRETOR-PRESIDENTE

**ADRIANO RENATO GOUVEIA**  
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO





**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG

**RESOLUÇÃO Nº 022/2023 – PR/DIRAF**

**OS DIRETORES PRESIDENTE E ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DA COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA - COMURG**, eleitos em reunião do Conselho de Administração e no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social da Companhia;

**1** - Considerando o objeto do processo administrativo e em atendimento ao Ofício n.º 147/2023- COORCALUG, de lavra do fiscal do contrato de locação de imóvel, tendo como interesse a contratação do mesmo onde será instalado o Ponto de Apoio (Varrição), Setor Pedro Ludovico, atendendo assim as necessidades desta unidade;

**2** - Considerando o contido no **Processo GED n.º 0012310/2023** e no Parecer n.º 828/2023 – AJU da Assessoria Jurídica desta Companhia;

**RESOLVEM:**

**I - Autorizar** a realização da presente despesa por **Dispensa de Licitação** de acordo com disposto no artigo 29, inciso V, da Lei Federal nº 13.303/2016, visando locar para uso continuado do imóvel situado na **Rua 1.015, Quadra 42, Lote 09, Setor Pedro Ludovico, nesta Capital**, por um período de 12 (doze) meses, contratando com o **Sr. JOÃO FERREIRA DE LIMA FILHO**, brasileiro, solteiro, portador da C.I nº 4319313 DGPC/GO, CPF nº 952.293.101-20, residente e domiciliado nesta capital, o imóvel de sua propriedade no **valor mensal de R\$ 9.800,00 (nove mil, e oitocentos reais)**, perfazendo um valor total anual de **R\$ 117.600,00 (cento e dezessete mil, e seiscentos reais)**;

**II** - Determinar aos setores competentes que envidem imediatamente as providências preliminares para a preparação e concretização dos efeitos desta decisão;

**III** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE- SE E CUMPRA-SE.**

**PRESIDÊNCIA e DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**, aos 02 (dois) dias do mês de outubro de 2023.

**ALISSON SILVA BORGES**  
DIRETOR-PRESIDENTE

**ADRIANO RENATO GOUVEIA**  
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO



**Prefeitura de Goiânia**  
Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos  
Gabinete do Presidente

**PORTARIA Nº 200, 09 DE OUTUBRO DE 2023**

**RECONDUÇÃO DE PREGOEIRO PARA COMPOR A COMISSÃO  
DE LICITAÇÃO (CPL), INSTITUÍDA NO ÂMBITO DA CMTC.**

**A DIRETORIA COLEGIADA DA COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS –  
CMTC**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

**RESOLVE:**

**Art. 1º - RECONDUZIR** o funcionário **MAURÍCIO DE SOUSA PEREIRA**, matrícula nº 1407988-01, inscrito no CPF sob o nº 375.100.701-63, como **PREGOEIRO** para compor a Comissão Permanente de Licitação (CPL), instituída no âmbito desta Companhia, através da Portaria nº 028/2022.

**Art. 2º** - O mandato do Pregoeiro acima reconduzido será de 01 (um) ano.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 13 de outubro de 2023.

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS  
- CMTC**, aos 09 dias do mês de outubro de 2023.

**FRANCISCO TARCÍSIO RIBEIRO DE ABREU**  
Presidente

**ÁUREA MARIA DE OLIVEIRA PITALUGA**  
Diretora de Operações

**MURILO GUIMARÃES ULHÔA**  
Diretor de Operações Intermunicipais

**KASSY ANNE J. F. SILVESTRE**  
Diretora Administrativa e de Gestão

**CLEITON APARECIDO LEMOS**  
Diretor de Fiscalização



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Tarcisio Ribeiro de Abreu, Presidente da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC**, em 09/10/2023, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kassy Anne José Fernanda Silvestre, Diretora Administrativa e de Gestão**, em 09/10/2023, às 14:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Murilo Guimarães Uilhôa, Diretor de Operações Intermunicipais**, em 10/10/2023, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cleiton Aparecido Lemos, Diretor de Fiscalização**, em 10/10/2023, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Áurea Maria de Oliveira Pitaluga, Diretora Operações**, em 11/10/2023, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2684560** e o código CRC **A9BC1B72**.

Primeira Avenida, nº 486 -  
- Bairro Setor Leste Universitário  
CEP 74605-020 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.31.000001908-0

SEI Nº 2684560v1



**Estado de Goiás**  
**Câmara Municipal de Goiânia**  
Poder Legislativo

**PORTARIA Nº 027, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pela alínea b do inciso III do artigo 14 da Resolução nº 026, de 19 de dezembro de 1991 -**Regimento Interno**-,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica designado o **Vereador Ronilson Reis** para compor a Comissão Constituição, Justiça e Redação, em substituição ao **Vereador Paulo Henrique**, pelo período de 60 (sessenta) dias.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA**, aos 10 dias do mês de outubro do ano de 2023.

**VER. ROMÁRIO POLICARPO**  
**PRESIDENTE**

**EDITAIS DE COMUNICAÇÃO**  
**AMMA**

**BRUNO RAFAELLE ALVES LACERDA LTDA**, CNPJ Nº15.242.973/0001-04, torna público que requereu da Agência Municipal de Meio Ambiente – AMMA, a Licença Ambiental Fácil, para Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, na R Pasteur, S/Nº, Qd. 1B, Lt. 36, Bairro Jardim Europa, Goiânia – GO, CEP: 74.325-125.

---

**COOPER GAS BRASIL LTDA**, CNPJ/CPF nº 31.188.236/0001-27 torna público que requereu da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) de Goiânia, por meio do processo nº, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada, para a(s) seguinte(s) atividade(s): Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo GLP, Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo GLP e Comércio varejista de bebidas, desenvolvida(s) na Av Comercial, nº 88, Quadra: 12, Lote: 10, Bairro da Vitória, Goiânia, Goiás.

---

**RLSA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**, CNPJ Nº11.469.035/0001-90 torna público que requereu da Agência Municipal de Meio Ambiente – AMMA, a Licença Ambiental de Instalação e a Licença Ambiental de Operação, para as atividades de Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas; Comércio Varejista de Cosméticos, Produtos de Perfumaria e Higiene Pessoal; Serviços de Vacinação e Imunização Humana; Atividades de Profissionais da Área de Saúde não especificados anteriormente, na Av Quinta Avenida, S/Nº, Qd. 48, Lt. 18, Bairro Setor Leste Vila Nova, Goiânia – GO, CEP: 74.645-020.